



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Beatriz Pagliarini Bagagli

**Discursos transfeministas e feministas radicais:
disputas pela significação da mulher no feminismo.**

**CAMPINAS,
2019**

Beatriz Pagliarini Bagagli

**Discursos transfeministas e feministas radicais:
disputas pela significação da mulher no feminismo.**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Mestra em
Linguística.**

Orientadora: Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana

**Este exemplar corresponde à versão final da
Dissertação defendida pela aluna Beatriz
Pagliarini Bagagli e orientada pela Profa. Dra.
Mónica Graciela Zoppi Fontana**

**CAMPINAS,
2019**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 1688939

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

B146d Bagagli, Beatriz Pagliarini, 1993-
Discursos transfeministas e feministas radicais : disputas pela significação da mulher no feminismo / Beatriz Pagliarini Bagagli. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Mônica Graciela Zoppi-Fontana.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Feminismo. 2. Teoria feminista. 3. Análise do discurso. 4. Identidade de gênero. 5. Transexualidade. I. Zoppi-Fontana, Mônica, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Transfeminist and radical feminist discourses : disputes for the meaning of the women in feminism

Palavras-chave em inglês:

Feminism

Feminist theory

Discourse analysis

Gender identity

Transsexualism

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestra em Linguística

Banca examinadora:

Mônica Graciela Zoppi-Fontana [Orientador]

Lauro José Siqueira Baldini

Regina Facchini

Data de defesa: 20-03-2019

Programa de Pós-Graduação: Linguística



BANCA EXAMINADORA:

Monica Graciela Zoppi Fontana

Lauro José Siqueira Baldini

Regina Facchini

**IEL/UNICAMP
2019**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Hailey Kaas por ter me introduzido às ideias transfeministas que hoje já florescem na escrita desta dissertação, a Viviane Vergueiro, Luc Athayde-Rizzaro, Nicholas Athayde-Rizzaro e Eduardo de Oliveira Padoan pela iniciativa de construir o transfeminismo.com e a todas as demais pessoas que colaboram com inúmeros textos para este blog. Ao longo destes anos sou grata por ter tido contato com as palavras de Alessandra Makkeda Ramos, Alice Marcolino, Alice Mattoso, Aline Freitas, Amara Moira, Amélia Flor, Amiel Vieira, Ana Flor Fernandes Rodrigues, Ares Saturno, Ariel Silva, Bruna Benevides, Caia Coelho, Caiene Reinier, Camila Godoi, Céu Cavalcanti, Charlotte Lorelei Oliveira, Claus Augustus Corbett, Dandara Oliveira Dias, Daniela Andrade, Davi Miranda, Eduarda Johanna Alfena da Silva, Eli Prado, Emília Braz, Gustavo Passos, Helena Agalenéa, Helena Vieira, Hísis Rangel, Íka Eloah, Inaê Diana Lieksa, Isaac Ribeiro, Jamal Panda, Jaqueline Gomes de Jesus, Jéssica Milaré, Juno Cipolla, Lana de Holanda, Lana Marx, Lara Werner, Larissa Zanette, Laura Leanora Dias, Leda Ferreira do Amaral, Leila Dumaresq, Léo Barbosa, Leonarda Lisboa, Lêx Labão, Livia Franco, Lu Hiroshi, Lucci Del Santos Laporta, Magô Tonhon, Marcela Aguiar, Marcelo Caetano, Marcelo Flexa, Maria Clara Araújo, Maria Léo Araruna, Marília Moschkovich, Marina Porto, Morgana Santos Oliveira, Natasha Roxy, Noslí Mel, Raíssa Éris Grimm, Sabrina Aquino, Samie Carvalho, Sara Jhones, Sísifo Magnani Gatti, Teófilo Tostes Daniel, Thaís Crepaldi Nogueira, Thomas Fernando, Vanessa Gabriela Nasser, Victor José, Vinícius Abdala, Vivien Void, Winnie Minucz e Yuna Vitória.

À minha orientadora Mônica Zoppi Fontana neste trabalho e ao grupo Mulheres em Discurso. A Regina Facchini, Lauro Baldini, Fábio Ramos Barbosa Filho e Guilherme Adorno pela disponibilidade de participarem da banca.

A Dantielli Garcia, Fernanda Lunkes, Aline Fernandes de Azevedo, Rodrigo Borba, Tyara Veriato, Karine Medeiros, Laís Medeiros, Raquel Noronha, Patricia Porchat, Vanessa Vieira, Eric Seger e Thiago Coacci por estarem presentes em diversos momentos da minha trajetória acadêmica. A Cristina Henrique da Costa e o grupo Mulherando, em especial a Erica Martinelli Munhoz e Marcella Abboud.

Ao meu pai, Eduardo Bagagli, minha mãe, Andrea Claudia Pagliarini Bagagli e Diego/ Jaque Ramirez por todo o apoio. A Valéria Aguillar Castro, Maria Angélica Fonseca Soares, Bárbara Dalcanale Meneses, Sara Laham Sonetti e Maya Foigel pela escuta no âmbito da saúde mental.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Número do processo: 1688939, Programa CAPES: PROEX. Edital: PROEX - 0487.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar discursos feministas que tematizam os sujeitos transgêneros e/ou travestis e/ou transexuais. Tratam-se sobretudo de análises de discursos feministas radicais trans-excludentes e/ou autointitulados “críticos de gênero” através de um referencial teórico transfeminista, ao qual a autora deste trabalho explicitamente se filia. Concentramos nossas análises nas teorizações de duas autoras acadêmicas: Janice G. Raymond e Sheila Jeffreys. As teorizações destas duas autoras possuem uma vasta influência nos posicionamentos trans-excludentes nos discursos e movimentos feministas contemporâneos. Para tanto, iremos utilizar conceitos provenientes do campo teórico da Análise de Discurso, tal como o de formação discursiva, visando compreender a textualização da problemática teórica feminista. Nosso corpus de análise conta com textos provenientes de livros, revistas acadêmicas (artigos e resenhas de livros), portais de notícias, sites e blogs (todos de acesso público). Abordamos os temas centrais de polêmicas entre transfeministas e feministas radicais: alterações corporais pela medicina; socialização; estereótipos, identidade e abolição de gênero; a negação da autenticidade das identidades trans e a sexualidade lésbica. Levamos em consideração a íntima relação entre as construções linguísticas e ideológicas para a análise de discursos feministas. Nomeamos duas tendências no discurso feminista radical trans-excludente: paternalista e conspiratória. Nos detivemos sobretudo para os efeitos produzidos pelas construções linguísticas de negação que incidem sobre as formulações que tematizam a questão da subversão e identidade de gênero. Em virtude da importância e centralidade do efeito de denegação nos discursos analisados, trazemos as considerações teóricas da linguística e psicanálise sobre a negação. Além da negação, trazemos a discussão sobre pressuposição linguística e sua relação com o conceito de pré-construído, além da questão do reconhecimento, vulnerabilidade, subjetividade e a relação entre feminismo e psicanálise. Pudemos concluir que em virtude do reconhecimento das identidades transgêneras ser enquadrado no âmbito individual e intencional e a problemática da subversão de gênero ser textualizada pelo efeito de denegação, não houve uma mudança de terreno epistemológico de uma problemática idealista pela formação teórica feminista radical trans-excludente.

Palavras-chave: feminismo; transexualidade; análise do discurso; teoria feminista; identidade de gênero.

ABSTRACT

This work aims to analyze feminist discourses that has transgender and/or transvestite and/or transsexual subjects as its themes. It's mainly about discourses analysis of trans-exclusionary radical feminism and/or self-titled "gender critical" through a transfeminist theoretical referential, which the author of this work explicitly joins. We focused our analysis on the theorizations of two academic authors: Janice G. Raymond and Sheila Jeffreys. The theorizations of these two authors have a vast influence on the trans-exclusionary positions in contemporary feminist discourses and movements. To do so, we will use concepts from the theoretical field of Discourse Analysis, such as discursive formation, in order to understand the textualization of the feminist theoretical problematic. Our corpus of analysis includes texts from books, academic journals (articles and book reviews), news portals, websites and blogs (all publicly accessible). We address the central issues of controversy between transfeminists and radical feminists: body modifications in medicine; socialization; stereotypes, gender and abolition of gender; the denial of the authenticity of trans identities and the lesbian sexuality. We take into account the intimate relationship between linguistic and ideological constructs for the analysis of feminist discourses. We have named two tendencies in trans-exclusionary radical feminist discourse: paternalistic and conspiratory. We have focused mainly on the effects produced by the linguistic constructions of negation that focus on the formulations that thematize the question of subversion and gender identity. Due to the importance and centrality of the denegation effect in the analyzed discourses, we bring the theoretical considerations of linguistics and psychoanalysis about negation. In addition to negation, we bring the discussion about linguistic presupposition and its relation to the concept of pre-constructed, and the question of the recognition, vulnerability, subjectivity and the relationship between feminism and psychoanalysis. We could conclude that because the recognition of transgender identities was framed within the individual and intentional scope and the problematic of gender subversion was textualized by the denegation effect, there was no change in the epistemological terrain of an idealist problematic by trans-exclusionary radical feminist theoretical formation.

Keywords: feminism; transsexuality; discourse analysis; feminist theory; gender identity.

SUMÁRIO

1.0 Introdução	10
2.0 Articulação trans+feminismo	17
3.0 Feminismo radical trans-excludente	24
3.1 Gênero dói?	33
3.2 O Império e suas ruínas	41
3.3 O ato de enganar como metáfora de estupro e a ameaça à lésbica	54
3.4 Estereótipo de gênero, socialização e identidade	66
4.0 Negação básica de autenticidade, <i>effemimania</i> e etiologia da transexualidade	83
4.1. A problemática subversivista, denegação e abolição de gênero	89
4.2 Formação discursiva e formação teórica	104
4.3 Denegação e cisgeneridade	109
4.4 Pré-construído e gênero	118
5.0 Reconhecimento e liberalismo	132
5.1 Reconhecimento e vulnerabilidade dos sujeitos trans	136
5.2 Feminismo, psicanálise e humanismo	150
6.0 Conclusão	160
7.0. Referências Bibliográficas	162

1.0 Introdução

As discussões contemporâneas sobre feminismo têm abarcado o questionamento de uma noção sobre a experiência que pudesse unificar o grupo social designado pelo termo “mulheres”. Assim, o que se pressuporia ser uma experiência comum a todas as mulheres passa sob o escrutínio da crítica feminista e da análise, ao invés de ser tomado como se fosse um fato inquestionável. A busca por uma narrativa compartilhada de feminilidade tornou-se altamente problemática a partir da teoria feminista da segunda e terceira ondas em virtude do interesse por questões de classe, raça, etnia, idade, deficiência, sexualidade, regionalidade, dentre outras (HIRD, 2002b, p. 347). O entrelaçamento entre essas múltiplas questões tem sido pensado, por sua vez, por meio dos conceitos de interseccionalidade ou consubstancialidade. No entanto, tais questionamentos frequentemente esbarram em certos limites que parecem ser tradicionalmente mais difíceis de serem ultrapassados ou mesmo abordados.

Um destes limites diz respeito às próprias noções de corpo e sexo biológico; a ideia, portanto, que uma experiência corporal (que se supõe ser determinada pela biologia) possa ser base de uma experiência social correlata que seria então igualmente compartilhada a todas as mulheres. Neste sentido, certas experiências de opressão socialmente estruturadas são interpretadas como tendo causa ou origem na biologia dos corpos assignados como femininos.

Estes limites acabam sendo utilizados (reafirmados) por perspectivas que julgam a necessidade de se diferenciarem, de alguma forma, das discussões que concernem aos indivíduos transgêneros, em especial, mulheres transgêneras e/ou transexuais e/ou travestis. Esta delimitação pode expressar o posicionamento em favor da exclusão prévia de qualquer articulação possível entre experiência transgênera e discurso feminista, fazendo funcionar o implícito de que mulheres transgêneras não poderiam estarem expostas a um tipo de opressão ligada diretamente à ideia de corpo (ou sexo) feminino.

Desta forma, é como se a opressão sistemática a que indivíduos transgêneros (em especial, mulheres trans) estão expostos pudesse dizer mais a respeito de gênero do que de sexo - gênero, podendo ser entendido (pelo menos a princípio) como um epifenômeno social do sexo, e sexo, então, como uma espécie de base material¹ invariante para o gênero. As problematizações que pessoas transgêneras realizam sobre a correlação presumida de um

¹ As discussões sobre a noção de matéria e/ou material dentro da sociologia e em grande parte da teoria feminista tendem a ser ancoradas pela suposição de que a constituição da matéria é inerte, estável, concreta, imutável e resistente à mudança sócio-histórica em oposição à noção de cultura, presumida como plástica, contestável, capaz de sofrer intervenção e reconstrução (HIRD, 2004, p. 224).

determinado sexo biológico com um determinado gênero social são frequentemente consideradas como falsas representações de uma verdade material subjacente, através da distorção intencional da aparência superficial (STRYKER, 2006, p. 9). A distinção entre sexo e gênero², por sua vez, remete a inúmeros dualismos clássicos da discussão filosófica e feminista, além da análise social e antropológica, tais como natureza e cultura; corpo e espírito. Tais dualismo incitaram e incitam discussões aparentemente intermináveis e uma miríade de conclusões e posicionamentos possíveis. Segundo Rodemeyer (2018):

A dicotomia entre sexo e gênero não concebe sentimentos sensoriais de gênero e incorporação (*embodiment*) que possam estar fora da divisão entre matéria e construção social, e quaisquer afirmações em contrário parecem atacar não apenas esse paradigma, mas também os projetos feministas que o subjazem.

Embora a transexualidade tenha sido teorizada tradicionalmente a partir de perspectivas médicas e psiquiátricas, um número cada vez crescente de outras perspectivas teóricas, incluindo feministas, *queer* e dos estudos transgêneros têm oferecido análises desde os anos 1970 (HIRD, 2002d, p. 581). Têm se dito que a transexualidade tanto revela a capacidade humana em “transcender” o corpo quanto a sua “inevitável materialidade” (ELLIOT, 2001 p. 296), além de ser interpretada, alternativamente, tanto como uma forma de recusa quanto de aceitação às normas de gênero (ibid., p. 307). O assim chamado “fenômeno transgênero” também tem sido amplamente considerado como um indicador (seja no bom ou mal sentido) de uma condição “pós-moderna” emergente (STRYKER, 2006, p. 8). A transexualidade é vista como capaz de levantar questões cujas respostas variam amplamente: passando de uma “possibilidade real, uma charada inofensiva, uma ilusão psicótica, uma maneira de ‘curar’ um problema médico” até uma “negação perigosa da realidade” (MCKENNA, 1980, p. 320).

Diante de uma perspectiva transfeminista³, a discussão a respeito da distinção entre sexo e gênero pode se tornar especialmente complexa ou contraditória. Isto se dá em virtude do feminismo, por um lado, ter adotado com razoável frequência a crítica do essencialismo biológico e, do outro, diversas pessoas transgêneras terem espontaneamente buscado reconhecimento social da identidade de gênero por meio do discurso biológico ou médico, tais como estudos que investigam estruturas cerebrais de indivíduos transgêneros⁴.

² Uma destas distinções seria considerar sexo enquanto “o conjunto de diferenças biológicas entre homens e mulheres” e gênero como conjunto de “práticas de feminilidade e masculinidade em relações sociais” (HIRD, 2000, p. 348).

³ A definição de transfeminismo será exposta adiante.

⁴ Ver, por exemplo, uma matéria de divulgação científica da agência FAPESP sobre a investigação da estrutura cerebral de indivíduos transgêneros, disponível em: <http://agencia.fapesp.br/estudo-investiga-estrutura-cerebral-em-pessoas-transgeneros-/27168/>

Butler, em uma entrevista para Williams (2015), sugere sobre este assunto que “talvez não precisemos da linguagem do inatismo ou da genética para entender que somos todos eticamente compelidos a reconhecer o sentido do sexo e/ou gênero declarado ou promulgado por uma pessoa⁵”. Spencer (2015, p. 33) neste sentido afirma que “as transições [de gênero] não precisam ser vistas como suspeitas por suas origens na sociedade ou aceitáveis por suas origens na biologia; elas podem simplesmente serem vistas como aceitáveis devido à sua capacidade de manter a saúde física e mental daqueles que assumem esse curso de ação”⁶.

A reivindicação de uma base natural para a diferença é, muitas vezes, útil para aumentar a aceitação, especialmente para transexuais cujo acesso a hormônios e cirurgia requer justificativa da profissão médica. Ao contrário daquelas pessoas *queer* e trans que não experimentam disforia de gênero extrema ou que não procuram intervenção médica, transexuais podem muito bem achar que a teoria bio-determinista oferece uma explicação mais convincente de seu sofrimento e uma razão mais estratégica para alcançar seus objetivos. O apelo desta posição é compreensível quando se considera o que está em jogo e quando uma posição não-bio-determinista é vista como capaz de enfraquecer a legitimidade da intervenção médica.⁷ (ELLIOT, 2010, p. 114)

Neste aspecto, cabe ressaltar que as perspectivas de determinismo social e biológico⁸ foram capazes de mobilizar, ambas, políticas tanto retrógradas como progressistas (LANE, 2016, p. 186). Elliot (2010, p. 114) afirma existir uma tendência bem documentada de atribuir a origem das diferenças a um fundo biológico a menos que haja evidência do contrário, isto é, supõem-se que existam explicações biológicas quando nenhuma outra explicação definitiva para as diferenças pode ser encontrada ou quando as demais explicações são desacreditadas.

Uma das tensões em potencial entre ativismo transgênero e feminismo se expressa nas diversas ocasiões em que os interesses e direitos da população transgênera e de mulheres cisgêneras são vistos como mutuamente excludentes, antagônicos ou irreconciliáveis (MAYEDA, 2005, p. 425). Diante desta perspectiva, a autodeterminação da identidade de

⁵ *My sense is that we may not need the language of innateness or genetics to understand that we are all ethically bound to recognize another person's declared or enacted sense of sex and/or gender.*

⁶ *Transitions do not need to be seen as either suspect for their origins in society or acceptable because their origins in biology; they can simply be seen as acceptable due to their ability to maintain the physical and mental health of those who undertake this course of action.*

⁷ *Claiming a natural basis for difference is sometimes believed to enhance acceptance, especially for transsexuals whose access to hormones and surgery requires justification by the medical profession. Unlike those queer and transpersons who do not experience extreme gender dysphoria or who do not seek medical intervention, transsexuals may well find that bio-determinist theory offers a more compelling account of their suffering and a more strategic rationale for achieving their goals. The appeal of this position is understandable when one considers what is at stake and when adopting a non-bio-determinist position is assumed to weaken the legitimacy of medical intervention.*

⁸ Elliot (2010, p. 125) argumenta que a perspectiva do determinismo biológico pode omitir a questão da agência psíquica e do investimento subjetivo em relação a uma identidade.

gênero para reconhecimento jurídico, por exemplo, é vista como uma questão que expressaria uma potencial ameaça aos espaços (sejam físicos ou simbólicos) e serviços que são (ou que se supõem ser e/ou que se supõem que devam ser) exclusivos às mulheres, tais como banheiros, centros de acolhimento, abrigos, prisões, incluindo o escopo de algumas leis⁹.

A defesa de algum tipo de proteção frente ao que se presume ser uma ameaça é articulada por discursos feministas radicais trans-excludentes pela reivindicação de espaços exclusivos para mulheres cisgêneras e do não reconhecimento jurídico da identidade transgênera. Segundo Namaste (2011, p. 77) este tipo de noção em relação a “proteção” “tem sido invocado sob a bandeira dos ‘direitos das mulheres’ de uma maneira conservadora, (...) chamando o Estado a impor uma prática particular de moralidade”.

Apesar do fato de muitas pessoas transgêneras serem diariamente vítimas das mais intensas e públicas tentativas de disciplinarização dos seus gêneros de maneiras que as feministas criticam há muito tempo, a “libertação trans” e o “feminismo” têm sido frequentemente postos como movimentos opostos (HEYES, 2003, p. 1094). Em virtude disto, é dito que os estudos e ativismo trans têm instigado crises e impasses ao redor de conceitos-chaves no feminismo, como identidade, diferença, experiência, corpo, sexualidade e opressão de gênero (ASHBEE, 2009, p. 3; ELLIOT, 2004, p. 13). Hines (2017, p. 1-2) sugere que a hostilidade no interior de alguns setores do feminismo contra as questões transgêneras surge como uma reação à visibilidade crescente do movimento trans nos últimos anos e o próprio aumento e reforço de posições trans-inclusivas no interior do feminismo.

Mayeda (2005, p. 424) afirma que questões que concernem a identidade de gênero estiveram intimamente ligadas ao discurso jurídico, já que a “determinação legal da personalidade com base nas características sexuais físicas tem uma longa história”. Tais questões, por sua vez, tornam-se politicamente centrais para a população transgênera, pois, também segundo o autor, a necessidade de definição jurídica de um sexo com base em características físicas empurra as pessoas transgêneras para às margens da lei. Frequentemente as leis que concernem questões de registro civil em diversos países só sancionam redesignação (mudança e/ou retificação) de gênero se o indivíduo tomou medidas físicas específicas para alterar sua incorporação (*embodiment*) de gênero (KNAUER, 2007, p. 41) e/ou se baseou seu pedido em laudos de teor biomédicos. A incapacidade dos Estados em garantir marcadores

⁹ Uma das disputas legais mais divulgadas sobre espaço exclusivo para mulheres conta com um centro que atende vítimas de estupro no Canadá, o *Vancouver Rape Relief & Women's Shelter*, que se recusou a permitir que uma mulher transexual, Kimberly Nixon, fosse voluntária em um treinamento para ser conselheira (*counselor*); ver Mayeda (2005), Namaste (2011), Knauer (2007) e Elliot (2004). Outra disputa frequentemente lembrada em relação a estes embates é a respeito da participação de mulheres trans no *Michigan Women's Music Festival*.

legais de gênero que se ajustem à identidade de gênero de um indivíduo pode aumentar muito sua vulnerabilidade à violência e à discriminação transfóbicas (ibid.). A autodeterminação da identidade transgênera para reconhecimento civil ainda não é realidade em grande parte dos países, a despeito dos avanços da legislação em diversos países, que inclui o Brasil com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.4.275/DF, em 2018, que garantiu o direito à retificação de nome e gênero sem necessidade de apresentação de laudos médicos e processo judicial.

Em outubro de 2018 foi noticiada na imprensa dos Estados Unidos a tentativa do governo Trump em considerar gênero tão somente como uma condição biológica imutável determinada ao nascimento¹⁰. Tal tentativa visa excluir indivíduos transgêneros do escopo da lei federal sobre direitos civis. A inclusão se baseia nas interpretações sobre a proteção contra discriminação em relação ao “sexo” se estender aos indivíduos transgêneros e questões, portanto, relacionadas à identidade de gênero. A ampliação do escopo das leis, incluindo questões relacionadas ao gênero e identidade de gênero na categoria “sexo”, vinha sendo efetuada durante o governo Obama em diversos âmbitos como na educação, saúde, moradia (alojamento) e trabalho. A medida de Trump foi descrita pela imprensa como uma tentativa de “exterminar a existência” (*define out of existence*) legal dos indivíduos transgêneros. Em resposta a esta proposta, mais de 2.600 cientistas assinaram uma declaração de repúdio¹¹, afirmando que a busca em fixar o sexo jurídico de um indivíduo por meio de parâmetros biológicos é antiética e pseudocientífica, além de ser inconsistente com os direitos humanos¹².

Em outubro de 2017, no Reino Unido, foi anunciada uma consulta pública que visava reformar o *Gender Recognition Act*, aprovado em 2004. Esta é a primeira lei deste país que oficialmente reconheceu as identidades transgêneras, mas manteve requisitos que os ativistas trans denunciaram como excessivamente burocráticos, como laudos médicos. A primeira ministra Theresa May havia então sinalizado em favor de reformas na lei com o intuito de desburocratizar a retificação de documentos. No entanto, segundo o portal Pink News¹³, as

¹⁰ Green, Erica L. Benner, Katie. Pear, Robert. ‘Transgender’ Could Be Defined Out of Existence Under Trump Administration. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/21/us/politics/transgender-trump-administration-sex-definition.html>

¹¹ Declaração disponível em: <https://not-binary.org/statement/>

¹² Da Silva, Chantal. HUNDREDS OF SCIENTISTS SIGN LETTER OPPOSING TRUMP'S PLAN TO NARROW DEFINITION OF GENDER. 2018. Disponível em: <https://www.newsweek.com/hundreds-scientists-sign-letter-opposition-trumps-plan-narrow-definition-1198058>

¹³ Duffy, Nick. Gender Recognition Act review will launch before summer, government says. 2018. Disponível em: <https://www.pinknews.co.uk/2018/05/18/gender-recognition-act-review-will-launch-before-summer-government-says/>

propostas em direção a uma lei baseada na autodeclaração sofreram intensa hostilidade e reação negativa na mídia e foram obstaculizadas através de atrasos sucessivos. Parte desta reação negativa se articulou através de discurso e retórica feminista. As posições contrárias argumentam que a autodeclaração de gênero em documentos oficiais pode dar margem a fraudes ao supostamente expor mulheres a homens mal intencionados que abusariam de alguma forma do princípio da autodeterminação identitária; contudo em diversos países que adotam o princípio da autodeclaração de gênero não foi encontrada nenhuma evidência de aumento de violência contra as mulheres que resulte da implementação de legislações de reconhecimento da identidade de gênero autodeclarada pelos sujeitos trans.

Tendo em vista estas considerações, este trabalho tem como objetivo analisar discursos feministas que tematizam os sujeitos transgêneros e/ou travestis e/ou transexuais. Tratam-se sobretudo de análises de discursos feministas radicais trans-excludentes baseadas em um referencial teórico transfeminista, ao qual a autora deste trabalho se filia explicitamente. Os discursos feministas radicais, por sua vez, também possuem um nítido esforço teórico na sua busca em justificar ou basear as suas críticas ao discurso ou movimento transgênero e em virtude disto, concentramos nossas análises nas teorizações de duas autoras acadêmicas: Janice G. Raymond¹⁴ e Sheila Jeffreys¹⁵. As teorizações destas duas autoras possuem uma vasta influência nos posicionamentos trans-excludentes nos discursos e movimentos feministas contemporâneos.

Para tanto, iremos utilizar conceitos provenientes do campo teórico da Análise de Discurso, tal como o de Formação Discursiva (FD) e Formação Teórica (FT), tendo em vista compreender como noções ou elementos de saber aparecem textualizados nos discursos feministas. Nosso *corpus* de análise conta com textos provenientes de livros, revistas acadêmicas (artigos e resenhas de livros), portais de notícias, sites e blogs (todos de acesso público). Orlandi (2012, p. 42) entende a constituição do *corpus* como uma “montagem referida, pela relação do dispositivo teórico com o analítico, à questão formulada pelo analista, a seus objetivos assim como a natureza dos dados que analisa e ao seu campo disciplinar específico”. A constituição do *corpus* deste trabalho remonta ao projeto de iniciação científica intitulado “Os processos de designação em torno do termo ‘cisgênero’”¹⁶ entre os anos de 2014 e 2015 e à monografia “‘Cisgênero’ nos discursos feministas: uma palavra tão defendida, tão

¹⁴ Janice G. Raymond é professora emérita dos *Women's Studies and Medical Ethics* na *University of Massachusetts Amherst*.

¹⁵ Sheila Jeffreys foi professora associada do departamento de Ciência Política da *University of Melbourne*.

¹⁶ Contemplado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UNICAMP).

atacada, tão pouco entendida” (BAGAGLI, 2015), nos quais analisamos a circulação de discursos feministas radicais e transfeministas em espaços de militância brasileiros na internet.

A presença de discursos feministas radicais trans-excludentes e transfeministas em espaços de militância digital brasileiros é marcada fortemente por uma recepção e apropriação de teorias feministas de língua inglesa. Em virtude disto, grande parte dos recortes dos textos analisados neste trabalho são de língua inglesa e em virtude disto, são traduzidos e acompanhados dos trechos originais em nota de rodapé.

Passamos sobre os temas centrais de polêmicas entre transfeministas e feministas radicais: alterações corporais pela medicina; socialização, os estereótipos, identidade e abolição de gênero; a negação da autenticidade das identidades trans e a sexualidade lésbica. Levamos em consideração a íntima relação existente entre as construções linguísticas e ideológicas para a análise dos discursos feministas selecionados. Nos detivemos sobretudo na descrição dos efeitos produzidos pelas construções linguísticas de negação que incidem sobre as formulações que tematizam a questão da subversão e identidade de gêneros. Assumimos uma posição crítica em relação ao feminismo radical trans-excludente ao considerarmos que o reconhecimento identitário não se circunscreve ao âmbito individual e intencional. Além disto, abordamos a representação dos sujeitos trans nos discursos feministas radicais trans-excludente e/ou críticos de gênero pela ambivalência da figura do “cúmplice”. Em virtude da importância e centralidade do efeito de denegação nos discursos analisados, na seção 4.3 trazemos as considerações teóricas da linguística e psicanálise sobre a negação. Além da negação, trazemos a discussão sobre pressuposição linguística e sua relação com o conceito de pré-construído em 4.4. Por fim, em 5.0, trazemos as discussões sobre reconhecimento, vulnerabilidade, feminismo e psicanálise e algumas considerações possíveis sobre a subjetividade trans.

2.0 Articulação trans+feminismo

E se pensarmos a relação entre trans e feminismo como o amor? (...) embora trans e feminismo desejem um ao outro - precisem um do outro, inclusive - o que cada um quer do outro não é apenas não idêntico, mas pode exigir com que o outro habite um mundo incomensurável em relação aos seus próprios desejos. (AWKWARD-RICH, 2017, p. 838) ¹⁷

Scott-Dixon (2006) se indaga sobre o compartilhamento de projetos políticos entre os movimentos feministas e trans. A autora afirma que a recepção de questões trans em certos discursos feministas acadêmicos têm expressado, na melhor das hipóteses, hesitação ou indiferença, até a hostilidade explícita (ibid., p. 22). No interior de alguns círculos feministas, a resposta à indagação sobre “uma pessoa transgênera ser uma de nós” é explicitamente negativa:

Trans é posicionado como algo antiético ou irrelevante ou, ao menos, algo fora do feminismo, e as noções de que pessoas trans poderiam ser feministas, feministas poderiam ser trans-aliadas ou ainda que poderia existir algo chamado *transfeminismo* têm sido raramente consideradas. (SCOTT-DIXON, 2006, p. 23).

A articulação entre os discursos dos movimentos feminista e transgênero, expressa no próprio termo “transfeminismo”, pode suscitar e/ou sustentar tanto algumas evidências (sentidos a princípio óbvios a respeito do que o feminismo teria a ver ou não a ver com o movimento transgênero e vice-versa) quanto um espaço vazio (e aberto) cuja potencialidade, contida seja no silêncio ou no impensado, instiga a própria necessidade da formulação desta relação.

As transgeneridades oferecem à teoria feminista a oportunidade de se interrogar a respeito de seus próprios pressupostos sobre a corporeidade e da própria noção de se “ser” de um ou outro gênero (HIRD, 2002c, p. 362). O transfeminismo pode ser entendido como um projeto capaz de tornar o presumidamente natural em não-natural, o essencial em contingente, pois questiona a convicção que o corpo por si só seria um significante natural capaz de garantir a certeza sobre a identidade sexual (ELLIOT; LYONS, 2017, p. 363).

Espineira e Bourcier (2016, p. 86) entendem que o transfeminismo não pode ser reduzido a uma definição, perspectiva ou trajetória de desenvolvimento teórico únicas - mesmo quando se traçam suas raízes em uma tendência tão difusa quanto a terceira onda feminista. Johnson (2005, p. 36) afirma que embora a relação entre o feminismo e as questões trans tem sido pensada, nos últimos 30 anos, a partir da mobilização da categoria analítica de gênero,

¹⁷ *What if we think of the relation between trans and feminism as love? (...) although trans and feminism want each other—need each other, even—what each wants from the other is not only not identical but may require the other to inhabit a world incommensurable with its own desires.*

raramente houve um esforço maior em teorizar a própria categoria de gênero a partir das experiências de pessoas transexuais. A transexualidade acaba sendo invocada na melhor das hipóteses como uma espécie de ilustração de uma teoria sobre gênero (NAMASTE, 2011 p.3), sem que constitua propriamente um ponto de vista epistêmico a partir do qual a própria teoria se desenvolve. Reed (2012a) argumenta que tanto uma teoria pautada numa perspectiva de essencialismo biológico quanto em outra pautada no construtivismo social podem reivindicar a existência de pessoas trans como uma “prova conclusiva das suas posições”.

Enke (2012, p. 2) entende que os estudos transgêneros têm permanecido institucionalmente marginais em relação aos estudos de gênero e de mulheres:

Como um campo bem estabelecido, os estudos de gênero e de mulheres podem incluir o tema transgênero como um complemento (*an add-on*), sem alterar fundamentalmente as articulações teóricas e as práticas materiais que garantem que a definição de “estudos das mulheres” posicione este tema como algo exterior ou outro em relação a si mesmo.

Cabe ressaltar, contudo, que muitos dos interesses de mulheres e pessoas transgêneras já estão previamente contidos na agenda “clássica” do feminismo, tais como: equidade na educação, condições adequadas para os cuidados com os filhos e para o acesso ao ambiente de trabalho (o que inclui igualdade salarial e políticas antidiscriminação), prevenção de violência baseada em gênero e luta contra a cultura sexista (CONNELL, 2012, p. 872). O questionamento feminista às noções tradicionais de cidadania pode ser tomado como um protótipo para o desenvolvimento de um modelo de cidadania transgênero, já que foca em questões de gênero e não apenas nas questões de sexualidade (MONRO; WARREN, 2004, p. 354).

Koyama (2003, 244) define o transfeminismo como “primariamente um movimento de e para mulheres trans que veem sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres e além”. Jesus e Alves (2010) entendem o transfeminismo como uma “filosofia” assim como uma “práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos” (ibid., p. 14). Jesus (2014, p. 249) reconhece a história de lutas das travestis, das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero como “elementos fundamentais para o entendimento do feminismo”.

Os movimentos de mulheres transexuais – e das travestis, integrantes de uma parcela numerosa e historicamente mais visível da população trans – têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e construir suas próprias forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina. (JESUS; ALVES, 2010, p. 15)

Bettcher (2017, p.2) entende que o transfeminismo integra os esforços por análises interseccionais no feminismo, articulando opressão sexista e transfóbica - assumindo, portanto,

a distinção (mesmo relativa) destes dois vetores de opressão. Por estas razões, o transfeminismo busca precisamente enfatizar os “cruzamentos constitutivos, imbricações mútuas e solidariedades nas conexões e convergências entre as teorias e projetos trans e feministas” (HANSSMANN, 2016, p. 121). Solá (2013, p. 19) propõe pensar o transfeminismo como um movimento capaz de materializar “a necessidade política de assumir a multiplicidade do sujeito feminista” e colocar o feminismo como um “conjunto de práticas e teorias em movimento que respondem a uma pluralidade de opressões e situações, mostrando assim a complexidade dos novos desafios que devem ser enfrentados e a necessidade de resistência conjunta em torno do gênero e da sexualidade”. Serano (2007, p. 101) argumenta que esta convergência se baseia não por meio de um compartilhamento de experiências idênticas entre as mulheres, mas pelo comprometimento em “lutar contra a desvalorização da identidade ou posição feminina em nossa sociedade e contra os padrões duplos que incidem sobre ambos os sexos”.

Como aponta Coacci (2013), o movimento transfeminista se insere conjuntamente às discussões contemporâneas acerca das fronteiras do sujeito político do feminismo: a(s) mulher(res). Estas discussões suscitam frequentemente disputas que dizem respeito, como aponta o autor, para “quem e quais corpos podem ou não se [reivindicarem] feministas e falar pelo feminismo e quem pode ou não ser mulher”. Ele indica que tais disputas desvelam também uma tensão gerada pela presença de sujeitos transgêneros, sujeitos designados como homem ao nascer e homens em espaços feministas.

Pessoas transgêneras, neste contexto, referem-se a todas as pessoas cuja identidade de gênero não coincida com aquela designada ao nascimento e, segundo Jesus e Alves (2010), são estas pessoas, tendo em vista certas especificidades das mulheres transgêneras, transexuais e/ou travestis, que o transfeminismo deve representar. Para Connell (2012, p. 868), a transexualidade é melhor entendida não como uma síndrome médica nem como uma posição discursiva, mas como “um feixe de trajetórias de vida que surgem das contradições da incorporação (*embodiment*) social”.

Stryker e Bettcher (2013, p. 5) citam o *Posttranssexual Manifesto* ([1992] 2006), de Sandy Stone, como um dos documentos fundadores dos estudos trans contemporâneos, pois foi ele quem ativou de forma mais plena a proto-relação entre teorias trans e feministas. A formulação de Stone de uma política “pós-transsexual” se formou no mesmo ambiente intelectual que gerou a “nova mestiza” de Anzaldúa, o “ciborgue” de Haraway, a designação “teoria *queer*” por Lauretis e ofereceu uma nova e interessante maneira de pensar nos

interstícios de gênero, incorporação (*embodiment*) e sexualidade (STRYKER, BETTCHER, 2013, p. 10).

Bettcher (2009, p. 11) argumenta que a novidade contida no manifesto de Stone reside na crítica simultânea ao discurso biomédico (a respeito da transexualidade) e feminista trans-excludente. As críticas feministas aos discursos biomédicos normativos em relação à transexualidade não se tornam exclusividade de um posicionamento trans-excludente, inaugurando desta forma, um posicionamento ao mesmo tempo transfeminista e crítico ao discurso biomédico. Stone (1992, 164) defende que contar histórias autênticas sobre as vidas das pessoas trans nos permite mover para além dos termos do binário de gênero que estruturam o discurso feminista e médico-legal de forma a fazer justiça às experiências trans.

Hird (2002b, p. 338) menciona que o dualismo cartesiano é frequentemente invocado em discussões a respeito da transexualidade. A distinção entre verdadeiro e falso ou entre natural e artificial, assim como o questionamento destas mesmas distinções, passa a se aplicar aos corpos e identidades de pessoas transexuais. O questionamento deste dualismo leva às transfeministas formularem que os corpos e identidades de pessoas transgêneras não são mais ou menos falsos ou verdadeiros, naturais ou artificiais, do que de pessoas cisgêneras. A alegação dominante de que homens e mulheres se diferenciam por meio dos genitais é um dos alvos centrais dos teóricos transgêneros¹⁸ (ELLIOT; ROEN, 1998, p. 237).

Para isso, frequentemente utilizam conceitos teóricos como cissexismo¹⁹, cisgeneridade e/ou cisgênero. Serano (2007, p. 55) entende a cisgeneridade como o referencial a partir do qual a habilidade de se assignar e arbitrar os gêneros se baseia e Vergueiro (2015) como a norma regulatória a partir da qual as possibilidades de corpos e existências são medidas e um conceito analítico capaz de lidar com os efeitos de verdade em relação ao gênero.

No Brasil, uma das primeiras iniciativas que introduziu a articulação entre o debate feminista e transgênero (o que inclui os termos travesti e transexual no contexto brasileiro) foi a criação, por Hailey Kaas, de um grupo de discussões no *Facebook* em 2011 e posteriormente uma página nessa mesma rede e um site próprio, todos chamados *Transfeminismo* (COACCI,

¹⁸ Levamos em consideração que o transfeminismo integra o que as autoras designam como teorias ou estudos transgêneros.

¹⁹ Serano (2013, p. 4025) afirma que o uso do termo cissexismo para o ativismo trans visa dar conta das manifestações de negação de autenticidade das identidades trans de forma mais ampla que o uso do termo transfobia costuma fazer. Enquanto o termo transfobia geralmente designa o medo ou aversão a expressões de gênero que desviam das normas sociais, cissexismo busca conceituar um sistema de crenças mais amplo, ao mesmo tempo em que sutil, que invalida as identidades transgêneras.

2018, p. 214). Coacci (ibid., p. 217) observa que a divulgação do termo cisgênero foi um dos primeiros passos para a construção de uma perspectiva transfeminista no contexto brasileiro.

Kaas (2012) entende que o termo cisgênero, no interior de uma teoria transfeminista, busca “evidenciar o caráter ilusório da naturalidade da categoria cis” e define cissexismo como “a desconsideração da existência das pessoas trans* na sociedade” e o “apagamento de pessoas trans* politicamente por meio da negação das necessidades específicas dessas pessoas”. Coelho (2017) descreve os entraves teóricos que constituem a problemática conceitual de gênero: se a teoria feminista não avança no que se refere às identidades trans ela acaba por retroceder e reintroduzir elementos empiristas (“sexo biológico”, “corpo natural”) que outrora já havia abandonado. Para a autora, isto passa pela necessidade da incorporação do uso do termo cisgênero na teoria feminista.

Kaas (2016, p. 147) reflete sobre a recepção de ideias transfeministas no Brasil. A autora aponta a existência de uma resistência à inclusão das questões trans no arcabouço teórico e político do feminismo que reatualizam, no espaço brasileiro, as posições trans-excludentes ou transfóbicas já estabelecidas sobretudo em países de língua inglesa. Contudo, estas reatualizações muitas vezes se encontram em descompasso com as questões culturais e políticas que efetivamente dizem respeito às especificidades do contexto local. Por outro lado, os críticos das posições transfeministas também alegam o mesmo em relação à introdução de ideias transfeministas no debate feminista brasileiro. Isto culmina, segundo Kaas (2016, p. 147-148), na estranha situação de “termos que constantemente discutir sobre eventos que nunca ocorreram aqui e autores cujos trabalhos nunca foram traduzidos para o português brasileiro”.

O transfeminismo e/ou movimento trans têm argumentado que a ausência de reconhecimento é uma das bases da exclusão, opressão e violência às quais pessoas trans estão expostas socialmente. Um dos entraves para o reconhecimento das identidades trans se expressa pela suposição básica de que mulheres não podem se tornar homens, homens não podem se tornar mulheres, já que eles se tornariam apenas “pastiches”, construções cirúrgicas de masculinidades e feminilidades “imaginárias” (WHITTLE, 2006, p. 199).

Muito antes de concluir que corpos trans simplesmente são criações imaginárias que decorrem da denegação ou da não aceitação da materialidade dos corpos, propomos conceber uma materialidade específica que lhes corresponde, que diz respeito precisamente ao fato de não serem vistos e reconhecidos como corpos suficientemente materiais. Sujeitos trans se mantêm irreconhecíveis precisamente porque estão no limiar das normas estabelecidas para se pensar a corporeidade. Talvez, como cogita Butler (2016, p.27), o que chamamos de

“materialidade do corpo” constantemente escapa a qualquer nome que possamos lhe dar, pois o corpo nunca é plenamente capturado por um nome em específico. O corpo, acrescenta a autora, talvez seja o próprio nome para a nossa humildade conceitual.

Bento (2011, p. 87) afirma que é precisamente “na apropriação dos atributos femininos por sujeitos sem útero que notamos a força da estrutura de gênero operando na distribuição de níveis diferenciados de humanidade”. A autora entende a estrutura como “algo objetivo, que antecede ao sujeito, mas que só ganha concretude nas interações cotidianas, nas práticas estruturadas e estruturantes de sujeitos que atualizam e alteram as regras e recursos das estruturas de gênero, econômicas, sexuais em seus cotidianos” (ibid., p. 87). A estrutura de gênero alimenta-se da produção incessante de seres abjetos (ibid., p. 90). Butler (1999, p. 112) entende a abjeção como um produto necessário da matriz que produz os sujeitos, na medida em que forma “o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito”, demarcando um “limite definidor”. A abjeção designa precisamente zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas (ibid., p. 112) por aqueles cujo status pleno de sujeito é questionado por um sistema de normas ou opressões.

Bento (2011, p. 105-106) afirma que “há um nó indissolúvel na tese que busca explicar a consciência política pela experiência corpórea”. A argumentação tecida pela autora nos autoriza a concluir que a violência ao que é considerado feminino não se resume às questões diretamente relacionadas àquelas em relação ao “corpo feminino”, mas também ao feminino em corpos masculinos, ou a feminilidade em meninos, travestis e transexuais. Tais signos de feminilidade fazem destes corpos abjetos, pois eles quebram com expectativas socialmente consolidadas em relação ao gênero. Tais considerações terão impacto sobre o escopo do movimento feminista. Segundo Solá (2013, p. 17),

El género, si bien en un primer momento era entendido como la construcción cultural de diferencia sexual, poco a poco ha ido mutando, ampliando sus horizontes, hasta su conceptualización como sistema de opresión que afecta directamente a otros individuos o grupos, más allá de las mujeres, que el feminismo tradicionalmente no había incluido en su sujeto de representación.

Consideramos a necessidade de uma reformulação do enunciado de Bento no que diz respeito à associação espontânea entre a ausência de útero e a condição de falta de reconhecimento social de mulheres transexuais e travestis como mulheres, a fim de esmiuçar um ponto de relevância teórico. Se é correto dizer que mulheres transexuais e travestis não possuem útero (salvo exceções relativamente pontuais, considerando, entre elas, as diversas corporeidades intersexuais) e isto enquanto um dado a respeito da anatomia biológica dos corpos implicar questões em potencial para a análise teórica, não acreditamos, contudo que a

expressão esteja adequada para a formulação teórica do enunciado; consideramos, ao contrário, mais adequado o abandono do empirismo para a análise que Bento procura desenvolver acerca dos “níveis diferenciados de humanidade” que decorrem das quebras das expectativas de coerência entre sexo, gênero e sexualidade. Isto porque não se trata precisamente da mera ausência de útero que deveria ser central e ponto de partida para compreensão desta questão, pois a “apropriação de atributos femininos” por sujeitos sem útero só se torna uma questão problemática a partir do momento em que esta apropriação se realiza a partir de uma posição de sujeito tida como socialmente inesperada para tanto, sendo esta quebra de expectativas decorrente de uma designação de sexo no nascimento que motivada sim pela materialidade dos corpos, mas que não se resume a ela. Uma reformulação possível seria “[...] na apropriação dos atributos femininos por sujeitos designados masculinos ao nascer”. Esta reformulação visa dar conta do fato de entendermos que o ponto de partida da teoria são as relações sociais estruturantes do sistema sexo-gênero, e não aspectos empíricos dos corpos.

Bento acrescenta ainda que, embora a experiência corporal seja uma das dimensões para produção da rebeldia e resistência, ela por si só não é capaz de orientar a consciência política e a agência transformadora (ibid., 105). A autora cogita a hipótese de que, em virtude de certas lutas se organizarem em torno do corpo, reflexões que se encaminhem na direção do deslocamento ou da não coincidência entre experiência vivida e consciência política encontrem resistência. Isto é, há recusa em considerar a possibilidade de descolamento entre experiência (corpórea) e consciência (política) pois a crença de que há um corpo legitimado para falar determinada identidade política (BENTO, 2011, p. 106) é tacitamente (e mesmo profundamente) arraigada na militância. Admitir isto, contudo, não implica desconsiderar a importância da noção de experiência, pois ela permite a construção de conhecimento e perspectivas feministas capazes de questionar as ilusões da onipotência do conhecimento neutro e desencarnado (TREBISACCE, 2016).

3.0 Feminismo radical trans-excludente

A sigla *TERF* - *trans exclusionary radical feminist* - é frequentemente mencionada para designar os conjuntos de posicionamentos feministas críticos ou hostis à inclusão de questões transgêneras no feminismo, precisamente porque descreve a adoção de um posicionamento a favor da exclusão destas questões do escopo do movimento feminista. A designação *radical lesbian feminists* também é citada nestes contextos, de forma com que a identidade lésbica seja frequentemente lembrada e reivindicada em embates com o movimento transgênero. Hines (2017, p. 3) aponta que o uso da sigla *TERF* data de um período bem mais recente (blogosfera feminista dos Estados Unidos por volta de 2008) em comparação às próprias discussões sobre a inclusão ou exclusão de pessoas e/ou mulheres trans no feminismo. O trabalho de Raymond estabeleceu um precedente para o feminismo radical anti-trans (ou crítico de gênero e/ou transexualidade) na década de 1980 que permanece em algumas áreas controversas do feminismo contemporâneo, como no recente surgimento de *TERFs* ou das “feministas radicais trans-excludentes” (SERGENT-SHADBOLT, 2015, p. 141).

O posicionamento de exclusão das questões transgêneras do feminismo é, portanto, fortemente associado à corrente designada como “radical” e alude à existência de uma subcategorização no interior do discurso ou movimento feminista radical. Mackay (2015) aponta uma tendência entre feministas radicais a não se identificarem com a “terceira onda” do feminismo em virtude de lutarem por espaços exclusivos para mulheres e adotarem um tipo de problematização em relação à pornografia e prostituição como uma forma de violência. Algumas feministas alegam que uma das funções dos espaços exclusivos para mulheres é criar um ambiente seguro para que as mulheres possam se reunir, compartilhar experiências e construir confiança fora dos espaços tradicionalmente dominados por homens (WITHERS, 2010, p. 693). Em relação aos posicionamentos trans-excludentes no interior do movimento feminista, Serano (2007, p. 81) escreve que:

Muitos argumentam que as mulheres trans deveriam ser barradas dos espaços femininos porque supostamente ainda temos uma “energia masculina”²⁰. Mas sugerir que mulheres trans possuem alguma “energia masculina” mística como resultado de terem nascido e sido criadas como homens, essas mulheres [feministas] estão essencialmente assumindo que os homens tenham habilidades e aptidões das quais as mulheres não são capazes. Outra desculpa popular para a nossa exclusão é o fato de que algumas mulheres trans terem órgãos genitais masculinos (já que muitas de nós ou não podem pagar ou optam por não fazer a cirurgia de redesignação sexual). Esse argumento do “pênis” não apenas objetiva as mulheres trans ao nos reduzir aos nossos genitais, mas também propaga o mito masculino de que o poder e a dominação

²⁰ É possível ler as menções a “energias masculinas” de Serano como uma resposta ou alusão às alegações de Raymond (1979, p. 108) de que transexuais almejam a “legítima energia feminina”.

dos homens de alguma forma surgem do falo. A verdade é que nossos pênis são feitos de carne e sangue, nada mais.²¹

Algumas feministas radicais que advogam pela exclusão de mulheres trans do feminismo têm evitado o uso da sigla *TERF* em decorrência, em parte, dos sentidos que a sigla acabou ganhando nos inúmeros contextos polêmicos em que é rotineiramente empregada²², preferindo por isso se auto-intitular em enquanto “críticas de gênero”:

A expressão “crítico de gênero” (*gender critical*) é agora usada por feministas radicais trans-excluentes para descrever o seu próprio posicionamento. (“Feminismo radical trans-excludente” [TERF] é considerado por este grupo como um termo antifeminista e mesmo um insulto misógino.) É claro que a implicação dessa expressão é que o ativismo trans (ou a existência trans) é visto como sendo não-crítico de gênero, anulando assim as extensas e variadas críticas da categoria de gênero (incluindo como uma categoria diagnóstica) feitas de dentro das comunidades trans. (AHMED, 2016, p. 30)

Por outro lado, Williams (2016a) reivindica que os sentidos sobre “feminismo radical” não impliquem necessariamente um posicionamento trans-excludente. A autora argumenta que a impressão de que o feminismo radical não seja capaz de apoiar a causa trans se dá em virtude de um apagamento ou silenciamento de feministas radicais que se mostraram solidárias ao movimento transgênero, tais como Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon, desde a década de 1970. Gloria Steinem, por exemplo, já proferiu declarações que expressam hostilidade em relação ao movimento trans na década de 1970 e 1980, justificando o desconforto de feministas com a inclusão de pessoas trans nos movimentos e espaços de mulheres, tendo posteriormente retificado seus posicionamentos em 2013, ao dizer que “pessoas trans estão vivendo vidas autênticas, elas devem ser celebradas e não questionadas” (STUART, 2014; STEINEM, 2013).

O antagonismo às mulheres transgêneras no feminismo é frequentemente expresso pela defesa de noções como “mulheres nascidas mulheres” (*womyn-born-womyn*²³), mulheres de corpo feminino (*female-bodied women*) (HALBERSTAM, 2017, p. 107) ou ainda “mulheres-identificadas mulheres” (*woman-identified women*). Tais designações são utilizadas

²¹ *Some of the most common arguments used to deny trans women the right to participate in women-only spaces also happen to be the most antifeminist. For example, many argue that trans women should be barred from women's spaces because we supposedly still have “male energy.” But by suggesting that trans women possess some mystical “male energy” as a result of having been born and raised male, these women are essentially making the case that men have abilities and aptitudes that women are not capable of. Another popular excuse for our exclusion is the fact that some trans women have male genitals (as many of us either cannot afford or choose not to have sex reassignment surgery). This “penis” argument not only objectifies trans women by reducing us to our genitals, but propagates the male myth that men's power and domination somehow arise from the phallus. The truth is, our penises are made of flesh and blood, nothing more.*

²² Especialmente em contextos de uso em que transfeministas criticam enfaticamente o discurso que endossa a exclusão de pessoas trans do feminismo.

²³ A grafia de *womyn* no lugar de *woman* é proposital.

por mulheres cisgêneras para se diferenciarem de mulheres transgêneras, sustentando o implícito de que mulheres trans não seriam mulheres “nascidas mulheres” ou não teriam um corpo considerado feminino.

Hird (2002b, p. 338) sintetiza algumas das visões presentes em discursos feministas radicais que se pretendem críticos à transexualidade, e, em especial, à transexualidade feminina:

Primeiro, “ser” uma mulher apesar da corporalidade masculina reifica regimes hegemônicos de gênero; segundo, pessoas transexuais reproduzem performances rígidas de gênero; e, finalmente, os discursos psicomédicos a respeito do transexualismo (*transsexualism*) são sexistas.

Green (2006, p. 240) cita alguns argumentos contrários à inclusão de mulheres trans no feminismo, tais como: “as políticas transgêneras enfraquecem a habilidade de entender o gênero como uma construção social e ignoram as diferenças econômicas e de poder entre os homens e mulheres”. O autor então contra-argumenta que tais posicionamentos tratam as perspectivas de inclusão trans como algo homogêneo, ignorando a possibilidade de perspectivas trans levarem em consideração gênero como uma construção social e as diferenças econômicas e de poder entre homens e mulheres.

As críticas de feministas trans-excludentes são frequentemente mobilizadas em discursos que visam alertar para os alegados perigos que a inclusão de mulheres trans poderia implicar, como na seguinte declaração de Germaine Greer²⁴ (1999, p. 74):

Ninguém nunca perguntou às mulheres se elas reconheciam os homens que mudaram de sexo como pertencentes ao sexo delas ou se elas consideravam que ser obrigadas a aceitarem transexuais MTF como mulheres era prejudicial a sua identidade ou auto-estima.²⁵

Qualquer tentativa de reversão ou reciprocidade das afirmações de Greer são flagrantes da discrepância entre a transgeneridade e a cisgeneridade como posições capazes de sustentar sentidos legitimados a respeito de homens e mulheres. Serano (2007, p. 55) afirma que esta declaração de Greer expressa um profundo senso de merecimento (*sense of entitlement*) capaz de se auto-arrogar a capacidade de invalidar o gênero de pessoas transgêneras. A partir das considerações de Ducrot (1987) sobre a distinção entre locutor e enunciador, podemos propor a existência de dois enunciadores nesta declaração negativa, um que expressa a posição segundo a qual “alguém perguntou às mulheres se...” ou ainda de que “é verdade que pergunta-

²⁴ A respeito de Germaine Greer e sua relação com o feminismo, Sergeant-Shadbolt (2015, p. 148) entende que “eu havia afirmado que a política de Greer se alinhava com o feminismo radical. No entanto, tem havido vários momentos distintos na carreira pública de Greer que são contraditórios aos elementos da agenda feminista radical, como a sua contribuição para os interesses masculinos hegemônicos que são, sem dúvida, anti-feministas”.

²⁵ *No one ever asked women if they recognized sex-change males as belonging to their sex or considered whether being obliged to accept MTF transsexuals as women was at all damaging to their identity or self-esteem.*

se às mulheres se...” e outro que nega por meio da alegação de que “ninguém nunca perguntou às mulheres se...”, ao qual a locutora se assimila²⁶.

Neste aspecto, é notável assinalar que o ponto de vista deste primeiro enunciador, embora não seja assimilado pela locutora, sustenta implicitamente a própria eficácia da enunciação quanto ao seu senso de merecimento. Este senso de merecimento se expressa, portanto, por um funcionamento implícito da formulação negativa, em que mulheres cisgêneras, por não terem sido *perguntadas* ou *chamadas (asked)* a opinarem acerca do pertencimento de pessoas transexuais à categoria mulher, se arrogam, assim, desta suposta incumbência. A locutora, a partir da negação, é capaz de assumir uma posição de responder ao questionamento presente no enunciado: o fato de *ninguém* ter sido chamado a respeito desta incumbência não implica o posicionamento de que *ninguém deveria* opinar ou responder a questão; ao contrário, é possível defender que se trata na verdade de uma pergunta que carece urgentemente de uma resposta a ser dada pelas mulheres. Assim, quando a locutora se assimila ao enunciador que expressa a opinião segundo a qual “ninguém nunca perguntou às mulheres se...” ela é capaz de se arrogar da incumbência de responder eficazmente (e em nome das mulheres) a questão posta pelo enunciado e sustentada pelo outro enunciador que expressa a posição de que alguém seja efetivamente capaz de respondê-la.

A invalidação da identidade trans é correlata, neste aspecto, à naturalização da cisgeneridade que produz os sentidos evidentes em relação a homens e mulheres. O reconhecimento da identidade trans por sua vez é assumido como resultado do ato de *obrigar* as mulheres a aceitarem transexuais MTF como mulheres (*women [...] obliged to accept MTF transsexuals as women*). Sergent-Shadbolt (2015, p. 141) afirma que Greer, em seu livro *The Whole Woman*, acusa transexuais de “imitarem as mulheres sem apresentarem respeito às particularidades biológicas da mulheridade (*womanhood*)”. Greer (1999, p.64) ainda alega que “homens acreditam serem mulheres porque eles veem as mulheres não como o outro sexo, mas como um não-sexo”.

²⁶ Ducrot (1987, p. 142) propõe compreender os enunciados negativos como a realização de dois atos (ou a expressão de pontos de vista): uma asserção e a recusa dessa asserção. Estes dois atos ou pontos de vista não são atribuídos a um mesmo ser. Para tanto, o autor distingue o locutor do enunciador, definindo o primeiro como o responsável de um enunciado do qual se faz referência o *eu* e as marcas de primeira pessoa e o segundo como personagens que expressam pontos de vistas, posições ou atitudes mas não palavras (ibid., p. 192) e podem serem assimilados ao locutor ou não. Na negação, portanto, a recusa da asserção expressa um ponto de vista atribuído ao locutor e a asserção é vista como um ponto de vista de um enunciador que não coincide com a do locutor. O ponto de vista que não coincide com a do locutor pode ser identificado com a de um alocutário, um terceiro determinado ou a voz pública (ibid., p. 143). Ducrot admite que um enunciador pode também não ter uma identidade especificável. Continuamos abordar esta questão da negação a partir de considerações linguísticas na seção 4.3 Denegação e cisgeneridade.

Bindel (2009) também subscreve às posições críticas à transexualidade em nome do feminismo ao declarar na *Standpoint Magazine* que:

As feministas tendem a criticar os papéis tradicionais de gênero porque beneficiam os homens e oprimem as mulheres. O transexualismo, por sua natureza, promove a idéia de que é “natural” para os meninos brincarem com armas e para as garotas brincarem com bonecas Barbie. A ideia de que os papéis de gênero são biologicamente determinados e não socialmente construídos é a antítese do feminismo. (...) Em um mundo onde a igualdade entre homens e mulheres for uma realidade, o transexualismo não existiria. O diagnóstico de DG [disforia de gênero] precisa ser questionado e desafiado. Vivemos em uma sociedade que, no todo, respeita os direitos humanos dos outros. Aceitar uma situação em que a faca do cirurgião e o tratamento hormonal vitalício estão substituindo a aceitação da diferença é um escândalo. A cirurgia de mudança de sexo é uma mutilação desnecessária. Usar as leis de direitos humanos para normalizar o trans-sexualismo resultou em um passo para trás na campanha feminista pela igualdade de gênero.²⁷

Segundo Whittle (2006, p. 196) o livro de 1979 de Janice G. Raymond, *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male*, teve uma forte influência no imaginário feminista sobre pessoas transexuais. Hixson-Vulpe (2008, p. 90) afirma que este foi o primeiro livro não-médico escrito por uma pesquisadora feminista sobre questões transgêneras. Connell (2012, p. 860) chega a definir este livro como a declaração (*statement*) feminista “sem dúvidas, mais influente sobre a transexualidade”. Os posicionamentos formulados por Raymond permitem que mulheres transexuais deixem de serem vistas apenas como mais outras “vítimas inocentes da opressão” e passem a ser vistas como “co-conspiradoras na tentativa dos homens possuírem as mulheres”. Heyes (2003, p. 1099) define a obra de Raymond como a “articulação arquetípica da hostilidade do feminismo radical à transexualidade” e afirma que ela teve uma influência persistente na percepção feminista sobre a transgeneridade ao longo dos anos. Hausman (2001, p. 489) chega ao ponto de dizer que todas as “abordagens feministas que criticam o transexualismo” são assumidas como filiadas à obra de Raymond, mesmo que se trate de abordagens com formações teóricas feministas diferentes.

Pessoas transexuais e em especial, mulheres transexuais, desta forma, são entendidas como fazendo parte do “mecanismo do sistema patriarcal” pois são capazes de

²⁷ *Feminists tend to be critical of traditional gender roles because they benefit men and oppress women. Transsexualism, by its nature, promotes the idea that it is "natural" for boys to play with guns and girls to play with Barbie dolls. The idea that gender roles are biologically determined rather than socially constructed is the antithesis of feminism. (...) In a world where equality between men and women was reality, transsexualism would not exist. The diagnosis of GD needs to be questioned and challenged. We live in a society that, on the whole, respects the human rights of others. Accepting a situation where the surgeon's knife and lifelong hormonal treatment are replacing the acceptance of difference is a scandal. Sex-change surgery is unnecessary mutilation. Using human rights laws to normalise trans-sexualism has resulted in a backward step in the feminist campaign for gender equality.*

“invadir e invalidar o senso de *self*²⁸ das mulheres, suas identidades, espíritos, corpos e sexualidades” (WHITTLE, *ibid.*, p. 196). Diante desta perspectiva, a transexualidade é vista como uma condição que necessita ser abolida, pois na medida em que a transexualidade é compreendida como um produto do patriarcado, em uma sociedade pós-patriarcal simplesmente se assume que ela se tornará inimaginável (CONNELL, 2012, p. 860). Homens transexuais, por outro lado, são vistos a princípio com mais condescendência, como expresso pela alusão de Whittle (*ibid.*, p. 198) como “pobres mulheres oprimidas forçadas a se automutilarem pelo patriarcado”. Também segundo Whittle, as interpretações de Raymond implicaram na adoção de um separatismo radical com outras vertentes feministas, pois tanto correntes liberais como marxistas do feminismo estariam suscetíveis a este “cavalo de Tróia”.

Raymond (1979, p. 16) alega que a “causa primária” (*first cause*) da transexualidade seja o sexismo social” e a “sociedade patriarcal que gera as normas de masculinidade e feminilidade” (*ibid.*, p. 70) além de definir a transexualidade como um “problema social (...) que resulta das definições de masculinidade e feminilidade socialmente prescritas”. A autora entende que o desejo de se tornar mulher identificado em mulheres trans resulta de uma subordinação à cultura patriarcal. Os “estereótipos de gênero” também são mencionados enfaticamente ao longo do livro: “uma sociedade que produz estereótipos de papéis sexuais funciona como uma causa primária do transexualismo” (RAYMOND, 1994, p. xviii). Ela qualifica então a transexualidade como um “programa sociopolítico que está minando o movimento para erradicar os estereótipos e a opressão do papel sexual na cultura” (*ibid.*, p. 5). Segundo Hines (2017, p. 2) a perspectiva de Raymond sobre a transição de gênero do masculino para o feminino é entendida como uma “prática masculina planejada pelo sistema médico com o objetivo de construir mulheres subservientes”.

Halberstam (2017, p. 109) aponta que a visão de Raymond sobre mulheres transexuais comporta tanto a ideia de que transexuais são responsáveis pela reiteração da feminilidade tradicional quanto de uma invasão tipicamente masculina aos espaços e corpos femininos. Tais visões, segundo o autor, abafaram em certa medida as vozes de inclusão de questões trans no feminismo; ele ressalva, contudo, que seria equivocado considerar que o discurso feminista acadêmico anti-trans presente em autoras como Janice Raymond ou Sheila Jeffreys possa ser representativo do movimento feminista. Embora as feministas anti-

²⁸ Optamos por não traduzir neste trabalho a palavra *self*, em inglês, em virtude da ausência de uma palavra com valor análogo na língua portuguesa.

transgênero sejam minoria no movimento feminista, elas têm um alto nível de capital social, cultural e econômico (HINES, 2017, p. 10).

Williams (2017a) aponta que Raymond não fundou individualmente a discursividade trans-excludente no discurso feminista, já que ela é uma dentre tantas outras representantes da defesa de um feminismo para as ditas “mulheres-nascidas mulheres”. Williams cita como exemplo que Mary Daly, a orientadora de Raymond durante a escrita de sua dissertação que culminou no livro *The Transsexual Empire*, já tinha posicionamentos hostis em relação a pessoas trans em publicações de 1978, como o livro *Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism*. Hines (2017) afirma ainda que as posições expressas por Raymond em sua publicação de 1979 são reflexos das inúmeras discussões feitas ao longo dos anos 1970 a respeito da participação mulheres trans (notoriamente Sandy Stone e Beth Elliott²⁹) em espaços femininos, especialmente em festivais e coletivos musicais, como o *Olivia Records* (fundado em 1973). Ainda segundo Williams (2017a):

A maneira pela qual a experiência trans é representada dentro da comunidade sexista essencialista “feminista radical” é meramente um reflexo de sua própria história ideológica. Temas como violação, inautenticidade, caricatura, mutilação e monstruosidade continuam a figurar proeminentemente como uma dialética moral fundamental que é reencenada diariamente nas mídias sociais e nos espaços feministas.³⁰

Vale ressaltar, contudo, que ao invés de existir uma posição transfóbica homogênea no feminismo, a transexualidade foi debatida, examinada, discutida, aceita e/ou rejeitada por diferentes feministas em momentos diferentes de formas diversas (HALBERSTAM, 2017, p. 116). Serano (2018) afirma ainda que, apesar das perspectivas trans-excludentes serem minoritárias no interior do movimento feminista, tais perspectivas têm sido apropriadas por outros grupos que não necessariamente feministas (incluindo grupos religiosos conservadores) para justificar e embasar suspeita e/ou hostilidade em relação a pessoas trans. Califia (1997, p. 120) também associa o discurso feminista radical trans-excludente com os movimentos da direita cristã, pois ambos compartilhavam uma “obsessão com questões de conduta sexual”.

Em 1994, 15 anos após a publicação, Raymond escreve uma nova introdução para seu livro ratificando sua posição em relação à transexualidade (HEYES, 2003, p. 1100). Raymond (1994a, xxix) reitera que a expressão de gênero por pessoas transexuais envolveria a aceitação de papéis sexistas de gênero e, portanto, falharia no que a autora entende ser a

²⁹ Ver Heaney (2016).

³⁰ The way in which the trans experience is represented within the contemporary “radical feminist” sex essentialist community is merely a reflection of its own ideological history. Themes of violation, inauthenticity, caricature, mutilation and monstrosity continue to feature prominently as a foundational moral dialectic which is reenacted daily on social media and within feminist spaces.

verdadeira transcendência de gênero e que a maioria das pessoas transexuais seriam, em sua opinião, “predominantemente homens” que estão, de alguma forma, performando uma feminilidade estereotipada e sexista.

A persistência da hostilidade à transexualidade no feminismo desde a publicação de 1979 de Raymond têm se manifestado em várias posições teóricas, práticas políticas, incluindo atitudes responsáveis pelo agravamento do sofrimento psíquico (ELLIOT, 2010, p. 4). Nesta leitura [da obra de Raymond], mulheres transexuais são artefatos das práticas médicas patriarcais que se apropriariam do corpo das mulheres para perpetuar o essencialismo de gênero, e por extensão, a opressão de gênero. Esta associação conduz à conclusão de que mulheres transexuais não são apenas cúmplices, mas responsáveis por práticas e discursos misóginos. Uma das premissas questionáveis da argumentação de Raymond é associar o desejo por alteração corporal como evidência inequívoca de um posicionamento anti-feminista (HEYES, 2003, 1101).

A hipótese de que o transgênero é antifeminista parece infalsificável, e ficamos imaginando se poderia haver algum tipo de vida trans que satisfizesse Raymond com suas credenciais feministas e contribuir para a transformação social. Eu suspeito que a resposta para isso é não, porque o tipo de feminismo de Raymond requer apenas um sujeito: a mulher-identificada como mulher (*woman-identified woman*). (HEYES, 2003, p. 1108)

Stryker e Bettcher (2013, p. 5) entendem a atual onda de retórica antitransgênera como uma reação aos recentes ganhos nos direitos humanos e civis de pessoas transgêneras, assim como um aumento da visibilidade de suas questões. Tal visibilidade se expressaria na vaga sensação de que a opinião pública esteja mudando, mesmo que de forma hesitante ou desigual, em direção a um maior apoio às vidas trans. O medo de que a inclusão de mulheres trans no feminismo possa diluir, distrair ou erodir um movimento que historicamente se centrou nos esforços e questões de mulheres cisgêneras se baseia nas seguintes suposições ou premissas: de que os movimentos transgênero e feminista não poderiam trabalhar conjuntamente em virtude de diferentes objetivos ou de que as experiências concernentes a cada movimento seriam irreconciliáveis de alguma forma (SERANO, 2007, p. 101). A alegação de que as experiências de pertencimento a um gênero seriam incomensuráveis em relação a um outro são expressas em formulações como a de Grosz (1994, p. 207) que sugere que “os homens, ao contrário da fantasia do transexual, nunca podem, mesmo com intervenção cirúrgica, sentir ou experimentar o que é ser e viver como uma mulher”.

Em função destes debates, muitas polêmicas feministas culminam na própria disputa sobre o que significa ser mulher e se mulheres transexuais/transgêneras podem ser reconhecidas como mulheres. Além disto, a própria demanda por reconhecimento das

identidades transgêneras em si é vista como sendo capaz de ameaçar a capacidade de autodefinição das mulheres (WATSON, 2016, p. 246).

Allen (2013) sugere a existência de uma representação ambígua da transgeneridade em discursos feministas transfóbicos ou trans-excludentes, indo desde posições ou formulações mais paternalistas até aquelas que beiram aspectos ou tendências conspiratórias. Compreendemos que o paternalismo no feminismo radical trans-excludente se expressa pela posição que concebe que pessoas trans necessitam serem “educadas e conscientizadas” a respeito da “crítica aos estereótipos de gênero” com o objetivo de abandonar o conluio com o sistema médico³¹. O feminismo radical trans-excludente concilia este aspecto paternalista com tendências conspiratórias na medida em que enfatiza os aspectos pretensamente perigosos deste conluio.

Os posicionamentos ou formulações com tendências paternalistas expressam com maior enfoque a alegada vitimização de pessoas trans pelas práticas biomédicas de alterações corporais (entendidas como práticas mutilatórias que integrariam o sistema patriarcal pois incentivariam a conformidade de gênero e os estereótipos) enquanto que as conspiratórias enfocam os perigos e ameaças que as próprias pessoas trans representariam diretamente para o feminismo. Esta representação ambígua expressa a união contraditória das figuras de vítima e agressor, mediada pela noção de “cumplicidade”.

As críticas de feministas radicais à transexualidade frequentemente residem na ideia de que ela seria “cúmplice da conformidade a estereótipos de gênero” e que, portanto, a transexualidade de alguma forma transformaria os sujeitos de gênero variante em vítimas das novas tecnologias de alteração corporal. A palavra “cumplicidade” (*cumplcity*) é empregada por Hausman (2001, p. 477) precisamente em contexto de crítica feminista:

A experiência transexual pode ser apoiada por noções ocidentais de um *self* interior que pode ser detectado na superfície do corpo (e que devem ser detectáveis), mas como teóricos críticos devemos ser capazes de ver a **cumplicidade** de tais ideias com narrativas de ser (*of being*) que muitas feministas têm questionado por muito tempo.³²

McQueen (2016, p. 672) neste sentido afirma que existe

um número crescente de feministas que são críticas às identidades trans em grande parte devido a uma cumplicidade percebida nelas ou até mesmo um endosso a concepções estereotipadas de masculinidade e feminilidade. Consequentemente, as identidades trans são acusadas de serem antitéticas com o objetivo feminista de eliminar o gênero.

³¹ Ver mais adiante as análises em relação às posições de Raymond e Jeffreys.

³² *Transsexual experience may be supported by Western notions of an inner self that can be detected on the surface of the body (and that should be detectable) but as critical theorists we should be able to see the complicity of such ideas with narratives of being that many feminists have long challenged.*

Esta tendência contraditória no discurso feminista radical trans-excludente admite, portanto, tanto a possibilidade que pessoas transgêneras sejam oprimidas pelo sistema patriarcal (o que, a princípio, pode indicar a possibilidade de políticas de aliança entre os dois movimentos e/ou discursos) como suportes e responsáveis (agentes) pela própria opressão patriarcal. Formulações linguísticas com construções nominalizadas estão presentes na expressão desta tendência contraditória e representação ambígua de sujeitos trans.

Desta forma, as eventuais alianças que poderiam ser traçadas entre movimento feminista e transgênero são severamente obstaculizadas, pois a tendência paternalista, subsumida à própria tendência conspiratória, indica que a vitimização é, em certa medida, responsabilidade dos discursos defendidos pelas próprias pessoas trans. Serano (2013) afirma que estas representações a respeito de pessoas trans, em especial mulheres transexuais, comportam tanto a figura de alguém “iludido pelo patriarcado a se vestir e atuar como objetos sexuais subservientes e pelo sistema médico a mudar de sexo” como aquele que “intencionalmente se engaja em maneirismos artificiais e formas de se vestir para ser assimilado no sistema patriarcal e que escolhe imitar homens e mulheres de verdade”.

Moore (2015) afirma, neste aspecto, ao resenhar *Gender Hurts*, que a representação de pessoas trans como vítimas ou agentes do sistema de opressão depende de quando for o momento “retoricamente conveniente”. A figura de cúmplice é sintetizada por Raymond (1979, p. 167) como resultado de um processo pretensamente alienante em que transexuais “se tornam espectadores dependentes e acríticos dos seus próprios *selves* profundamente decadentes”³³. Na seção 3.2 “O império das alterações corporais”, analisamos discursos feministas com maior tendência paternalista, enquanto que na seção 3.3 “O ato de enganar como estupro e a ameaça à lésbica” a tendência dominante analisada é a conspiratória. Em 3.4 “estereótipos de gênero, socialização e identidade”, por fim, abordaremos as críticas de feministas radicais às noções de identidade de gênero.

3.1. Gênero dói?

Com a publicação mais recente, em 2014, de *Gender Hurts: A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism* de Sheila Jeffreys, as posições trans-excludentes são novamente atualizadas no debate feminista contemporâneo. No entanto, como observa Goldberg (2014), ao contrário da famigerada publicação de 1979 de Raymond, que obteve uma “recepção

³³ *The transsexual becomes an uncritical and dependent spectator of his deeply decaying self.*

respeitosa e até mesmo de admiração pela mídia”, a publicação de Jeffreys não alcança o mesmo reconhecimento positivo. Contudo, quando a editora Routledge lançou *Gender Hurts*, o livro chegou ao topo da lista *Transgender Nonfiction* da Amazon, apesar de seu preço de 50 dólares (STUART, 2014). Awkward-Rich (2017, p. 831) afirma que a escrita de Jeffreys em *Gender Hurts* é inundada de sentimentos ruins, a autora se mostra horrorizada pela forma como o “patriarcado nos leva capciosamente a alterar os nossos corpos” e utiliza a existência de pessoas trans como objeto de luto pela perda da identidade lésbica.

O argumento de Jeffreys de que a transgeneridade feminina não passa de uma “fantasia masculina em se tornar uma mulher” além de uma “prática perigosa que não deve ser apoiada por ninguém” (ELLIOT; LYONS, 2017, p. 359) reafirma o posicionamento de negação de autenticidade desenvolvido por Janice Raymond e pela própria autora anos atrás. Jeffreys (1997, p. 70) alega que o “transexualismo” representa um perigo de saúde e social para aquele que “sobreviveu a esta prática”, além de ser politicamente perigoso para as mulheres pois “mantém a ideia da dicotomia de gênero que é a base para a dominação masculina”. A autora define a “ideologia transgênera” como a “visão que os homens têm das mulheres” e “uma forma de engenharia social para forçar as crianças a se conformarem a rígidas categorias de gênero” (JEFFREYS, 2014a, p. 140), o que supõe que não haja propriamente uma perspectiva transgênera que seja autêntica em relação a si mesma. Ainda afirma que “o legado mais perigoso da teoria e política *queer* para o feminismo é a maneira como eles abriram o caminho para a política do transgenerismo (*transgenderism*), criando a noção de que a transposição de gênero é de alguma forma revolucionária” (ibid, p. 44).

Jeffreys (2014b, p. 42-43) formula que “a maneira pela qual ativistas transgêneros usam o termo gênero faz desaparecer a dominação masculina” e “identidade de gênero como uma preferência ao invés de uma opressão às mulheres”. A autora conclui que ativistas transgêneros essencializam o gênero ao tratá-lo como uma identidade, pois isso desconsideraria os usos do conceito de gênero que criticam as violências que mulheres enfrentam ou estão expostas em uma sociedade patriarcal. A autora enfatiza que mulheres seriam oprimidas em virtude do sexo ao invés da identidade de gênero e que ativistas trans e teóricos *queer* fazem uso da categoria de gênero no lugar daquilo que deveria ser designado como “papéis sexuais” (JEFFREYS, 2008, p. 340).

Os teóricos pós-modernos e *queer* compartilham com os teóricos transgêneros a ideia de que “gênero” é uma celebração móvel que pode ser movida de dentro e para fora, trocada e assim por diante. O gênero, usado neste sentido, faz desaparecer a fixidez do sexo, a base biológica subjacente à rejeição das mulheres à sua casta sexual (...) O status de casta sexual inferior das mulheres é atribuído com referência à sua

biologia, e é através de sua biologia que a subordinação é aplicada e mantida através de estupro, fecundação e gravidez forçada. (JEFFREYS, 2014a, p. 5-6)³⁴

O reconhecimento da autenticidade das identidades trans é interpretado por Jeffreys como fruto de um posicionamento teórico e político que buscaria produzir o efeito do desaparecimento da “fixidez do sexo” por meio de um uso teórico do conceito de gênero. Este uso teórico é identificado pela autora como sendo expressão de uma espécie de voluntarismo liberal e pós-moderno - em que cada indivíduo “celebraria” o caráter livremente móvel de sua identidade de gênero (*uma identidade que pode ser movida para dentro e fora, trocada e assim por diante*).

A posição de Jeffreys sugere, portanto, que os usos conceituais de gênero que articulem posicionamentos que questionem a negação de autenticidade das identidades trans estejam em antagonismo com as análises que pretendem considerar como a opressão, exploração e/ou violência contra os corpos das mulheres (levando em consideração explicitamente seus aspectos biológicos) funcionam ou se estruturam. Logo, a partir do momento em que a autora se posiciona na defesa da análise crítica das violências em relação aos corpos das mulheres - tais como *estupro, fecundação e gravidez forçada* - ela o faz a partir da necessidade que julga incontornável de se distanciar de teorias ditas pós-moderna, *queer* e/ou transgênera. Tais teorias seriam equivocadas pois, ao buscarem “desaparecer a fixidez do sexo”, ignorariam equivocadamente o aspecto biológico, e com isso, seriam incapazes de abordar tais opressões que incidem diretamente sobre os corpos. Jeffreys pretende convencer o leitor de que as definições de gênero desenvolvidas na esteira do movimento trans ao longo do último meio século tiveram um impacto geral prejudicial sobre o feminismo e sobre o bem-estar das mulheres (BUCUR, 2017).

Jeffreys entende que a perspectiva que reconhece a autenticidade das identidades transgêneras necessita aderir à uma crença de que esta identidade seja uma essência. A “essência de gênero” que uma pessoa transgênera reivindicaria ter é associada ao “sexo oposto”, na seguinte formulação:

Na ideologia transgênera, as pessoas transgêneras são vistas como possuidoras de uma “essência” - consistindo de roupas ou hábitos - do “gênero” mais comumente associada ao sexo oposto. Entende-se que esta essência é o resultado de um acidente

³⁴ *Postmodern and queer theorists share with transgender theorists the idea that ‘gender’ is a moveable feast that can be moved into and out of, swapped and so forth. Gender, used in this sense, disappears the fixedness of sex, the biological basis that underlies the relegation of females to their sex caste... The inferior sex caste status of women is assigned with reference to their biology, and it is through their biology that their subordination is enforced and maintained through rape, impregnation and forced childbearing... Another reason for adherence to pronouns that indicate biology is that, as a feminist, I consider the female pronoun to be an honorific, a term that conveys respect. Respect is due to women as members of a sex caste that have survived subordination and deserve to be addressed with honour.*

de biologia, ou como o produto de algum outro processo misterioso e geralmente não identificável e, portanto, “natural”.³⁵ (JEFFREYS, 2014a, p. 15)

Portanto, para este posicionamento orientado pela teoria feminista radical trans-excludente ou crítico de gênero, o reconhecimento da autenticidade das identidades trans implica a adoção de uma perspectiva essencialista. Esta posição é sintetizada por Jeffreys quando ela afirma que a existência de pessoas trans “só faz sentido se o transexualismo for entendido como uma qualidade essencial, aquilo que alguns sexólogos chamam de ‘essência feminina’” (ibid., p. 14).

Allen (2013) sintetiza o debate a respeito de essencialismo no interior de disputas entre feministas radicais e transfeministas (ou pessoas trans) da seguinte forma:

Embora as feministas radicais tenham tradicionalmente sido essencialistas de gênero, algumas feministas radicais recentemente inverteram o script para fazer parecer que são elas que combatem o essencialismo de gênero e que as pessoas trans são aquelas que o reforçam. Mas enquanto Bindel argumenta que as pessoas trans reforçam o determinismo biológico, ela evita a questão de que se o gênero é uma construção social, por que não pode ser mudado? Ela está apenas cantando a mesma música para um tom diferente, a fim de obscurecer o ultrapassado essencialismo do feminismo radical.³⁶

Williams (2016b) argumenta que Jeffreys turva a relação de causalidade entre sexo e opressão, pois não seria teoricamente adequado formular que o sexo diretamente causa a opressão de gênero, e sim que a cultura patriarcal e as relações de poder causam a opressão. Segundo Williams (2014a), Jeffreys busca enquadrar a experiência transgênera no interior do dualismo cartesiano. Trata-se de uma estratégia retórica que busca negar a autenticidade das identidades transgêneras. Williams argumenta que as estratégias de validação da experiência ou identidade são assimetricamente interpretadas: enquanto feministas radicais apelam para a validação de uma experiência feminina baseada nos corpos (vistos em seus aspectos primordialmente biológicos) e processos sociais correlatos (o que configura a noção de “socialização”) e não são vistas como adeptas de uma perspectiva essencialista, o mesmo não ocorre com mulheres trans, pois as suas estratégias de validação identitárias são interpretadas como essencialistas. Desta forma, enquanto feministas radicais denunciam que as estratégias

³⁵ In transgender ideology, persons who transgender are seen as being in possession of an ‘essence’ – consisting of clothing or habits – of the ‘gender’ more usually associated with the opposite sex. This essence is understood to be the result either of an accident of biology, or as the product of some other mysterious and not usually identifiable process, and therefore ‘natural’.

³⁶ *Although radical feminists have traditionally been gender essentialists, some radical feminists have recently flipped the script to make it appear that they are the ones countering gender essentialism and that trans people are the ones reinforcing it. But while Bindel argues that transpeople reinforce biological determinism, she avoids the question that if gender is a social construct, why can't it be changed? She is merely singing the same song to a different tune in order to obscure good old-fashioned radical feminist essentialism.*

de validação das identidades trans estejam pautadas em um dualismo cartesiano (que demandaria ser superado pela crítica do essencialismo) elas acabam por deixar inadvertidamente elementos de sua própria teoria isentos da crítica ao dualismo - tais como a divisão entre sexo biológico e papéis culturais de gênero como fundamento do critério da experiência feminina legítima.

Wilton (2000, p. 237), indo no sentido das perspectivas críticas às transgeneridades, propõe interrogar as noções a respeito de “estar preso no corpo errado” e o discurso médico a respeito da transexualidade como manifestações de um dualismo cartesiano entre corpo e mente. Segundo a autora, sua proposta metodológica não aborda diretamente as pessoas trans e sim “o discurso medicalizado sobre pessoas trans que, não obstante, é reproduzido por elas próprias”. Também segundo a autora, o discurso médico a respeito da transexualidade tem efeitos amplos nas políticas sobre gênero e sexualidade. Ela adota uma posição comum a feministas radicais trans-excludente e/ou críticas de gênero: “o pacote discursivo que torna crível a alegação de que alguém pode ‘ser’ uma mulher, apesar de uma corporeidade que ‘é’ um homem, opera a favor de interesse de regimes hegemônicos de gênero”³⁷ (ibid, p. 238). Mulheres transexuais, argumenta a autora, estariam em “cumplicidade” com a “invalidação das mulheres e *queers*” ao adotarem ou participarem de uma noção sobre a construção sexual de corpos que seria sexista.

Como aponta Bettcher (2013a, p. 233-234), uma das visões mais recorrentes sobre a transexualidade mobiliza a ideia de um “desalinhamento entre identidade de gênero e corpo”. Esta perspectiva expressa o modelo do “corpo errado”, pois utiliza a noção de “mulheres presas em corpos de homem” e “homens presos em corpos de mulher” para designar, respectivamente, mulheres trans e homens trans. Esta perspectiva, contudo, frequentemente naturaliza gênero e sexo de uma maneira potencialmente problemática (BETTCHER, ibid., p. 234). Bettcher (2014, p. 386) entende que o modelo do corpo-errado “falha em garantir a validade das reivindicações trans em pertencerem a um determinado sexo”, o que acaba sendo irônico, já que isto seria, segundo a autora, precisamente o que o modelo pretendia proteger.

Serano (2007, p. 76) entende que a expressão “mulher presa em um corpo de homem” ou as noções que transexuais nasceram em “corpos errados” acabam sendo mais usados como uma paródia ou uma imagem que pessoas cisgêneras fazem de pessoas trans do que efetivamente para descrever as experiências das próprias pessoas transexuais. Estas

³⁷ *The discursive package which makes credible the contention that one can ‘be’ a woman, despite a corporeality that ‘is’ a man, operates in the interests of hegemonic regimes of gender.*

considerações questionam precisamente o quanto pessoas transexuais “reproduziriam acriticamente” um discurso médico pretensamente normativo ou essencialista em relação ao gênero. Estas expressões clichês, argumenta a autora, dificilmente dão conta das intrincadas nuances das experiências de pessoas trans, acabando por funcionar, ao contrário, como uma simplificação das narrativas transgêneras para a compreensão do grande público e até mesmo como estratégia para a negação do reconhecimento identitário (ibid.). Connell (2012, p. 867) por outro lado atenua as críticas à metáfora da transexualidade como “prisão no corpo errado”, pois ela teve, mesmo assim, o “mérito de apontar para a agência do corpo”. Como aponta Gherovici (2017, p. 552), o que a princípio pode ser visto como uma falha letal decorrente de estar “preso no corpo errado” pode ser reparado como um sintoma/suplemento que garante o acesso a uma nova forma de ser.

Bucur (2017) afirma que o livro *Gender Hurts* está “atolado em contradições que a autora critica nos outros, mas falha em ver em suas próprias afirmações”. Uma das contradições de Jeffreys reside em qualificar a transgeneridade ao mesmo tempo como uma “construção social” e uma “desordem mental” (HUNNINGS, 2015). Segundo Bresser (2016), Jeffreys apaga a identidade trans como um componente valioso para o movimento feminista através de uma “combinação metodologicamente carregada de pontos de vista epistemológicos de essencialismo biológico e construtivismo social”.

De forma semelhante à estas considerações sobre Jeffreys, Nicholson (2000, p. 17) afirma que a argumentação de Raymond em *The Transsexual Empire* está apoiada no “pressuposto de uma relação altamente constante entre biologia e caráter, embora não se trate de uma constância característica do determinismo biológico mais rotineiro”. A noção de “construção social” é frequentemente usada no interior de uma retórica de negação de reconhecimento das identidades trans em discursos feministas radicais trans-excludentes³⁸. No entanto,

Ver que os termos de nossas identidades são construções sociais não se traduz na possibilidade ou na prescrição para superá-las. Um senso de *self* não é uma vontade que pode ser negada, abandonada ou refutada simplesmente porque nos tornamos conscientes de sua natureza socialmente construída. Como uma construção de forças culturais, o *self* profundo (*deep self*) está firmemente enraizado.³⁹ (RUBIN, 2003, p.182)

³⁸ Estes aspectos serão ainda mais desenvolvidos na seção 3.4. Estereótipos de gênero, socialização e identidade.

³⁹ *To see that the terms of our identities are social constructs does not translate into the possibility of or the prescription to overcome them. A sense of self is not a will 'o wisp that can be denied, abandoned, or refuted simply because we become aware of its socially constructed nature. As a construct of cultural forces, the deep self is firmly rooted.*

Em uma resenha de *Gender Hurts*, Miguel (2016, p. 373) alega que a simpatia às reivindicações das pessoas trans nos círculos mais progressistas faz com que “exista muita pouca crítica aos pressupostos e prática [da transgeneridade]”. Esta ausência de crítica decorreria, segundo Miguel citando Jeffreys, do ônus pessoal que estas posições críticas teriam que arcar, tais como “pesadas campanhas difamatórias, represálias e boicotes”. O rótulo “transfóbico” seria aplicado a qualquer um que questione os fundamentos ou as práticas da corrente (ibid, p. 373). Não fica evidente se tais alegações na resenha se tratam de adesão ou mera menção à perspectiva de Jeffreys; embora o autor admita que Jeffreys chegue ser “agressiva em alguns momentos”, afirma logo em seguida que “há muito a ser discutido no discurso da transgeneridade” - dando a entender que subscreve pelo menos em parte às alegações e posições da autora.

Miguel desfere apenas uma crítica ao livro de Jeffreys: a sua atenção ao universo de transgêneros de “classe média, intelectualmente sofisticados e mesmo acadêmicos” (ibid., p. 376). Jeffreys, na visão de Miguel, não foi, em virtude disto, capaz de abordar a situação das “milhares de travestis no Brasil, que não têm acesso à escola ou ao mercado de trabalho, que sofrem cotidianamente as mais diversas formas de violência, incluindo uma altíssima taxa de homicídios, e que acabam condenadas à prostituição e à criminalidade” (ibid., p. 376). Miguel conclui sua resenha afirmando que a “crítica ao discurso da transgeneridade, que é necessária, não pode se descolar da defesa intransigente dos direitos dessa população”. Apesar de não explicitar se as considerações de Jeffreys seriam capazes de subscreverem às críticas que o autor julga “necessárias” ao “discurso da transgeneridade”, sua avaliação crítica incidindo unilateralmente no caráter de classe da realidade retratada por Jeffreys permite inferir que o autor seja capaz de endossar a maior parte das posições da autora que ele resenhou.

Johnston (2014) afirma que *Gender Hurts* conta com um conjunto muito pequeno, controverso e muitas vezes ultrapassado de textos e evidências para apoiar seus argumentos. Além disto, Jeffreys não conseguiu reconhecer a natureza controversa ou contestada destas evidências, nem ponderar evidências significativas e estabelecidas que são críticas de sua própria posição (ibid). Além disto, as alegações de Jeffreys de que suas posições feministas seriam sistematicamente censuradas acabam funcionando como justificativa para a seleção de bibliografia enviesada e ultrapassada além da própria ausência de evidências para sustentar algumas de suas posições. Para Johnston, isto a impede de investigar se a falta de algumas evidências decorre de suas próprias imprecisões ou equívocos metodológicos ao invés de censura política.

Lamarão (2015), neste sentido, ao resenhar *Gender Hurts*, afirma que os relatos de arrependimento que envolvem a destransição são poucos relatados na literatura médica. A autora alega que “isto não é por acaso” e “não seria diferente”, já que “a noção de gênero tem por fundamento o sistema político de dominação masculina”. Desta forma, ao invés de assumir que a escassez de relatos de destransição na literatura médica decorre simplesmente do baixo índice de arrependimento, atribui-se que resulta de algum tipo de acobertamento com viés político. Estas associações, portanto, dependem fortemente da própria posição discursiva trans-excludente de Jeffreys a qual aparentemente Lamarão se filia:

Tal como Janice Raymond, Jeffreys sustenta que a transgeneridade é uma maneira sofisticada de controlar e ajustar o comportamento, seja a nível individual, seja social, pois ao essencializar a ideia de gênero, como categoria ontológica, intensifica as expectativas edificadas, sobretudo em torno de pessoas do sexo feminino, uma vez que vivemos numa sociedade androcentrada. [...] a autora discute a **danosidade decorrente da categorização do sujeito como transgênero**. Apresenta desde os efeitos psicológicos até os físicos de tal **categorização**, bem como o processo de *detransitioning* [processo de reversão das mudanças realizadas durante a transição]. Traz, para tanto, relatos de pessoas que **lamentam** ter se submetido a intervenções médicas de “redesignação sexual”, tais como, cirurgias faciais e de **mutilação** de genitais e processos de ingestão de hormônios. **Não é por acaso**, como afirma Jeffreys, que tais situações ainda são pouco relatadas na literatura. **Não seria diferente quando se verifica que a noção de gênero tem por fundamento o sistema político de dominação masculina**. [...] Enfim, da leitura de Jeffreys, conclui-se que a ideologia da transgeneridade, acolhida não só pela academia, mas reproduzida por parte do movimento feminista, enfraquece a própria existência da categoria mulher enquanto sujeito do feminismo e invisibiliza os anseios e interesses da casta sexual feminina. (LAMARÃO, 2015, p. 731-732)

A palavra “categorização” no recorte acima decorre do processo de nominalização do verbo “categorizar”. Como aponta Nogueira (2007, p. 6): “a nominalização apaga outros dizeres e não explicita o agente, nem o paciente. Quando temos um funcionamento de nominalização, perdem-se as propriedades do verbo (como o tempo e modo), pois o processo não é explicitado”. Assim, os conteúdos que seriam tematizados pelo verbo são elididos em uma nominalização. A nominalização possui uma estrutura não explicitada, não expandida e que supõe um conhecimento x (ibid., p. 9).

Diante destas considerações, surgem os seguintes questionamentos: seriam as próprias pessoas trans que se auto “categorizariam” como trans e infligiram um dano a si mesmas? Ou então elas seriam vítimas ou cúmplices de uma categorização imposta de fora pelas práticas sociais e discursos normativos sobre gênero, em especial os médicos? A danosidade, que seria decorrente desta categorização, é também outra nominalização, do verbo danar. O efeito de indistinção que decorre da nominalização “categorização” sustenta a danosidade do ato de categorizar como um pressuposto. A danosidade abarcaria aspectos psicológicos e físicos (*efeitos psicológicos e físicos de tal categorização*).

Através de mecanismos parafrásticos e de reescritura, *processo de detransitioning* é referenciado como um exemplo da danosidade da *categorização do sujeito como trans*. O *detransitioning*, por sua vez, é definido a partir dos *relatos de pessoas que lamentam ter se submetido a intervenções médicas de “redesignação sexual”*. O efeito produzido é de que a própria “categorização do sujeito como trans” causa os relatos de lamentação, e portanto, o arrendimento em relação às alterações corporais.

Este efeito de indistinção também ocorre nas construções nominalizadas “processo de fabricação transexual” e “medicalização do transexualismo” em que, respectivamente, os agentes da ação da “transformação” de “homens em mulheres artefatuais” e da “construção de um novo corpo do sexo oposto” são ocultados:

O que finalmente acontece no **processo de fabricação transexual** é que os homens são transformados em mulheres artefatuais. Embora os transexuais sejam, sob muitos aspectos, o estereótipo de feminilidade da sociedade patriarcal, eles não são mulheres de verdade.⁴⁰ (RAYMOND, 1994b, p. 628)

A **medicalização do transexualismo** promove a ideologia de que o problema da insatisfação de gênero requer a intervenção das especialidades médicas e cirúrgicas para remediar a insatisfação através da construção de um corpo do sexo oposto.⁴¹ (RAYMOND, 1994a, p. xviii)

3.2 O Império e suas ruínas

A construção de uma problemática em relação às normas de gênero aplicada às tecnologias de modificação corporal é sintetizada por Elliot (2010, p. 80-81) a partir das considerações de Sullivan (2006) da seguinte maneira:

Algumas formas de modificação do corpo são radicais ou transgressivas (porque antinormativas) e outras más ou conformistas (porque elas buscam incorporar ideais culturais)? Mesmo que algumas pessoas usem discursos médicos normativos ou ferramentas como cirurgia para marcar seus corpos, isso necessariamente as torna vítimas desses discursos ou ferramentas? O que acontece com a agência e a autopercepção quando as práticas de modificação corporais são interpretadas como automutilação ou vitimização, e quando são vistas como tal?⁴²

Raymond (1979, p. 2) entende a relação de pessoas transexuais com as práticas médicas como resultado de uma submissão, ao dizer que “transexuais se entregam a terapêuticas

⁴⁰ What ultimately happens in the transsexual fabrication process is that men are turned into artifactual women. Although transsexuals are in many ways what a patriarchal society's stereotype of femininity is, they are not real women.

⁴¹ The medicalization of transsexualism promotes the ideology that the problem of gender dissatisfaction needs the intervention of the medical and surgical specialties to remedy the dissatisfaction by constructing a body of the opposite sex.

⁴² Are some forms of body modification radical or transgressive (because antinormative) and others bad or conformist (because they seek to embody cultural ideals)? Even if some persons use normative medical discourses or tools like surgery to mark their bodies, does this necessarily make them victims of those discourses or tools? What happens to agency and self-perception when one's body modification practices are interpreted as self-harm or victimization, and when are they seen as such?

e técnicos”. A autora descreve pessoas transexuais como “andróginos cirurgicamente construídos” (ibid., p. 165). Ao afirmar que a transexualidade resulta das práticas e discursos médicos, Raymond (1994, p. xxvi) argumenta também que a transexualidade seria um “fenômeno recente”⁴³. A autora não concebe que pessoas transexuais possam ter uma percepção crítica acerca das exigências diagnósticas das clínicas de gênero que se baseiam em estereótipos de gênero (CALIFIA, 1997, p. 126). Raymond precisamente faz uma reflexão sobre o caráter de agente versus paciente da condição transexual e advoga para uma posição que enfatiza o aspecto de submissão de transexuais às equipes médicas:

Ao eliminar o agente, a palavra transexualismo disfarça o poder do império médico para gerar um grupo único de consumidores médicos. Assim, as ações de um agente primário, o *establishment* médico, tornam-se invisíveis, e a assim chamada necessidade do transexual, o paciente, é destacada. Em suma, a terminologia do transexualismo disfarça a realidade de que alguém transexua alguém, que transexuais “provam” que são transexuais ao conformarem-se aos cânones de uma instituição médico-psiquiátrica que os avalia com base em sua capacidade de passar como estereotipicamente masculino ou feminino e que, em última análise, concede a cirurgia com base nisto.⁴⁴ (ibid., p. 13)

O “império transsexual” é entendido por Raymond como uma coalizão nefasta de profissionais médicos e empresas farmacêuticas que intervêm para identificar um problema e oferecer uma “solução” alegadamente lucrativa e individualista: a redesignação de gênero (MOORE, 2015). Apesar de sua incisiva associação entre transexualidade e práticas médicas, Raymond também afirma que “o transexualismo em si é uma questão profundamente moral, ao invés de uma questão de mera técnica médica”.

Ironicamente, segundo Serano (2007, p. 45), a representação de pessoas transexuais como submissas ou facilmente influenciáveis pelo discurso médico vai de encontro às próprias visões médicas a respeito de sujeitos transexuais, a saber, pessoas transexuais como altamente resistentes à psicoterapia, geralmente chegando às clínicas com posicionamentos previamente estabelecidos em relação à própria identidade e demandas de alteração corporal, a ponto de serem vistas pelas equipes terapêuticas como teimosas, inflexíveis, insistentes e até mesmo manipuladoras, mentirosas e “difíceis” de lidar (HANSBURY, 2017, p. 391). Médicos que atendiam pessoas transexuais também as descreviam com certa frequência como “não

⁴³ Apesar de admitir a existência de práticas e identidades que questionam o binarismo de gênero ao longo da história, Raymond (1979, p. 20) reitera que “estritamente falando, a transexualidade não tem precedentes históricos” anteriores ao advento da medicina moderna.

⁴⁴ *In deleting the agent, the word transsexualism cloaks the power of the medical empire to generate a unique group of medical consumers. Thus the actions of a primary agent, the medical establishment, are rendered invisible, and the so-called need of the transsexual, the patient, is highlighted. Put succinctly, the terminology of transsexualism disguises the reality that someone transsexes someone, that transsexuals “prove” they are transsexuals by conforming to the canons of a medical-psychiatric institution that evaluates them on the basis of their being able to pass as stereotypically masculine or feminine, and that ultimately grants surgery on this basis.*

confiáveis, ingratos, exibicionistas, extremamente impacientes, insatisfeitos, egoístas e possuidores de conceitos éticos questionáveis” (MEYEROWITZ, 2006, p. 381). Segundo Stryker (1998, p. 146), “há uma longa história de sentimentos ambivalentes entre muitas pessoas transexuais em relação aos profissionais que lhes oferecem acesso a tecnologias de alteração corporal apenas por meio da patologização de seus desejos e estigmatização de suas vidas”.

Stryker (2008) afirma que as críticas feministas que surgiram sobretudo a partir dos anos 1970 às alterações corporais de pessoas trans concebiam que tais práticas seriam “soluções pessoais para a experiência de sofrimento decorrente da opressão de gênero”. A demanda de transexuais por cirurgias é, segundo a visão de Hausman⁴⁵, o ponto no qual residiria precisamente a reprodução de normatividade de gênero (RUBIN, 1998, p. 265). A autora argumenta que o discurso médico justificou as alterações corporais de transexuais através de uma teoria sobre a identidade sexual e que pessoas transexuais, por sua vez, manipulam suas narrativas pessoais para se enquadrarem nas expectativas médicas que subjazem esta teoria para obterem atendimento. Hausman retrata uma circularidade especular na relação entre transexuais e médicos em que ambos se desconfiam e se apoiam reciprocamente. Desde os anos 1970, as demandas por alterações corporais por transexuais têm sido interpretadas pelo discurso feminista como decorrentes de uma internalização de estereótipos normativos de gênero.

Hausman (1992, p. 272) sugere que a transexualidade só pode ser entendida através da intersecção do avanço das técnicas de modificações corporais (o que inclui o desenvolvimento de especialidades médicas sobretudo na endocrinologia e na cirurgia plástica) com sistemas ideológicos, isto é, tanto através de uma “prática técnica específica dentro de um determinado campo” como uma “prática social de representação” que produzem subjetividade. A tese principal de Hausman (1995, p. 110) é de que a “posição subjetiva de transexuais” dependa do discurso e da tecnologia médicas:

Os transexuais devem buscar e obter tratamento médico para serem reconhecidos como “transexuais”. Ao exigir intervenção tecnológica para “mudar de sexo”, os transexuais demonstram que sua relação com a tecnologia é de dependência.⁴⁶

Hausman (1992, p. 273) cita Billings e Urban (1982) e Raymond (1979) como exemplos de “críticas radicais aos transexualismo” e associa as posições destes autores às

⁴⁵ Bernice Hausman é frequentemente citada por Sheila Jeffreys na sua defesa da tese que o “transgenderism” seja uma construção social (RODEMEYER, 2018).

⁴⁶ *Transsexuals must seek and obtain medical treatment in order to be recognized as "transsexuals. By demanding technological intervention to "change sex," transsexuals demonstrate that their relationship to technology is a dependent one.*

perspectivas que compreendem a subjetividade transexual como um “efeito social das tecnologias de gênero” e portanto, enfatizam o aspecto “dependente” da subjetividade transexual em relação às práticas médicas. No entanto, a autora entende que a transexualidade não pode ser entendida apenas como um efeito destas tecnologias a partir do momento em que a autora menciona a importância da demanda pelas alterações corporais. Em virtude disto, os relatos de Raymond, Billings e Urban “exageram até que ponto a profissão médica como um todo respondeu ao fenômeno transexual” (HAUSMAN, 1992, p. 277).

Para Hausman (1992, p. 273), a relação entre a demanda e as práticas daqueles que controlam as tecnologias de “mudança de sexo” trabalhou para a institucionalização da demanda como constitutiva da subjetividade transexual no período de sua emergência, nos anos 1950 e início dos anos 1960. Admitir a existência da demanda abre margem para o reconhecimento de alguma forma de agência subjetiva, definida pela autora como “uma escolha por parte do sujeito dentro de uma situação ideológica relativamente restrita” (ibid, p. 282). A demanda é entendida pela autora como um ato de linguagem em que o enunciador se constitui como sujeito apropriado da ação desejada de “mudança de sexo”:

Aparentemente, a demanda pela mudança sexual representa o desespero da condição transexual: afinal, quem a não ser um indivíduo em sofrimento solicitaria voluntariamente tamanha transformação física severa? Ainda assim é por essa demanda que o sujeito se apresenta ao médico como sujeito transexual, a demanda por mudança de sexo é uma enunciação que designa uma ação desejada e identifica o enunciador como o sujeito apropriado dessa ação. Demandar a mudança de sexo é, portanto, parte do que constrói o sujeito como um transexual: é o mecanismo pelo qual os transexuais se identificam sob o signo do transexualismo e se constroem como seus sujeitos.⁴⁷ (HAUSMAN, 1995, p. 110).

As seguintes nominalizações expressam a relação contraditória e equívoca entre a demanda subjetiva e as tecnologias médicas por meio do efeito de indistinção entre o agente e o paciente: *medicalização do transexualismo* (RAYMOND, 1994a, p. xviii; HAUSMAN, 1992, p. 273; HUNGERFORD, 2013); *processo de fabricação transexual* (RAYMOND, 1994b, p. 628); *[danosidade decorrente da] categorização do sujeito como transgênero* (LAMARÃO, 2015, p. 731-732); *maneira sofisticada de controlar e ajustar o comportamento [seja a nível individual, seja social]* (LAMARÃO, 2015, p. 731-731); *forma de modificação de*

⁴⁷ *Ostensibly, the demand for sex change represents the desperation of the transsexual condition: after all, who but a suffering individual would voluntarily request such severe physical transformation? Yet it is through this demand that the subject presents him/ herself to the doctor as a transsexual subject; the demand for sex change is an enunciation that designates a desired action and identifies the speaker as the appropriate subject of that action. Demanding sex change is therefore part of what constructs the subject as a transsexual: it is the mechanism through which transsexuals come to identify themselves under the sign of transsexualism and construct themselves as its subjects.*

comportamento e controle (RIDDELL, 2006, p. 147); *a mutilação*⁴⁸ *daquele que sofre* (GREER, 1999); *a mutilação de corpos saudáveis e a sujeição de tais corpos a tratamento contínuo (...) ataque ao corpo para retificar uma condição política, a insatisfação de gênero em uma sociedade supremacista masculina* (JEFFREYS, 1997, p. 59).

Billings e Urban (1982) antagonizam a realização de intervenção corporal com a possibilidade de se tecer auto-entendimento, tornando esses aspectos simplesmente irreconciliáveis. Estes autores compartilham de vários posicionamentos sobre as intervenções médicas oferecidas às pessoas transexuais com Raymond e Jeffreys ao afirmarem que o “transexualismo é uma realidade socialmente construída que só existe através da prática médica, além de refletir e ampliar a lógica capitalista da reificação e mercantilização que simultaneamente reafirma os papéis tradicionais de gênero” (ibid, p. 277). Billings e Urban qualificam transexuais como “vítimas de condicionamento aberrante de papéis de gênero e outros desviantes sexuais” que são “induzidos” a buscarem satisfação em um “mundo mercantilizado e sedutor de vaginas artificiais e pênis feitos por homens” (ibid., p. 272, 276). Segundo Raymond (1979, p. 165, p. 19),

Ao invés de desenvolver uma integridade⁴⁹ genuína, o transexual se torna um produto sintético. Partes sintéticas, como hormônios químicos e artefatos cirúrgicos de vaginas e seios falsos, produzem um todo sintético. (...) Isso não quer dizer que tudo o que é natural é necessariamente bom, mas sim que é a harmonia ou a integridade do todo que é bom.⁵⁰

Não estou argumentando que o que é natural é bom, não estou polarizando a tecnologia contra a natureza. Pelo contrário, estou fazendo um apelo à integridade ou harmonia do todo. (...) meu apelo aqui não é que a masculinidade ou feminilidade cromossômica sejam naturais. Pelo contrário, estou enfatizando que a intervenção medicalizada produz efeitos nocivos no corpo do transexual que negam a integridade corporal, o todo e o ser.⁵¹

A busca por intervenções corporais, nesta perspectiva, é vista como incompatível com uma perspectiva feminista crítica em relação às normas sociais de gênero - ou, de acordo

⁴⁸ Iremos explicitar a noção de mutilação e automutilação adiante.

⁴⁹ Raymond (1979, p. 155) define sua “ética da integridade” como uma “tentativa de discutir uma unidade original antes da Queda dos estereótipos de papéis sexuais” (*an attempt to discuss an original unity before the Fall of sex-role stereotyping*). A intenção da autora é mobilizar esta noção de integridade como uma “unidade original” para transcender tanto a feminilidade quanto a masculinidade (ibid., p. 163). A Queda é definida como a “separação em papéis sexuais opressivos e estereótipos” (ibid., p. 164).

⁵⁰ *Instead of developing genuine integrity, the transsexual becomes a synthetic product. Synthetic parts, such as chemical hormones and surgical artifacts of false vaginas and breasts, produce a synthetic whole (...) This is not to say that whatever is natural is necessarily good, but rather that it is the harmony or integrity of the whole that is good.*

⁵¹ *I am not arguing that what is natural is good, I am not polarizing technology against nature. Rather I am making an appeal to the integrity or harmony of the whole. (...) my appeal here is not that chromosomal maleness or femaleness is natural. Rather, I am emphasizing that medicalized intervention produces harmful effects in the transsexual's body that negate bodily integrity, wholeness, and be-ing.*

com Raymond, incompatível com a “harmonia ou integridade com o todo”: ou se defende a transformação da sociedade a partir da crítica feminista às normas de gênero ou se demanda alterações corporais que estariam em conformidade com estas normas de gênero; altera-se a sociedade para se manter intactos os corpos, alteram-se os corpos para se manter intacta a sociedade. A autora alega que a transexualidade só seria capaz de fornecer um “modo de integração falso e parcial de androginia” (ibid., p. 155).

O aspecto artificial ou sintético é reforçado como estratégia argumentativa de negação da autenticidade da experiência corporal de pessoas transgêneras. As expressões usadas por Raymond como “*male-to-constructed-female*” e “*transsexually constructed lesbian-feminist*” visam ressaltar o caráter não autêntico da identificação trans, pois a transição de um gênero para o outro só pode se dar nesta perspectiva por meio de uma construção artificial. Williams (2017a) argumenta que esta compreensão sobre as alterações corporais de serem necessariamente uma forma de mutilação se fundamenta em uma distinção moral entre o natural e o sintético como respectivamente bom e mau⁵². Neste sistema de valores morais, *integridade corporal, integridade genuína e harmonia do todo* se opõem à *mutilação corporal, produto sintético, artificial, construído e artefato* (WILLIAMS, ibid.)

Neste sistema de valores, alternativas auto-excludentes são traçadas: ou transforma-se a sociedade para não se transformar os corpos ou (disjuntivamente) transformam-se os corpos para não se transformar a sociedade. Esta disjunção é formulada por Riddell (2006, p. 147), quando a autora sintetiza alguns dos posicionamentos de Raymond, e Yudkin (1978, p. 102), respectivamente:

Ao permitir que os transexuais resolvam os seus problemas por meios médicos, os pesquisadores sobre sexo estão negando-lhes o direito de desafiar o sistema patriarcal de estereótipos que os cria. A cirurgia transexual é uma forma de modificação de comportamento e controle que é permitida condicionalmente, na medida em que transexuais aceitam e aprendem a se apresentar nos termos dos estereótipos aprovados pelo patriarcado.⁵³

O tema da maioria das autobiografias transexuais é “eu era realmente uma menina, mas não era permitido agir como uma”. Logo se torna óbvio para essas pessoas que o que frustra suas inclinações é a norma da sociedade de que seja doente, vergonhoso ou simplesmente não permissível que uma criança com um corpo masculino expresse e aja de acordo com essas inclinações; e é compreensível que elas comecem a sonhar mais ou menos intensamente em mudar o seu corpo - a perspectiva de mudar a

⁵² Tendo em vista esta consideração, as formulações negativas acima referidas de Raymond “Isso **não** quer dizer que tudo o que é natural é necessariamente bom”; “**não** estou polarizando a tecnologia contra a natureza” e “**não** é que a masculinidade ou feminilidade cromossômica sejam naturais” podem ser interpretadas como formas de denegação discursiva. Sobre a denegação ver a seção 4.3.

⁵³ *By allowing trans-sexuals to resolve their problems by medical means, the sex researchers are denying them the right to challenge the patriarchal stereotyping system which ultimately creates them. Trans-sexual surgery is a form of behaviour modification and control which is allowed conditionally, an trans-sexuals accepting and learning to present themselves in terms of patriarchally approved stereotypes.*

sociedade ou parece totalmente sem esperança ou não lhes ocorre. (...) O que eu estou tentando mostrar é que a “condição” do transexualismo só pode existir se houver algo como “agir como uma menina” ou “agir como uma mulher” aceito acriticamente tanto pelos sujeitos como pela sociedade.⁵⁴

Esta posição que expressa um entendimento radicalmente disjuntivo é precisamente formulada por Raymond (1994, p. xvi) por meio de uma comparação hipotética com questões raciais⁵⁵: “não há demanda por intervenções médicas trans-raciais precisamente porque a maioria dos negros reconhece que é a sua sociedade, não a sua pele, que precisa mudar”⁵⁶. Outra comparação racial tecida por Raymond (1979, p. 149) envolve a ideologia nazista: “O que estamos testemunhando no contexto transexual é uma ciência a serviço de uma ideologia patriarcal de conformidade com o papel sexual, da mesma forma que a reprodução para cabelos loiros e olhos azuis tornou-se uma suposta ciência a serviço da conformidade racial nórdica”⁵⁷.

Em virtude desta disjunção, Raymond explicitamente entende que intervenções cirúrgicas seriam capazes de sustentar ou mesmo reforçar o sistema patriarcal de dominação, sugerindo portanto que a transexualidade seria de alguma forma não apenas aceita mas também incentivada por este sistema - a despeito das inúmeras evidências que possam indicar o contrário, como o número minoritário e marginal de médicos dispostos a atender a população trans.

O sofrimento individual de gênero é aliviado ao preço da conformidade com o papel [de gênero] e da perpetuação dos estereótipos de papel [de gênero] em um nível social? Ao mudar de sexo, o transexual estimula uma sociedade sexista cuja existência continuada depende da perpetuação desses papéis e estereótipos? Essas e outras questões semelhantes raramente são levantadas na terapia transexual no presente. (RAYMOND, 1980)⁵⁸

⁵⁴ *The theme of most of the transsexual autobiographies is "I was really a girl, but wasn't allowed to act like one." It soon becomes obvious to these people that what frustrates their inclinations is society's decree that it is sick, shameful, or simply not permissible for a child with a male body to express and act on those inclinations; and it is understandable that they begin to dream more or less intensely of changing their body - the prospect of changing society either seems utterly hopeless or does not occur to them. (...) What I am trying to show is that the "condition" of transsexualism can exist only if there is such a thing as "acting like a girl" or "acting like a woman" accepted uncritically by both the subject and the society.*

⁵⁵ Namaste (2011, p. 88) afirma que essas analogias entre raça e identidade de gênero são frequentemente usadas como uma tentativa de "enfraquecer a viabilidade da transexualidade".

⁵⁶ *Does a Black person who wants to be white suffer from the 'disease' of being a 'transracial?' (...) there is no demand for transracial medical intervention precisely because most Blacks recognize that it is their society, not their skin, that needs changing.*

⁵⁷ *What we are witnessing in the transsexual context is a science at the service of a patriarchal ideology of sex-role conformity in the same way that breeding for blond hair and blue eyes became a so-called science at the service of Nordic racial conformity.*

⁵⁸ *Is individual gender suffering relieved at the price of role conformity and the perpetuation of role stereotypes on a social level? In changing sex, does the transsexual encourage a sexist society whose continued existence depends upon the perpetuation of these roles and stereotypes? These and similar questions are seldom raised in transsexual therapy at present.*

Este posicionamento também é formulado por Greer (1999) pela seguinte maneira, ao comentar sobre transexuais serem “vítimas de sofrimento severo pelos papéis de gênero”:

Como também sofredoras pelos papéis de gênero, as mulheres devem simpatizar com os transexuais, mas uma feminista precisa argumentar que o tratamento para o sofrimento decorrente do papel de gênero não é a mutilação daquele que sofre, mas a mudança radical dos papéis de gênero. As mulheres dificilmente poderiam agora tolerar as elaboradas mutilações praticadas em indivíduos de ambos os sexos, embora as vítimas argumentem que tais mutilações sejam seu direito.⁵⁹

Uma declaração de Catherine Crouch proferida na ocasião da exibição de seu filme, *Gendercator*, no *Frameline Film Festival* de 2007 traz à tona esta problemática sobre alterações corporais e normas sociais de gênero:

As coisas estão ficando muito estranhas para as mulheres hoje em dia. É cada vez mais frequente vermos mulheres heterossexuais jovens esculpindo seus corpos em bonecas Barbie pornográficas e mulheres lésbicas se transformando em homens trans. Nossas normas culturais distorcidas estão fazendo com que as mulheres se sintam forçadas a usar dos avanços da medicina para mudar a si mesmas ao invés de trabalharem para mudar o mundo. Esta é uma história, mostrando um possível futuro assustador. Espero que esta história promova a discussão sobre a modificação do corpo feminino e a ética médica. (CROUCH, C. apud HALBERSTAM, 2017, p. 117)⁶⁰

Em virtude da repercussão negativa à sua declaração e de uma petição contra o filme o festival decide cancelar a sua exibição. Stryker (apud HALBERSTAM, 2017, p. 117) entende que o filme de Crouch expressa “uma polêmica anti-trans de longa data”, isto é, “a ideia de que pessoas transexuais defendem políticas reacionárias anti-gay e anti-feministas em conluio com poder social e cultural repressivo, sendo cúmplices das violações corporais de mulheres”.

Em uma discussão sobre feminismo e questões transgêneras, Williams (2017b) se defronta com o seguinte enunciado: “o problema que tenho com o atual ativismo transgênero é que seu foco está na modificação do corpo, não na mudança de atitudes para permitir às pessoas mais liberdade para se expressarem”⁶¹. O enunciado pressupõe que as modificações corporais não possam decorrer de uma mudança de atitudes que permita precisamente “mais liberdade às pessoas de se expressarem”. Desta forma, o enunciado sustenta a interpretação segundo a qual

⁵⁹ *As sufferers from gender role distress themselves, women must sympathize with transsexuals but a feminist must argue that the treatment for gender role distress is not mutilation of the sufferer but radical change of gender roles. Women could hardly now condone the elaborate mutilations practised on individuals of both sexes, even though the victims argue that such mutilations are their right.*

⁶⁰ *Things are getting very strange for women these days. More and more often we see young heterosexual women carving their bodies into porno Barbie dolls and lesbian women altering themselves into transmen. Our distorted cultural norms are making women feel compelled to use medical advances to change themselves, instead of working to change the world. This is one story, showing one possible scary future. I am hopeful that this story will foster discussion about female body modification and medical ethics.*

⁶¹ *The problem I have with current transgender activism is that its focus is on body modification, not on changing attitudes to allow people more freedom for self-expression.*

as modificações corporais não são vistas como passíveis de serem legitimamente escolhidas. Contudo, tais considerações não são aplicáveis às modificações corporais iguais ou análogas que são realizadas em pessoas cisgêneras e reafirmam o alinhamento entre identidade de gênero e o desígnio de gênero ao nascimento. Isto se dá pois estas alterações corporais funcionam como forma de reafirmar o status natural dos corpos, ao contrário daquelas feitas por pessoas trans.

Há também a noção, presente em discursos feministas (mas não exclusiva a eles) e explorada por algumas formações teóricas psicanalíticas⁶², de que pessoas transexuais teriam uma imagem idealizada, rígida e não realista sobre ser do “outro” sexo (SERANO, 2007, p. 76), que as motivaria de alguma forma para a transição e basearia as demandas por reconhecimento e alterações corporais. Esta perspectiva assume que pessoas transgêneras sejam essencialmente de um sexo, aquele assignado ao nascimento, e se identificam com o “outro” - ao qual elas, portanto, não pertenceriam verdadeiramente ou com o qual apenas poderiam estabelecer relações por meio de projeções fantasiosas⁶³. Desta forma, presume-se que a partir do momento em que o sujeito conseguir estabelecer uma imagem de si pretensamente “menos fantasiosa” a subjetividade transgênera paulatinamente perderia suas “razões” de existir.

Assim, em discursos feministas radicais trans-excludentes frequentemente especula-se que a disforia corporal, que motiva ou justifica as intervenções cirúrgicas ou médicas, desapareceria em uma cultura ou sociedade na qual não exista opressão de gênero. Raymond (1979, p. 178–185) neste aspecto afirma que o “problema da transexualidade” deve ser “moralmente erradicado” (*morally mandate it out of existence*) através da “educação e conscientização”. Raymond afirma que sua declaração não deve ser interpretada como uma defesa da mera erradicação de pessoas trans, mas do que a autora supõe ser as causas subjacentes da identificação trans, isto é, o sistema médico que atende transexuais e as razões sociais e políticas pelas quais as pessoas seriam levadas a achar necessário a alteração de seus corpos.

Spencer (2015, p. 28) afirma existir um tipo de julgamento sobre a transição física em que os sujeitos são vistos como “incapazes de compreender os próprios motivos” dos atos realizados ou demandados por eles. Este tipo de julgamento sustenta, assim, a posição segundo a qual tais alterações corporais são problemáticas ou questionáveis pois estes sujeitos estariam orientados por uma espécie de falsa consciência. Jeffreys (1997) destitui por completo a possibilidade de autonomia na realização de alterações corporais por pessoas trans pois

⁶² Ver seção 5.2 Feminismo e psicanálise.

⁶³ Ver seção 4.4 Pré-construído e gênero.

conceitua as práticas médicas destinadas a elas como uma forma de violência ou automutilação - desconsiderando, assim, o entendimento das próprias pessoas transgêneras que reivindicam tais alterações como benéficas⁶⁴. Além disto, a autora considera tomar uma posição ainda mais incisiva que a de Raymond, ao defender a proibição legal ou desincentivo ao atendimento médico às pessoas transgêneras e ao considerar a própria transexualidade como “uma violência contra a pessoa e uma violação contra os direitos humanos” (ibid., p. 71).

Ao contrário de Jeffreys, Raymond admite que a mera proibição ao atendimento médico não seria uma estratégia eficaz para “exterminar moralmente” a existência de pessoas trans, pois seria necessário focar na luta contra os estereótipos de gênero através da educação e conscientização, as verdadeiras “causas” do que se supõe ser a raiz “problema”:

Embora haja muitos que acham que a moralidade deva ser incorporada à lei, acredito que a eliminação do transexualismo não é melhor conseguida pela legislação que proíbe o tratamento e a cirurgia transexuais, mas pela legislação que a limita e por outras leis que diminuem o apoio dado aos estereótipos de papéis de gênero, que geraram o problema desde o começo.⁶⁵ (RAYMOND, 1980)

Vale ressaltar que o trabalho de Raymond influenciou o *National Center for Health Care Technology* (NCHCT) a não custear os cuidados médicos para pessoas trans na década de 1980. Um artigo escrito por Raymond destinado a determinar se certos procedimentos seriam “razoáveis e necessários” (e, portanto, apropriados para reembolso pelo *Medicare*), concluiu que os procedimentos destinados a pessoas transexuais eram “controversos e experimentais”. Raymond defende que não sejam usados fundos públicos para custear o que a autora entende ser formas de mutilação e cirurgias não necessárias. Os planos de saúde ficaram então isentos de cobrir os tratamentos destinados a pessoas trans nos Estados Unidos. De acordo com Williams, estas medidas só foram suspensas a partir do ano de 2014⁶⁶. Segundo Awkward-Rich (2017, p. 827), a acessibilidade desta postura feminista radical trans-excludente na política governamental contribuiu para uma exclusão legal de décadas de cuidados de saúde trans do seguro público, inevitavelmente levando ao encurtamento da expectativa de vida entre pessoas trans que eram e são desproporcionalmente empobrecidas.

⁶⁴ Jeffreys explicita que sua noção sobre mutilação não se circunscreve a eventuais transformações corporais. Segundo a autora, “práticas transgêneras que não necessariamente envolvem mutilações cirúrgicas ou químicas, como o *drag*, podem ser entendidos como mutilação simbólica” (1997, p. 62).

⁶⁵ *While there are many who feel that morality must be built into law, I believe that the elimination of transsexualism is not best achieved by legislation prohibiting transsexual treatment and surgery but rather by legislation that limits it and by other legislation that lessens the support given to sex-role stereotyping, which generated the problem to begin with.*

⁶⁶ Ver: “Fact Checking Janice Raymond: The NCHCT Report”, disponível no Transadvocate.com: https://www.transadvocate.com/fact-checking-janice-raymond-the-nchct-report_n_14554.htm (acesso em 19/11/2018).

Tais declarações, sejam as de Raymond ou de Jeffreys, expressam mais nitidamente uma tendência paternalista do discurso feminista trans-excludente. O uso da forma nominalizada “mutilação” no trecho abaixo para significar tanto a “cirurgia transexual” como “transexualismo” expressa um efeito de indistinção sobre quem seria o agente e o paciente do ato de mutilar. O “transexualismo” chega a ser definido categoricamente como um “abuso médico”, o que não é capaz, no entanto, de estancar a equivocidade dos inúmeros efeitos de indistincões entre agente e paciente. “Sujeição de tais corpos a tratamento contínuo, perigoso e ameaçador à vida”, outra nominalização, expressa igualmente esta indistinção. Esta indistinção, por sua vez, relaciona-se com a ambiguidade da figura de cúmplice que une as figuras contraditórias de vítima e agressor. A “insatisfação de gênero”, outra forma nominalizada, é uma reescritura de “uma condição política (...) baseada em uma noção falsa e politicamente construída da diferença de gênero”. Esta “condição política” é qualificada pela autora como tendo base uma “noção falsa da diferença de gênero”, o que reforça o seu argumento de que esta “condição” seria responsável por práticas médicas que mutilam e sujeitam corpos:

[A **cirurgia transexual**] poderia ser associada à psiquiatria política na União Soviética. Sugiro que o **transexualismo** deve ser melhor visto sob essa luz, como um **abuso médico**, diretamente político, aos direitos humanos. A **mutilação** de corpos saudáveis e a **sujeição** de tais corpos a tratamento contínuo, perigoso e ameaçador à vida violam os direitos dessas pessoas de viver com dignidade no corpo em que nasceram, o que Janice Raymond se refere como seus corpos “nativos”. Representa um ataque ao corpo para retificar uma **condição política**, a **insatisfação de “gênero”** em uma sociedade supremacista masculina baseada em uma noção falsa e politicamente construída da diferença de gênero. A literatura recente sobre transexualismo na comunidade lésbica estabelece conexões com as práticas de sadomasoquismo. (JEFFREYS, 1997, p. 59)⁶⁷

Os efeitos de indistinção gerados pelas nominalizações abrem brecha para nuances interpretativas quanto à maior ou menor contribuição da agência dos sujeitos trans ou das equipes médicas. Isto se observa especialmente no uso da palavra mutilação, pois permite, a partir de uma posição contrária ou de reversibilidade, a noção de automutilação⁶⁸. A noção de automutilação, em sua equivocidade própria, permite aqui sublinhar precisamente que o ato de mutilar nunca pode ser realizado unicamente por um sujeito reflexivo, que estaria

⁶⁷ *[Transsexual surgery] could be likened to political psychiatry in the Soviet Union. I suggest that transsexualism should best be seen in this light, as directly political, medical abuse of human rights. The mutilation of healthy bodies and the subjection of such bodies to dangerous and life-threatening continuing treatment violates such people's rights to live with dignity in the body into which they were born, what Janice Raymond refers to as their "native" bodies. It represents an attack on the body to rectify a political condition, "gender" dissatisfaction in a male supremacist society based upon a false and politically constructed notion of gender difference. Recent literature on transsexualism in the lesbian community draws connections with the practices of sadomasochism.*

⁶⁸ Vale a pena ressaltar que a palavra automutilação não se encontra presente nos recortes analisados. As considerações que fazemos a respeito da automutilação decorrem, portanto, da equivocidade aberta pelos efeitos de indistinção das nominalizações.

absolutamente centrado na auto realização deste ato de vitimização, pois as alterações corporais dependem da aprovação de uma agência exterior ao sujeito (as práticas e discursos das equipes médicas); ao mesmo tempo em que também nunca pode ser realizado apenas por uma agência externa, pois as alterações corporais dependem da demanda que é articulada pelo sujeito trans.

A evidência da noção de automutilação, por sua vez, pode ser problematizada, pois, como aponta Sullivan (2006, p. 559), existe uma tendência potencialmente não analisada na associação entre modificações corporais “não-mainstream” e automutilação. Além disto, reivindicar qualquer tipo de agência para aqueles que se automutilam ou que são vistos como automutiladores é interpretado como uma tentativa de racionalizar ou justificar práticas tidas como prejudiciais (SULLIVAN, *ibid*). Neste aspecto, a noção de automutilação é central para as perspectivas com tendências paternalistas no discurso feminista radical trans-excludente, pois é a partir dela que são gerados os efeitos de sentido de indistinção entre agente e paciente do ato de mutilar, enquadrando assim a demanda subjetiva por alterações corporais no interior da problemática da falsa consciência ou da alienação de si mesmo.

Bresser (2016) entende que questionamentos potencialmente relevantes para a pesquisa feminista como “por que a ideia da identidade de gênero como algo inato é tão importante para o cuidado médico de pessoas trans?” levantados por Jeffreys infelizmente não foram bem abordados por ela, tampouco bem sucedidos em suas respostas. Heyes (2003, p. 1095) entende que Raymond e Hausman retratam a subjetividade trans de forma praticamente monolítica e mirada pela perspectiva da patologização, pois são incapazes de conceber que pessoas trans possam ter uma perspectiva crítica em relação às normas de gênero. Embora Hausman não assume que pessoas transexuais representam um perigo para o movimento feminista como faz Raymond e Jeffreys, ela adota a premissa defendida em *The Transsexual Empire* de que pessoas transgêneras reproduzem estereótipos de gênero ao demandarem alterações corporais.

Scott-Dixon (2006, p. 22) afirma que, embora Raymond denuncie a insistência da prática clínica destinada a pessoas transexuais em reforçar papéis de gênero bastante rígidos, Raymond acaba por culpabilizar as próprias pessoas trans por perpetuar este sistema de gênero tido como problemático. Raymond argumenta que as demandas por alteração corporal não deveriam ser incentivadas ou realizadas em virtude das equipes médicas exigirem que pessoas transexuais se enquadrem em estereótipos de gêneros para tanto. No entanto, este mesmo argumento pode levar a uma conclusão bastante diferente, isto é, ao invés de concluir que as modificações corporais não devem ser realizadas, pode-se inferir que as exigências ou

expectativas de conformidade com os papéis de gênero estereotipados ou normativos é que deveriam deixar de serem critérios para a realização de alterações corporais.

Johnson (2005, p. 36) argumenta que as críticas de Raymond e Hausman ao conceito médico de transexualidade por manterem o sistema binário de gênero são condizentes, mas erram quando resumem a própria subjetividade transgênera a este conceito. Nesta mesma direção, Hird (2002b, p. 342) aponta que a visão de que seriam os discursos médicos que produziram as pessoas transexuais precisa ser criticada, pois desconsidera qualquer possibilidade da legitimidade da agência de pessoas trans, além das muitas evidências que sugerem que as narrativas transsexuais existiam muito antes da medicina disponibilizar intervenções cirúrgicas.

Rubin (1998, p. 265) também afirma que Hausman retrata a transexualidade tão somente como uma forma de domesticação e controle da não conformidade de gênero. Serano (2007, p. 70) critica contundentemente Hausman ao dizer que a autora pôde adotar uma abordagem foucaultiana ao examinar os discursos oficiais (por meio de autobiografias⁶⁹ e de protocolos médicos) que a permitiu “criticar superficialmente a transexualidade à distância, sem o inconveniente de ter que abordar a cruel realidade e obstáculos que pessoas transexuais efetivamente enfrentam”. Críticas semelhantes são desferidas contra as posições de Raymond, como as de Califia (1997, p. 125):

Raymond não apresenta dados que criem um quadro mais realista da luta de uma pessoa transexual pré- ou pós-operada em sobreviver em um mundo onde o acesso ao emprego, moradia e segurança nas ruas depende dos vieses de gênero de outras pessoas. Ela ignora completamente os frequentes incidentes de assédio e discriminação a que pessoas transexuais são submetidas, e não faz nenhuma tentativa de documentar crimes de ódio violentos contra elas.⁷⁰

Riddell (2006, p. 149) critica a associação causal estabelecida por Raymond entre sexismo e transexualidade como “dogmática e teleológica no pior sentido” e também afirma que a autora escreveu “um livro sobre um grupo de pessoas sem ter a mais leve percepção de qualquer uma das nossas histórias de vida, dos problemas de nossa existência como nós os

⁶⁹ Namaste (2011, p. 58) faz uma observação sobre o uso de autobiografias de pessoas transgêneras por pesquisadores cisgêneros, apontando o caráter recorrente de que como as vozes das pessoas trans são ouvidas e divulgadas de forma sub-representativa, pois a condição de que estas vozes sejam ouvidas ou reconhecidas é a capacidade delas poderem responder às próprias questões previamente postas pelo pesquisador ou entrevistador cisgênero. A autora conclui que “o imperativo autobiográfico é uma progressão natural da relação social em que pessoas não transexuais determinam quando e onde transexuais podem falar” (ibid., p.61). Ver mais na seção 3.4 Estereótipos de gênero, socialização e identidade.

⁷⁰ *Raymond does not present data that would create a more realistic picture of a pre- or post-operative transsexual's struggle to survive in a world where access to employment and housing and safety on the street depends upon other people's gender biases. She completely ignores the frequent incidents of harassment and discrimination that transsexuals are subjected to, and makes no attempt to document violent hate crimes against them.*

vemos, a partir das nossas próprias percepções do mundo enquanto pessoas transexuais” (ibid., p. 155). Green (2006, p. 234) afirma que a perspectiva de Raymond sobre a transexualidade se recusa a admitir qualquer outra base para as identidades trans que não sejam motivos patriarcais de opressão. Hausman (2001, p. 474), por outro lado, se ressentiu enquanto pesquisadora acadêmica pelo fato de Raymond ser um “alvo comum da crítica dos teóricos trans”, se indagando se uma abordagem e investigação feministas do “transexualismo” podem “ainda” serem possíveis. Nelson (1998, p. 218) descreve a circularidade das críticas às alterações corporais de pessoas transexuais da seguinte maneira:

O foco estranhamente restrito no transexualismo como uma construção social que expande o poder profissional e a correspondente eliminação da agência de pessoas transexuais faz sentido apenas em um pano de fundo de uma convicção moral da parte do crítico de que há algo errado em todo o empreendimento. Tal convicção requer uma defesa moral.⁷¹

3.3 O ato de enganar como metáfora de estupro e a ameaça à lésbica

Quando mulheres trans não são vistas como estereotipicamente femininas isto passa a ser sinal, no sistema teórico (ou de valores e/ou crenças) do feminismo trans-excludente, de que elas sejam, “na verdade”, homens, a despeito da possibilidade disto contrariar a própria tese comumente difundida pelo discurso feminista trans-excludente de que mulheres trans reproduzam necessariamente uma feminilidade estereotipada e exacerbada.

Neste sentido, Raymond (1979) afirma que “feministas-lésbicos transexualmente construídos”⁷² exibem um comportamento estereotipicamente masculino” e destina um capítulo de seu livro, *Sappho by Surgery: The Transsexually Constructed Lesbian-Feminist*, especialmente para esta questão. Jeffreys (1997, p. 67) utiliza a mesma designação de Raymond e afirma que “transexuais homens-para-mulheres-construídos” amam outras mulheres a partir de um ponto de vista masculino. A autora destitui qualquer perspectiva de autenticidade possível para mulheres trans lésbicas, ao dizer que elas “continuam heterossexuais” e que não precisaram “superar o ódio social contra as lésbicas para amar outras mulheres”⁷³. Jeffreys

⁷¹ *The oddly narrow focus on transsexualism as a social construct expanding professional power and the corresponding elimination of the agency of transsexual people makes sense only against a backdrop of a moral conviction on the part of the critic that there is something wrong about the whole enterprise. Such a conviction requires a moral defense.*

⁷² Raymond designa mulheres transexuais lésbicas e feministas como *transsexually constructed lesbian-feminist* ou *male-to-constructed-female transsexual* e as referencia por meio do pronome masculino (*he*) e como homens. Em virtude desta posição ideológica da autora, optamos pela tradução de “lésbico” e “construído” com a flexão de gênero masculino.

⁷³ Jeffreys (1997, p. 67) afirma que a transexualidade de mulheres trans heterossexuais resultaria do “sentimento de se perceber incapaz de amar homens em corpos de homens”. Jeffreys (2014) se apoia na teoria controversa e fortemente rechaçada pela comunidade trans de Ray Blanchard e J. Michael Bailey, para os quais existiriam essencialmente dois “tipos” de transexuais em função da orientação sexual. Estas posições teóricas têm alimentado

ainda alega existir uma percepção crescente de que a transexualidade possa ser vista como uma “forma de destruição violenta dos corpos lésbicos, apoiada não apenas pela indústria farmacêutica, mas pela teoria *queer* e pós-moderna e a exploração da cultura popular de lésbicas como aberrações” (ibid., p.71). Além disto, Raymond diz que mulheres transexuais lésbicas apresentam uma “tentativa ainda mais profunda de possuir para si os corpos das mulheres” do que mulheres transexuais não lésbicas, que as feministas lésbicas que aceitam as “feministas lésbicas transexualmente construídas” “mutilam a sua própria realidade” (ibid., p. 119)⁷⁴ e que “o transexualismo é a conclusão lógica e máxima da posse masculina de mulheres numa sociedade patriarcal” (ibid., p. 30).

Bettcher (2015, p. 513) afirma que esta representação de mulheres trans feita por Raymond comporta uma figura ambígua, descrita como “híbridos hermafroditas sinteticamente construídos que assumem estereótipos femininos, mantendo aspectos do papel sexual e privilégio masculinos”. É a partir sobretudo desta construção imaginária ambígua sobre “lésbicas transexualmente construídas” que Raymond tentará sustentar sua argumentação em relação a uma noção ampliada de estupro:

O estupro, com certeza, é uma violação masculinista da integridade corporal. Todos os transexuais estupram os corpos das mulheres reduzindo a forma feminina verdadeira a um artefato, **apropriando-se desse corpo para si próprios**. No entanto, o feminista lésbico transexualmente construído também viola a sexualidade e o espírito das mulheres. Estupro, embora geralmente seja feito à força, também pode ser realizado pelo ato de enganar. É significativo que, no caso do feminista lésbico transexualmente construído, ele consiga muitas vezes entrar e ocupar uma posição dominante nos espaços das mulheres, porque as mulheres envolvidas não sabem que ele é um transexual e ele simplesmente não menciona isso. (RAYMOND, 1979, p. 104)⁷⁵

A declaração de Raymond sugere que o mero ato de alterar o próprio corpo constitui uma forma de estupro e que todas mulheres transexuais seriam estupradoras ou a própria personificação do estupro (BETTCHER, 2015, p. 424). Considerando tanto a obra em que a citação de Raymond provém como a discursividade feminista trans-excludente, o assim designado ato de “reduzir o verdadeiro corpo feminino em um artefato” é uma paráfrase das eventuais transformações corporais que mulheres transexuais podem realizar (tais como

discussões que enquadram o reconhecimento das identidades transgêneras como uma ameaça às sexualidades gays e lésbicas.

⁷⁴ Raymond (1994, p. xvi) afirma que o “transexualismo é uma tentativa de homens possuírem a energia criativa das mulheres por meio de órgãos femininos artificiais”.

⁷⁵ *Rape, of course, is a masculinist violation of bodily integrity. All transsexuals rape women's bodies by reducing the real female form to an artifact, appropriating this body for themselves. However, the transsexually constructed lesbian-feminist violates women's sexuality and spirit, as well. Rape, although it is usually done by force, can also be accomplished by deception. It is significant that in the case of the transsexually constructed lesbian-feminist, often he is able to gain entrance and a dominant position in women's spaces because the women involved do not know he is a transsexual and he just does not happen to mention it.*

cirurgias e reposição hormonal). Esta posição é reiterada pela autora em sua nova introdução na edição de 1994:

Por trás dessa construção de feminilidade feita pelo homem está também a velha percepção patriarcal de que os corpos das mulheres devem estar disponíveis para os homens. A cirurgia transexual, admito, é uma variação peculiar desse tema, mas aponta para a acessibilidade geral das mulheres, desta vez com os homens adquirindo o corpo feminino não apenas como propriedade sexual e/ou reprodutiva, mas através de construções hormonais e cirúrgicas. (RAYMOND, 1994, p. xii – xv)⁷⁶

Para Raymond, mulheres transexuais lésbicas (ou “homens lésbicos transexualmente construídos”, como designa a autora) são capazes de *seduzir, enganar*⁷⁷ e *violentar* mulheres lésbicas. Para tanto, elas não aparentam realizar muitas ações que não sejam meramente existir, reivindicar a autenticidade de suas identidades de gênero e orientações sexuais, alterar seus corpos por meio de cirurgias e/ou hormônios e acessar espaços que se supõem exclusivamente femininos ou simplesmente não mencionar que sejam transexuais em interações cotidianas.

O sentido sobre estupro é capaz de deslizar através das vozes verbais dos seguintes verbos: *apropriar (to appropriate)*, *castrar (to castrate)* e *adotar (to take on)*. Neste deslizamento, há um alargamento do escopo que seria normalmente esperado para o verbo *estuprar*. Para tanto, há a utilização do sujeito gramatical em voz reflexiva: os atos reflexivos de *apropriar-se* do seu próprio corpo enquanto um *artefato* que se supõe fraudulento; *se castrar* e *adotar para si mesmo órgãos artificiais*, são interpretados como capazes de causar uma espécie de dano moral e mesmo físico (o estupro) às outras mulheres, que seriam desapropriadas da própria legitimidade de seus corpos enquanto “verdadeiramente femininos” e, assim, serem enganadas de alguma forma. Este deslizamento de sentido propiciado pelo uso modo reflexivo é encontrado em Raymond (1979, p. 112) quando formula que

O feminista lésbico transexualmente construído, tendo **se** castrado, transforma todo o seu corpo e comportamento em um falo que pode estuprar de muitas maneiras, o tempo todo. Nesse sentido, ele realiza um estupro total, ao mesmo tempo em que funciona totalmente contra o interesse das mulheres para o feminismo lésbico. [...] Ele [o transexual] viola os corpos das mulheres, **adotando** os órgãos femininos artificiais **para si mesmo**. O feminista-lésbico transexualmente construído se torna um agressor psicológico e social também.⁷⁸

⁷⁶ *Behind this construction of man-made femininity is also the age-old patriarchal perception that women's bodies should be available to men. Transsexual surgery, I admit, is a peculiar variation on this theme, but it points to the general accessibility of women, this time with men acquiring the female body not only as sexual and/or reproductive property, but through hormonal and surgical construction.*

⁷⁷ Raymond (1979, p. 100) alega que “o homem andrógino e o feminista-lésbico transexualmente construído enganam as mulheres da mesma maneira, pois atraem/seduzem (*lure*) as mulheres a acreditarem que são verdadeiramente uma de nós - desta vez não apenas por um comportamento, mas em espírito e convicção”.

⁷⁸ *The transsexually constructed lesbian feminist, having castrated himself, turns his whole body and behavior into a phallus that can rape in many ways, all the time. In this sense, he performs total rape, while also functioning*

Bettcher (2009) admite que a tese defendida por Raymond nestas declarações é de difícil avaliação, uma vez que aparentemente não há argumentos razoáveis em sua defesa. Elas expressam de forma mais incisiva a tendência conspiratória do discurso feminista trans-excludente. Admitir isto, contudo, não implica desconsiderar o impacto que estas teses possuíram no imaginário acerca da transexualidade no movimento feminista e lésbico ao longo de tantos anos. Bettcher entende ser necessário abordar as suposições que dão base a este posicionamento.

Neste aspecto, Stryker e Whittle (2006, p. 131) afirmam que “engajar-se substantivamente na obra de Raymond é dar credibilidade às fantasias facilmente falsificáveis que a estruturam” ao mesmo tempo em que “ignorá-la seria negar o poder que ainda tem em demonizar as pessoas transexuais e suas consequências materiais”. Awkward-Rich (2017, p. 831) defende que os discursos feministas radicais trans-excludentes devem ser abordados com seriedade ao invés de serem desconsiderados como mero resíduo de um fazer científico ruim, pois muitas das noções estigmatizantes veiculadas por estes discursos persistem em representações hegemônicas sobre pessoas trans. Segundo o autor, isto implica “estar disposto a abordar visões de mundo que possam ser hostis à minha própria vida” e atingir o “sentimento de aniquilação, por assim dizer” (ibid., p. 831). Apesar do livro de Raymond ser considerado em muitos círculos um exemplo de trabalho pseudo-acadêmico em virtude de sua lógica circular e métodos de pesquisa questionáveis, ele configura um pilar importante da política feminista trans-excludente (GREEN, 2006, p. 234) Hines (2017, p. 2) acrescenta ainda que o trabalho de Raymond criou uma perspectiva feminista específica sobre a transfeminilidade que tem sido extremamente difícil de dissipar tanto na escrita feminista quanto no ativismo.

A associação tecida por Raymond entre o ato de enganar e o estupro é uma das bases de sua argumentação, na medida em que representa mulheres trans como intrinsecamente mentirosas ou fraudulentas. O estupro que se supõe conter (mesmo metaforicamente) na própria existência de mulheres trans é visto como decorrente do ato de enganar. O caráter fraudulento ou mesmo de má-fé, por sua vez, é visto como intrínseco às identidades trans. Não se mencionar enquanto transgênero em interações cotidianas, por exemplo, neste sistema de crenças, pode supor a intencionalidade prevista no ato de ludibriar ou mentir. Tais suposições se fundamentam pelas perspectivas que invalidam previamente a autenticidade das identidades transgêneras. Segundo Bettcher (2015, p. 416), esta associação entre estupro e o ato de enganar articula um

*totally against women's will to lesbian-feminism.(...) he violates women's bodies by **taking on** the artifactual female organs **for himself**. The transsexually constructed lesbian-feminist becomes a psychological and social aggressor as well.*

tipo particular de invalidação transfóbica de identidade. Transexuais são vistas como uma ameaça pela sua presumida capacidade em enganar, e com isso, confundir os limites que seriam capazes de definir um sentido estável e legítimo para a categoria mulher. Podemos depreender que a tendência conspiratória acentua a problemática ideológica da ilusão e engano de gênero na formação discursiva⁷⁹ feminista radical trans-excludente.

Segundo Bettcher (2009, p. 105), a justaposição entre a apresentação de gênero e o (presumido) “sexo biológico” inscreve um contraste entre aparência e realidade. Este contraste, argumenta a autora, é a base para a representação de pessoas trans como enganadoras ou mentirosas, a qual é frequentemente mobilizada em casos de violência transfóbica e tentativas de culpabilizar a vítima (“ele me enganou! eu não sabia que ele era um homem na verdade!”). Frequentemente conectada ao contraste aparência-realidade é a visão de que a genitália é o determinante essencial do sexo (BETTCHER, 2007, p. 48). A força de expressões como “um homem vestido de mulher” inscreve o contraste entre aparência e realidade e funciona frequentemente na estigmatização de pessoas trans (BETTCHER, 2014, p. 401). Pelo fato de pessoas trans serem vistas como resultado de um “desalinhamento” entre a apresentação de gênero e o corpo sexuado elas são consideradas enganadoras ou fingidoras (“deceivers or pretenders”) (BETTCHER, 2009, p. 105). Se o “desalinhamento” da apresentação de gênero com o corpo sexuado equivale a mentir e a deturpar a verdade, então estar alinhado “corretamente” implica dizer a própria verdade (BETTCHER, 2007, p. 53).

A distinção entre sexo e gênero nos estudos transgêneros pode se desdobrar em uma problemática em relação à verdade, representação e realidade. Segundo Stryker, uma teoria hegemônica busca garantir a correspondência entre sexo e gênero por meio de um mimetismo espelhado, em que tanto sexo quanto gênero devem se espelhar reciprocamente. A verdade é estabelecida a partir das relações de correspondência entre sexo e gênero. Precisamente em virtude disto, qualquer um que reivindicar um gênero que esteja fora da correlação pressuposta entre gênero/sexo será visto como representando incorretamente seu sexo biológico (WALLERSTEIN, 2017, p. 421). Também no interior deste mesmo paradigma, as demandas de reconhecimento identitário dos sujeitos trans (e/ou as eventuais alterações corporais que delas decorrem) são interpretadas como maneiras de reconciliação entre a materialidade do sexo

⁷⁹ Haroche, Pêcheux e Henry (2008) afirmam que uma FD determina “o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada”. Pêcheux (2009, p. 146-147) entende que as palavras, expressões ou proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas, pois as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam. Nesta perspectiva, as FDs são pensadas como uma representação na linguagem de posições ideológicas. Conferir seção 4.2, “Formação discursiva e formação teórica”.

e a identidade de gênero (que estariam, portanto, de alguma forma desalinhadas anteriormente à demanda).

Quando a intenção explícita em enganar não pode ser atribuída a uma pessoa trans (pelo fato, por exemplo, dela ser assumida como trans) ela é então vista como uma pessoa confusa sobre os “fatos básicos” e, no extremo, mentalmente doente. Uma versão menos extrema desta visão é a infantilização ou condescendência (BETTCHER, 2009, p. 114). Bettcher (2009, p. 114) argumenta que estas representações acerca de pessoas trans se relacionam com o fato das pessoas trans terem sido historicamente relegadas a objetos de estudos e que, portanto, qualquer capacidade de julgamento e afirmação de existência é considerada prerrogativa exclusiva da autoridade médica socialmente reconhecida.

Em uma nota ao seu próprio capítulo *Sappho by Surgery*, Raymond (1979, p. 100) admite sua hesitação em relação a publicação deste capítulo pois uma atenção excessiva dada a um número tão reduzido de transexuais lésbicas poderia, de fato, “inflar a questão e a presença [de transexuais em espaços femininos] ainda mais”. Em 2014, Raymond declara em uma entrevista uma possível retificação a respeito de suas formulações. Ela reconhece que o termo estupro foi utilizado como uma “metáfora”⁸⁰ ou “figura de linguagem” que não usaria novamente. Contudo, reitera a noção de que a transexualidade seria uma forma particular com que os homens demandam o acesso aos corpos das mulheres - noção que justamente sustentou a metáfora de estupro desde o princípio:

Vigo: Você poderia comentar sobre o seu uso de estupro como uma analogia em *The Transsexual Empire* e as críticas que recebeu? Por exemplo, alguns afirmam que essa analogia é confusa, muitas feministas afirmam que ela se apropria e banaliza o estupro, e outros ainda mantêm tal linguagem que faz sensacionalismo com as mulheres trans. Afinal, as mulheres trans não estão estuprando o corpo de ninguém.

Raymond: Em *The Transsexual Empire* eu usei estupro como uma metáfora, como uma figura de linguagem, “estupro da terra”, para descrever a demanda da pessoa transexual masculina ao acesso aos corpos das mulheres por meio de tratamento e cirurgia para se tornarem mulheres. Não era uma metáfora apropriada, e eu não a usaria novamente neste contexto. Eu estava tentando ressaltar a antiga presunção patriarcal de que os corpos das mulheres devem sempre ser disponibilizados aos homens e a maneira única pela qual a cirurgia transexual imita esse acesso aos corpos das mulheres, com homens ganhando entrada no corpo feminino não através da posse reprodutiva e/ou sexual, mas através de construção hormonal e cirúrgica. Nesse caso, o estupro não era uma metáfora adequada, porque minimizava o significado distinto do estupro e adquiria uma vida crítica própria, em vez de esclarecer o ponto que eu estava tentando fazer.⁸¹

⁸⁰ Sobre a metáfora, ver as considerações de Pêcheux em 4.3 Denegação e cisgeneridade.

⁸¹ *Vigo: Can you comment upon your use of rape as an analogy in The Transsexual Empire, and the criticism that it has received? For instance, some claim this analogy is confusing, many feminists claim it appropriates and trivializes rape, and still others maintain such language sensationalizes trans women. After all, trans women are not raping anyone's body.*

Elliot e Lyons (2017, p. 360) argumentam que a transfobia no discurso feminista radical trans-excludente pode ser compreendida como um sintoma⁸² que resulta da idealização de uma comunidade lésbica feminista harmoniosa e unificada. A percepção de que a harmonia e unidade da comunidade é falha dá vazão não ao reconhecimento de que a falha seja inerente à própria idealização, mas, ao contrário, ao medo e o ódio ao outro, visto como responsável pela falha e portanto um inimigo que deve ser combatido. Esta percepção aprisiona o sujeito em uma obsessão paranóica contra o seu inimigo, visto como um espectro fantasmático de objetos capazes de instigar tanto a perseguição quanto o medo e expressa uma atitude de teor conspiratório.

O não reconhecimento da mulher trans como mulher e a sua consequente exclusão como outra estranha (*the unwoman*⁸³ as *uncanny other*) fornece a coerência imaginária desta comunidade idealizada contra os perigos externos (ibid., p. 360). Imagina-se que a *unwoman* tenha a intenção de trair e prejudicar as mulheres e atrapalhar a possibilidade de uma comunidade de iguais (ibid., p. 367). Quando mulheres trans assumem a função de *unwoman* no discurso feminista trans-excludente de Raymond, lhes são atribuídas a intenção de estuprar e de se apropriar do corpo feminino. A atribuição da identidade lésbica às mulheres trans neste contexto acirra ainda mais o medo de estupro e apropriação corporal. A ameaça que a inclusão transgênera supostamente representa para o feminismo é significada pela ênfase textual recorrente no desaparecimento ou mutilação da lésbica⁸⁴ como sujeito ou do próprio projeto político do feminismo (ibid., p.360). Elliot e Lyons argumentam que esta exclusão não se dá apenas em virtude de mulheres trans serem vistas como homens, mas também porque

Raymond: In *The Transsexual Empire*, I used rape as a metaphor as in the figure of speech, “rape of the earth”, to describe the male transgender person’s demand for access to women’s bodies in undergoing treatment and surgery to become women. It was not an appropriate metaphor, and I would not use it again in this context. I was trying to point out the age-old patriarchal presumption that women’s bodies should always be made available to men and the unique way in which transsexual surgery mimics this access to women’s bodies, with men gaining entrée to the female body not as sexual and/or reproductive property, but through hormonal and surgical construction. In this case, rape was not a proper metaphor because it minimized the distinct meaning of rape and took on a critical life of its own rather than illuminating the point I was trying to make.

J.V. Dispelling Fictions and Disrupting Hashtags. 2014. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2014/08/25/dispelling-fictions-and-disrupting-hashtags/>. Acesso em 10/12/2018.

⁸² Elliot (2015, p. 133) define o sintoma, a partir da teoria psicanalítica, como “uma invenção para tornar boa uma perda inevitável que pode ser sentida como intolerável”. Gherovici (2017, p. 549) entende o sintoma como uma maneira única pela qual alguém habita o inconsciente.

⁸³ As autoras conceituam *unwoman* a partir da localização, na esfera imaginária, da mulher trans como provocadora de ansiedade ou fobia pois vistas como capazes de exercerem um profundo controle ou dano sobre as mulheres lésbicas feministas. O uso do prefixo *un-* tal como em *undead* (monstros mortos-vivos, uma espécie de aberração da natureza) e *un-american* (americanos que possuiriam um propósito maligno oculto em destruir o modo de vida americano) também visam descrever outros lugares de abjeção.

⁸⁴ Ver Jeffreys (1994, 2014).

representam a instabilidade ou incerteza das fronteiras que estabelecem a divisão sexual, e, portanto, a própria unidade imaginária da comunidade feminista e lésbica. Cabe ressaltar que

O conceito de transgeneridade torna a orientação sexual controversa em um nível individual, levando alguns a se identificar com várias orientações de uma só vez em momentos diferentes. Também desestabiliza as categorias heterossexual, gay, lésbica ou bissexual em um nível social. Ele perturba os meios pelos quais o pertencimento subcultural e a atração sexual de alguém são comunicadas. (NAGOSHI et al, 2013, p. 75)⁸⁵

Os recortes a seguir materializam estas considerações a respeito da “ênfase textual no desaparecimento lésbico” e são, respectivamente: uma formulação de Von Dohre (*apud* WILLIAMS, 2014) sobre o medo da destruição de si instigado pelo reconhecimento da identificação transgênera se realizar de “dentro para fora” (*from the inside out*); a definição do termo *womyn-born-womyn* em que a distinção de mulheres trans e das assim chamadas mulheres “nascidas mulheres” se justifica em virtude da manutenção da “pureza” dos espaços separatistas em Myers (2009, p. 245); uma carta ao editor publicada no jornal lésbico de São Francisco *Coming Up* (*apud* STRYKER, 2008, p. 123); e um recorte de um texto do blog *Bev Jo — Radical Lesbian Feminist writing*⁸⁶:

Os homens que se apropriam de nossa identidade nos odeiam e querem pegar a nossa pele para se tornar nós. Isso nunca acontece, mas eles certamente querem nos destruir no processo. Não, de todas as forças opressivas contra as lésbicas e as mulheres no patriarcado, acredito que o culto trans está no topo. Muito mais perigoso que o resto da ala da direita como os nazis e o clan e os cristãos, muçulmanos, etc. fanáticos religiosos, ELES QUEREM NOS DESTRUIR DE DENTRO PARA FORA.⁸⁷

[mulher-nascida mulher é um] termo usado para identificar mulheres que nasceram mulheres em oposição a transgêneros male-to-female que podem ter e manter privilégios masculinos. Identificar-se ou declarar-se mulher-nascida mulher ajuda a manter o espaço “só para mulheres” ou separatista lésbico puro.⁸⁸

Uma pessoa não pode mudar o seu gênero. O que ocorre é uma hábil manipulação do exterior: o que foi feito é uma mutação. O que existe abaixo da superfície deformada é a mesma pessoa que estava lá antes da deformidade. Pessoas que corrompem ou deformam seus corpos [encenam] a farsa doentia de uma abordagem patriarcal da natureza, alienados do verdadeiro ser (...) quando um homem estrognado com seios ama mulheres isso não é lesbianismo, isso é uma perversão mutilada. [Tal indivíduo]

⁸⁵ *The concept of transgenderism makes sexual orientation controversial on the individual level, leading some to identify as several orientations at once at different times. It also destabilizes the categories of heterosexual, gay, lesbian, or bisexual on a social level. It disrupts the means by which one's subcultural membership and sexual attraction are communicated.*

⁸⁶ B.J. DEFINING LESBIANS OUT OF EXISTENCE — “TRANSWOMEN” ARE SIMPLY MEN. 2017. Disponível em: <https://bevforadicallesbian.wordpress.com/2017/08/29/bev-jo-radical-lesbian-writing/> Acesso em 10/10/2018.

⁸⁷ *Men appropriating our identity hate us, and want to take our skin to become us. Can never happen, but they sure want to destroy us in the process. No, of all the oppressive forces against Lesbians and women in patriarchy, I believe the trans cult is at the top. Far more dangerous than the rest of the right wing like the nazis and clan and christian, muslim, etc. religious fanatics, THEY WANT TO DESTROY US FROM THE INSIDE OUT.*

⁸⁸ *[womyn-born-womyn is a] term used to identify women who were born women opposed to male to female transgendered [sic] persons who may have, and retain, male privilege. Identifying or declaring oneself woman-born woman helps to keep ‘woman only’ or lesbian-separatist space pure.*

não é uma ameaça para a comunidade lésbica, ele é um ultraje para nós. Ele não é uma lésbica, é um homem mutante, uma aberração, uma deformidade, um insulto. Ele merece um tapa na cara. Depois disso, ele merece ter o seu corpo e mente feitos são novamente.⁸⁹

“Mulheres trans” não são e nunca podem ser mulheres ou lésbicas - eles são simplesmente homens, tentando roubar nossa identidade e cultura. Uma maneira de começar a lutar contra a sua opressão contra mulheres e lésbicas é se recusar a dar-lhes o que eles querem. No mínimo, POR FAVOR parem de chamá-los de “mulheres” de toda forma e parem de usar os pronomes femininos para eles. Se esses homens realmente tivessem uma pequena quantidade de preocupação com mulheres e lésbicas, eles reconheceriam o quanto precisamos de espaços exclusivos para mulheres e lésbicas e nunca tentariam se forçar entre nós. Ao invés disso, eles agem como homens típicos, intimidam e instigam a culpa - tudo é sobre eles.⁹⁰

Califia (1997) afirma que homens trans que se identificam como homens gays e mulheres trans que se identificam como mulheres lésbicas têm enfrentado, paradoxalmente as mesmas resistências e oposições de grupos de gays e lésbicas (cisgêneros) que questionam tanto suas heterossexualidades quanto homossexualidades. É como se não houvesse nenhuma autenticidade possível (digna, deste modo, de ser reivindicada como forma de luta por reconhecimento coletivo) para sexualidades de corpos trans tendo em vista o funcionamento de um regime de verdade⁹¹ em relação ao sexo. A dêixis⁹² subjetiva da sexualidade em referência ao gênero em posição *trans* acaba por funcionar dentro de um circuito bastante fechado: pessoas trans *se (auto) iludem* (fazem de si mesmas o objeto da ilusão) ao acreditarem serem heterossexuais ou homossexuais e, por isso, *iludem* seus pares cisgêneros (fazendo iludir o outro, agora em posição enquanto sujeitos de ação); da mesma forma, em via reversa, pessoas trans só podem *iludir* seus pares cisgêneros *ao cederem, elas mesmas, às tentações das ilusões*.

A demanda por reconhecimento identitário ou inclusão de pessoas trans no feminismo é também surpreendentemente interpretada como uma ameaça à sexualidade lésbica

⁸⁹ *One cannot change one's gender. What occurs is a cleverly manipulated exterior: what has been done is mutation. What exists beneath the deformed surface is the same person who was there prior to the deformity. People who break or deform their bodies [act] out the sick farce of a deluded, patriarchal approach to nature, alienated from true being (...) When an estrogenated man with breasts loves women, that is not lesbianism, that is mutilated perversion. [Such an individual] is not a threat to the lesbian community, he is an outrage to us. He is not a lesbian, he is a mutant man, a self-made freak, a deformity, an insult. He deserves a slap in the face. After that, he deserves to have his body and his mind made well again.*

⁹⁰ *“Transwomen” are not and can never be women or Lesbians – they are simply men, trying to steal our identity and culture. One way to begin to fight their oppressing Lesbians and women is to refuse to give them what they want. At the very least, PLEASE stop calling them “women” in any form, and stop using female pronouns for them. If these men actually had some tiny amount of caring for women and Lesbians, they would recognize how much we need women-only and Lesbian-only space, and would never try to force themselves on us. Instead, they act like typical men and intimidate and guilt trip – everything is about them.*

⁹¹ Ver seção 5.1 Reconhecimento e vulnerabilidade dos sujeitos trans.

⁹² A noção de dêixis remete a certos signos que se definem como marcas que mostram o sujeito no ato ou situação de produção do enunciado. Para Benveniste (1995), os dêiticos são indicadores da subjetividade ou índices da enunciação ou do discurso. Continuamos a discussão a respeito dos dêiticos e subjetividade em 4.4 Pré-construído e gênero.

em um conjunto de discussões denominado por *cotton ceiling* - “teto de algodão”. Segundo Kurzdorfer (2012, p. 97), a expressão *cotton ceiling* deriva ou é uma variação do termo *glass ceiling*, familiar em contextos de discussão feministas, usado para designar a “barreira invisível que mantém as mulheres nos postos de trabalho mais baixos”. Este termo tem sido usado para designar o que se percebe ser uma tendência de pessoas transexuais ou transgêneras serem sexualmente rejeitadas por pares cisgêneros em contextos de relações interpessoais em virtude da revelação e/ou percepção da condição transexual ou transgênera.

Desta forma, a indisposição prévia em considerar pessoas transexuais ou transgêneras como parceiros afetivos em potencial pode ser descrita como uma atitude transfóbica ou baseada em cissexismo. Esta descrição, contudo, pode dar margem à interpretação de que, a nível individual, a mera recusa em se relacionar com uma pessoa transgênera é capaz de configurar um caso de transfobia ou de que aqueles que não desejam se relacionar com pessoas trans sejam preconceituosos.

Segundo algumas feministas radicais, as denúncias de transfobia ou críticas aos discursos trans-excludentes especialmente em contextos em que se problematizam questões sobre normatividade de gênero nos relacionamentos afetivos-interpessoais (como a representação estigmatizante dos corpos e identidades trans que produz o efeito de indesejabilidade afetiva-sexual) configurariam estratégias utilizadas por mulheres trans para de alguma forma coagirem lésbicas a se relacionarem sexualmente com elas. O “teto de algodão” é usado como metáfora para designar estas supostas tentativas de coação e acesso aos corpos como uma quebra de barreira de consentimento. Em virtude de mulheres trans serem frequentemente vistas como homens, a demanda por reconhecimento da identidade lésbica também pode ser interpretada como uma tentativa de reverter a sexualidade lésbica para a heterossexualidade.

A abordagem crítica do que se supõe ser uma tendência de preterimento afetivo baseada em normas sociais pode ser interpretada como uma estratégia para obter acessos aos corpos através da instigação de sentimento de culpa (JEFFREYS, 2014a), driblando de alguma forma a exigência de consentimento. Assim, o entendimento de que exista algum tipo de preterimento afetivo sistematicamente baseado em cissexismo é potencialmente interpretado, a partir da posição feminista radical trans-excludente, como uma forma de chantagem emocional, instigação de culpa e coação de lésbicas pela acusação de transfobia em contextos de relações interpessoais. Guimarães (2013a) argumenta existir uma distorção das perspectivas transgêneras neste debate:

Acho especialmente hipócrita quando feministas radicais transfóbicas distorcem intencionalmente o debate sobre o *cotton ceiling* e acabam traindo seu próprio legado de analisar como a opressão pode permear as práticas sexuais. Como um pequeno adendo sobre isso, visto que o assunto do *cotton ceiling* está em alta ultimamente, preciso comentar que feministas radicais transfóbicas usam de técnicas de terror para silenciar o debate indesejado. Afirmar que não fazer sexo com mulheres trans seria transfobia é obviamente mentiroso e elas certamente sabem disso (...) Pessoas trans, mulheres trans em especial, são grupo de altíssimo riscos para estupro e violência sexual. Além do mais, não faria nem sentido uma mulher trans querer obrigar alguém que não sente atração pelo seu corpo a fazer sexo com ela. Muito pelo contrário, o efeito nocivo da cisnorma é tão forte que a maioria das pessoas trans, especialmente mulheres, vivem diariamente o dilema de se sentirem completamente indesejáveis para qualquer pessoa que não seja um homem cis fetichista e objetificador. Ninguém se importa se você individualmente não gosta de pênis. Ninguém se importa se você individualmente não gosta de seios pequenos ou de seios siliconados. Ninguém se importa se você individualmente não gosta de pessoas altas. Ninguém se importa se você individualmente não gosta de mulheres que possivelmente tenham barba ou bigode. Mas não fale que mulheres com essas características não são mulheres. Não exclua essas mulheres dos seus grupos. Não use a imagem dessas mulheres como símbolo para “coisa subhumana nojenta e abominável” e, principalmente, não fale que nossas reclamações sobre você fazer essas coisas tem qualquer relação com estupro.

Consideramos ainda relevante pensar este sujeito que não deve enganar o outro (o que acaba incluindo a si mesmo) quanto ao seu gênero em contextos de interação pessoal como uma expressão particular do sujeito jurídico, tido como livre e responsável, de direitos e deveres⁹³. O sujeito é responsabilizado por este ato de enganar a partir da assunção da cisgeneridade como norma (que estabelece os critérios do que é considerado uma ilusão de gênero) e da forma de sujeito jurídico que estabelece a responsabilidade ou intenção dos atos que são imputados ao sujeito.

Lagazzi (1987) cunha o termo juridismo para designar a estreiteza das relações de poder interpessoais cotidianas em que o jurídico (entendido como o conjunto das legislações concebidas por uma sociedade) funciona sem a necessidade de ser explicitado, no interior de uma “esfera de tensão permeada por cobranças e justificativas” (ibid, p. 7). O juridismo também é definido pela autora como a “intertextualidade da instância jurídica” (ibid., p. 34) e caracteriza o modo de inscrição do sujeito-de-direito na linguagem (ibid., p. 86).

A força do juridismo no interior da esfera das relações cotidianas reside, como argumenta Lagazzi (ibid, p. 34-35), precisamente na sua implicação, pois a explicitação

⁹³ Agradeço à Mônica Zoppi-Fontana pelas observações a respeito desta ligação entre a problemática do ato de enganar e a ideologia jurídica. Como ela bem aponta, o paralelo com o estupro e os deslizamentos de sentidos produzidos na argumentação de Raymond só podem ser feitos pelo atravessamento de um discurso transversal sobre o livre consentimento. Ela argumenta que a problemática ideológica suscitada aqui, portanto, não diz respeito estritamente ao engano de gênero, mas é uma “inflexão de uma ideologia que assume o livre consentimento informado e a transparência, consciência e voluntariedade das ações entre os sujeitos”. Nos termos da ideologia jurídica é possível perceber que o engano pode estar na ordem da falsidade ideológica (se fazer passar pelo que não se é); do estelionato (se apropriar indevidamente e por engano do que não lhe pertence) e do assédio sexual (sedução, estupro).

permitiria a refutação direta e racional, enquanto que “opiniões e crenças, usos e costumes, não são edificados sobre razões, mas sobre símbolos que mistificam, interferindo no distanciamento crítico do sujeito e permitindo a legitimação de um poder”⁹⁴. Desta forma, as injunções do cumprimento de direitos e deveres, sob o efeito do juridismo, deriva para o próprio senso comum, isto é, o conjunto de crenças e opiniões tão geralmente admitidas numa época e num meio dados (ibid., p. 20).

Podemos entender as legislações e processos judiciais a respeito do *trans panic defense* como um efeito retroativo do juridismo sobre o próprio âmbito jurídico. O termo *trans panic defense*, uma variação ou sinônimo para o *gay panic defense*, designa um conjunto de discursos ou discussões tipicamente do campo jurídico nos Estados Unidos e demais países anglófonos a respeito da atenuação ou mesmo da justificação de crimes que envolvem a defesa do acusado de agressão e/ou assassinato através da alegação de um tipo de “insanidade temporária”, auto-defesa ou provocação (WODDA, PANFIL, 2015, p. 933) com base na revelação da identidade de gênero e/ou orientação sexual da vítima.

O fato de uma pessoa transgênera não revelar sua condição enquanto transgênera é frequentemente interpretado como um ato deliberado de enganar o parceiro, pressupondo, assim, má-fé na omissão desta informação. A retórica do *panic defense*, portanto, é capaz de atenuar, relativizar ou mesmo justificar e legitimar (WODDA; PANFIL, 2015, p. 932) atos de agressão nos âmbitos jurídicos, expressando a lógica da culpabilização da vítima ou mesmo inversão desta culpabilização. O *trans panic defense* então exemplifica o desgosto, a vergonha e a raiva associados ao questionamento da sexualidade de alguém (ibid., p. 936). Casos de assassinatos que tiveram ampla cobertura da mídia norte-americana como de Gwen Araujo⁹⁵ e Angie Zapata empregaram o *trans panic defense*. Os objetivos das violências em casos como estes residem não apenas na punição da transgressão de gênero das vítimas, mas também de alguma forma restaurar a masculinidade e heterossexualidade do agressor (ibid., p. 956).

A lógica assumida pelo *trans panic defense*, no entanto, só se sustenta a partir da naturalização da ideia de que pessoas transgêneras, por serem essencialmente fraudes de gênero, agem de má-fé e “enganam” eventuais parceiros afetivos/sexuais e causam danos morais (como

⁹⁴ Ducrot (1977, p. 14) afirma neste sentido que “é necessário para toda crença fundamental, quer se trate de uma ideologia social ou de um *parti-pris* pessoal, encontrar, se ela se exprime, um meio de expressão que não a exponha, que não a transforme num objeto determinável e portanto contestável”.

⁹⁵ As repercussões do caso de Gwen culminaram na criação das *Assembly Bill No. 1160* e *No. 2501* no estado da Califórnia que visam limitar a aplicação do *trans panic defense*. Em agosto de 2013, a *the House of Delegates of the American Bar Association* (ABA) aprovou uma resolução com recomendações para se combater os efeitos discriminatórios do *trans* e *gay panic defense*, especificando que a descoberta da identidade de gênero de alguém não pode configurar uma “provocação adequada” para o assassinato.

a percepção de uma ameaça à própria sexualidade) a ponto de atenuar a gravidade de agressões físicas que decorreriam da revelação da condição transgênera. Ela também só funciona no interior do funcionamento da *cissexual assumption* (assunção cissexual)⁹⁶, descrita por Serano (2013, p. 1744).

Segundo Gross (2009, p.165), nesses casos, a interpretação da lei muitas vezes não busca “proteger a autonomia sexual contra uma solicitação fraudulenta de sexo, mas sim proteger as normas de gênero” e Wodda e Panfil (2015, p. 934-935) argumentam que a retórica do “pânico trans” é baseada em transfobia e, portanto, “sobre uma série de valores culturais sobre masculinidade e heteronormatividade”.

3.4 Estereótipos de gênero, socialização e identidade

Ruin (2016, p. 203) sugere que a crença simplista de que seja possível saber, de antemão, “tudo sobre uma pessoa trans”, está na base da associação entre transexualidade e ideais normativos sobre gênero ou estereótipos. Isto é, a crença de que pessoas trans possam efetivamente se resumir aos padrões hegemônicos de gênero pode ser interpretada criticamente como uma perspectiva reducionista sobre as identidades trans, pois ela enquadra as pessoas transexuais em “uma imagem estática, apagando os detalhes de vidas complexas que mudam com o tempo” (ibid., p. 204).

Esta confiança prévia de que se possa saber tudo sobre as pessoas transexuais impede os próprios esforços para descobrir mais a respeito da questão (ibid., p. 203). Assumir um não conhecimento sobre o outro (isto é, a nossa “própria ignorância”) é também lembrado por Butler (2004, p. 28–29) como a condição de possibilidade de um encontro não violento com o outro. A crença de que o gênero das pessoas trans é artificial constitui um estereótipo negativo frequente em relação às pessoas trans (MCKINNON, 2014), e assumir que as transgeneridades sejam estereotipadas é em si mesmo fruto de um processo de homogeneização de grupo (e, portanto, da própria estereotipação). A afirmação de que pessoas transexuais endossam acriticamente os estereótipos patriarcais de gênero é injustificada e promulga uma distorção em relação às identidades trans (MCQUEEN, 2016, p. 680). Um dos estereótipos negativos recorrentes sobre a transexualidade é de que a psicoterapia seria capaz de curar a disforia de gênero e tornar a transição desnecessária, além da crença de que pessoas transexuais possuiriam uma tendência intrínseca à instabilidade emocional e arrependimento em relação à transição de gênero (CALIFIA, 1997, p. 22)

⁹⁶ Ver mais na seção 4.4 Pré-construído e gênero.

A homogeneização do grupo, por sua vez, contribui para a própria ideia de que pessoas trans reforcem estereótipos de gênero. Assim, a ideia de que pessoas trans reforçam estereótipos de gênero ou dependam deles de uma maneira aparentemente mais arraigada que pessoas cisgêneras é em si mesma uma estereotipização de pessoas trans que expressa um viés de confirmação em relação às identidades trans. Segundo Guimarães (2013a):

Se alguma feminista radical acha que aceitamos gênero cegamente, ela não está muito bem informada sobre a diversidade que existe dentre pessoas trans e dentre pessoas trans feministas. E isso é uma tática clássica de opressão. Homogeneizar um grupo diverso a partir de alguma característica foi uma ferramenta usada contra TODOS os grupos oprimidos que eu consigo pensar.

Serano (2007, p. 48) também sugere que a visão que muitos acadêmicos cisgêneros possuem a respeito de pessoas transexuais reproduzirem rigidamente estereótipos de gênero se deu em virtude de um viés de confirmação que decorre do fato destes pesquisadores tratarem os sujeitos transexuais como objetos de pesquisa ao invés de pessoas ou sujeitos. Podemos concluir que a insistência em considerar as expressões de gênero de pessoas trans como dependentes de estereótipos ou normas de gênero marca uma tendência em considerar o gênero de pessoas trans a partir de um padrão diferente ou enviesado em relação a pessoas cis. Os gêneros de pessoas cis escapam da possibilidade de uma crítica ou mesmo avaliação recíprocas, pois são assumidos como normais ou naturais.

Serano (2013, p. 2626) então questiona a ideia de que pessoas trans de alguma forma reforçariam os estereótipos de gênero (mais do que pessoas cis). Para tanto, a autora menciona um viés de percepção que incide sobre traços marcados ou não marcados. Os traços tendem a serem vistos como marcados, isto é, serem vistos com mais atenção, quando são interpretados como inesperados ou excepcionais. A ausência de marca sob um traço produz o efeito de universalidade, generalidade ou naturalidade. Os traços marcados são mais propensos a serem vistos a partir da necessidade de serem explicados do que aqueles não marcados. Por outro lado, comportamentos e ações tendem a não serem vistos como resultados de traços não marcados, enquanto são mais propensos de serem se forem marcados.

Os traços de gênero, assim, são interpretados de forma marcada em pessoas trans, pois a identidade transgênera não corresponde às expectativas sociais do gênero assignado ao nascer. Desta forma, os traços de gênero são vistos como não marcados quando estão presentes em pessoas cisgêneras, isto é, são vistos com menor atenção e com isso não geram a percepção de que reforçariam estereótipos da mesma forma que pessoas transgêneras. Isto resulta em um padrão duplo de busca por etiologias e origens da identidade de gênero: enquanto soa como evidente que a transgeneridade careça de uma explicação ou reforce os estereótipos de gênero,

a cisgeneridade é simplesmente assumida como uma condição neutra (não marcada) e, por isso, natural. Este duplo padrão imputa às pessoas transgêneras o ônus da prova em relação às suas próprias existência enquanto assume a condição cisgênera como previamente estabelecida (ou pré-construída)⁹⁷. Serano (2013, p. 1744) entende que este funcionamento só existe no interior de um enquadramento discursivo que a autora nomeia como *cissexual assumption*. Esta formulação designa a assunção de que todas as pessoas seriam cisgêneras até que alguma evidência possa indicar o contrário, consistindo em uma projeção da cisgeneridade como uma condição evidente (*taken for granted*). A cisgeneridade é, pois, vista como uma condição neutra ou não marcada em relação à transgeneridade. Pessoas cisgêneras não são rotineiramente acusadas de reforçar o binário de gênero em discussões feministas da mesma forma como acontece com pessoas transexuais (SERANO, 2013, p. 1856). Há portanto uma discrepância nas críticas à identidade transgênera em comparação à cisgênera no que se refere às discussões sobre normas e estereótipos de gênero.

Além disto, traços ou eventos inesperados tendem a serem vistos de forma mais negativa do que aqueles traços ou eventos esperados (SERANO, 2013, p. 2632). Quando um traço marcado indica um aspecto moral negativo ele é usualmente designado como pelo termo “estigma”. Serano entende que em virtude deste viés de percepção, os traços de gênero de pessoas trans, ao contrário das pessoas cis, são interpretadas como inautênticas, ilegítimas ou enganadoras.

É esperado que pessoas transexuais forneçam detalhes e evidências capazes de justificar ou provar suas identidades de gênero quando o mesmo não ocorre com pessoas cisgêneras. Serano (2013, p. 1723) entende essa assimetria como uma expressão de cissexismo, pois a identidade de gênero de pessoas cis é simplesmente assumida como auto-evidente ou natural. A demanda para que mulheres transexuais expliquem as razões de suas existências no interior de uma perspectiva de negação de autenticidade identitária pode ser formulada da seguinte maneira:

Imitadores de mulheres têm idéias fetichizadas bizarras sobre o que significa ser mulher, baseadas em uma obsessão com regras patriarcais de feminilidade e pornografia definidas pelos homens. Se você tentar fazer com que eles realmente expliquem o que significa ser mulher para eles, para além de usar maquiagem e roupas reveladoras feitas por homens para mulheres, querer imitar modelos ou estrelas de cinema, eles não conseguirão. (...) Ser obcecado em fetichizar a feminilidade

⁹⁷ Ver seção 4.4 Pré-construído e gênero. Os traços de gênero em pessoas trans, portanto, são interpretados como construídos (em oposição a serem pré-construídos em pessoas cisgêneras).

inventada por homens que caricaturiza as mulheres de verdade não tem nada a ver com ser mulher.⁹⁸

O transfeminismo surge como a nova face do patriarcado para sublevar as pretensões de mulheres e pregar a apologia àqueles marcadores sociais de feminilidade tradicionalmente usados como instrumentos de opressão e defender que esses marcadores são, na verdade, naturais. Não são. (...) Nenhuma feminista radical quer impedir que as pessoas se sintam ou se autoidentifiquem com o que lhes aprouver. O que reprovamos é que pessoas nascidas com o sexo masculino nos imponham como modelo de fêmea a representação de estereótipos femininos. Seria muito mais digno e honesto se esses homens dissessem que se reconhecem dentro dos padrões de gênero feminino, mas não que são esses padrões que os fazem “mulher”. (SAMY, 2018, p. 410-411)

Não haveria, nesta interpelação (“explique-se”), uma maneira de “se explicar” enquanto mulher trans que não seja através de estereótipos de feminilidade, isto é, por meio de “ideias fetichizadas sobre o que significa ser mulher baseadas em uma obsessão com regras patriarcais de feminilidade”, e de “ser mulher” que não seja através do uso de “maquiagem, roupas reveladoras, imitação de modelos”. Explicar-se ou demandar o reconhecimento identitário por meio de estereótipos de gênero implica, sob a perspectiva feminista radical trans-excludente, a defesa da sua naturalização ou essencialização. Como são os estereótipos de feminilidade que são vistos como tudo aquilo que norteia a existência de mulheres trans (“padrões que os fazem ‘mulher’”), mulheres trans não deveriam, desde o princípio, demandar o reconhecimento de suas identidades como mulheres - assim, Samy (2018, p. 411) alega que seria mais “digno” que mulheres trans se reconhecessem enquanto homens femininos. Samy também supõe que “representações de estereótipos femininos”, ao serem usadas como um paradigma de reconhecimento identitário por sujeitos trans, impliquem em uma ameaça direta ao movimento feminista - o transfeminismo, em virtude disto, é definido como a “nova face do patriarcado”.

A imputação de uma estereotipia de gênero às transformações corporais e identidades trans é frequentemente utilizada por Raymond (1979) como uma retórica de negação de autenticidade, pois não se imagina que mulheres cisgêneras tenham que responder a esta interpelação tampouco que dependeriam de estereótipos de gênero para tanto. A autora enquadra enfaticamente a transexualidade no interior da problemática dos estereótipos de

⁹⁸ *Female impersonators have bizarre fetishized ideas of what it means to be female, based on an obsession with male-defined patriarchal rules of femininity and pornography. If you try to get them to actually explain what being female means to them beyond wearing make-up and revealing clothing made by men for women, wanting to imitate models or movie stars, they can't do it. (...) Being obsessed with fetishizing male-invented femininity that caricatures real females is nothing like being female.*

B.J. “DEFINING LESBIANS OUT OF EXISTENCE — “TRANSWOMEN” ARE SIMPLY MEN”. 2017. Disponível em: <https://bevjo-radicallesbian.wordpress.com/2017/08/29/bev-jo-radical-lesbian-writing/> Acesso em 10/10/2018.

gênero: “o transexualismo põe a questão de o que seja o gênero, como desafiá-lo e o que reforça os estereótipos de gênero em uma sociedade definida por papéis sexuais (1994a, p. xviii)”. No seguinte recorte, estereótipos são referidos tanto às masculinidades e feminilidades socialmente construídas e comportamentos que indicam aspectos de “superficialidade, artefactualidade, e mudanças socialmente e cirurgicamente construídas” em oposição a algo que a autora supõe ser uma “mudança profunda e intrínseca que incentiva o desenvolvimento existencial”:

A literatura médica sobre transexualismo usa as palavras masculinidade/masculino e feminilidade/feminino para indicar o que os seus autores percebem como mudanças reais que ocorrem, seja pela administração de hormônios e/ou cirurgia. A literatura psicológica sobre transexualismo usa as mesmas designações para falar sobre a identidade de gênero e/ou o papel do transexual, um dos quais o transexual rejeita para buscar o outro, como se esses estereótipos tivessem algum tipo de realidade ontológica que foi conferida pelo “sentimento” de que alguém seja, por exemplo, uma “mulher presa no corpo de um homem”. Eu uso os termos masculinidade/masculino e feminilidade/feminino para indicar que o que realmente acontece quando o transexual é encorajado a passar como mulher, ou quando hormônios e cirurgia são administrados, é na verdade a feminização de um homem, ou a masculinização de uma mulher. Isto é precisamente o que acontece porque **masculinidade e feminilidade são construções sociais e estereótipos de comportamento** que são culturalmente prescritos para corpos masculinos e femininos, respectivamente, mas que, no caso do transexual, não têm nada a ver com um corpo masculino ou feminino. Assim, o homem-construído-para-mulher passa de um estereótipo para o outro. As palavras masculino e feminino são usadas ao longo deste trabalho para indicar que uma mudança **superficial, artificial e social e cirurgicamente construída** é o que ocorre em vez de uma **mudança profunda e intrínseca que encoraja o desenvolvimento existencial**. A **linguagem estereotipada** é usada intencionalmente para destacar a **superficialidade** do processo transexual. (RAYMOND, 1979, p. 3)⁹⁹

Jeffreys (2014a, p. 49) qualifica o feminismo transgênero como um “movimento que celebra os estereótipos de gênero”. Os estereótipos de gênero são entendidos como “socialmente construídos” na formação teórica feminista radical e internalizados subjetivamente (ou prescritos) a partir de um processo que pode ser designado como “socialização de gênero”. O processo de formação morfológico de *socialização* é a nominalização do verbo *socializar*. A denominação “socialização” é frequentemente usada para

⁹⁹ *Medical literature on transsexualism uses the words masculinity /masculine and femininity /feminine to indicate what its authors perceive to be real changes that take place, either through the administration of hormones and/or surgery. The psychological literature on transsexualism uses the same designations to talk about the gender identity and/or role of the transsexual, one of which the transsexual rejects in order to pursue the other, as if these stereotypes had some kind of ontological reality that was conferred by “feeling” that one is, for example, a “woman trapped in a man’s body”. I use the terms masculinity/masculine and femininity/feminine to indicate that what really does take place when the transsexual is encouraged to pass as a woman, or when hormones and surgery are administered, is in fact the feminization of a man, or the masculinization of a woman. This is precisely what happens because **masculinity and femininity are social constructs and stereotypes** of behavior that are culturally prescribed for male and female bodies respectively, but that in the case of the transsexual, have nothing to do with a male or female body. Thus the male-to-constructed-female goes from one **stereotype** to the other. The words masculine and feminine are used throughout this work to indicate that a **superficial, artifactual, and socially and surgically constructed change** is what takes place rather than a deep intrinsic change that encourages existential development. The **stereotypical language** is used intentionally to highlight the superficiality of the transsexual process.*

designar um processo em que os indivíduos assimilam hábitos e valores culturais que os permitem ser reconhecidos intersubjetivamente como pertencentes a um grupo social. A qualificação de *socialização* enquanto *masculina* ou *feminina* produz um efeito de sentido a respeito das identidades de gênero: o processo a partir do qual os sujeitos se constituem enquanto homens ou mulheres é entendido como resultado da “socialização”; se trata também de dois processos tidos como distintos e em paralelo e que homens e mulheres configuram um tipo de grupo social. O uso da forma nominalizada “socialização” não é indiferente à adoção de perspectivas teóricas no campo do feminismo. Isto se dá pois o uso desta nominalização nos discursos feministas radicais sustenta efeitos de sentidos a respeito do processo que se supõe constituir os sujeitos em suas identidades de gênero como algo estabilizado e linear (pois envolve um tipo de representação da temporalidade da trajetória de vida individual¹⁰⁰) e baseado em aspectos pretensamente biológicos.

Uma suposição que sustenta a noção de socialização diz respeito à adoção de uma concepção de sexo como um dado anterior à cultura e que os papéis (culturais) de sexo (*sex roles*) sejam assignados (posteriormente) com base no sexo e que o pertencimento à categoria mulher ou homem seja determinado pela história de experiência de um indivíduo sendo assignado por um papel cultural de sexo. Esta história de experiência individual é designada com frequência no discurso feminista radical pelo termo *socialização/socialização de gênero*. O corpo nesta perspectiva é entendido como um “dado [fisiológico] que fornece o lugar a partir do qual se estabelece o direcionamento das influências sociais” (NICHOLSON, 2000, p. 3).

O conceito de socialização é mobilizado para distinguir mulheres transgêneras das cisgêneras de forma com que elas não sejam “iguais em qualidade e natureza de status” e que mulheres trans, portanto, sejam incapazes de “atender aos requisitos da situação de mulheres que passaram as suas vidas inteiras como mulheres” (RAYMOND, 1979)¹⁰¹. Raymond afirma que “séculos de socialização patriarcal de papéis sexuais e estereotipização” erodiram a possibilidade do eu se constituir em totalidade¹⁰². Para Elliot (2010, p. 24), esta conceituação sobre socialização implica que: as experiências e a socialização das mulheres sejam homogêneas; que as mulheres trans não possam saber como as mulheres não trans se sentem;

¹⁰⁰ Este aspecto será explicitado adiante.

¹⁰¹ *They are neither equal in “quality, nature of status” nor are they “capable of meeting the requirements of the situation” of women who have spent their whole lives as women.*

¹⁰² A autora conceitua esta totalidade a partir de sua “ética da integridade” em oposição à uma noção de “integração”. Enquanto a noção integração pressuporia uma articulação entre as partes, a integridade, ao contrário, apontaria para uma condição de totalidade indivisível e incorruptível (1979, p. 163). Raymond defende que estas formulações dariam conta de uma teoria ou ética da transcendência de gênero.

que as mulheres trans sejam na realidade homens com a intenção de assumir o corpo das mulheres e que as mulheres trans não tenham interesse em desafiar a opressão das mulheres.

A noção de socialização, embora frequentemente utilizado nos discursos feministas radicais para negar a autenticidade das identidades trans, também está presente como um conceito em outras formações teóricas, em especial na pesquisa psicológica (NAGOSHI et al, 2013, p. 33). Embora tais abordagens psicológicas também investiguem os papéis e identidades de gênero, ao considerar os processos pelos quais os sujeitos se constituem enquanto homens ou mulheres (levando em consideração aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais); elas não compartilham necessariamente da mesma problemática teórica do feminismo radical trans-excludente.

Jeffreys (2014a, p. 5) também cunha a expressão “casta sexual” (*sex caste*) para designar, segundo ela, “o sistema político em que as mulheres são subordinadas aos homens com base em sua biologia” e “colocadas em um status de casta subordinado por toda a sua vida”. Ambos os termos “socialização” e “casta sexual” são frequentemente articulados pela teoria feminista radical como forma de designar os processos sociais de opressão de gênero que se baseariam nos corpos e que portanto não seriam compartilhados por mulheres trans. A autora conclui que o “feminismo é um movimento político baseado na experiência de pessoas que são mulheres, nascidas do sexo feminino e criadas em sua casta sexual feminina” (ibid., p. 36)

A representação da temporalidade a respeito da trajetória de vida individual também é recorrente e bastante significativa, e se dá através de expressões como “por toda a sua vida” e “suas vidas inteiras” e do uso frequente do verbo “nascer” para qualificar experiências de mulher. Em uma declaração proferida por Robin Morgan (*apud* JEFFREYS, 2014a, p. 37; GOLDBERG, 2014) em 1973 durante a *West Coast Lesbian Conference*, encontramos uma formulação que expressa uma temporalidade desta trajetória no interior de um funcionamento argumentativo de negação de autenticidade da identidade de gênero de mulheres trans, e consiste na oposição entre os “trinta e dois anos de sofrimento nesta sociedade androcêntrica e de sobrevivência” e os “cinco minutos sendo assediado (dos quais ele pode gostar)”:

Eu não chamarei um homem de “ela”; **trinta e dois anos de sofrimento nesta sociedade androcêntrica e de sobrevivência** me valeram o título de “mulher”; alguém anda na rua como um travesti masculino, **cinco minutos sendo assediado (dos quais ele pode gostar)**, e então ele se atreve, ele se atreve a pensar que entende a nossa dor? Não, pelos nomes das nossas mães e dos nossos próprios nomes, não devemos chamá-lo de irmã.¹⁰³

¹⁰³ I will not call a male “she”; thirty-two years of suffering in this androcentric society, and of surviving, have earned me the title “woman”; one walk down the street by a male transvestite, five minutes of his being hassled

Em Coveney (1979), a representação temporal da trajetória de vida - *longo prazo* e *anos de pressão* - também é central para o direcionamento argumentativo a respeito da escolha de mulheres transexuais em praticarem padrões de feminilidade:

É preciso dizer alto e claro que ser mulher é uma experiência de **longo prazo** e que não é resumida por uma coleção de genitálias femininas com a adição de algumas roupas sobre elas. São necessários **anos de pressão constante** e muita prática para atingir os padrões aceitos de feminilidade - aprendemos os truques (para sobreviver), de modo que, presumivelmente, os homens também possam. Mas o estado de espírito, o processo de se tornar - nós não tivemos nenhuma **escolha** sobre isso.¹⁰⁴

O não compartilhamento de experiências entre mulheres cis e trans é um dos argumentos centrais para a não inclusão de mulheres trans no movimento feminista e a negação de autenticidade da identidade trans. Isto se associa a ideia de que as opressões de gênero que mulheres trans sofrem ou às que estão expostas não se relacionam com as opressões e violências de gênero que mulheres cis sofrem (seriam qualitativamente diferentes, portanto) ou simplesmente não existiriam. A demanda por reconhecimento de autenticidade de uma identidade transfeminina, nesta perspectiva, não passa de uma fantasia, ao invés de também resultar de uma experiência de opressão de gênero que pudesse ser reconhecida em suas especificidades:

Alguém criado como homem e no corpo de um homem que desenvolve a ideia de que ele tem dentro de si a essência da feminilidade ou do gênero feminino é visto por muitas teóricas feministas como sofrendo de uma **fantasia** criada precisamente por noções masculinas supremacistas sobre o que uma mulher deve ser, das quais as feministas procuram escapar. (JEFFREYS, 1997, p. 66)¹⁰⁵

Raymond (1994a, p. xx) afirma que a fantasia de transexuais homens-para-mulheres em acreditarem serem mulheres contrasta com a “realidade da mulher” pois transexuais não “viveram em um corpo feminino com toda a história que isto implica”. A autora descreve o termo transexual como a “pessoa que acredita ser do sexo oposto e deseja o corpo e o papel do sexo oposto através de intervenção médica” (1979, p. 12). A “realidade da mulher” é definida a partir desta “história” que conta com a trajetória de experiências com aspectos biológicos e sociais e que não seria compartilhada com transexuais de forma alguma. A posição discursiva do feminismo radical que articula a expressão “casta sexual” para se distanciar das

(which he may enjoy), and then he dares, he dares to think he understands our pain? No, in our mothers' names and in our own, we must not call him sister.

¹⁰⁴ It needs to be stated loud and clear that being a woman is a long-term experience, and one that isn't summed up by a collection of female genitalia with some clothes draped over them. It takes years of constant pressure and lots of practice to achieve the accepted standards of femininity – we learnt the tricks (in order to survive) so presumably men can too. But the state of mind, the process of becoming – we didn't have any choice about that.

¹⁰⁵ Someone raised as a man and in the body of a male who develops the idea that he has within himself the essence of womanhood or feminine gender is seen by many feminist theorists as suffering from a fantasy created precisely out of the male supremacist notions of what a woman should be that feminists seek to escape.

questões transgêneras e do próprio conceito de gênero e de identidade é formulada por Jeffreys (2014a, p. 5-6) da seguinte maneira:

Fetos do sexo feminino são abortados e bebês do sexo feminino são mortos por causa do sexo, não por discriminação de “gênero”. Os fetos não têm “gênero” ou “identidade de gênero”, porque as forças de uma cultura que odeia mulheres não tiveram a chance de afetar a maneira como eles se entendem. O status de casta sexual inferior das mulheres é atribuído com referência à sua biologia, e é através de sua biologia que sua subordinação é aplicada e mantida através de estupro, fecundação e gravidez forçada. As mulheres não passam ou deixam de passar¹⁰⁶ quando usam roupas de mulheres, como acontece com os *cross-dressers*, na verdade elas podem rejeitar essas roupas como inferiores, mas ainda sofrerem violência e discriminação como mulheres.¹⁰⁷

O apelo aos “fetos e bebês do sexo feminino” visa justamente ressaltar o aspecto de atribuição de gênero feminino no momento do nascimento individual - ou mesmo antes dele, sustentando ou direcionando um sentido sobre o sexo como um aspecto biológico das mulheres. Em virtude desta atribuição de gênero feminino no momento do nascimento não configurar um aspecto ou traço possível de ser compartilhado com mulheres trans, este apelo se torna um argumento fundacional para a posição trans-excludente, pois ele sustenta a posição segundo a qual as questões referentes à “identidade de gênero” são vistas como irreconciliáveis e até mesmo antagônicas com as de “sexo”. Este argumento é exemplar pois esta atribuição de sexo feminino no nascimento fornecerá a pedra de toque de quem pode ou não ser considerado mulher e orientar assim a exclusão das mulheres trans da categoria mulher ou de uma experiência legítima de gênero.

Se a atribuição ao sexo feminino no momento do nascimento não é um traço fundacional para a subjetividade transgênera, outro tipo de traço, como as vestimentas, teria que vir à tona para caracterizar algum tipo de atribuição ou característica feminina. A própria discrepância de natureza destes traços fundacionais de sexo e gênero e a sua localização no espaço e tempo da trajetória de vida subjetiva - o corpo visto e assignado ao nascimento como feminino contrastando com utilização de roupas femininas por *cross-dressers* (usualmente ou imaginariamente) adultos - reforça a retórica feminista trans-excludente. É precisamente este

¹⁰⁶ O verbo “passar” neste caso se remete à questão da passabilidade. O termo passabilidade é frequentemente utilizado em contextos de discussões sobre questões trans a respeito da situação de uma pessoa trans ser vista ou não pelos demais como pertencente ao gênero com o qual se identifica. Se uma pessoa trans tem passabilidade, ela “passa” como homem ou mulher cis, isto é, é vista como se fosse um homem ou mulher cis, tendo assim a “passabilidade cisgênera”.

¹⁰⁷ *Female fetuses are aborted and female infants are killed because of sex, not ‘gender’ discrimination. Foetuses do not have ‘gender’ or ‘gender identity’, because the forces of a woman-hating culture have not had a chance to affect the way they understand themselves. The inferior sex caste status of women is assigned with reference to their biology, and it is through their biology that their subordination is enforced and maintained through rape, impregnation and forced childbearing. Women do not pass in and out of wearing ‘women’s’ clothing, as cross-dressers may do, indeed they may reject such clothing as inferiorising, but still suffer violence and discrimination as women*

aspecto que é lembrado por Jeffreys para tentar aprofundar a suposta diferença incomensurável entre experiências de mulheres trans em relação às mulheres cis: enquanto mulheres cis estão expostas à opressão de gênero *independentemente* das roupas que utilizam e *desde os seus nascimentos* (pois a casta sexual é determinada pelo próprio corpo no momento do nascimento), mulheres trans (ou *cross-dressers*) só podem estar expostas a violências misóginas através da externalização¹⁰⁸, muitas vezes em momentos muito posteriores ao nascimento, de traços vistos como femininos - em especial, as roupas e demais aspectos que podem ser referenciados como exemplos de “estereótipos de feminilidade”. A diferença percebida entre mulheres cis e trans, portanto, reside no fato de que as primeiras não “dependeriam” da afirmação intencional dos estereótipos de gênero enquanto que as segundas, de alguma outra forma, dependeriam. Esta incomensurabilidade é reforçada por Jeffreys pela recusa em utilizar o próprio conceito de identidade:

As mulheres não **decidem** em algum momento da vida adulta que gostariam que outras pessoas as entendessem como mulheres, porque **ser mulher não é uma “identidade”**. A experiência das mulheres não se assemelha à dos homens que **adotam** a “identidade de gênero” de ser uma mulher ou de ser mulher em qualquer aspecto. A ideia de “identidade de gênero” faz desaparecer a biologia e todas as experiências que aquelas com biologia feminina têm em ser criadas em um sistema de castas com base no sexo.¹⁰⁹ (JEFFREYS, 2014a, p. 6)

A concepção pós-moderna de gênero, como simples conjuntos de roupas e atitudes que podem ser trocadas ou combinadas à vontade, **não combina bem com a definição feminista materialista** que vê a masculinidade e a feminilidade como comportamentos dos opressores e dos oprimidos.¹¹⁰ (JEFFREYS, 1997, p. 64)

A “identidade” aparece como um elemento para teorização feminista e será interpretado como um elemento materialista (reivindicado para o desenvolvimento da teoria) ou idealista (rejeitado para o desenvolvimento da teoria) de acordo com a filiação da formação teórica a uma formação discursiva. Para Jeffreys, uma concepção pós-moderna de gênero a que o ativismo trans se filiaria “não combina bem” com uma definição feminista materialista defendida pela autora. Uma concepção pós-moderna de gênero, para Jeffreys, mobiliza a noção de identidade. Aspectos que digam respeito à instabilidade de sentidos que constituem uma identidade de gênero ou à “variação de gênero” devem ser recusados na sua incorporação

¹⁰⁸ A esta externalização é atribuída, por sua vez, uma espécie de intencionalidade nos discursos feministas radicais trans-excludentes, como será discutido adiante. O termo identidade, no discurso feminista radical trans-excludente, também é marcado por este traço de intencionalidade.

¹⁰⁹ *Women do not decide at some time in adulthood that they would like other people to understand them to be women, because being a woman is not an ‘identity’. Women’s experience does not resemble that of men who adopt the ‘gender identity’ of being female or being women in any respect. The idea of ‘gender identity’ disappears biology and all the experiences that those with female biology have of being reared in a caste system based on sex*

¹¹⁰ *The postmodern conception of gender, as simply sets of clothing and attitudes which can be swapped or combined at will, does not gel well with the materialist feminist definition which sees masculinity and femininity as the behaviors of the oppressors and the oppressed.*

teórica pela perspectiva feminista radical sob o argumento de que representariam uma expressão de essencialismo ou subjetivismo idealista, pois se apresentariam, de alguma forma, em antagonismo ou incompatibilidade com a luta feminista e a explicação teórica do sistema de gênero ou patriarcal. Os seguintes recortes provenientes de textos de blogs formulam esta posição:

Eu não direi com qual gênero pessoas trans devem se **identificar**, porque isso é com eles. Mas isso não os faz parte do agrupamento social oprimido mulher, que é sobre como a sociedade trata as mulheres – oprimindo-as pelo bem do capitalismo. Pessoas são feitas mulheres por fazerem parte desse agrupamento oprimido – nossa **“identidade”** (ou, mais utilmente, nossas necessidades políticas) é definida por essa experiência, não por como nós subjetivamente nos **“identificamos”** [...] Para esclarecer: eu estou criticando essa noção individualista do gênero – ou um espaço sexualmente neutro de **identidade** pessoal, esse espaço de escolha individual – como uma construção neoliberal: desenvolvimento do individualismo liberal em um patriarcado capitalista. É um mito ideológico que obscurece as relações sociais/de poder. Não existe qualquer **“identidade”** pessoal que pode ficar para trás de como o corpo é sexuado/generizado e historicizado, etc. e escolher quais desses aspectos a aceitar/rejeitar.¹¹¹

Nós não “odiamos pessoas trans”, mas não podemos negar que, entre a política da **“identidade de gênero”** e o feminismo radical há, sim, uma grande discordância. [...] Gênero é muito mais do que um “sentimento” ou uma **“identidade”** — é uma **violação contra direitos humanos** de uma classe inteira de mulheres.¹¹²

Reduzir a experiência do que é ser mulher nessa sociedade a algo subjetivo definido como “autoconhecimento/sentimento” invisibiliza as realidades materiais impostas às mulheres e meninas desde o nascimento— independentemente das mulheres gostarem de ser “mulheres” ou não, e independentemente de **“identificação”**. Eu não vou banalizar essas **realidades catastróficas** a fim de “validar” as identidades subjetivas de alguns. Isso não é uma declaração de ódio, é uma recusa prática de priorizar a teoria da **“identidade”** sobre as vidas reais das mulheres e o que o patriarcado, infelizmente, faz com que as mesmas sofram.¹¹³

As mulheres não são alvos de homens andando sozinhos à noite, em suas casas, no trabalho, em bares ou em qualquer das outras miríades de lugares onde mulheres são **atacadas, assediadas e estupradas**, porque são **passivas, usam saltos altos, têm muito cabelo, usam vestidos ou se comportam de outras maneiras “femininas”**, mas porque são mulheres. As crianças do sexo feminino **não** são prostituídas ou abusadas por homens adultos porque se **identificam** com a “feminilidade”, mas por causa da classe sexual em que nasceram. As meninas são feminizadas, não “femininas” por escolha ou por algum tipo de falha de personalidade interna e imutável que as transforma em vítimas.¹¹⁴

¹¹¹ M.S. Tradução – Uma Conversa Sobre a Questão Trans. 2012. Disponível em: <https://materialfeminista.milharal.org/2012/08/27/traducao-uma-conversa-sobre-a-questao-trans/> Acesso em 10/10/2018

¹¹² R. Por que o feminismo radical é acusado de ser conivente com a “transfobia”? 2014. Disponível em: <https://radicalista.wordpress.com/2014/07/31/por-que-o-feminismo-radical-e-acusado-de-ser-conivente-com-a-transfobia/> acesso em 10/10/2018.

¹¹³ M. Se “mulheres” trans são mulheres, então o que significa ser uma mulher? 2014. <https://nosotraslasbrujas.wordpress.com/2014/08/17/se-mulheres-trans-sao-mulheres-entao-o-que-significa-ser-uma-mulher/> Acesso em 10/10/2018.

¹¹⁴ *Women are not targeted by men walking alone at night, in their homes, at work, in bars, or in any of the other myriad of places women are attacked, harassed, and raped, because they are passive, wear high heels, have long hair, wear dresses, or behave in other ‘feminine’ ways, but because they are female. Female children are not*

Consideramos que a formação discursiva estabelece sentidos para a palavra “identidade”, numa dada relação com a memória: enquanto a formação discursiva transfeminista resgata sentidos para “identidade” que são mobilizados como forma de realização da resistência e luta por reconhecimento da população transgênera e por reivindicações de direitos coletivos¹¹⁵, a formação discursiva feminista radical associa “identidade” à memória que comporta as diversas formas de opressão de gênero (“violação contra direitos humanos”; “realidades catastróficas”; “ataques, assédios, estupros, abusos”).

Para a posição feminista radical trans-excludente, os usos do conceito de identidade articulados pela perspectiva transfeminista não correspondem a experiências de opressão de gênero. Nesta rede de sentidos, a “identidade”, em virtude de supor a intencionalidade do sujeito (“mulheres trans decidem serem mulheres”), deve ser um elemento recusado pela teorização feminista radical trans-excludente (já que as “mulheres não decidiram que os outros as entendessem como mulheres”). O uso de “sentimento” ou “auto-conhecimento” para qualificar as identidades trans reforçam o argumento de que estas identidades não possam designar uma experiência de opressão de gênero sob o sistema patriarcal e capitalista a não ser sob o viés ideológico do “individualismo liberal”. Além disto, as perspectivas de afirmação da identidade trans são interpretadas a partir do antagonismo com as perspectivas feministas materialistas. É a divisa de sentidos que caracteriza a palavra “identidade” na sua relação com o elemento “gênero” que servirá de base para formulações teóricas distintas.

Se, como alega Jeffreys, “as mulheres **não decidem** em algum momento da vida que gostariam que outras pessoas as entendessem como mulheres” pois “a experiência das mulheres não se assemelha à dos homens que **adotam** a identidade de ser uma mulher”, isto implicaria considerar que transexuais decidem intencionalmente se expor a situações de opressão de gênero ao contrário das mulheres cisgêneras? Se é correto afirmar que mulheres cisgêneras não são oprimidas por “escolherem” serem mulheres, os discursos feministas radicais sugerem que de alguma outra forma seria correto afirmar o contrário em relação a mulheres trans, isto é: mulheres trans são oprimidas porque *são passivas, usam saltos altos, têm muito cabelo, usam vestidos ou se comportam de outras maneiras "femininas"; (...) se*

prostituted or abused by adult men because they identify with 'femininity,' but because of the sex class they were born into. Girls are feminized, not 'feminine' by choice or because of some kind of internal, unchangeable personality flaw that turns them into victims.

M.S.; C.S. Washington Post Insults Women's March, Stealth Edits Article. Observer. 2017. Disponível em: <https://observer.com/2017/01/washington-post-insults-womens-march-stealth-edits-article/> Acesso em 10/10/2018.

¹¹⁵ Ver seções 2. Articulação trans+feminismo e 5.1 Reconhecimento e vulnerabilidade dos sujeitos trans.

identificam com a "feminilidade"; (...) por escolha ou por algum tipo de falha de personalidade interna e imutável. Mulheres cis seriam “feminizadas” por um processo social marcado pela falta de escolha em comparação a mulheres trans serem “femininas” como produto de um processo de escolha intencional do sujeito ou como um aspecto individual de personalidade “interno e imutável”. Em outra formulação, a menção ao que configura ou não uma escolha fica mais explícito e o que se supõe ser a legítima experiência social, biológica e individual das mulheres se distancia do que se supõe ser a fantasia de homens que “praticam a feminilidade”:

O fato de os homens poderem ser expoentes mais ardentes da prática da feminilidade do que as mulheres se tornou mais claro nas últimas décadas a medida em que a profissão médica, a pornografia e a Internet geraram um enorme culto à feminilidade entre os homens na forma de transexualismo, transgênerismo, travestismo. Feminilidade é sexualmente excitante para os homens que a procuram porque representa um status subordinado e, assim, **satisfaz os interesses sexuais masoquistas**. A feminilidade dos homens é muito diferente da feminilidade que é uma exigência do status subordinado das mulheres, porque as mulheres **não escolhem** a feminilidade, mas são empurradas a ela. A feminilidade não é uma forma de fantasia sexual para as mulheres, mas um trabalho duro e muitas vezes ressentido exigido daqueles que ocupam o status social subordinado.¹¹⁶ (JEFFREYS, 2005, p. 46)

Portanto, as posições feministas radicais trans-excludentes atribuem algum tipo de intencionalidade às identificações de gênero transfemininas. A feminilidade de mulheres “nascidas mulheres” é imaginada decorrente do seu status subordinado (e portanto, não escolhido) de mulher em sociedade enquanto que das transexuais de interesses sexuais masoquistas. A feminilidade decorrente do processo de socialização feminina constituiria a subjetividade feminina autêntica enquanto a feminilidade decorrente do que se supõe ser fantasias descoladas deste processo constituiria a subjetividade transexual. Raymond (1979, p. 29) também escreve que

Penso que, mais importante, há mais transexuais homens-para-mulheres-construídos porque os homens são socializados para fetichizar e objetificar. A mesma socialização que permite aos homens objetificar as mulheres em estupro, pornografia e “drag” permite que eles objetifiquem seus próprios corpos.¹¹⁷

¹¹⁶ *The fact that men can be more ardent exponents of the practice of femininity than women has become clearer in recent decades as the medical profession, pornography and the Internet have spawned a massive cult of femininity among men in the form of transsexualism, transgenderism, transvestism. Femininity is sexually exciting to the men who seek it because it represents subordinate status and thus satisfies masochistic sexual interests. Men's femininity is very different from the femininity that is a requirement of women's subordinate status, because women do not choose femininity but have it thrust upon them. Femininity is not a form of sexual fantasy for women but the hard and often resented work required of those who occupy subordinate social status. However the forms that the outward appearance of femininity takes are quite similar in both cases, and the beauty practices are identical. Looking at what men make of it will show that femininity, rather than having any connection with biology, is socially constructed as the behaviour of subordination.*

¹¹⁷ *I think most important, there are more male-to-constructed-female transsexuals because men are socialized to fetishize and objectify. The same socialization that enables men to objectify women in rape, pornography, and “drag” enables them to objectify their own bodies.*

O apelo à noção de “socialização” é central para o discurso feminista radical negar os usos conceituais de “identidade” associados ao ativismo trans. Enquanto mulheres cisgêneras seriam “socializadas como mulheres”, e, portanto, não “escolheriam” serem mulheres, mulheres trans, ao se “identificarem como mulheres”, de alguma outra forma, escolheriam. E “escolher” ser mulher, como entende Jeffreys, não decorreria de outros motivos a não ser algum tipo de satisfação ilegítima de um “interesse sexual masoquista”, incompreensível ou irracional.

Um transexual deve ser autorizado a participar de um grupo de conscientização feminina? Eu diria que não, na medida em que o objetivo do grupo é abordar o caráter comum da experiência das mulheres como mulheres: os transexuais não tiveram a **identidade social** das mulheres forçada sobre eles, não foram submetidos às pressões e limitações insidiosas do papel sexual feminino e não enfrentaram os medos, ou experiências de estupro, aborto, gravidez, menstruação, e assim por diante. (YUDKIN, 1978, p. 104)¹¹⁸

Bettcher (2015, p. 412) admite que, embora a princípio possa parecer que o conceito de socialização no discurso feminista radical se baseie unicamente no senso comum de que gênero seja determinado pela biologia ou de que a biologia seja portanto o destino do sujeito, se trata de uma premissa um pouco mais sofisticada, formulada como a “história de um indivíduo em relação ao privilégio de um papel sexual ou à opressão como determinantes do sexo”. Nicholson (2000, p. 4) neste sentido distingue o fundacionalismo biológico do determinismo biológico. Para o fundacionalismo biológico, descreve Nicholson, o corpo é visto como um “cabide” no qual são “jogados” aspectos de personalidade e comportamento, e “o relacionamento entre os dados do ‘cabide’ e aquilo que nele é jogado” pode ser pensado como “algo mais fraco do que determinista, porém mais forte do que acidental”. Em virtude disto, o fundacionalismo biológico inclui elementos de perspectivas de construtivismo social, diferentemente do determinismo biológico estrito. As perspectivas feministas radicais a respeito da socialização de gênero se baseiam fortemente em uma perspectiva de fundacionalismo biológico.

No interior de perspectivas de fundacionalismo biológico, a trajetória ou experiência de vida em sociedade de uma mulher transexual vista enquanto homem é utilizada como argumento para a negação do pertencimento à categoria mulher. Esta posição expressa que uma pessoa atribuída ao gênero masculino não pode se tornar uma mulher, pois as características que definem a identidade feminina são fixadas ao nascimento (sejam por

¹¹⁸ *Should a transsexual be allowed to join a women's consciousness raising group? I would say no, insofar as the purpose of the group is to probe the commonality of women's experience as women: for transsexuals did not have the social identity of women forced on them, were not subjected to the pressures and insidious limitations of the female sex role, and did not face fears of, or experiences of rape, abortion, pregnancy, menstruation, and so on.*

cromossomos ou outros aspectos biológicos ou vistos como biológicos) e fortalecidas pela experiência de vida (através da “socialização de gênero” e experiências de discriminação de gênero) (HINES, 2017, p. 2).

A trajetória de vida de uma mulher trans ou pessoa designada ao nascer como homem, argumentam feministas radicais, é marcada indelevelmente pelo privilégio masculino¹¹⁹, isto é, o que se entende ser o privilégio de individualmente ser “socializada como homem”. Nesta perspectiva, a categoria mulher não é vista como podendo abarcar sujeitos cujas trajetórias individuais não forem fruto do que se entende ser uma “socialização feminina”. Por isso, é a biologia somada à socialização que resulta no destino (RIDDELL, 2006, p. 150). Esta junção indissociável de aspectos biológicos, sociais e de trajetória de vida individual é articulada como argumento pretensamente irrefutável de que “homens não possam mudar de sexo”:

Para Raymond, a realidade da feminilidade ou masculinidade é fundamentada nos cromossomos e na história pessoal. A partir do momento em que transexuais não mudam seus cromossomos nem os seus passados (um homem, não importa como ou por quanto tempo desejou ser uma mulher, foi tratado pelos outros como um homem até o ponto em que ele muda de gênero), eles não podem mudar de sexo. Portanto, na visão de Raymond, o fenômeno do transexualismo envolve a negação da realidade, uma negação que é perigosa porque é baseada no poder de uma cultura patriarcal e sexista. (MCKENNA, 1980, p. 320).

Califia (1997, p.118) afirma que os discursos feministas radicais que se baseiam nesta noção a respeito da socialização concebem homens e mulheres como criaturas radicalmente distintas. Esta distinção, contudo, segundo o autor, oscila entre uma determinação biológica e um condicionamento social que seria tão intenso a ponto de serem inerradicáveis. Califia entende que a negação do reconhecimento das identidades de mulheres trans em discursos feministas como o de Raymond se dá através de uma alternância entre os argumentos a respeito da biologia e da socialização feminina (ibid., p. 124).

Os seguintes trechos formulam precisamente o posicionamento trans-excludente com base no argumento do corpo biológico e sua correlata experiência social:

Nós sabemos quem somos. Sabemos que somos mulheres que nasceram com cromossomos e anatomia femininas e que, independentemente de sermos ou não socializadas para sermos as assim chamadas mulheres normais, o patriarcado nos tratou e tratará como mulheres. Os transexuais não tiveram essa mesma história. Nenhum homem pode ter a história de nascer e se localizar nessa cultura como mulher. Ele pode ter a história de querer ser mulher e de agir como mulher, mas essa experiência de gênero é a de um transexual, não de uma mulher. A cirurgia pode

¹¹⁹ Serano (2007, p. 100) afirma que o conceito de “privilégio masculino” emerge a partir de uma suposição incorreta de que o sexismo funcione como uma forma de opressão unilateral capaz apenas de atingir mulheres cisgêneras. Serano, ao invés de simplesmente negar a eventual existência de privilégio masculino em parte das vivências de mulheres trans, frisa que este conceito muitas vezes não dá conta da abordagem de diversos outros aspectos de opressão de gênero que mulheres trans estão expostas, que ocorrem com frequência desde a infância.

conferir os artefatos de órgãos femininos externos e internos, mas não pode conferir a história de ter nascido mulher nessa sociedade.¹²⁰ (RAYMOND, 1979, p. 114).

“Mulher” é o resultado da experiência de viver como mulher sob a supremacia masculina. Isso inclui a experiência de viver em e como um corpo feminino e a maneira pela qual as atividades concretas ou potenciais deste corpo, a menstruação, a maternidade são construídas na sociedade supremacista masculina. Significa ter uma experiência de vida da maneira como as políticas da linguagem corporal e do espaço diminuem e restringem a liberdade das mulheres.¹²¹ (JEFFREYS, 1997, p. 66)

A representação da trajetória de vida de mulheres trans a partir de uma noção de socialização masculina indelével e de uma escolha que satisfaria “interesses sexuais masoquistas”, como especula Jeffreys, obstaculiza a abordagem da violência de gênero à que a população trans está exposta, além de poder culminar na racionalização da culpabilização da vítima. A culpabilização da vítima reside na conexão de uma intencionalidade pressuposta ao ato de transicionar e as violências que se associam e/ou decorrem da condição transgênera e/ou da visibilidade social desta condição. Sweeney (2004, p. 79) por exemplo, acaba por sugerir que de alguma forma o gênero de mulheres trans seja “escolhido” mesmo admitindo o contrário, logo adiante, em relação às mulheres:

Ao posicionar as mulheres trans como um grupo minoritário, os trans-ativistas buscam normalizar seu “direito” ao gênero, apesar do fato de que o gênero não é escolhido, e de nunca ser oferecida às mulheres a opção de optar pela feminilidade¹²².

Uma resposta preliminar que pudesse dar conta da exclusão de mulheres trans sob o argumento da “socialização”, segundo Bettcher (2015, p. 418), seria afirmar que muitas mulheres trans estão expostas à opressão de gênero depois que transicionam e que muitas mulheres trans transicionam bastante cedo em suas trajetórias de vida. Contudo, logo admite Bettcher, esta resposta não daria conta da auto-declaração da identidade antes da transição e poderia apresentar algumas falhas ou inconsistências em relação a mulheres trans sem passabilidade cisgênera. Neste enquadramento da problemática, a transição objetiva a existência transgênera ao mesmo tempo em que depõe contra ela, servindo como uma espécie de “prova” de existência que a cerceia negativamente. A questão subjacente permanece, pois

¹²⁰ *We know who we are. We know that we are women who are born with female chromosomes and anatomy, and that whether or not we were socialized to be so-called normal women, patriarchy has treated and will treat us like women. Transsexuals have not had this same history. No man can have the history of being born and located in this culture as a woman. He [sic] can have the history of wishing to be a woman and of acting like a woman, but this gender experience is that of a transsexual, not of a woman. Surgery may confer the artifacts of outward and inward female organs but it cannot confer the history of being born a woman in this society.*

¹²¹ *“Woman” is the result of the experience of living as a woman under male supremacy. This includes the experience of living in and as a female body and the way in which the actual or potential activities of this body, menstruation, childbearing are constructed in male supremacist society. It means having a lifetime’s experience of the way in which the politics of body language and space diminish and restrict women’s freedom.*

¹²² *By positioning trans-women as a minority group, trans-activists seek to normalize their “right” to gender, despite the fact that gender is not chosen, and that women are never offered the option of opting out of femininity.*

ainda seria preciso determinar se o argumento a respeito da socialização masculina é capaz de invalidar o reconhecimento da identidade transfeminina¹²³ (BETTCHER, 2017, p. 8).

O fato da socialização ser um argumento capcioso tornou-se óbvio para mim durante uma conversa que tive com uma mulher com posicionamento trans-excludente que insistiu no fato de que eu ter sido criada como um homem era a única razão na mente dela para eu ser desqualificada de entrar nos espaços exclusivos para mulheres. Então, perguntei se ela estava aberta a permitir mulheres trans que fossem anatomicamente masculinas mas que passassem pela socialização feminina - algo que não é tão incomum para crianças MTF atualmente. Ela admitiu ter preocupações sobre esta inclusão. Então, perguntei como ela se sentiria em relação a uma pessoa que nasceu mulher, mas que foi criada contra sua vontade e que, após uma vida inteira fingindo ser do sexo masculino para sobreviver, finalmente recuperou sua identidade feminina ao atingir a idade adulta. Depois de confrontada com esse cenário, a mulher admitiu que estaria inclinada a deixar que essa pessoa entrasse no espaço só para mulheres, demonstrando assim que seu argumento sobre a socialização masculina era, na verdade, um argumento sobre biologia. Na verdade, depois de ter sido pressionada um pouco mais, ela admitiu que o cenário de uma jovem que foi forçada contra a sua vontade na infância fez com que ela percebesse como a socialização masculina pode ser traumática e desumanizadora para alguém com uma identidade feminina. Isso, obviamente, é exatamente como as mulheres trans experimentam suas próprias infâncias.¹²⁴ (SERANO, 2007, p. 81).

¹²³ Continuamos os desdobramentos desta discussão em 5.0 Reconhecimento e liberalismo.

¹²⁴ *The fact that socialization is a specious argument became obvious to me during an exchange I had with a trans-woman exclusionist who insisted that my being raised male was the sole reason in her mind for me to be disqualified from entering women-only spaces. So I asked her if she was open to allowing trans women who are anatomically male but who have been socialized female—something that's not all that uncommon for MTF children these days. She admitted to having concerns about their attending. Then, I asked how she would feel about a person who was born female yet raised male against her will, and who, after a lifetime of pretending to be male in order to survive, finally reclaimed her female identity upon reaching adulthood. After being confronted with this scenario, the woman conceded that she would be inclined to let this person enter women-only space, thus demonstrating that her argument about male socialization was really an argument about biology after all. In fact, after being pressed a bit further, she admitted that the scenario of a young girl who was forced against her will into boyhood made her realize how traumatic and dehumanizing male socialization could be for someone who was female-identified. This, of course, is exactly how many trans women experience their own childhoods.*

4.0 Negação básica de autenticidade, *effemimania* e etiologia da transexualidade

Para Serano (2009), as crenças de que pessoas transgêneras sejam mentalmente confusas e doentes ou simplesmente incapazes de falarem por si mesmas acerca de suas próprias experiências estão na base das estratégias de invalidação da identidade trans. Estas crenças concebem as identidades de gênero, as expressões e as incorporações sexuais (*sex embodiments*¹²⁵) de pessoas trans como não igualmente merecedoras dos mesmos direitos ou consideração que são normalmente estendidos às pessoas cisgêneras, expressando o que Bettcher (2009) designa como negação básica de autenticidade¹²⁶ (*basic denial of authenticity*). Jesus e Alves (2010, p. 6) qualificam a negação do “estatuto da feminilidade ou da ‘mulheridade’” a mulheres trans como uma forma de sexismo de base legal-biologizante.

A expressão mais comum de cissexismo ocorre quando a condição básica de gênero associada à identidade de gênero auto declarada é negada (SERANO, 2007, p. 8). Esta negação é justificada pela suposição de que a identidade de gênero de pessoas trans não é autêntica em virtude de não coincidir com a designação de sexo ao nascimento. A negação de autenticidade também reside na associação unívoca entre a reivindicação do reconhecimento identitário transgênero e a necessidade de adequação ou assimilação às normas de gênero. Butler (2015, apud WILLIAMS) argumenta que o uso da teoria feminista sobre a construção social do gênero por autoras como Jeffreys e Raymond funciona como uma disputa sobre a “percepção das pessoas trans sobre sua realidade vivida” (“*a trans person’s sense of their lived reality*”), e portanto, como uma forma de negação de autenticidade.

A negação de autenticidade ou invalidação da identidade transgênera frequentemente se expressa pelas práticas de *misgendering* (KAPUSTA, 2016) - isto é, errar (tipicamente de forma proposital) os pronomes de tratamento, flexão gramatical de gênero e nomes ao se referir às pessoas trans. Kapusta (2016, p.504) entende a prática de *misgendering* como um tipo de agressão ou insulto cotidiano comum em diversos tipos de contextos de

¹²⁵ Segundo Rodemeyer (2018) a noção de incorporação (*embodiment*) pode ser entendida de muitas maneiras, mas se concentra especialmente no “sentimento sensorial de estar no seu próprio corpo que vai além dos “cinco sentidos” tradicionais, incluindo também a forma e movimento corporal (propriocepção), sentimentos internos (como tensão, excitação ou exaustão) e sentimentos superficiais na pele como uma interface entre o mundo e o eu”. A autora também concebe a incorporação (*embodiment*) como um “terreno específico da experiência”.

¹²⁶ A questão da autenticidade das identidades de gênero e sexualidade é também pensada a partir da crítica da lógica capitalista. Segundo Halberstam (2011, p. 95), esta lógica concebe a homossexualidade como inautêntica e irreal (*unreal*), incapaz de “amor verdadeiro e de estabelecer conexões apropriadas entre a sociabilidade, relacionalidade, família, sexo, desejo e consumo” e como uma subjetividade cuja habilidade em conectar as categorias de produção e reprodução se mostraria falha.

interação social que expressa, com intencionalidade ou não, uma mensagem de hostilidade contra pessoas trans. Jeffreys defende a prática do *misgendering* sob os seguintes argumentos:

Eu escolhi usar pronomes que indicam o sexo biológico por várias razões. A primeira é que o sexo biológico de pessoas transgêneras não muda e o uso do pronome de origem indica isso. Isso é politicamente importante, já que é útil para as feministas conhecerem o sexo biológico daqueles que afirmam ser mulheres e promoverem versões preconceituosas do que constitui a feminilidade. Além disso, o uso por homens de pronomes femininos esconde o privilégio masculino concedido a eles em virtude de terem sido colocados e criados na casta sexual masculina. Se os homens são abordados como “ela” todo esse privilégio, que afeta sua posição de fala e pode ser crucial na sua escolha em ser “mulher” em primeiro lugar, desaparece. Outra razão para a adesão aos pronomes que indicam biologia é que, como feminista, considero o pronome feminino como um honorífico, um termo que transmite respeito. O respeito é devido a mulheres serem membros de uma casta sexual que sobreviveu à subordinação e merecem ser tratadas com honra.¹²⁷ (JEFFREYS, 2014a, p. 9)

Não usarei as siglas comumente usadas MTF e FTM, ou seja, masculino para feminino e feminino para masculino para se referir a pessoas que transgeneram aqui, porque elas implicam que a mudança de sexo ocorre quando isso não é o caso. Usarei os termos “homens que transgeneram” e “mulheres que transgeneram” ou pessoas de corpo masculino e pessoas de corpo feminino para indicar que nenhuma modificação na biologia acontece.¹²⁸ (JEFFREYS, 2014b, p. 43)

Segundo Hird (2002b, p. 338), uma das perspectivas teóricas e/ou retóricas de negação de autenticidade reside na noção de que a experiência fenomenológica do gênero deva estar alinhada coerentemente com a experiência da corporeidade. Pessoas trans são vistas, diante deste paradigma dualista de alinhamento, como desalinhadas: imitadoras (*impersonators*), cópias imperfeitas ou caricaturas de pessoas cis, assim como a identidade trans é vista como um erro, fraude, mentira ou ilusão em relação à cisgeneridade. Desta forma, qualquer juízo que uma pessoa trans faça de si mesma é interpretado, a princípio, com suspeita, pois a perspectiva transgênera a respeito das suas próprias experiências não conta para a definição normativa de corporeidade.

Serano (2007, 2013) afirma que a vasta diversidade de perspectivas, experiências e narrativas de pessoas transgêneras é invisibilizada ou silenciada pela grande mídia, o que

¹²⁷ *I have chosen to use pronouns that indicate the biological sex of the persons whose work is discussed here for a number of reasons. The first is that the biological sex of transgender persons does not change and use of the pronoun of origin indicates this. This is politically important, since it is useful for feminists to know the biological sex of those who claim to be women and promote prejudicial versions of what constitutes womanhood. Also, use by men of feminine pronouns conceals the masculine privilege bestowed upon them by virtue of having been placed in and brought up in the male sex caste. If men are addressed as ‘she’, then all this privilege, which affects their speaking position and may be crucial to their choice to be ‘women’ in the first place, is disappeared. Another reason for adherence to pronouns that indicate biology is that, as a feminist, I consider the female pronoun to be an honorific, a term that conveys respect. Respect is due to women as members of a sex caste that have survived subordination and deserve to be addressed with honour. Men who transgender [sic] cannot occupy such a position*

¹²⁸ *I shall not use the commonly used acronyms MTF and FTM, meaning male-to-female and female-to-male to refer to persons who transgender here, because they imply that change of sex takes place when this is not the case. I shall use the terms ‘men who transgender’ and ‘women who transgender’ or male-bodied persons and female-bodied persons to indicate that no change in biology takes place.*

produz o efeito de homogeneização. A autora afirma existir uma fascinação em relação à transexualidade, presente tanto na mídia tradicional como no feminismo, que é fruto do imaginário da imitação e falsidade de gênero. Namaste (2011, p. 58) cunha a expressão “imperativo autobiográfico” para designar uma forma recorrente pela qual as vozes de pessoas transgêneras são representadas na mídia hegemônica e em alguns trabalhos acadêmicos sobre gênero. Neste imperativo, as biografias, autobiografias e entrevistas de/com pessoas trans são usadas para satisfazer a curiosidade de pessoas cisgêneras a respeito da trajetória individual de vida de pessoas trans (como suas transformações corporais e relacionamentos interpessoais/familiares). Esta vontade por curiosidade, avalia criticamente Namaste, muitas vezes obstaculiza a compreensão de aspectos institucionais ou sistêmicos da opressão de gênero contra pessoas trans, pois centra-se excessivamente na narrativa individual. Neste funcionamento, a condição para que as vozes sejam ouvidas ou reconhecidas é a capacidade delas poderem responder às próprias questões previamente postas pelo pesquisador ou entrevistador cisgênero. A autora conclui que “o imperativo autobiográfico é uma progressão natural da relação social em que pessoas não-transexuais determinam quando e onde transexuais podem falar” (ibid., p. 61). Podemos concluir que o imperativo autobiográfico é uma das formas pelas quais as experiências e narrativas de pessoas trans são recorrentemente estereotipadas ou homogeneizadas.

Formações teóricas feministas foram as primeiras a analisarem as autobiografias de transexuais que começaram a proliferar nos anos 1960 e 1970 e, Segundo Hird (2002d, p. 583), naquele momento, as análises feministas destas autobiografias concluíam que a transexualidade se conformava aos estereótipos de gênero ao invés de desafiar as normas hegemônicas. Também segundo Namaste (2011, p. 56-58):

A exclusão das vozes transexuais da mídia precisa ser situada como um resultado que é mais do que preconceito ou desinteresse de parte de certos editores e jornalistas. Precisamos entender essas questões sistemicamente, que é dizer em relação a questões de poder e controle sobre o acesso à representação. (...) A partir do momento em que examinamos o grande volume de energias que as pessoas transexuais investiram em seus esforços para ganhar acesso à mídia, devemos entender simultaneamente que a exclusão institucional da autorepresentação ocorre de maneira ainda mais perniciosamente.¹²⁹

As representações hegemônicas a respeito da transexualidade possuem um impacto negativo na vida das pessoas trans porque elas enquadram a transexualidade nos termos dos

¹²⁹ *The exclusion of transsexual voices from the media needs to be situated as a result of more than prejudice or disinterest on the part of certain editors or journalists. We need to understand such issues systematically, which is to say in relation to questions of power and control over access to representation. (...) Once we examine the sheer volume of energies transsexuals have invested in their efforts to gain access to the media, we must simultaneously understand that their institutional exclusion from self-representation occurs in the most pernicious manner.*

interesses e suposições de pessoas cisgêneras (SERANO, 2007, p.7). Neste enquadramento, a possibilidade de não se associar a demanda por reconhecimento de uma identidade transfeminina a uma adesão a estereótipos rígidos de hiper-feminilidade nem chega a ser cogitada.

A visão de que a feminilidade seja uma construção ideológica em função da perpetuação inequívoca da dominação masculina agrava ainda mais a desconfiança de algumas feministas em relação às demandas de reconhecimento identitário de mulheres trans. Há uma tendência das teorias feministas, mais nitidamente nas correntes radicais, em interpretar a feminilidade como uma espécie de falsa consciência para as mulheres (SERANO, 2007, p. 110). Desta forma, a demanda por reconhecimento de traços ou características identitárias ligadas à feminilidade por sujeitos designados como homens ao nascer acaba sendo interpretada como algo do âmbito da irracionalidade. Se por um lado, como pontua Zoppi-Fontana, é a consciência intencional de escolher ser mulher que invalida a identidade das mulheres trans a partir das teorizações a respeito da socialização em teorias feministas trans-excludentes¹³⁰, pelo outro, é a própria falta de consciência que pode ser vista como capaz de afetar a legitimidade de uma intencionalidade (que define, por sua vez, uma escolha).

A associação da transfeminilidade (expressão de características consideradas femininas por indivíduos designados como homens/meninos, assim como a identificação subjetiva feminina por pessoas e/ou mulheres trans e/ou homens/meninos) com a irracionalidade e/ou doença mental também se expressa na obsessão médica e psicológica de buscas de uma etiologia específica. Serano (2007, p. 42) designa esta obsessão como “effemimania”, e visa dar conta do que a autora entende ser uma deslegitimação específica à que identidades femininas e transgêneras estão expostas em virtude de um duplo padrão que marca a feminilidade enquanto relega a masculinidade à condição de neutralidade. Isto é, o enquadramento das diversas expressões de feminilidades transgêneras como carecedoras de uma “explicação” ou de autenticidade pode ser entendido como um sintoma ou manifestação das invalidações de identidade e de um duplo padrão que inferioriza a feminilidade e naturaliza, neutraliza e/ou superioriza a masculinidade. Esta obsessão, argumenta Serano, só se sustenta por meio da suposição de que a feminilidade seja intrinsecamente inferior à masculinidade, além de que a feminilidade expressa por homens ou sujeitos designados ao nascer como homens

¹³⁰ Ver seção 3.4 Estereótipos de gênero, socialização e identidade.

(incluindo mulheres trans) seja de alguma forma mais artificial ou menos autêntica (ou mesmo natural) que aquela expressa por mulheres cisgêneras¹³¹.

Além disto, a autora sugere que a natureza coercitiva que a feminilidade representa para as vivências de muitas mulheres cisgêneras pode ser projetada, interpretada e generalizada para vivências de mulheres transgêneras de uma forma potencialmente equivocada, pois a feminilidade, a partir da perspectiva de sujeitos designados como homens, se constitui como uma quebra de expectativas em relação às normas de gênero ao invés de implicar conformidade. A caracterização da transgeneridade, em especial das transfeminilidades, como ora uma expressão de uma prática sexual bizarra ou fetichista (ou masoquista, como qualifica Jeffreys) ora um transtorno mental (como o distúrbio dismórfico corporal) (ALLEN, 2013), é frequentemente mobilizada pelos discursos feministas trans-excludentes como formas de negar a autenticidade das identidades trans. A ideia de que mulheres trans deliberadamente se transformam em mulheres para instigar a sexualização masculina e os avanços sexuais talvez seja a suposição mais popular feita sobre mulheres trans (SERANO, 2007, p. 85). Jones (2014) assinala que uma concepção comum acerca de mulheres transexuais é de que elas sejam extremamente femininas, o que alimenta, por sua vez, a noção de que transexuais reforcem estereótipos de gênero ou ainda de que mulheres transexuais acreditem que para ser uma mulher seria necessário ser estereotipicamente feminina. Contudo, a autora se esforça em mostrar que esta representação de mulheres transexuais hiper-femininas, a despeito de sua relativa hegemonia nos meios de comunicação, não é capaz de abarcar todas as vivências e expressões de mulheres transexuais, tampouco é capaz de determinar uma suposta verdade a respeito das pessoas transexuais (em especial, de mulheres transexuais). Segundo Serano (2017, p. 115):

Eu posso entender porque alguém pode ser tentado a descrever os gêneros que são impostos pelos outros (por exemplo, feminilidade estereotipada ou masculinidade) como sendo “ruins”. O problema é que não há como saber se a identidade ou expressão de gênero de uma determinada pessoa é sincera ou coagida. Enquanto experimentamos nossos próprios gêneros e sexualidades em primeira mão e, portanto, somos capazes de separar nossas próprias inclinações intrínsecas das expectativas extrínsecas que os outros depositam em nós, somos incapazes de fazê-lo em nome de outras pessoas. Só podemos fazer suposições e palpites sobre a autenticidade da sexualidade ou do gênero de outra pessoa - e isso é sempre perigoso.

A busca por etiologias da transexualidade também é relacionada por Serano a perspectivas que buscam validar teorias que nem sempre dão conta das próprias perspectivas, interesses e experiências das pessoas trans.

¹³¹ Vale ressaltar que a própria expressão de feminilidade por mulheres cisgêneras também pode ser interpretada como supostamente uma expressão de gênero mais artificial (ou menos autêntica) que as expressões de masculinidades ou sendo intrinsecamente artificial ou inferior às expressões masculinas.

Como transexual, sou inundada de atribuições que tentam explicar porque eu existo (seria um defeito genético? doença mental? hormônios que deram errado? criação errada?), e as pessoas frequentemente projetam (ou atribuem) segundas intenções em mim para explicar o porquê. Eu me identifico como mulher (para me assimilar na sociedade heterossexual? por razões sexuais? para me infiltrar em espaços exclusivamente femininos?). Em contrapartida, a cissexualidade e as identidades de gênero cissexuais nunca são questionadas ou tornadas suspeitas dessa maneira. Há uma série de vieses que influenciam as atribuições que as pessoas tendem a fazer.¹³² (SERANO, 2013, p. 3181)

Quando passei a aceitar a minha própria transexualidade, tornou-se óbvio para mim que a pergunta “Por que transexuais existem?” não é uma questão de pura curiosidade, mas sim um ato de não aceitação, pois ocorre invariavelmente a ausência da pergunta recíproca: “Por que os cissexuais existem?” A incessante busca para descobrir a causa da transexualidade é projetada para manter as identidades de gênero transexuais em um estado perpetuamente questionável, garantindo assim que as identidades de gênero cissexuais continuem a ser inquestionáveis.¹³³ (SERANO, 2007, p. 66).

A etiologia¹³⁴ da transexualidade se mostrou como uma questão a ser desvendada por inúmeras formações teóricas. Hansbury (2017, p.391) afirma que, frente à uma ansiedade impensável instigada pela transexualidade, a busca pela sua etiologia pode constituir uma defesa psíquica poderosa. Apesar de mais de um século de investigações médicas, biológicas, psicológicas e sociológicas, nenhuma causa clara, singular e incontestável da identidade transgênera foi encontrada (SERANO, 2013, p. 1702), isto é, nenhum fator genético, anatômico, hormonal, ambiental ou psicológico isolado foi encontrado como causa direta (e linear) de qualquer inclinação em relação à identidade de gênero (SERANO, 2007, p. 34). Serano (2013, p. 1702) também argumenta que o fato da variação de gênero e sexualidade ser frequentemente descrita como um conjunto complexo de inclinações inconscientes, inexplicáveis e persistentes, pode consistir em um indício de que a identidade de gênero e por consequência a identidade trans seja entendida como um fenômeno trans histórico e pancultural. Reed por outro lado relaciona especificamente este debate sobre as “origens” da transgeneridade com a problemática “nature vs nurture” e assinala se tratar de um obstáculo para o desenvolvimento da teoria feminista, pois além destes problemas revelarem a existência

¹³² *As a transsexual, I am inundated with attributions that attempt to explain why I exist (was it a genetic defect? mental illness? hormones gone awry? bad parenting?), and people regularly project (or attribute) ulterior motives onto me to explain why I identify as female (to assimilate into straight society? for sexual reasons? to infiltrate women-only spaces?). In stark contrast, cissexuality and cissexual gender identities are never questioned or rendered suspect in this way.*

¹³³ *Once I accepted my own transsexuality, then it became obvious to me that the question “Why do transsexuals exist?” is not a matter of pure curiosity, but rather an act of nonacceptance, as it invariably occurs in the absence of asking the reciprocal question: “Why do cissexuals exist?” The unceasing search to uncover the cause of transsexuality is designed to keep transsexual gender identities in a perpetually questionable state, thereby ensuring that cissexual gender identities continue to be unquestionable.*

¹³⁴ Hird (2002b, p. 340) lembra que uma das especulações mais frequente a respeito da etiologia da transexualidade é de que ela seja um produto “inconsciente” da criação de filhos como se fossem do “sexo oposto”, assim como a maior ou menor presença das figuras materna ou paterna.

de uma “incapacidade do feminismo abordar as necessidades das pessoas que não se enquadram em uma divisão cissexista e binária do sexo e gênero”, também conduzem, no limite, a um “beco sem saída” (REED, 2012b). Reed entende que o desafio imposto por este obstáculo para o desenvolvimento da teoria feminista se manifesta na necessidade de se fazer uma “mudança muito decisiva em certos conceitos”.

Em virtude do transgênerismo [*transgenderism*] nas sociedades ocidentais ter sido conceituado como desviante, o foco quase exclusivo dos pesquisadores tem sido a etiologia. Ao procurar explicar o “por quê” do comportamento transgênero ser apresentado, a implicação para teoria e prática - às vezes implícita, geralmente explícita - é óbvia: a cultura dominante espera, de fato exige, uma ordem “natural” pela qual os indivíduos sejam facilmente identificáveis como membros de uma única categoria sexual.¹³⁵ (TEWKSBURY, GAGNÉ, 1996).

4.1 A problemática subversivista, denegação e abolição de gênero

As observações de Namaste são valiosas para a formulação de uma crítica a uma problemática teórica que frequentemente enquadra a subjetividade transgênera nos discursos feministas radicais trans-excludentes ou auto-intitulados “críticos de gênero”. Segundo a autora, a problemática da subversão-reprodução¹³⁶ das normas de gênero, tão presente em discussões acadêmicas a respeito da transgeneridade, que sustenta a discussão a respeito do quanto pessoas trans seriam mais ou menos capazes de reproduzir ou subverter as normas de gênero - na realidade obstaculiza a abordagem das questões e interesses da maior parte das pessoas trans. Namaste (2011, p. 22) sugere que a preocupação excessiva com a questão identitária (no interior da problemática da subversão de gênero) acaba sendo incapaz de abordar as questões mais importantes sobre as vidas das pessoas trans. Tal problemática impede uma análise das condições materiais e sociais pois raramente é capaz de abordar questões concretas que surgem no dia-a-dia das pessoas trans marginalizadas (NAMASTE, 2011, p. 22-23). A autora argumenta que a recusa da designação original de um gênero é equivocadamente assumida como representando uma crítica ao sistema binário de sexo/gênero ao invés de ser simplesmente uma “posição diferente corporificada dentro desse sistema” (NAMASTE, 2011, p. 7). Além disto, a crença de que o sistema de gênero possa ser abolido a partir da adoção individual de certos comportamentos ao invés de outros manifesta, com bastante frequência,

¹³⁵ *Because transgenderism in Western societies has been conceptualized as deviant, the near-exclusive focus of scholars has been on etiology. By seeking to explain "why" transgender behavior is presented, the implication for theory and practice--sometimes implicit, usually explicit--is obvious: the dominant culture expects, in fact demands, a "natural" order whereby individuals are readily identifiable as members of a single sex category.*

¹³⁶ Designaremos esta problemática teórica como *subversivismo*, a partir das considerações de Serano (2007, 2013) sobre o *subversivism*. A autora define subversivismo como a “a suposição de que os gêneros e sexualidades de algumas pessoas subvertem o sistema de gênero e, portanto, são superiores aos gêneros e sexualidades que são considerados mais conservadores” (2013, p. 3351).

uma ingenuidade política e teórica (SERANO, 2013, p. 2011). Nas palavras de Riddell (2006, p. 152):

Destacar o pequeno número de mulheres transexuais como particularmente importante na luta contra os distorcidos e incapacitantes estereótipos de papel sexual desvia a energia das causas reais - principalmente o sistema patriarcal e secundariamente dos agentes que vendem conformidade através da mídia.¹³⁷

Serano (2007, p. 112) argumenta que, embora a problemática do subversivismo possa indicar a inclusão ou profusão indefinida de identidades de gênero e sexualidades contra-hegemônicas, ela possui limites específicos e constitutivos que definem um “outro” a ser ocupado no lugar de conformidade. Tanto Serano quanto Riddell sugerem que a culpabilização de pessoas trans (ou das clínicas médicas que as atendem) pela existência de estereótipos de gênero funciona no interior de uma dinâmica de bode expiatório (*scapegoat*). A busca de um bode expiatório visa a identificação imaginária de um culpado que cumpre a função de aliviar as tensões que emergem de uma problemática social sem, contudo, identificar e transformar suas causas estruturantes.

Namaste (2011, p. 206) acrescenta ainda outra reflexão sobre esta problemática teórica, ao afirmar que a teoria *queer* ou aquilo que a autora também designa como *anglo-american feminist theory* frequentemente expressa um posicionamento de afirmação e celebração das identidades transgêneras como anti-normativas sem que, contudo, consiga abordar de forma mais contundente as questões sociais e políticas que concernem diretamente as pessoas trans. Isto nos parece sintomático quando nos confrontamos com as críticas de feministas radicais às identidades trans. Neste aspecto, algumas perspectivas formuladas sob a rubrica da “teoria *queer*” diferem das posições de feministas radicais no interior da mesma problemática teórica, pois enquanto as posições de feministas radicais trans-excludentes tendem a sistematicamente negar o caráter subversivo às identidades trans, a teoria *queer* possui a tendência oposta de compreender as identidades trans como capazes da subversão de gênero. Estas tendências, mesmos que opostas, podem ser compreendidas como filiadas à mesma problemática teórica.

Esta proposta em compreender o feminismo radical e a teoria *queer* como formações teóricas no interior de uma mesma problemática vai de encontro a perspectivas como as presentes em Jeffreys (2014a, p. 43) para as quais a primeira formação teórica tentaria “abolir

¹³⁷ *To single out the small number of trans-sexual women as being particularly significant in the struggle against crippling sex-role stereotypes, deflects energy from real causes—primarily the patriarchal system and secondarily the agents who peddle conformity through the media.*

o gênero” enquanto que a segunda tentaria “mobilizá-lo como um local de empoderamento pessoal e político”. A autora (1997, p. 63) alega sintomaticamente que

Os ativistas transgêneros tendem a usar a teoria pós-moderna para apoiar a natureza progressiva de seu projeto. (...) Algumas das estrelas mais respeitadas da teoria gay e lésbica pós-moderna representam as práticas transgênero como politicamente progressivas. Ao demonstrar que o gênero é flexível e não precisa estar ligado à biologia, os transgêneros são vistos como desestabilizadores do sistema de gênero no qual a organização do poder masculino é fundada. Os transgêneros dizem “brincar” com o gênero, mostrando que não é para ser levado a sério e pode ser apenas uma fonte de diversão e uma questão de “performance”.¹³⁸

Além disto, considerar a teoria *queer* e o feminismo radical no interior da mesma problemática teórica nos instiga a localizar a especificidade e a relação do transfeminismo ou dos estudos transgêneros em relação a estas duas formações teóricas. A filiação à problemática do subversivismo produz, também segundo Namaste, impasses ou paradoxos como o seguinte:

Por que pessoas transgêneras são escolhidas como objetos do campo da teoria *queer* e por que a apresentação dessas questões ignora a realidade diária das pessoas trans - como quando alguém é impedido de acessar um abrigo para mulheres porque ela não nasceu como uma mulher biológica? (NAMASTE, 2011, p. 206).

Prosser (1998) tece críticas à teoria *queer* neste sentido, ao argumentar que as transformações corporais que pessoas transexuais realizam não devem ser interpretadas a partir de um cumprimento com as expectativas de subversão dos estereótipos de gênero. No interior de uma problemática subversivista, pessoas trans podem ser condenadas pela "reinscrição de categorias ontológicas que deveriam ser desconstruídas" e lidas, portanto, tanto como uma “literalização do discurso - em particular o discurso do gênero e da sexualidade - ou sua desliteralização” (PROSSER, *ibid.*, p. 13).

Nagoshi et al (2013, p. 73) afirmam que os aspectos que concernem às experiências corporais de pessoas transgêneras são precisamente aqueles que mais encontram dificuldades de serem abordados tanto pela teoria feminista quanto pela teoria *queer* no interior de uma problemática de subversão de gênero. As identidades transgêneras, portanto, representam desafios tanto a partir de uma posição teórica *queer* como feminista radical no interior da problemática da subversão de gênero. Em virtude disto, Nagoshi et al (2013, p.91) propõem uma teoria explicitamente transgênera que seja capaz de “uma conceitualização dinâmica da incorporação” (*embodiment*). Monro (2005, p.3) também compartilha destas considerações, ao

¹³⁸ *Transgender activists tend to use postmodern theory to support the progressive nature of their project. (...) Some of the most respected stars of postmodern lesbian and gay theory represent transgender practices as politically progressive. By demonstrating that gender is flexible and need not be tied to biology, transgenderists are seen as destabilizing the gender system on which the organization of male power is founded. The transgenderists are said to “play” with gender, showing that it is not to be taken seriously and can just be a source of fun and a matter of “performance.”*

afirmar que abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas, associadas frequentemente à teoria *queer*, carecem de atenção à “experiência vivida do próprio corpo”. Rodemeyer (2018) acrescenta ainda outros aspectos para esta discussão trazida pela crítica à teoria *queer*. Segundo a autora, a teoria *queer* tem uma dificuldade na abordagem da incorporação (*embodiment*) de gênero de pessoas trans em virtude de uma articulação potencialmente problemática entre as noções de materialidade e discurso. Esta dificuldade pode resultar em uma incapacidade de se pensar o reconhecimento da incorporação de gênero de pessoas trans como uma experiência legítima.

A observação de Serano (2013, p. 134) sobre o que ela entende ser uma perversão ou distorção do famoso mote feminista “pessoal é político”¹³⁹ também se relaciona com a problemática do subversivismo. A autora define esta distorção como uma afirmação tácita de que todos deveriam se adaptar e alterar suas expressões de gênero e sexualidade com a finalidade de se enquadrarem em certas expectativas provenientes da política feminista e LGBT. Elliot (2009, p. 9) também aborda esta problemática ao aludir a ideia de que para ser “politicamente progressista, transexuais deveriam abandonar o desejo de alterar seus corpos e, portanto, uma compreensão fundamental de suas próprias experiências corporais”. Raymond (1979, p. 67-68) neste aspecto precisamente cogita sobre a possibilidade de se alterar o “núcleo da identidade de gênero” a partir de demandas sociais ou imperativos morais:

Se as pessoas não apenas “não podem” mas “não deveriam” mudar o núcleo de sua identidade de gênero, e se “a sociedade não tem o direito” de exigir isso, então o transexualismo se torna uma solução adequada e moralmente correta para a chamada insatisfação e confusão de identidade de gênero. Nesta perspectiva, se alguém não consegue ajustar a mente ao corpo, torna-se perfeitamente razoável ajustar o corpo à mente. Como o núcleo da identidade de gênero é fixada aos dois anos, no esquema de Money, o corpo, e não a psique, deve ser mudado.

Serano (2013) argumenta também que as demandas por inclusão das questões trans no feminismo são enquadradas no interior da própria problemática do subversivismo. Isto leva às pessoas trans terem que responder se as razões que as motivaram à transição de gênero reforçariam ou subverteriam os estereótipos gênero. A tática em politizar a identidade transgênera no interior desta problemática teórica, entende Serano, embora atinja a demanda por legitimidade e reconhecimento em certos âmbitos pode não conseguir abordar a crítica ao cissexismo de forma mais complexificada ou refinada.

¹³⁹ Cabe ressaltar que a interpretação (ou distorção, como pontua Serano) deste mote dada por teorias feministas radicais trans-excludentes não encerra a possibilidade de interpretação de outros sentidos possíveis. De nossa posição, consideramos que a crítica à problemática subversivista tal como foi exposta não implica desconsiderar ou negar as experiências corporais de pessoas trans como políticas. Agradeço novamente às observações de Zoppi-Fontana neste aspecto, pois tais experiências, como ela pontua, se inscrevem em uma ordem estrutural de relações sociais de dominação.

A expectativa de que pessoas trans deveriam ser uma espécie de “vanguarda” do questionamento de gênero (RUBIN, 1998, p. 273) está fadada de forma imanente à frustração. Esta expectativa, mesmo se textualizando sob a forma da negação/denegação¹⁴⁰, sustenta inconscientemente a problemática teórica sobre subversão de gênero na formação discursiva feminista radical. Tanto a expectativa inconsciente pela subversão quanto a frustração tornada consciente e ressentida desta expectativa são textualizadas no discurso feminista radical pela (de)negação e se materializam no mesmo processo discursivo.

Segundo Rubin (1998, p.266), esta expectativa reside em colocar unilateralmente um “fardo revolucionário de se recusar o gênero” sobre a responsabilidade - e culpa - de pessoas trans. A partir destas considerações, podemos compreender as formulações de feministas radicais trans-excludentes a respeito destas expectativas de subversão como efeito rebote sintomático de uma aposta excessiva da teoria *queer* nas identidades trans como exemplos teóricos e/ou práticos de subversão de gênero. Pessoas trans, em especial as transexuais, tendem a serem vistas contraditoriamente tanto como mais “radicalmente contestadoras” quanto mais “normativas” que as demais (ELLIOT, 2009, p. 20).

Não haveria, portanto, um “antes” que conteria a enunciação alhures que expressaria a expectativa pela subversão ou transcendência do gênero e uma resposta teórica que pudesse dar conta deste fracasso; isto porque ambos aspectos se textualizam no mesmo processo discursivo, solidárias, portanto, à mesma problemática teórica. Neste aspecto, Raymond (1979, p.17) entende precisamente que “por trás da busca transsexual pelo corpo e pelo papel e identidade sexual do sexo oposto, está a busca de um eu mais profundo (*deeper selfhood*) que acabei chamando de busca pela transcendência ou a busca de ser (*be-ing*)¹⁴¹”.

A textualização de uma problemática teórica possui, assim, tanto aspectos conscientes, assumidos imaginariamente como tomadas de posição, quanto inconscientes, pois ao mesmo tempo em que denegados como provenientes do exterior discursivo, sustentam a problemática de base. Isto é: imaginariamente o discurso feminista radical (de)nega que as

¹⁴⁰ A definição de negação e denegação será exposta adiante, assim como análises de discursos feministas radicais trans-excludentes que textualizam a problemática pelo efeito da denegação. A denegação é compreendida como um efeito de sentido discursivo baseado em propriedades da negação linguística. Ver mais em 4.3 Denegação e cisgeneridade.

¹⁴¹ Raymond (1979, p.31) formula a frustração desta expectativa de subversão nos sujeitos transexuais como um “curto-circuito”: “o que poderia ser percebido como um protesto inicial contra os estereótipos de papéis sexuais (isto é, o desconforto inicial de gênero do transexual e a rebelião de gênero) entra em curto-circuito.” (*What could be perceived as an initial protest against sex-role stereotyping (i. e., the transsexual's initial gender discomfort and gender rebellion) becomes short-circuited*).

transgeneridades sejam subversivas, mas precisa se filiar à problemática teórica do subversivismo para tanto.

Em decorrência desta frustração em relação às expectativas de subversão, pessoas trans acabam sendo vilanizadas por serem cúmplices dos estereótipos normativos de gênero. Esta expectativa por subversão frequentemente produz o entendimento de que pessoas trans deveriam, por exemplo, abandonar seus desejos por alteração corporal ou expressão de gênero.

Elliot (2010) argumenta que uma saída para esta problemática está em tornar o centro *queer*, uma estratégia que visa tanto em não cair na incorporação dos sujeitos marginais a partir do paradigma humanista do mesmo nem tampouco assumir que os sujeitos marginais pudessem ocupar uma posição de alteridade intransponível pois seriam radicalmente distintos e dissimilares em relação ao mesmo. Tornar o centro *queer* é se perguntar então acerca das incoerências internas às próprias normas. Halberstam (1998, p.148) propõe um deslocamento em relação a esta problemática ao dizer que “há uma variedade de corpos desviantes de gênero sob o signo de masculinidades e feminilidades não-normativas, e a tarefa não é decidir qual representa o lugar de maior resistência, mas começar o trabalho de documentar suas características distintivas¹⁴²”.

A textualização da problemática teórica pela FD feminista radical por meio da denegação pode se expressar em diferentes formulações linguísticas. Em Raymond (1979, p. 101), o seguinte enunciado “a suposição de que ele (o transexual) renunciou às definições patriarcais de individualidade é duvidosa” expressa um efeito de (de)negação através da atribuição “duvidosa” à possibilidade de transexuais “renunciarem às definições patriarcais de individualidade”:

O feminista lésbico transexualmente construído pode ter renunciado à feminilidade, mas não à masculinidade e ao comportamento masculinista (apesar das aparências enganosas). Se, como observei anteriormente, feminilidade e masculinidade são lados diferentes da mesma moeda, tornando assim bastante compreensível como alguém poderia mudar de um para o outro, então é importante entender que o feminista lésbico transexualmente construído, embora não exiba uma identidade e papel femininos, ainda exibe seu lado oposto - a masculinidade estereotipada. Assim, **a suposição de que ele renunciou às definições patriarcais de individualidade é duvidosa.**¹⁴³

¹⁴² *There are a variety of gender-deviant bodies under the sign of nonnormative masculinities and femininities, and the task at hand is not to decide which represents the place of most resistance but to begin the work of documenting their distinctive features.*

¹⁴³ *The transexually constructed lesbian-feminist may have renounced femininity but not masculinity and masculinist behavior (despite deceptive appearances). If, as I have noted earlier, femininity and masculinity are different sides of the same coin, thus making it quite understandable how one could flip from one to the other, then it is important to understand that the transsexually constructed lesbian-feminist, while not exhibiting a feminine identity and role, still exhibits its obverse side—stereotypical masculinity. Thus the assumption that he has renounced patriarchal definitions of selfhood is dubious.*

A expressão de dúvida, neste caso, pode ser interpretada como uma forma de (de)negação no interior da problemática teórica do subversivismo. Outra formulação semelhante encontra-se em Sweeney (2004, p. 78): “feministas radicais têm sido altamente céticas sobre as possibilidades de transformação social através do transexualismo”. A “renúncia às definições patriarcais de individualidade” e a “transformação social através do transexualismo” funcionam então como pré-construídos da problemática teórica de base ao subversivismo. A qualificação da “renúncia” como “duvidosa” e de “ceticismo” à “transformação social” expressa uma tomada de posição das autoras em relação à transexualidade no interior desta problemática teórica. O efeito de denegação que incide sobre os elementos da problemática do subversivismo, tais como *renúncia às definições patriarcais de individualidade e transformação social* pode ser interpretada como uma forma de denegação discursiva.

O uso da palavra “suposição” alude a possibilidade de existência de outras posições discursivas que seriam adversárias - e portanto, assumiriam de alguma forma a posição segundo a qual transexuais efetivamente “renunciam às definições patriarcais de individualidade” e a qual a autora não adere e busca refutar. O uso da metáfora sobre a feminilidade e masculinidade serem ambos “lados da mesma moeda” é articulado como argumento da posição segundo a qual transexuais não são capazes de “renunciar às definições patriarcais de individualidade”.

Hoje, quando o transgênero se tornou o *cri de guerre* pós-feminista, muitos valorizam o transexualismo como resistência de gênero. Eu argumentei anos atrás, e ainda sustento, que **a cirurgia e o tratamento transexuais não fazem nada para desafiar a conformidade de gênero, mas a reforçam**, encorajando o indivíduo a se tornar um participante agradável em uma sociedade definida pelo papel [sexual], substituindo um estereótipo de papel sexual pelo outro. (RAYMOND, 1994b, p. 628)¹⁴⁴

Ao negar que a “cirurgia e o tratamento transexuais” não fazem “nada para desafiar a conformidade de gênero”, Raymond mobiliza uma perspectiva ou posicionamento discursivo no qual o transexualismo é entendido como uma “resistência de gênero” e portanto, desafiaria a “conformidade de gênero” por meio de cirurgias e tratamento e então busca refutá-lo. Contudo, se interpretarmos esta negação como uma denegação, passamos a admitir que não há exatamente (ou necessariamente) uma refutação de um posicionamento ideológico adversário neste recorte mas sim uma ocultação de um saber interior à própria FD feminista radical a qual a autora se inscreve. Este saber, por sua vez, provém da problemática teórica do subversivismo

¹⁴⁴ Today, when transgender has become the postfeminist *cri de guerre*, many valorize transsexualism as gender resistance. I argued years ago, and still maintain, that transsexual surgery and treatment do nothing to challenge gender conformity but rather reinforce it by encouraging the individual to become an agreeable participant in a role-defined society, substituting one sex-role stereotype for the other.

em que os seguintes elementos estão relacionados, respectivamente, nos trechos acima: “cirurgia e tratamento transexuais” e “conformidade de gênero”; “feminista lésbico transexualmente construído” e “[renunciar] às definições patriarcais de individualidade”.

Ao comentar acerca das razões pelas quais algumas transexuais entrevistadas por Kando identificaram maior hostilidade vinda de mulheres do que de homens, Raymond (1979, p. 85) assume que mulheres tenham mais facilidade em identificar a “destrutividade inerente aos procedimentos de conversão sexual” e do próprio “transexualismo” e conclui que “o transexualismo nada faz para alterar a sociedade”:

Alguns dos transexuais entrevistados por Kando também sentiam que as mulheres eram mais intolerantes do que os homens. *Por que* as mulheres tendem a ser menos tolerantes ao fenômeno transexual é uma questão interessante. Acredito que isso ocorra porque mais mulheres do que homens percebem a destrutividade inerente aos procedimentos de conversão sexual. Tendo experimentado em um nível existencial cotidiano os elementos destrutivos dos estereótipos do papel sexual em uma sociedade patriarcal, muitas mulheres percebem que o transexualismo **nada** faz para alterar essa sociedade, mas apenas a reforça (...) muitas mulheres que provavelmente não se chamariam feministas têm uma compreensão instintiva da destrutividade do transexualismo.¹⁴⁵

Raymond (1994b, p. 629; 1994a, p. xxxv) também manifesta desapontamento com o que ela entende ser uma incapacidade das pessoas transgêneras em “transcenderem” os papéis de gênero pois apenas “combinam aspectos da feminilidade tradicional com a masculinidade tradicional” tal como as pessoas transexuais¹⁴⁶.

É interessante que, assim como os transexuais, a maioria dos transgeneristas [*transgenderists*] são homens que, ao invés de **transcender**, ou seja, desmontar e ir além dos papéis de gênero, buscam combinar aspectos da feminilidade tradicional com da masculinidade tradicional [...] O ideal transgênero é **provocativo**. No nível pessoal, permite um continuum de expressões de gênero. Em um nível político, nunca se afasta deste continuum para uma existência na qual o gênero é verdadeiramente **transcendido**. Sua rebelião supostamente iconoclasta contra o tradicional

¹⁴⁵ *Some of the transsexuals that Kando interviewed felt also that women were more intolerant of them than men. Why women tend to be less tolerant of the transsexual phenomenon is an interesting question. It is my belief that this is because more women than men perceive the destructiveness that is inherent in sex-conversion procedures. Having experienced on an everyday existential level the destructive elements of sex-role stereotyping in a patriarchal society, many women perceive that transsexualism does nothing to alter this society but merely reinforces it. (...) many women who probably would not call themselves feminists have an instinctual understanding of the destructiveness of transsexualism.*

¹⁴⁶ Cabe aqui uma observação sobre algumas nuances de sentido frequentemente evocadas para distinguir a transexualidade da transgeneridade (*transsexualism* e *transgenderism*, respectivamente, no uso de Raymond). A transexualidade, diferentemente da transgeneridade, é mais intimamente relacionada ao discurso e práticas médicas, o que pode resultar na ideia de que pessoas transexuais buscam ou realizam alterações corporais com mais frequência ou ênfase do que pessoas transgêneras (ou *transgenderists*, no uso de Raymond). Na medida em que as teorizações de Raymond se centram nas alterações corporais proporcionadas pelas práticas médicas vistas como problemáticas, a noção de transgeneridade poderia indicar, por contraste, a existência de subjetividades trans de alguma forma menos problemáticas, mais críticas (ou menos dependentes) dos assim entendidos “estereótipos de gênero”. Esta posição que se encontra em potencial ou latente em sua publicação de 1979 acaba sendo explicitamente rejeitada pela autora em sua reedição de 1994 de *The Transsexual Empire*.

confinamento de gênero é mais estilo do que substância (RAYMOND, 1994a, p. xxxv).¹⁴⁷

A linguagem da **conformidade** sexual como **rebelião** sexual passou a dominar o campo público. O transgênerismo [*transgenderism*] é o produto de um período histórico que circunscreve toda **contestação** aos papéis sexuais e às definições de gênero a alguma forma de **assimilação** desses papéis e definições. Em grande parte do mundo ocidental, o efeito geral dos anos 1980 foi recuar os ganhos feministas dos anos 1960 e 1970. Isto encorajou um estilo ao invés de uma política de resistência, no qual um individualismo expressivo tomou o lugar dos desafios políticos coletivos ao poder. E neste processo o gênero foi despolitizado pela despolitização do feminismo. O novo foragido de gênero é o velho **conformista** de gênero, apenas neste momento nós temos homens **conformando** com a feminilidade e mulheres **conformando** com a masculinidade. Ou para ser justa para outra versão transgênera, homens e mulheres misturando e combinando mas não movendo para além de ambos. O transgênerista [*transgenderist*] assume a postura de **rebeldia**, mas apenas restrito pela cena do papel sexual, e indo apenas até a fusão de ambos os papéis. (RAYMOND, 1994b, p. 632)¹⁴⁸

A inscrição e formulação textual de uma expectativa por subversão de gênero no discurso feminista radical trans-excludente podem ser identificadas nos enunciados acima. Raymond alega que o “transgênerismo” representa a “linguagem da conformidade sexual como uma rebelião sexual” e, portanto, “circunscreve toda contestação aos papéis de gênero a uma forma de assimilação”. Nos parece que todas estas formulações, ao invés de possuírem um status exclusivamente declarativo ou de refutar posicionamentos discursivos adversários, estabelecem uma relação de ocultamento¹⁴⁹ de um saber interno à problemática da subversão de gênero. Este saber expressa uma expectativa de subversão de gênero que é frustrada, isto é, de que os transgêneros (ou “transgêneristas”) deveriam transcender e desmontar os papéis de gênero (afinal, eles “assumem a postura de rebeldia” e possuem um “ideal provocativo”), mas falham (pois se assimilam aos papéis sexuais normativos, se conformam, não transcendem, não se movem para além do binário gênero...). A frustração desta expectativa é formulada

¹⁴⁷ *It is interesting that, like transsexuals, the majority of transgenderists are men who, rather than transcending, i.e., dismantling and going beyond gender roles, seek to combine aspects of traditional femininity with traditional masculinity [...] the ideal of transgender is provocative. On a personal level, it allows for a continuum of gendered expression. On a political level, it never moves off this continuum to an existence in which gender is truly transcended. Its supposedly iconoclastic rebellion against traditional gender confinement is more style than substance.*

¹⁴⁸ *The language of sexual conformity as sexual rebellion has come to dominate the public field. Transgenderism is the product of a historical period that circumscribes any challenge to sex roles and gender definitions to some form of assimilation these roles and definitions. In much of the western world, the general effect of the 1980s has been to move back the feminist gains of the 1960s and 1970s. It has encouraged a style rather than a politics of resistance, in which an expressive individualism has taken place of collective political challenges to power. And in the process it had de-politicized gender by de-politicizing feminism. The new gender outlaw is the old gender conformist, only this time, we have men conforming to femininity and women conforming to masculinity. Or to be fair to another version of transgender, men and women mixing and matching but no moving beyond both. The transgenderist assumes the posture of rebellion, but only as restricted by the sex-role scene, and going only as far as a melding of both roles.*

¹⁴⁹ No funcionamento da denegação este ocultamento também é uma forma de desvelamento do saber, pois o recalcado tem a condição de surgir sem que o sujeito o admita ou o assuma. O recalcado surge em formulações linguísticas de pré-construído (ver 4.4 Pré-construído e gênero).

textualmente pelas formas de negação ou pelas diversas atribuições de conformidade de gênero enquanto a expectativa pela subversão é ao mesmo tempo pressuposta e ocultada pelo efeito de denegação. A problemática do subversivismo se expressa na própria relação de oposição entre os seguintes elementos: conformidade/assimilação por um lado, e contestação/rebelião, do outro.

Jeffreys (2014a, p. 42-43) explicitamente defende que o feminismo radical busca “abolir” ou “eliminar” o gênero ao invés de torná-lo mais flexível e ainda alega que “a teoria e a política queer se envolveram em uma missão de resgate de gênero contra a militância feminista radical”. Jeffreys (1997, p. 56-57) sintetiza os seus posicionamentos feministas trans-excludentes ou críticos de gênero da seguinte maneira:

O transexualismo, nessa análise, é profundamente reacionário, uma maneira de **impedir a interrupção e a eliminação dos papéis de gênero** que estão na base do projeto feminista. O transexualismo se opõe ao feminismo, **mantendo e reforçando noções falsas e construídas sobre feminilidade e masculinidades corretas**. A grande maioria dos transexuais **ainda se inscreve no estereótipo tradicional das mulheres** e procura se tornar mulheres femininas "reais". O conservadorismo da concepção deles e da profissão médica sobre o que constitui a condição feminina é evidente nas biografias transexuais. Estes explicam que as habilidades e personalidades dos candidatos são transformadas após a cirurgia e tratamento hormonal (...) O que é perturbador para as feministas neste fenômeno é que os homens estão construindo uma fantasia conservadora sobre o que as mulheres deveriam ser. Eles estão inventando uma essência de feminilidade que é profundamente insultante e restritiva.¹⁵⁰

A autora alega que o transexualismo (sic) mantém e reforça *noções falsas e construídas sobre feminilidade e masculinidades corretas* e é capaz de *impedir a interrupção e a eliminação dos papéis de gênero*. A *interrupção e eliminação*, complementos do verbo impedir, enquadram a transexualidade ou, nas palavras da autora, o transexualismo (sic), na problemática teórica do subversivismo por uma dupla negação. Esta dupla negação, articulada pelo encadeamento sintático do verbo é parafraseada por um enunciado declarativo “[o transexualismo] mantém e reforça noções falsas e construídas sobre feminilidade e masculinidade corretas”. Assim, tem-se que “impedir a interrupção dos papéis de gênero” seja sinônimo de “manter e reforçar noções falsas e construídas sobre feminilidade e masculinidade corretas”. Esta relação de sinonímia se estabelece tanto pela construção textual (mecanismos

¹⁵⁰ *Transsexualism, in this analysis, is deeply reactionary, a way of preventing the disruption and elimination of gender roles which lies at the basis of the feminist project. Transsexualism opposes feminism by maintaining and reinforcing false and constructed notions of correct femininity and masculinity. The vast majority of transsexuals still subscribe to the traditional stereotype of women and seek to become "real" feminine women. The conservatism of their and the medical profession's conception of what constitutes womanhood is clear from transsexual biographies. These explain that the skills and personalities of the aspirants are transformed after surgery and hormone treatment (...) What is disturbing to feminists in this phenomenon is that men are constructing a conservative fantasy of what women should be. They are inventing an essence of womanhood which is deeply insulting and restrictive.*

parafrásticos) como pela filiação ao que compreendemos ser a problemática teórica do subversivismo. O uso do advérbio de tempo *ainda* sinaliza, mesmo de forma alusiva, a expectativa de que, de alguma forma, transexuais não deveriam se inscrever no *estereótipo tradicional das mulheres*.

A autora [Sheila Jeffreys] desenvolve seu argumento com o objetivo de demonstrar como a ideologia e a prática da transgeneridade ofuscam a categoria mulher e **não desestabilizam a binaridade de gênero, reforçando, em verdade, a noção de papéis sexuais e essencializando o “gênero”** (...) a autora conclui que a noção de gênero propagada pela ideologia e prática da transgeneridade, **embora defendida como um discurso transgressor**, fortalece papéis sexuais, conferindo especial status à concepção de feminilidade e robustecendo um sistema ideológico que justifica e organiza a subordinação das mulheres, pois naturaliza abstrações sobre personalidade e normas de aparência que controlam e limitam a vida de mulheres ao redor do mundo. (LAMARÃO, 2015, p. 731-732)

Propomos pensar a análise destes trechos a partir das considerações sobre a denegação discursiva feita por Indursky (1990). Segundo a autora, a denegação discursiva não funciona exatamente como uma refutação de uma posição ideológica adversária pois “o processo de denegação dá-se no interior da rede discursiva em que está inserido o enunciado negativo. Dito em outras palavras: o sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD” (ibid., p. 121). Estas considerações nos permitem conceber a posição feminista radical trans-excludente inscrita no interior da problemática teórica do subversivismo, tendo em vista que o saber denegado pela FD feminista radical diz respeito à subversão de gênero pelos sujeitos trans. Para que a negação produza um efeito de denegação, argumenta Indursky, é necessário que ocorra a “ocultação de um comportamento admitido pela FD e que o enunciado está vinculado”. Consideramos que o que está sendo ocultado na FD feminista radical trans-excludente sejam as próprias expectativas de subversão de gênero pelos sujeitos trans que são textualizadas em formulações negativas como frustradas. Tanto a formulação quanto a frustração das expectativas de subversão de gênero são textualizadas pela denegação.

A problemática do subversivismo identitário aborda diretamente as alterações corporais feitas por pessoas trans como uma questão nas seguintes formulações:

Em virtude da “solução” cirúrgica para o “problema” do transexual ser baseada e contribuir por si só para a construção de uma descrição extraordinariamente simplista e estática do corpo, ela **nunca** é capaz de desafiar as relações sociais de gênero. (...) O “corpo feminino” que é o produto e o objetivo da transição MTF é sempre já mediado pelo discurso masculinista e inevitavelmente ignorante dos elementos fenomenológicos que, na experiência das mulheres, atuam para subverter esses discursos.¹⁵¹ (WILTON, 2000, p.250-251).

¹⁵¹ *Because the surgical ‘solution’ to the transsex ‘problem’ is predicated upon, and itself contributes to the construction of, an extraordinarily simplistic and static account of the body, it can never challenge the social relations of gender. (...) The ‘female body’ that is the product and goal of the MTF transition is always already*

A medicalização da não-conformidade de gênero é consistente com e legítima a heteronormatividade compulsória. Mudar a aparência sexuada do corpo para acomodar às expectativas da sociedade sobre “homem” ou “mulher” **não** desafia o status quo; é uma capitulação e um reforço dos estereótipos que limitam essas categorias sociais em primeiro lugar. Como uma mulher que viola certas normas de gênero e como uma mulher que se preocupa com a liberdade das mulheres de se expressar sem limitações relacionadas ao “gênero”, a medicalização da não-conformidade de gênero me preocupa profundamente.¹⁵²

Raymond (1979, p. 123-124) indica explicitamente a expectativa de que transexuais sejam “críticos sociais”. Esta expectativa é prontamente frustrada em sua teorização, pois a autora alega que pessoas transexuais não são “aconselhadas” pelas clínicas a “destruírem ambos os estereótipos (de feminilidade e masculinidade)” e por isso acabam sendo incapazes de “expressar claramente o problema”. De forma semelhante, Hausman (1992, p. 273) afirma que, para as posições “críticas radicais do transexualismo”, a “medicalização do transexualismo (...) dissuade a ação política por parte dos sujeitos disfóricos de gênero”. A textualização das expectativas de subversão é solidária à textualização da sua correlata frustração. Ao invés de engajarem-se em críticas contra os estereótipos de gênero, transexuais optam pela realização de cirurgias, uma “resolução do problema” pretensamente “acrítica”:

O presente aconselhamento e tratamento de transexuais, com base no modelo médico que descrevi, **não** dá ao transexual nenhuma opção moral real. Ao **não** analisar as definições de masculinidade e feminilidade de nossa sociedade, essa terapia oferece pouco encorajamento e aconselhamento para ajudar o transexual a viver além desses contêineres de personalidade. Considere a possibilidade de aconselhamento que encoraje o transexual a destruir ambos os estereótipos. Aqui, o transexual seria encorajado a se tornar o agente de suas próprias energias e a buscar modos mais variados de ser e de se tornar. Em um sentido muito real, neste momento, o transexual se tornaria um **crítico social**. Todos nós estamos de algum modo constrictos pela socialização do papel sexual. Uma maneira de ver os transexuais é que eles estão restritos unicamente pelas definições rígidas de masculinidade e feminilidade. As restrições culturais gerais, das quais todos sofremos, tornam-se carregadas nos corpos deles. No entanto, privado de uma estrutura alternativa para visualizar o problema, o transexual é incapaz de expressar o problema com clareza. As clínicas de identidade de gênero têm interesse em reprimir as críticas e podem conspirar com o transexual para resolver o problema de uma maneira essencialmente **acrítica**. Dado um modo diferente de terapia, em que a “conscientização” é o principal *modus*

mediated through masculinist discourse, and inevitably ignorant of the phenomenological elements which, in women's experience, act to subvert these discourses.

¹⁵² *The medicalization of gender non-conformity is consistent with and legitimizes compulsory heteronormativity. Changing the sexed appearance of one's body to accommodate society's expectations of “man” or “woman” does not challenge the status quo; it is a capitulation to and reinforcement of the stereotypes that limit these social categories in the first place. As a female who violates certain gender norms and as a woman who cares about women's freedom to express themselves without “gender” related limitations, the medicalization of gender non-conformity deeply concerns me.*

E.H. *INSURANCE COVERAGE AND THE MEDICALIZATION OF GENDER NON-CONFORMITY, PART 1*. 2013. Disponível em: <https://sexnotgender.com/2013/01/18/insurance-coverage-and-the-medicalization-of-gender-non-conformity/> Acesso em 10/10/2018.

operandi, o transexual pode não achar necessário recorrer à cirurgia de conversão sexual.¹⁵³

Interpretar a busca de pessoas transexuais pelo alinhamento entre identidade e corpo como uma reiteração de normas de gênero é equivocado, pois, como sugere Elliot (2010, p. 39); esta busca por alinhamento não está baseada previamente pela atribuição de sexo ao nascimento e suas expectativas sociais e psíquicas correspondentes; ela precisa, portanto, ser criada, pois ela necessariamente questiona as expectativas sociais em relação ao gênero originalmente atribuído ao nascimento. O fato desta busca por alinhamento necessariamente ser uma construção subjetiva é um argumento a favor da interpretação de que esta busca é capaz de contestação, e não apenas de cumplicidade, em relação às visões normativas que estabelecem a congruência entre sexo e gênero. Também segundo a autora, há uma diferença que deve ser salientada entre o “desejo de se corrigir uma incongruência percebida no próprio corpo, que é vivida como inabitável, para uma política de apoio ao status *quo*” (ELLIOT, 2009, p. 23).

Jeffreys (2008, p. 330) defende a “eliminação do gênero” como o verdadeiro horizonte de libertação feminista em contraposição à alegada reiteração de gênero que estaria contida nas demandas de reconhecimento identitário das pessoas trans. A posição da autora expressa a ideia segundo a qual gênero é um conceito utilizado para designar as “formas de comportamento que derivam e mantêm relações de poder desiguais entre os sexos no sistema patriarcal” (ibid., p.331). Segundo a autora, “a teoria feminista radical rejeita a noção de transgênerismo (*transgenderism*) pois [esta noção] requer a aceitação de ‘gênero’ como uma categoria útil; se a noção de ‘gênero’ é rejeitada [como uma categoria útil] então o transgênerismo (*transgenderism*) deixa de fazer sentido” (ibid., p. 338).

Sweeney (2004, p. 78) argumenta a favor de Jeffreys e afirma que embora o feminismo radical possa usar gênero como uma categoria de análise para compreender a história da subordinação das mulheres, esta corrente feminista, ao contrário do ativismo transgênero, segundo a autora, concebe que “um futuro em que mulheres sejam livres não pode se realizar

¹⁵³ *The present counseling and treatment of transsexuals, based on the medical model I have described, give the transsexual no real moral options. Failing to analyze our society's definitions of masculinity and femininity, such therapy offers little encouragement and advice to help the transsexual live beyond both these containers of personhood. Consider the possibility of counseling that encouraged the transsexual to break both stereotypes. Here, the transsexual would be encouraged to become the agent of her or his own energies and to strive for more varied modes of being and becoming. In a very real sense, at this point, the transsexual would become a social critic. All of us are in some way constricted by sex-role socialization. One way of viewing transsexuals is that they are uniquely constricted by the rigidified definitions of masculinity and femininity. The general cultural constrictions, from which we all suffer, become body-laden with them. However, deprived of an alternative framework in which to view the problem, the transsexual is unable to express the problem clearly. The gender identity clinics have a vested interest in suppressing criticism, and may collude with the transsexual to solve the problem in an ultimately uncritical way. Given a different mode of therapy where “consciousness-raising” is the primary modus operandi, the transsexual might not find it as necessary to resort to sexconversion surgery.*

sem a destruição do gênero”. Nas palavras de Hausman (2001, p. 468), as políticas e teorias transgêneras podem “replicar perspectivas ontológicas sobre o gênero como um sistema necessário de organização social e expressão pessoal”. A autora admite não conceber como as “práticas transgêneras podem continuar sem alguma base em essências de gênero” (ibid., p. 487). Além disto Hausman (1995, p. 199) se pergunta: “os sujeitos que mudam de sexo para fazer com que seus corpos ‘combinem’ com algum tipo de experiência interna do eu definido como gênero realmente são capazes de questionar o ‘sistema’ que tão claramente demarca suas escolhas?”.

No argumento de Raymond - e no meu -, não se pode “escapar” do gênero trocando papéis ou performances e, assim, confundir a lógica binária, porque essa lógica define a possibilidade da troca em primeiro lugar. “Transcender” o gênero (nas palavras de Raymond) envolve um projeto mais crítico, bem como a possibilidade de perturbar a estabilidade daqueles que se vêem como “normalmente sexualizados” (ibid., p. 198).

Sweeney (2004, p. 77) neste sentido afirma que “a transformação dos trans-ativistas de homem para mulher-trans demonstra a sua lealdade ao gênero: sem o qual suas reivindicações em incorporar (*embody*) o sexo oposto seriam invalidadas”. Raymond (1979, p. 163) articula uma teoria ética fundada na noção de “integridade” como um “estado original” para formular o que a autora entende ser um horizonte social que possa ir além (*beyond*) do gênero:

Uma intuição de integridade, nesse sentido, é característica da textura do ser [*be-ing*] (tornar-se) e anterior às definições culturais de masculinidade e feminilidade. É um estado original que não reside em um passado histórico estático. Pelo contrário, a integridade é o desdobramento constante de um processo pessoal e social que tem a potencialidade de gerar para todos nós uma visão futura do devir, para além de uma sociedade definida por gênero. Este estado original de ser, essa condição de integridade, pode de fato ter sido o que os mitos andróginos sobre a pessoa originária estavam apontando.¹⁵⁴

Escalante (2016) entende que a noção de abolição de gênero frequentemente presente no discurso feminista radical acaba por deixar intacta a noção de sexo. Ahmed (2016, p. 30) neste sentido argumenta que se reivindicar “crítico ao gênero” ao mesmo tempo em que se deixa “intacta a biologia tradicional” acaba por aprofundar, em vez de afrouxar, o domínio de um sistema de gênero em nossos corpos. A crença de que a abolição de gênero possa deixar intacta a categoria de sexo (ou de que sexo possa ser a pedra de toque da realidade e/ou da autenticidade da experiência subjetiva/fenomenológica em detrimento do gênero) pode ser

¹⁵⁴ Thus an intuition of integrity, in this sense, is characteristic of the texture of *be-ing* (becoming) and prior to cultural definitions of masculinity and femininity. It is an original state that does not reside in a static historical past. Rather, integrity is the constant unfolding of a personal and social process that has the potentiality of generating for all of us a future vision of becoming, beyond a genderdefined society. This original state of *be-ing*, this condition of integrity, may indeed have been what the androgynous myths of the primal person were pointing toward.

problematizada. Hird (2000, p. 355) neste sentido argumenta que o próprio modelo binário de dois sexos não é menos discursivamente imaginário/imaginado do que a identidade de gênero. A perspectiva pela abolição de gênero, escreve Serano (2013, p. 1953), coloca o problema de determinar qual seriam os traços considerados humanos e essenciais e quais seriam artificiais e indesejados. Além disto, a defesa da perspectiva da abolição de gênero é frequentemente utilizada como argumento para negação do reconhecimento identitário:

Talvez subjacente à recusa em reconhecer mulheres trans como mulheres esteja a crença de que a verdadeira libertação da opressão dos papéis sexuais e da hierarquia de gênero exija que criemos um mundo no qual os papéis sexuais desapareçam, em que o gênero é inexistente ou tão completamente fluido a ponto de efetivamente não ser uma categoria. Bem, nós não vivemos nesse mundo e é improvável que viveremos nele. (WATSON, 2016, p. 249)

Escalante (2016) defende que a “abolição de gênero” só se torna politicamente interessante se puder de fato abarcar o exercício de uma “negatividade radical” a partir da adoção de uma perspectiva anti-humanista (incluindo, portanto, o questionamento da própria noção de sexo), abandonando a ideia ingênua de que esta abolição possa ser capaz de fornecer uma libertação das relações de poder para que os sujeitos se vejam livres para serem o que supostamente seriam “verdadeiramente” para além destas relações¹⁵⁵. Elliot (2010, p. 58) critica o posicionamento sobre a “abolição de gênero” como uma imposição de uma solução política que desconsidera as necessidades efetivas da população trans.

A defesa pela abolição de gênero parece levar a um impasse político. Este impasse pode ser compreendido por meio da alusão de MacDonald (1998, p. 4) a respeito de uma “posição contraditória em que gênero é inerente à estrutura patriarcal ao qual se deve desafiar ou transcender” e a própria condição de possibilidade do feminismo e da resistência. Segundo Williams (2014b) este impasse expressa a seguinte contradição:

É o sistema de heteronormatividade que está na raiz da opressão e é o olhar heteronormativo que produziu o conceito do binário sexual natural. É somente com uma perspectiva enraizada na heteronormatividade que uma GCF¹⁵⁶/TERF pode afirmar que o gênero é um sistema opressivo que deve ser abolido substituindo-o por um novo conjunto de tabus, normas, linguagem e rótulos de identidade aos que todos devem aderir e de alguma forma não será gênero. Uma GCF/TERF parece pensar que quando elas afirmam que uma mulher trans é um homem, insistem em usar pronomes masculinos, usar o nome/imagens antigas da pessoa para construir um contexto sexual para as mulheres trans ocuparem no interior de um sistema cultural, elas não estão engajando-se em uma performance forçada de gênero.¹⁵⁷

¹⁵⁵ No vocabulário de Janice Raymond (1979, p. 155), o momento mítico antes da “Queda dos estereótipos de gênero”.

¹⁵⁶ Gender Critical Feminist (GCF), “feminista crítica de gênero”.

¹⁵⁷ *It is the system of heteronormativity that is at the root of oppression and it is the heteronormative gaze that produced the concept of the natural sex binary. It is only with a perspective rooted in heteronormativity that a GCF/TERF can assert that gender is an oppressive system that must be abolished by replacing it with a new set*

Ainda sobre esta problemática, Espineira e Bourcier (2016, p. 89) sintetizam a seguinte posição

O horizonte político do transfeminismo não é abolicionista; mas sim contraproducente: uma proliferação material de novas feminilidades e masculinidades, de corpos “anormais” e monstruosos inseridos na biopolítica, que transbordam o dualismo ficcional mas fundacional no coração da modernidade capitalista - a assim chamada “diferença sexual”. O transfeminismo não é uma crítica abstrata deste dualismo teórico. Pelo contrário, trafega em vidas, corpos, identidades e gêneros realmente não-binários existentes em um nível social coletivo.¹⁵⁸

Jones admite que o posicionamento em defesa da abolição de gênero possa até mesmo incluir a preocupação com um viés paternalista com o bem estar de pessoas trans (mesmo pela paradoxal admissão da desejabilidade da inexistência de identificações trans em um cenário hipotético e pretensamente ideal), mas a autora entende que na realidade não se trata de “uma ajuda que pessoas trans efetivamente estão procurando”. Jones (2012) questiona precisamente a arbitrariedade que exclui do horizonte de possibilidade o próprio reconhecimento das identidades trans no interior das perspectivas feministas radicais:

Se eles desejassem ampliar a esfera da identidade masculina (*manhood*) até que eu esteja confortavelmente situada dentro de seus limites, então por que a esfera da feminilidade não poderia ser expandida para me incluir também? Por que eles querem parar bem antes do reconhecimento das pessoas trans e das nossas identidades como genuínas? Se isso faz parte de um feminismo “radical”, então, claramente, não é radical o suficiente. Neste sentido, os defensores dessa abordagem insistem em negar quem somos e nos oferecem qualquer coisa a não ser o que realmente estamos procurando. Eu não sou mulher porque não consegui ser um homem. Eu poderia ser. Mas sou mulher porque escolho ser mulher. E essa é toda a justificativa que alguém deveria precisar.¹⁵⁹

4.2. Formação discursiva e formação teórica

Tendo em vista as considerações feitas sobre a problemática do subversivismo a partir da análise de discursos feministas, propomos uma articulação com os conceitos de formação discursiva (FD) e formação teórica (FT). Haroche, Pêcheux e Henry (2008) afirmam

of taboos, norms, language and identity labels all must adhere to and somehow won't be gender. A GCF/TERF seems to think that when they assert that a trans woman is male, insists upon using male pronouns, uses the person's old name/old picture to construct a sex context for the trans woman to occupy within a cultural system, they aren't engaging in forced gender performance.

¹⁵⁸ *Transfeminism's political horizon is not abolitionist; rather, it is counterproductive: a material proliferation of new femininities and masculinities, of “abnormal” and monstrous bodies inserted into biopolitics, which overflow the fictional but foundational dualism at the heart of capitalist modernity— so-called “sexual difference.” Transfeminism is not an abstract critique of this theoretical dualism. Rather, it traffics in actually existing nonbinary lives, bodies, identities, and genders on a collective social level.*

¹⁵⁹ *If they wish to enlarge the sphere of manhood until I'm comfortably situated within its walls, then why can't the sphere of womanhood be expanded to encompass me as well? Why would they want to stop right before recognizing trans people and our identities as genuine? If this is part of “radical” feminism, then clearly it's not radical enough. As is, advocates of this approach insist on denying who we are and giving us anything but what we're actually looking for. I'm not a woman because I couldn't be a man. I could. But I'm a woman, because I choose to be a woman. And that's all the reason anyone should need.*

que uma FD determina “o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada”. Pêcheux (2009, p. 146-147) entende que as palavras, expressões ou proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas, pois as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam. Courtine (2009), a partir destas considerações, define a FD como domínio de saber que estabelece princípios de aceitabilidade ou exclusão de determinados enunciados. Uma FD é frequentemente compreendida por meio de sua heterogeneidade, “constitutivamente afetada pela contradição, delimitada por contornos instáveis e em contínuo processo de reconfiguração” (ZOPPI-FONTANA, 2003).

Uma FT, por sua vez, também é habitada por uma heterogeneidade teórica constitutiva, porém, esta heterogeneidade é *limitada* pelo corte epistemológico. É precisamente importante compreender o aspecto deste limite, na medida em que o corte epistemológico não apenas sinaliza as fronteiras entre duas FT como limites constitutivos, mas marca algum tipo de ponto de não retorno.

Enquanto que a FD é usualmente pensada através de uma relação de correspondência (ou continuidade) com uma dada formação ideológica¹⁶⁰ (FI) que a determina¹⁶¹, uma FT, em contrapartida, estabelece algum tipo de não-correspondência (ou de descontinuidade, corte) com a FI que a determina. Esta relação de continuidade entre uma FD e FI é pensada por Pêcheux (2009) por meio do conceito de interpelação, quando afirma que “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (sujeitos dos seus discursos) pelas FD que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas”. A interpelação é pensada conjuntamente com a questão da identificação, pois o sujeito se inscreve numa FD pela identificação com uma forma-sujeito de uma FD. Esta identificação, frisa Pêcheux (2009, p. 150), efetua a interpelação do sujeito com a FD que o domina e funda a sua “unidade imaginária”¹⁶². A descontinuidade entre uma FT e FI, por sua vez, pode ser pensada por meio da prática teórica em sua especificidade de produção de sentido (conceitual).

¹⁶⁰ Uma formação ideológica é caracterizada como um elemento cuja força é capaz de confrontar outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num dado momento, constituindo um complexo de representações que se relacionam a posições de classe em conflito (HAROCHE et al., 2007).

¹⁶¹ Pêcheux (p. 147) admite a dificuldade em precisar a natureza desta correspondência, pois ela não se trata de mera equivalência nem de uma simples distribuição de funções. Ele então formula que seria “conveniente falar de uma ‘intrincação das formações discursivas nas formações ideológicas, intrincação cujo princípio se encontraria precisamente na ‘interpelação’”.

¹⁶² Cabe ressaltar, ainda segundo o autor, que o processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos se realiza através do complexo das formações ideológicas, de forma com que este processo não extingue a contradição tanto interna a FD quanto externa na sua relação com as demais FDs.

A polêmica produzida entre o antagonismo de duas FDs é compreendida por Maingueneau (2008) em termos de interincompreensão e produção mútua de simulacros de posições antagônicas configurando uma espécie de conflito regrado. A polêmica decorrente da interincompreensão regrada também pode ser pensada a partir das observações de Angenot (2015, p. 28) acerca da hegemonia, definida pelo autor como um conjunto de mecanismos unificadores e reguladores que estabelece distintos graus de aceitabilidade e legibilidade dos discursos. O autor discute que estes mecanismos podem ser compreendidos como capazes de impor até mesmo os próprios limites através dos quais todos os debates e dissensões podem ocorrer - o que coloca o problema, por sua vez, de pensar como o novo e o ainda-não-dito seriam capazes de emergir, isto é, os fatos “que se situariam fora da aceitabilidade e da inteligibilidade normal instituídas pela hegemonia” assim como o caráter disruptivo e dissidente dos contradiscursos.

Angenot (2015, p. 36) afirma que a periferia do sistema discursivo é ocupada por “toda sorte de pequenos grupos” que, tendo em vista à sua sobrevivência frente à hegemonia, se encerram em sua própria lógica na busca por um discurso autossuficiente e impermeável às influências do exterior. A hegemonia, contudo, nunca é completamente exterior a estes discursos periféricos. O autor argumenta que esta dinâmica desvela a tendência dos discursos periféricos ao fracionamento múltiplo, dogmatismo e a profusão contínua de dissidências internas. Angenot nos aponta desta forma para a problemática do estabelecimento da condição de possibilidade de união entre as frações dos contradiscursos. Nos parece também bastante sintomático o fato dos dois casos típicos de contradiscursos mencionados pelo autor pertencerem aos campos do feminismo e do socialismo.

No entanto, as teorizações acerca do funcionamento semântico dos discursos polêmicos podem ser insuficientes ou inadequadas para se pensar as polêmicas ou controvérsias especificamente no interior do discurso teórico, pois o conceito de interincompreensão mútua entre FDs não abarca a problemática do corte epistemológico ou a questão da própria mudança de problemática entre FTs, pois pode pressupor uma correspondência simétrica de mútua dependência entre FDs.

Em virtude disto, trazemos as considerações althusserianas sobre a FT. Althusser propõe uma forma de *leitura* de Marx que não se desvincula do trabalho de elaboração teórica da filosofia marxista. Por sua vez, lendo Althusser me permito situar desde um lugar de leitura de textos feministas a partir de suas considerações em relação ao funcionamento da teoria enquanto um sistema de pensamento. Me proponho a ler textos feministas de forma a poder

trabalhar a elaboração da teoria feminista, tendo em vista identificar descontinuidades no contínuo de um processo, isto é:

[pensar] a descontinuidade do corte epistemológico no contínuo de um processo histórico; a teoria que permite distinguir uma palavra de um conceito; distinguir a existência ou não existência de um conceito sob uma palavra; discernir a existência de um conceito pela função de uma palavra no discurso teórico; definir a natureza de um conceito por sua função problemática, e, portanto, pelo lugar que ele ocupa no sistema da “teoria”.

Ao refletir acerca da hipótese de uma ruptura no percurso intelectual de Marx, Althusser (2015) propõe a existência de um *corte epistemológico* que permitiria averiguar a existência de uma diferença específica que marcasse o surgimento de uma *nova concepção de filosofia*. O autor também propõe pensar este corte em termos de *lugar*. O corte incide sobre algum lugar que se situa historicamente, e afirma que “sem uma teoria de uma história das formações teóricas, não se poderia efetivamente apreender e estabelecer a diferença específica que distingue duas formações teóricas diferentes” (ibid., p. 23). A teoria é então pensada em termos de “formação teórica”, sendo uma formação teórica capaz de delimitar um espaço de diferença em relação à outra formação teórica, constituindo propriamente o que lhe seria *específico*.

A teoria em si, por sua vez, é entendida como uma prática também em sua especificidade que se realiza a partir de elementos heterogêneos¹⁶³:

Por teoria entenderemos uma forma específica de prática, pertencente também ela à unidade complexa da “prática social” de uma sociedade humana determinada. A prática teórica encaixa-se na definição geral da prática. Ela trabalha uma matéria-prima (representações, conceitos, fatos) que lhe é dada por outras práticas, sejam elas “empíricas”, “técnicas” ou “ideológicas”. Em sua forma mais geral, a prática teórica não abrange somente a prática teórica científica, mas igualmente a pré-científica, ou seja, “ideológica” (as formas de “conhecimento” constituindo a pré-história de uma ciência e suas “filosofias”). A prática teórica de uma ciência distingue-se sempre nitidamente da prática teórica ideológica de sua pré-história: tal distinção toma a forma de uma descontinuidade “qualitativa” teórica e histórica, que podemos designar, com Bachelard, pela expressão “corte epistemológico”. (ALTHUSSER, 2015, p. 136-137)

O autor assinala que o avanço de uma teoria a partir de um ponto de não-retorno¹⁶⁴ (efetuado pelo corte epistemológico) não acontece de forma direta (em linha reta ou por um

¹⁶³ Althusser (2015, p. 137) irá propor a diferenciação entre a “teoria” e a Teoria como forma de designar, respectivamente, um sistema teórico de uma ciência real em sua unidade mais ou menos contraditória e complexa, de um lado, e a forma de transformação efetiva do produto ideológico das práticas empíricas em conhecimento, do outro. O autor também distingue (de forma não completamente dicotômica) a ideologia (enquanto um sistema de representações) da ciência na medida em que na primeira prevalece a função prático-social e na segunda a função teórica ou de conhecimento. A ideologia, acrescenta, é a expressão de relação necessária através da qual os sujeitos podem estabelecer com suas condições de existências de determinada maneira (ibid., p.193).

¹⁶⁴ Althusser (1979, p. 46) relativiza a noção de “ponto de não retorno”. Este caráter irremediavelmente inacabado da filosofia é atribuído, segundo o autor, ao fato da filosofia ser, em última instância, luta de classes na teoria.

único golpe), mas sim que este avanço se dá por meio de um processo contraditório. Tal processo, em que as posições do adversário teórico são elaboradas - conquistando-as sobre e contra o adversário - é marcada por uma luta sem fim. Desta forma, se uma teoria consegue avançar, ganhar terreno sobre a teoria adversária, isto não se dá a não ser a partir de um processo em si mesmo contraditório, de re-elaboração conceitual contínua.

Althusser analisa uma forma de compreensão da relação entre um sistema de pensamento e seus elementos em que os elementos aparecem como “entidades significantes por si mesmas”. Se trata de uma pressuposição teórica ingênua que opera de forma tácita: todo sistema teórico poderia ser redutível a seus elementos ou à um domínio de objetos. É preciso, portanto, realizar a crítica desta perspectiva, segundo o qual um sistema teórico poderia ser interpretado à luz de seus elementos tidos como unidades isoladas. Um sistema de pensamento, argumenta o autor, se caracteriza por meio de uma modalidade de reflexão, entendida como a relação efetiva que a reflexão mantém com seus objetos a partir de uma problemática fundamental (ibid., p. 52).

Se quisermos reconhecer os sentidos que os elementos possuem em uma teoria é preciso referi-los à natureza da *problemática* na qual eles são efetivamente pensados. Uma problemática, por sua vez, não é lida como um “livro aberto”; na medida em que uma ideologia é inconsciente aos seus próprios pressupostos teóricos, a problemática só pode ser *arrancada* (quase sempre) a *despeito* das afirmações e proclamações da ideologia em questão (ALTHUSSER, ibid. p. 53). O sentido de uma ideologia singular provém, por sua vez,

(...) não de sua relação com uma verdade diferente dela, mas de sua relação com o campo ideológico existente e com os problemas e a estrutura sociais que o sustentam e aí se refletem; o sentido do desenvolvimento de uma ideologia singular depende não da relação desse desenvolvimento com sua origem ou seu fim considerados como sua verdade, mas da relação existente, nesse desenvolvimento, entre as mutações dessa ideologia singular e as mutações do campo ideológico e dos problemas e das relações sociais que o sustentam (ALTHUSSER, ibid., p. 48).

O trabalho de uma teoria consiste na elaboração de uma matéria-prima ideológica tendo em vista a produção dos próprios fatos da teoria como forma de produção de conhecimento - o que implica considerar a questão fundamental que diz respeito à forma como uma teoria é capaz de efetivamente se desvencilhar da sua própria matéria-prima ideológica. É precisamente a partir desta consideração que identificamos uma ambiguidade constitutiva (marcando uma heterogeneidade) de toda teoria, que diz respeito ao seu passado ideológico, a sua “matéria-prima”, a potencialidade que ela tem, ao mesmo tempo, de reproduzir tais elementos no interior do funcionamento da própria ideologia (teórica) que se pretendia romper,

mesmo que sob outras formas. A fronteira que separa a ciência da ideologia pode se apresentar como incerta.

A articulação entre a teoria feminista e a dialética materialista (Teoria) pode ser pensada precisamente quando Althusser afirma acerca da existência de domínios nos quais ainda não existem verdadeiramente práticas teóricas marxistas. A questão nestes domínios (como a epistemologia, história das ciências, das ideologias, das filosofias, da arte), afirma o autor, não estaria “resolvida” tal como está n’O capital. Tratam-se, portanto, de práticas teóricas que aparecem ainda para serem elaboradas ou fundadas. Neste caso, utilizar a Teoria não equivale a *aplicar* suas fórmulas (as do materialismo, da dialética) a um conteúdo preexistente (ibid., p. 138).

Localizamos o espaço da problemática teórica do subversivismo identitário como um destes domínios. O efeito de denegação produzido pelos discursos feministas radicais trans-excludentes e a atribuição de intencionalidade e individualidade para as identificações transgêneras podem ser interpretados como a materialização de um obstáculo epistemológico no campo feminista. As negações linguísticas presentes em tantas formulações analisadas, ao não refutarem propriamente posições ideológicas adversárias, somadas à incapacidade da abordagem feminista radical trans-excludente dos sistemas de opressão que invalidam as subjetividades trans, fazem com que a formação teórica feminista radical trans-excludente permaneça no terreno epistemológico do qual pretende se desvencilhar (o liberalismo e o subjetivismo idealista).

4.3 Denegação e cisgeneridade

Benveniste (1995), ao refletir sobre as relações entre linguagem e psicanálise, afirma que o analista, ao operar sobre o sujeito a partir de sua escuta, busca revelar a ele uma relação de motivação que desempenha uma função de causa. Trata-se de provocar a emergência, na lembrança e na fala do paciente, de um dado “histórico” enterrado, ignorado na memória do sujeito, *quer este deva ou não consentir em “reconhecê-lo” e identificar-se com ele* (ibid., p. 82). Cabe ressaltar que os fatos biográficos ou os acontecimentos empíricos por si só não são capazes de carregar sozinhos o peso de uma conexão causal, adverte o autor, a não ser pelo fato deles serem verbalizados e assumidos por aquele que diz - mesmo que sob a forma da (de)negação.

A reflexão sobre o funcionamento da negação em psicanálise e linguística parece apontar, cada qual a sua maneira, para uma divisão subjetiva (uma divisão implicada no sujeito

que enuncia uma negação). Esta divisão subjetiva decorre, respectivamente, pela forma como a negação pode ser frequentemente ignorada nos processos inconscientes¹⁶⁵ e pelo fato de que a negação linguística se caracterizar pela capacidade de anular apenas o que é enunciado, tendo que apresentar o conteúdo negado explicitamente no enunciado para suprimi-lo. Isto permite que Benveniste (1995, p. 91) afirme que um julgamento de não-existência tenha necessariamente também o status formal de um julgamento de existência e que a negação seja, em primeiro lugar, uma forma de admissão.

Quanto a este aspecto linguístico, Ducrot (1987, p. 203) irá pensar a negação a partir de uma teoria da polifonia e distinguirá a negação polêmica da negação metalinguística. Para tanto, o autor distingue o locutor do enunciador: o primeiro é definido como alguém a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação e o segundo como encenador de vozes ou pontos de vistas que podem ou não serem assumidos ou assimilados pelo locutor. Os enunciadores que não são assimilados ao locutor podem ser identificados ao alocutário, a um terceiro determinado ou a voz pública (ibid., p. 143). Ducrot admite que um enunciador pode também não ter uma identidade especificável ou ainda não ser assimilado a nenhum autor ou locutor em específico¹⁶⁶.

Na negação polêmica (que corresponde a maior parte dos enunciados negativos), há a expressão simultânea de dois pontos de vista enunciativos antagônicos (um que afirma e outro que nega) entre os quais o locutor irá se identificar somente com aquele que nega; enquanto que na metalinguística a negação incide não sobre um enunciador (isto é, um ponto de vista), mas sobre a própria enunciação de um locutor, isto é, contradizendo “os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe” (ibid., p. 203), sendo, deste modo, capaz de refutar pressupostos. Cabe ressaltar que a negação metalinguística exige na maior parte das vezes a explicitação da própria refutação do pressuposto, o que pode sinalizar um aspecto tipicamente inusitado deste tipo de negação em comparação à negação polêmica¹⁶⁷.

No que diz respeito à interpretação psicanalítica, Freud (2011, p. 250) afirma poder tomar a liberdade de simplesmente ignorar a negação da fala de seus pacientes e “extrair o

¹⁶⁵ Ver neste aspecto a discussão que Benveniste (1995) realiza acerca do artigo de Freud (1996) denominado *Sobre os sentidos opostos nas palavras primitivas*.

¹⁶⁶ Ver a análise que fizemos do enunciado negativo de Germaine Greer na seção 3.0. Nela há uma negação polêmica em que o próprio ponto de vista expresso pelo enunciador não assimilado pela locutora serve de sustentação para a eficácia da enunciação negativa.

¹⁶⁷ Ducrot (1987, p. 204) dá o seguinte exemplo de negação metalinguística “Pedro não parou de fumar” em que “de fato, ele nunca fumou na sua vida” explicita o questionamento do pressuposto anulado (“Pedro fumava antes”). Caso não houvesse esta explicitação, o enunciado tenderia a ser interpretado como uma negação polêmica e o pressuposto seria mantido.

conteúdo da ideia”. Também segundo o autor, um conteúdo reprimido de uma ideia ou imagem pode abrir caminho até a consciência sob a condição de ser expressado pela negação. Através do símbolo da negação, o pensamento se livra das limitações da repressão e se enriquece de conteúdos de que não pode prescindir para o seu funcionamento (FREUD, 2011, p. 251).

Além da divisão, temos o conflito. Ou melhor, na medida em que falamos de divisão subjetiva talvez seja incontornável a abordagem de algum tipo de conflito, o que nos permite o diálogo com outros campos teóricos, como o do materialismo histórico, tal como formula Fedatto (2015, p. 83-84):

De maneira geral, podemos afirmar que a história discursiva dos conceitos de ideologia e inconsciente pode ser retraçada e compreendida pela noção de conflito. Não há via única, estável, verdadeira ou certa porque os sentidos são fluidos e o desejo infundo. Freud afirma, em 1914, na sua História do movimento psicanalítico, que ‘a teoria da repressão [recalcamento] é o pilar em que repousa o edifício da psicanálise’. E o recalcamento nada mais é que uma das formas de expressão do conflito psíquico. Assim como no aforismo de Marx, que anuncia a importância da divisão e da disputa na construção da história, esse enunciado freudiano evidencia o papel do dualismo e da ambivalência na constituição do sujeito.

Freud afirma que pela negação o recalcado pode se manifestar na consciência do sujeito, contudo, mantendo o “essencial da repressão”. O autor até mesmo admite que a negação pode ser plenamente superada por meio de uma aceitação intelectual do recalque mediante processo psicanalítico, mas a repressão em si, em contrapartida, não é passível de ser cancelada ou anulada em termos afetivos. Há, portanto, uma disjunção entre função intelectual e processo afetivo.

O juízo negativo é o substituto intelectual da repressão (FREUD, 2011, p. 251). A negação desta forma é uma maneira de tomar consciência do recalcado, uma espécie de suspensão ou supressão do recalcamento, mas não uma aceitação plena do recalcado em si. O recalque, por sua vez, implica uma recusa prévia da admissão de um conteúdo de representação ou pensamento indesejado. Fedatto (2015) pontua que a perspectiva freudiana a respeito da negação incide sobre a ambivalência do termo “suspensão” (ou “supressão”), de modo que a denegação seria uma forma intelectual de promover uma suspensão de um conteúdo que cause desprazer ao sujeito, na medida em que o conteúdo “suspenso” só pode ser introduzido na consciência na condição de ser negado.

O termo “denegação” passa a ser frequentemente usado em psicanálise para assinalar este aspecto particularmente ambivalente, do ponto de vista subjetivo, da negação. Segundo Roudinesco e Plon (1998), a denegação é um meio de todo ser humano tomar conhecimento daquilo que recalca em seu inconsciente: pela lógica da negatividade, o pensamento é capaz de se libertar de certas limitações do recalque. Indursky (1990, p. 118)

afirma que através da denegação o sujeito “diz sem de fato dizer, apresentando-se dividido entre o desejo de dizer e a necessidade de recalcar”, o que permite a ele formular o recalco sem admiti-lo. Para Haroche (1992, p. 195) a denegação permite escapar ao dualismo negação/afirmação, contornando a oposição clássica entre implícito e explícito e colocando entre parêntesis o funcionamento do princípio da não contradição. A emergência do desejo expressada pela denegação se produz para além da sintaxe e da lógica (HAROCHE, 1992, p. 195). O sujeito que denega estabelece uma relação muito particular com o conteúdo expresso pela denegação: ele não pode ser plenamente assimilado nem por um enunciador que afirma nem por um que nega (em termos ducrotianos).

Indursky (1990) propõe pensar o funcionamento da denegação no campo epistemológico da análise do discurso. Ela argumenta que a descrição linguística da negação polêmica pela teoria da polifonia inscrita em uma semântica da enunciação tal como formula Ducrot (1987) guarda semelhanças e diferenças com a perspectiva discursiva. São semelhantes na medida em que admitem a fragmentação do sujeito (ou locutor), mas diferem-se a partir do momento em que a análise do discurso concebe explicitamente a determinação ideológica deste sujeito fragmentado. Para a análise do discurso, portanto, o sujeito estabelece relação com distintos pontos de vistas representados pelos enunciadores em termos de divergência, antagonismo, conflito, aliança, identidade, etc., a partir de uma determinação ou instância ideológica. Indursky (1990, p. 120) define então a denegação discursiva como uma negação que incide sobre um elemento do saber próprio (isto é, interno) à FD que afeta o sujeito do discurso.

Nos discursos feministas radicais analisados, diversas formulações negativas estruturam a problemática de subversão de gênero: “a cirurgia e o tratamento transexuais **não** fazem **nada** para desafiar a conformidade de gênero, mas a reforçam” (RAYMOND, 1994b, p. 628); “homens e mulheres misturando e combinando [papéis de gênero] mas **não** movendo para além de ambos. O transgenerista [*transgenderist*] assume a postura de rebeldia, **mas** apenas restrito pela cena do papel sexual” (RAYMOND, 1994b, p. 632); “O transexualismo [é] uma maneira de **impedir** a interrupção e a eliminação dos papéis de gênero” (JEFFREYS, 1997, p. 56-57); “a ideologia e a prática da transgeneridade ofuscam a categoria mulher e **não** desestabilizam a binaridade de gênero, reforçando, em verdade, a noção de papéis sexuais e essencializando o ‘gênero’” (LAMARÃO, 2015, p. 731-732); “[a] ‘solução’ cirúrgica para o “problema” do transexual [...] **nunca** é capaz de desafiar as relações sociais de gênero” (WILTON, 2000, p. 250-251); “Mudar a aparência sexuada do corpo para acomodar as

expectativas da sociedade sobre ‘homem’ ou ‘mulher’ **não** desafia o status quo” (HUNGERFORD, 2013). As considerações sobre a divisão subjetiva implicada na enunciação de uma negação nos ajudam a compreender estes recortes. Assumimos, por meio de um gesto de interpretação, que a divisão subjetiva neste caso expressa tanto a necessidade de formular um saber sobre a subversão de gênero e com isso revelar uma expectativa de subversão como de ocultar esta expectativa pela negação produzindo um efeito de frustração desta expectativa¹⁶⁸.

Além disto, diante destas considerações acerca da denegação para a constituição da subjetividade, podemos pensar acerca de alguns sentidos sobre cisgeneridade. A palavra cisgênero tem sido utilizada para designar o antônimo de transgênero. A cisgeneridade, por sua vez, tem sido utilizada como conceito transfeminista de análise crítica das normatividades de gênero, como em Vergueiro (2015).

Assumimos para o escopo deste trabalho que estas palavras se definem conceitualmente e/ou linguisticamente a partir do campo das identidades de gênero, envolvendo alguma espécie, respectivamente, de continuidade e descontinuidade entre estas identidades e expectativas sociais de gênero estabelecidas a partir de um desígnio jurídico de sexo ao nascimento. Diante de uma perspectiva saussuriana, assumimos que o valor diferencial destas palavras é puramente relacional e negativo, o que nos permite abstermos de procurarmos algum tipo de coerência identitária referencial (seja a respeito das continuidades como das descontinuidades) baseada em algum tipo de substrato biológico, psicológico ou social, *a priori*. Segundo Barbai (2015, p. 211)

A materialidade do corpo não é sua unidade imaginária da qual já se tentou fazer uma história das mentalidades. O que nos dá corpo é a linguagem. Assim, o que faz o destino do ser humano não é a anatomia, mas o discurso. E aí está a materialidade, já que como destacou Lacan, no *Aturrito*, homem e mulher não é um problema de anatomia, é um problema do sujeito. É preciso lembrar que os órgãos do corpo, o que dá a esse elemento uma estrutura de saber, é o fato de que há linguagem. O corpo é onde o eu se aliena: na evidência primeira do sentido, eu sou isso!

A denegação parece ocupar um lugar central para a forma como os sentidos acerca da cisgeneridade são mobilizados para a constituição do sujeito de identidade de gênero, isto é, a cisgeneridade aparece frequentemente denegada pelo sujeito na sua busca pelo reconhecimento como homem ou mulher. Interesse-me sobretudo para as formulações negativas como “eu não sou cis” mobilizados não para afirmarem implicitamente a condição transgênera, mas justamente para negá-la, isto é, para sustentar certos sentidos sobre homens

¹⁶⁸ Ver seção 4.1. A problemática subversivista, denegação e abolição de gênero.

ou mulheres que não incluem os sujeitos trans. Neste funcionamento, trata-se de re-afirmar algo pela negação sob o efeito da denegação. Estes sentidos sobre homens e mulheres, no interior da formação discursiva feminista radical, se dão através da articulação com as noções de socialização e imposição de papéis e estereótipos de gênero e não permitem o reconhecimento da autenticidade das experiências transgêneras¹⁶⁹.

Os trechos abaixo formulam posições que denegam o uso do termo cisgênero. As autoras argumentam que a partir do momento em que se posicionam enquanto feministas e críticas das imposições sociais de feminilidade, elas, assim como outras mulheres feministas, não podem ser descritas como cisgêneras, já que este termo, segundo esta posição, pressuporia uma aceitação destas imposições. Contudo, rejeitar a posição cisgênera não implica a adoção da identificação transgênera e se tais posições se articulam no interior da formação discursiva feminista radical, para a qual a demanda por reconhecimento de mulheres trans é negada, a rejeição do uso do termo cisgênero acaba por ser solidária aos processos discursivos de negação de autenticidade das experiências trans.

Como uma mulher-nascida-mulher que rejeita a feminilidade enquanto o destino das fêmeas, certamente não me identifico com meu gênero assignado da maneira que “cis” descreve. De fato, ninguém que mantém visões feministas radicais/anti-essencialistas sobre o gênero pode ser considerado “cis” porque, pela definição dessas visões, rejeitamos o gênero enquanto uma categoria social natural que toda pessoa se identifica com. Feministas não acreditam que todo mundo tem uma “identidade de gênero” ou que todos possuímos algum tipo de compasso interno direcionando nossa identificação com o “gênero”. Identificar-se com algo é uma experiência interna e subjetiva. Auto-avaliações do gênero não são iguais a auto-consciência, nem proporcionam compreensão de como a opressão generizada opera na esfera social ampla e externa.¹⁷⁰

Ninguém me colocará no papel da princesa que aguarda a salvação chegar num cavalo branco. Ninguém me sujeitará sem que seja enfrentado. Essa sou eu, essa é a identidade que construí como mulher. Não permitirei que qualquer pessoa a roube de mim. Eu não sou cis. Eu não vou ficar “deste lado”. Nem do outro lado. O meu lado sou eu. O meu lado é a história material, corporal e simbólica de quem sofre as mesmas opressões que eu. De luta contra o silêncio. Do grito que atravessa a garganta para chegar no ouvido das minhas irmãs de luta que, infelizmente, é provável que nem mais me considerem mais como uma irmã.¹⁷¹

A negação de reconhecimento fica nítida em Jeffreys (2014a, p. 50), ao comentar sobre o uso do termo cis. A autora argumenta que mulheres transexuais não devem ser reconhecidas como mulheres pois isto iria implicar uma “competição de vozes” e uma consequente “perda de status” daquelas mulheres que “nasceram do sexo feminino e foram

¹⁶⁹ Ver seção 3.4 Estereótipos de gênero, socialização e identidade.

¹⁷⁰ E.H. Uma Crítica Feminista ao “Cisgênero”. 2012. Disponível em: <https://materialfeminista.milharal.org/files/2012/08/Uma-Cr%C3%ADtica-Feminista-ao-Cisg%C3%AAnero-Elizabeth-Hungerford.pdf> Acesso em 10/10/2018.

¹⁷¹ N.O. Eu não sou cis (nem você). 2014. Disponível em: <https://milfwtf.wordpress.com/2014/06/04/eu-nao-sou-cis-nem-voce/> Acesso em 10/10/2018.

criadas como mulheres”. O posicionamento da autora defende, portanto, a não utilização deste termo tendo em vista evitar esta “perda de status”. Outro trecho proveniente do blog *fugue* formula posições semelhantes em relação ao uso do termo cis, em relação à impossibilidade de “machos biológicos serem descritos como mulheres” e aos perigos de uma “diluição” da classe de mulheres.

Ativistas transgêneros como Serano desenvolveram um novo vocabulário para promover sua agenda política. Um desses novos termos é “cis”, que eles aplicam a todos aqueles que não estão insatisfeitos com seu “gênero”. Com efeito, o termo “cis” cria dois tipos de mulheres, aquelas com corpos femininos que são rotuladas como “ciscêneras” e aquelas com corpos masculinos que são “transexuais”. As mulheres, nascidas do sexo feminino e criadas como mulheres, sofrem assim uma perda de status, pois são relegadas a serem apenas um tipo de mulher e suas vozes terão de competir em igualdade de condições com a outra variedade, a de homens que transgeneram¹⁷².¹⁷³ (JEFFREYS, 2014a, p. 50)

A mulher como classe foi diluída e dissolvida na medida em que o termo “cis” está sendo aplicado às fêmeas biológicas para nos distinguir dos machos biológicos que dizem que são mulheres. Nós não somos mais simplesmente mulheres. A opressão histórica e as injustiças impostas às mulheres foram desvalorizadas na medida em que agora somos consideradas uma classe privilegiada. O ponto mais absoluto disso é a completa desvalorização da infância combinada com a ridícula afirmação de que o falo (um índice de masculinidade e dominação masculina) pode ser feminino. (...) Nota de Rodapé: Sociólogas Kristen Schilt e Laurel Westbrook definem ciscênero (comumente abreviado como cis) como um rótulo para os “indivíduos que têm uma correspondência entre o sexo que foram atribuídos no nascimento, seus corpos e sua identidade pessoal”, como oposição a transgênero. No entanto, isso é problemático, pois, além de confundir sexo e gênero, pressupõe uma aceitação de que os machos biológicos podem ser descritos como mulheres, necessitando, portanto, que as fêmeas biológicas sejam redefinidas.¹⁷⁴

Normand (2009, p. 59) afirma que o estatuto dado por Freud à negação vem ao encontro do problema da metáfora. A autora entende que a negação consciente funciona em uma estrutura de desconhecimento-reconhecimento que entra na mesma lógica de substituição

¹⁷² Jeffreys equivocadamente utiliza o termo “transgender” como verbo.

¹⁷³ *Transgender activists such as Serano have developed a new vocabulary to advance their political agenda. One of these new terms is ‘cis’, which they apply to all those who are not unhappy with their ‘gender’. In effect the term ‘cis’ creates two kinds of women, those with female bodies who are labeled ‘ciscender’, and those with male bodies who are ‘transwomen’. Women, those born female and raised as women, thus suffer a loss of status as they are relegated to being just one kind of woman and their voices will have to compete on a level playing field with the other variety, men who transgender.*

¹⁷⁴ *Woman as a class has been diluted and dissolved to the degree that the term ‘cis’ [see footnote] is now being applied to biological females to distinguish us from biological males who say they are women. We are no longer simply women. The historical oppression of and the injustices meted out to females has been devalued to the extent that we are now considered to be a privileged class. The absolute nadir of this is the complete devaluation of girlhood coupled with the ludicrous assertion that the phallus (an index of both maleness and male domination) can be female. (...) Footnote: Sociologists Kristen Schilt and Laurel Westbrook define ciscender (commonly abbreviated to cis) as a label for “individuals who have a match between the gender they were assigned at birth, their bodies, and their personal identity”, as opposed to transgender. However, this is problematic as aside from conflating sex and gender, it presupposes an acceptance that biological males can be described as women necessitating biological females to be thus redefined.*

J. the de[con]struction of woman. 2014. Disponível em: <https://fugue1.wordpress.com/2014/01/12/thedeconstructionofwoman/> Acesso em 10/10/2018.

que constitui o funcionamento metafórico. O problema da metáfora se encontra inscrito no funcionamento dos processos psíquicos no qual o mascaramento, o deslizamento (de sentido) se revela como o lugar de seu contrário: o desmascaramento, o surgimento do sentido, o conhecimento a partir do desconhecimento (*ibid.*, p. 60). Pêcheux (2014), nesta direção, define precisamente o efeito metafórico como um fenômeno semântico fabricado por uma sinonímia local ou substituição contextual (isto é, os elementos *x* e *y* só são substituíveis em determinados contextos), produzindo um deslizamento de sentido. O efeito metafórico é também constitutivo de todo efeito de sentido, isto é, do sentido em si, na medida em que resulta de “uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição”. Neste aspecto, Pêcheux (*ibid.*, p. 96) formula a hipótese de que as sinonímias locais são a regra e que as sinonímias não contextuais são excepcionais.

Partindo destas considerações, entendemos que a denegação da cisgeneridade significa as identidades de gênero de homens e mulheres. A denegação da cisgeneridade é uma forma de dupla negação, pois produz uma negação também sobre a transgeneridade e a possibilidade, implicitamente, do pertencimento “normal” das pessoas transgêneras às identidades masculinas e femininas. Isto é, a afirmação do pertencimento às identidades de homens e mulheres parece se vincular constitutivamente à denegação estruturante da cisgeneridade, isto é, da denegação do gênero como construção performativa de linguagem.

Compreendemos que esta construção performativa do gênero está fadada ao fracasso, pois se estrutura a partir de uma hiância necessária entre a identidade e expectativas em relação a esta identidade nunca plenamente atingidas. A denegação da cisgeneridade diz respeito à recusa da alteridade em relação à transgeneridade. A transgeneridade é colocada como um conteúdo que causa desprazer ou abjeção. O que subsiste do recalque, como nos lembra Benveniste, não é nada mais do que uma repugnância do sujeito em identificar-se com este conteúdo sem que ele tenha poder sobre a existência desse conteúdo. Nossa hipótese explicativa para esta recusa parece residir no fato de que a transgeneridade, ao ocupar estruturalmente a posição de descontinuidade em relação às expectativas de gênero, localiza-se simultaneamente numa posição social de abjeção ou interdito.

A denegação da cisgeneridade, na “melhor” das hipóteses, faz lembrar o sujeito do seu fracasso constitutivo em relação a sua identidade de gênero e produz o reconhecimento de uma relação de motivação com o outro trans como sua própria causa (abrindo, desta forma, a possibilidade do devir): *eu não sou cis logo poderia ser trans*. Por outro lado, na “pior” das hipóteses, a denegação re-introduz a transgeneridade como abjeta e como um interdito, pois a

exclui dos limites que constituem a coerência de sua identidade: *eu não sou cis pois ser trans é impensável, um tabu*. Segundo Fedatto (2015, p. 93),

O esquecimento da divisão do sujeito em diferentes instâncias psíquicas e ideológicas organizaria um ego delineado em torno de algum saber sobre si, a partir de limites colocados pelo 'não', entendido seja pelo viés do devir e todas as possibilidades abertas pelo não-ser, seja pela via das interdições produzidas pela ideologia e pela sociedade (o impossível num dado momento histórico do qual o superego é o estandarte).

A denegação pode ser compreendida como um efeito das relações de poder nas quais a cisgeneridade obtém o seu status não-marcado de normalidade, hegemonia, verdade e naturalidade biológica. Este status de neutralidade construída expressa os seguintes traços interdependentes da cisgeneridade, designados por Vergueiro (2015, p. 61) como: pré-discursividade, binariedade e permanência.

A pré-discursividade é definida por Vergueiro (ibid., p. 61-62) como

o entendimento sociocultural de que seja possível definir sexos-gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de certas características corporais, independentemente de como sejam suas autopercepções ou das posições e contextos interseccionais e socioculturais em que elas estejam localizadas.

A binariedade, por sua vez, se expressa pela ideia de que os corpos, se “normais”, terão gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas mutuamente exclusivas: macho/homem e fêmea/mulher (VERGUEIRO, 2015, p. 64). Vergueiro questiona a pretensa universalidade científica deste modelo dualista, na medida em que ele depende de uma perspectiva euro-americana de compreensão do mundo que é situada sócio-historicamente. Por fim, a permanência é a premissa de que o gênero, ao ser biologicamente determinado e fixado no nascimento, seria imutável e que os corpos “ideais” apresentem

uma certa coerência fisiológica e psicológica em termos de seus pertencimentos a uma ou outra categoria de 'sexo biológico', e que tal coerência se manifeste nas expressões e identificações vistas como 'adequadas' para cada corpo de maneira consistente através da vida de uma pessoa. (VERGUEIRO, ibid., p. 65-66)

A resistência da cisgeneridade em ser nomeada se expressa espontaneamente pela forma da denegação. No entanto, é também pela denegação que a cisgeneridade pode, enfim, surgir na consciência dos sujeitos como opacidade, como um significante, um nome, que demanda significado. É por meio de um processo de construção conceitual/teórico e crítico deste significado que podemos, a partir de uma perspectiva transfeminista, assinalar a existência de certas rachaduras no sistema.

4.4 Pré-construído e gênero

Uma das questões teóricas postas pelos estudos da linguagem que levam em consideração o conceito de língua diz respeito ao estatuto da exterioridade (o que inclui aspectos extralinguísticos) e do sujeito. Entre as formas da língua e os processos concretos de significação há que tipo de relação? É possível estabelecer algum tipo de limite entre os processos de significação que dependam “exclusivamente” do sistema da língua para garantir seus princípios de legibilidade daqueles nos quais teríamos que lançar mão, na teoria, de algum tipo de sistema não linguístico, seja ele um sistema de crenças ou uma ideologia? Em suma: o que da significação é especificamente linguístico e o que não seria? E para início de conversa: em que medida esse limite é possível de ser traçado? Poderíamos supor um sujeito epistêmico que sustentaria coordenadas comuns a todos os sujeitos falantes de uma língua? Uma língua poderia ser um sistema de pensamento compartilhado de forma homogênea por todos os falantes tal como um instrumento universal?

Estas questões são abordadas por Henry (1992) ao refletir sobre o estatuto da pressuposição linguística em algumas teorias linguísticas e/ou filosóficas. O autor discute precisamente como as teorias lidam com o “saber” implícito contido na pressuposição linguística, o que nos leva a observar de qual teoria acerca do sujeito e exterioridade deve-se lançar mão para sustentá-lo e o quanto este saber é passível de generalização/universalização em nome do sistema linguístico.

Haroche (1992), neste aspecto, cogita a existência de um poder que exploraria certas propriedades de linguagem tendo em vista o posicionamento do sujeito como responsável de seu dizer. Tais propriedades que se inscrevem no postulado geral de toda gramática, a saber, a exigência de clareza, a imposição da transparência e de perfeita legibilidade assim como os ideais da completude e desambiguação passam a serem problematizadas, isto é, passam a ser objetos de debate. A autora questiona se tais propriedades realmente seriam inerentes à língua e ao pensamento ou se configurariam como respostas, em formas “gramaticais”, a um imperativo de poder. A autora argumenta acerca da existência de práticas jurídicas manifestadas por estas relações de poder que funcionam de forma silenciosa na história da gramática.

Duas noções acerca do sujeito são destacadas como passíveis de análise crítica por Henry (1992): uma enquanto origem do ato de linguagem (mesmo se se considera que esse sujeito interioriza um sujeito universal que regula a atividade) e outra que toma a própria

sociedade como sujeito, numa instância capaz de exercer um controle jurídico sobre a língua¹⁷⁵. É importante considerar, neste aspecto, uma solidariedade mútua entre essas duas concepções de subjetividade entre o individual e o universal,

(...) que se acham como em confronto pressupõem uma à outra, ou, mais precisamente, que, se a teoria nos apresenta uma forma universal de subjetividade como condição de possibilidade e existência da subjetividade individual, é na realidade o inverso, a saber, a hipótese individual, sua “evidência”, que torna necessária a hipótese racionalista de uma forma de subjetividade universal, no caso, de uma “essência da linguagem humana”. Em outros termos, é porque consideramos um sujeito fonte de comportamento, de conduta, de decisões, tendo opiniões, convicções etc.... que o problema das condições de possibilidade desses comportamentos, condutas etc...., na medida em que eles são organizados, aparece sob a forma da existência de uma subjetividade universal que representa as propriedades de *todo* sujeito possível, na medida em que ele é capaz de pensar e falar. Assim, não é surpreendente que o que se apresenta como externo à língua na linguagem esteja relacionado com opiniões, convicções, crenças etc.... que cada sujeito pode partilhar ou não. (HENRY, 1992, p. 52).

Uma definição de pressuposição de Ducrot¹⁷⁶ é trazida e trabalhada criticamente por Henry (1992, p. 61), como “as representações necessárias ao ouvinte para que o enunciado integre-se a uma comunicação normal”. Esta definição faz do reconhecimento dos pressupostos pelo ouvinte uma condição para o emprego normal de um enunciado. O pressuposto também é definido em termos de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação. A conservação dos pressupostos no interior do diálogo chega a ser descrita por Ducrot (1977, p. 102) como uma “lei da estrutura do discurso”. Esta cumplicidade, assinala Robin (1973, p. 32), faz com que as informações implícitas do pressuposto estejam fora de causa, evidentes, incontestáveis, aprisionando o interlocutor, mesmo contra a sua vontade, num sistema de pensamento que pode mascarar uma ideologia. Para Ducrot (1977, p. 20), “o problema geral do implícito é saber como se pode dizer alguma coisa, sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, o que, com outras palavras, significa beneficiar-se da eficácia da fala e da inocência do silêncio”. Neste funcionamento, o locutor é capaz de restringir o seu

¹⁷⁵ Em ambas concepções, Henry afirma que se trata de considerar o indivíduo falante como sujeito simples, ao mesmo tempo lugar e sujeito dos seus próprios pensamentos.

¹⁷⁶ Ducrot (1977, p. 77) compreende a pressuposição como um ato de fala particular ao propor que “pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse”. O autor também define o ato de pressupor como um “ato ilocucional que transforma a situação ‘jurídica’ dos interlocutores” (ibid., p. 101), conferindo “um poder jurídico ao locutor sobre o destinatário” (ibid., p. 108) e estabelecendo, deste jeito, as regras para o discurso posterior. Ao se realizar um ato de pressupor, na visão de Ducrot, as próprias possibilidades de fala do interlocutor são transformadas, isto é, o seu “direito de falar”. Quando o autor integra posteriormente (1987, p. 216) considerações a respeito da distinção entre locutor e enunciator e da voz coletiva SE provenientes da sua teoria da polifonia, sua posição a respeito da pressuposição como um ato ilocucional é adaptada ou atualizada. Estas considerações sobre o caráter jurídico da pressuposição em Ducrot não coincide com a noção de juridismo mobilizada por Lagazzi (1987), apesar de ambos os autores abordarem a questão dos implícitos ou subentendidos.

comprometimento à significação literal ou explícita enquanto delega ao destinatário a responsabilidade interpretativa pelos sentidos implícitos de forma mais ou menos estratégica¹⁷⁷.

Henry entende que as duas noções de sujeito mencionadas acima (individual e universal) são solidárias a ideia de que as “opiniões, crenças, convicções” passíveis de serem partilhadas (ou não) entre os sujeitos são do domínio do extra-linguístico. Para Haroche (1992, p. 162), a distinção entre “ser qualquer um (não importa quem)” e “ser alguém (preciso)” faz parte da mesma relação entre ser “uma pessoa” e “uma pessoa bem definida”. A distinção, portanto, de sujeito universal e individual faz parte de uma mesma problemática teórica. Esta problemática acerca do sujeito se relaciona com a pressuposição na medida em que a pressuposição suscita um aspecto particularmente polêmico quando ela não é igualmente compartilhada pelos sujeitos falantes.

Afinal de contas, como aponta Henry, o conteúdo da pressuposição não deve ser necessariamente ou meramente admitido pelo ouvinte, pois deve fazer antes “papel de hipótese ou de posição a partir da qual o locutor enuncia alguma coisa”. Com isso Henry formula que o reconhecimento dos conteúdos contidos nos pressupostos necessários para uma “comunicação normal” não funciona enquanto um imperativo universal que deveria simplesmente se abater de forma homogênea sobre todos os sujeitos falantes (como se se tratasse de um princípio geral da língua e do sentido literal dos enunciados), na medida em que o caráter de unanimidade destes conteúdos pode ser suspenso, fazendo com que, antes de designar condições propriamente de “normalidade” da função comunicativa, os pressupostos configurem um “modo de apresentação específico” dos conteúdos.

Com este gesto de interpretação, a recusa do compartilhamento de certos pressupostos também sai do campo da pura contingência individual (isto é, do campo das crenças, convicções e opiniões que um indivíduo pode ou não eventualmente compartilhar com outro indivíduo) e passa a entrar no da ideologia. Ideologia, por sua vez, entendida como um “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2008)

Torna-se necessária, a partir destas considerações, a intervenção de uma teoria das relações entre língua e discurso (HENRY, 1990, p. 74). Henry (ibid., p. 58-59) entende, a partir

¹⁷⁷ Ducrot (1987, p.19) distingue neste aspecto o subentendido do pressuposto: enquanto o locutor pode se desresponsabilizar por um subentendido o mesmo não é possível com o pressuposto, pois, segundo o autor, o pressuposto pertence ao sentido literal ou é parte integrante do enunciado. Alguns subentendidos, no entanto, podem conter eles mesmos pressupostos, o que constitui um tipo de “pressuposição subentendida”, como menciona Ducrot (1987, p. 37).

da consideração da língua como entidade relativamente autônoma¹⁷⁸, que não seja possível, a nível teórico, atestar *a priori* os limites que demarcariam, de forma exclusiva, as regras de formação provenientes das determinações sintáticas (provenientes da autonomia relativa da língua) das de determinações discursivas (provenientes das formações ideológicas) na produção e interpretação de superfícies discursivas¹⁷⁹ dadas. Esta teoria do discurso, por sua vez, deve relacionar os conceitos de sujeito universal e identificação, a saber, a teoria das ideologias¹⁸⁰ e das formas de existência da subjetividade (ROBIN, 1973, p. 76). O pressuposto, assim, não é situado unicamente na língua, pois é dependente das formações ideológicas e passa a ser pensado como pré-construído. Segundo Marandin (2010, p. 130), o pré-construído designa uma situação onde o modo de apresentação do objeto é indistinguível de seu modo de interpretação, qualificando a forma de expressão na medida em que limita a interpretação.

Em outras palavras,

O pré-construído remete ao que todos sabem, aos conteúdos do pensamento do “sujeito universal”, ao que cada um, numa dada situação, pode ver e ouvir, aos conteúdos do “contexto situacional” pressuposto pela comunicação. O pré-construído remete às representações e, em particular, à imagem da “realidade”, à evidência empírica. É assim que uma mesma frase será constituída por dois elementos heterogêneos um ao outro: o discurso do pré-construído e, encaixando-o, um outro discurso, sendo a ligação realizada pela imagem da realidade. (ROBIN, 1977, p. 118).

[O pré-construído remete] simultaneamente àquilo que todo mundo sabe, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional”. (PÊCHEUX, 2009, p. 159)

Collinot e Mazière (2010) afirmam que o tratamento do pré-construído é difícil, pois se trata de assinalar, no próprio nível das manifestações linguísticas, a presença de fenômenos discursivos não identificáveis na superfície do texto. Tratam-se, portanto, de traços apagados de um “outro discurso”, não ditos, mas inscritos no interior do discurso que os sustenta. Eles podem ser recuperados através da deslinearização do texto e sua reconfiguração em desníveis enunciativos (COLLINOT; MAZIÈRE, 2010, p. 186). Estes desníveis enunciativos são pensados por Henry (1990, p.61) a partir de relações designadas como intra e inter sequências que se realizam sem serem conscientemente discriminadas.

¹⁷⁸ Segundo Henry (1990, p.58), a noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas. É sobre tal nível de funcionamento autônomo que a linguística faz a teoria na qual a língua é vista como base material dos processos discursivos. Pêcheux (2009, p. 81) neste sentido entende a língua como a “base comum de processos discursivos diferenciados”.

¹⁷⁹ Pêcheux e Fuchs (2014, p. 180) definem a superfície linguística como uma “sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase”.

¹⁸⁰ A mobilização da teoria das ideologias neste quadro teórico da análise do discurso provém das elaborações althusserianas de ideologia.

Nas análises de discursos feministas radicais que fizemos na seção 4.1 identificamos pré-construídos em formulações negativas. Os pré-construídos aludem à problemática da subversão de gênero tais como: “desafiar a conformidade de gênero” (RAYMOND, 1994b, p. 628); “transcender, isto é, desmontar e ir além dos papéis de gênero” (RAYMOND, 1994a, p. xxxv); “contestação aos papéis sexuais e às definições de gênero (...) postura de rebeldia” (RAYMOND, 1994b, p. 632); “interrupção e a eliminação dos papéis de gênero” (JEFFREYS 1997, p. 56-57); “[desestabilizar] a binaridade de gênero” (LAMARÃO, p. 731-732); “[ser capaz de] desafiar as relações sociais de gênero” (WILTON, 2000, p. 250-252); “analisar as definições de masculinidade e feminilidade (...) destruir ambos os estereótipos” (RAYMOND, 1979, p. 123-124); “escapar do gênero trocando papéis ou performances e, assim, confundir a lógica binária” (HAUSMAN, 1995, p. 199). Uma mudança de terreno epistemológico da problemática do subversivismo terá a tarefa de abordar todos estes pré-construídos e problematizá-los de forma com que não funcionem mais enquanto pré-construídos.

Além disto, consideramos o conceito de pré-construído relevante para pensar os sentidos das seguintes designações e/ou expressões a respeito de sujeitos transgêneros: *male-to-constructed-female transsexuals* (transexuais homem-para-mulher-construído) (RAYMOND, 1994a, p. xii); *transsexually constructed lesbian-feminist* (feminista-lésbico¹⁸¹ transexualmente construído) (RAYMOND, 1979, p.99); *men who transgender (...) women who transgender* (homens que transgeneram [...] mulheres que transgeneram) (JEFFREYS, 2014b, p.43); *someone transsexes someone* (alguém transexua alguém) (RAYMOND, 1979, p. 13); *the desire to be transsexed* (o desejo em ser transexuado) (RAYMOND, 1979, p. 16); *person transsexed* (pessoa transexuada) (RAYMOND, 1979, p. 19); *being transsexed by a “transsexual empire”* (ser transexuado por um “império transexual”) (RAYMOND, 1979, p. 28).

Há várias modificações sintáticas e/ou morfológicas nas formulações: Raymond utiliza transexualmente (*transsexually*) como um advérbio; transexua (*transsexes*) como verbo; transexuado como particípio passado de um verbo; Jeffreys utiliza transgeneram (*transgender*) como verbo. Na construção “alguém transexua alguém” o indivíduo transexual sofre passivamente a ação de ser transexualizado por alguém enquanto na construção “homem/mulher que transgênera” a relação entre sujeito e paciente se invertem e a estrutura

¹⁸¹ Optamos pelo uso da flexão masculina para as palavras “lésbico” e “construído” nesta tradução em virtude do posicionamento ideológico autora. Raymond referencia *transsexually constructed lesbian-feminist* através do pronome masculino em inglês *he* e mulheres transexuais como homens.

transitiva do verbo passa a ser reflexiva, pois o próprio indivíduo transgênero é agente da ação de “transgenerar”¹⁸².

Tais designações, modificações sintáticas/morfológicas e expressões funcionam no interior do discurso feminista radical trans-excludente e produzem sentidos que sustentam a negação do reconhecimento de autenticidade às perspectivas e identidades de pessoas transgêneras. Elas funcionam como formas de *misgendering* ao pressupor que o gênero assignado ao nascimento seja preponderante em relação a identidade de gênero trans. Estas designações significam os traços e identificações de gênero em pessoas trans como construídos, (em oposição a serem pré-construídos como supostos dados biológicos em pessoas cisgêneras). A construção deste gênero pode ser formulada através de uma ação reflexiva do próprio sujeito do verbo (“homem/mulher que transgênera”), estar na posição de objeto do verbo (“alguém transeu alguém”), como em *Hamburger, the surgeon who transsexed Christine Jorgensen, is credited with being the first to develop surgical specialties for the medical treatment of transsexualism*¹⁸³ (RAYMOND, 1979, p. 192); ou mesmo como sujeito paciente (“alguém foi transeuado”), como em *Christine, formerly George, Jorgensen was transsexed in Denmark in 1952 by a team of Danish physicians headed by Christian Hamburger*¹⁸⁴ (RAYMOND, 1979, p. 20).

Considerando as teorizações de Raymond a respeito da transexualidade como uma construção médica, retomamos os seguintes recortes:

Estou enfatizando que a intervenção medicalizada produz efeitos nocivos no **corpo do transeuado** que negam a integridade corporal, o todo e o ser. (...) Ao invés de desenvolver uma integridade genuína, **o transeuado** se torna um produto sintético. Partes sintéticas, como hormônios químicos e artefatos cirúrgicos de vaginas e seios falsos, produzem um todo sintético. (RAYMOND, 1979, p.19, p. 165)¹⁸⁵

É interessante assinalar que o “corpo do transeuado” e “o transeuado” aparecem como pré-construídos do seu próprio processo de construção via intervenções médicas. Há aí um modo circular de dizer o transeuado e seu corpo, em que a transexualidade aparece tanto como resultado quanto o ponto de partida de um mesmo processo de construção. Zoppi-Fontana neste aspecto observa que, nestas formulações, o corpo do transeuado sofre efeitos nocivos que

¹⁸² Vale ressaltar que este caráter reflexivo do verbo, proveniente das formulações de Jeffreys, não concebe a autenticidade das perspectivas trans, pois mulheres transgêneras são referidas como homens que transgeneram e homens transgêneros são referidos como mulheres que transgeneram.

¹⁸³ Hamburger, o cirurgião que transeuou Christine Jorgensen, é creditado como sendo o primeiro a desenvolver especialidades cirúrgicas para o tratamento médico do transexualismo.

¹⁸⁴ Christine, anteriormente George, Jorgensen foi transeuado na Dinamarca em 1952 por uma equipe de médicos dinamarqueses liderada por Christian Hamburger.

¹⁸⁵ Retomamos estes recortes da seção 3.2 O Império e suas ruínas.

negam sua integridade, mas se supõe ao mesmo tempo um corpo prévio que é precisamente o corpo de um transexual. Este efeito de pré-construído alude à própria demanda¹⁸⁶, a despeito das tentativas de apagamento, na teorização de Raymond, deste ato de linguagem para a constituição da subjetividade transexual na medida em que a autora explicitamente enfatiza a agência médica (atribuindo um peso muito maior à agência médica do que à demanda no interior de uma problemática de falsa consciência ou de alienação de si mesmo). Se explicitamente é a agência médica que é enfatizada no discurso de Raymond, é pelo efeito de pré-construído que a demanda é capaz de aparecer nestas formulações, isto é, como algo pensado e falado *antes, em outro lugar e independentemente*.

Levamos em consideração que discutir sobre a significação das palavras é muitas vezes equivalente a polemizar sobre pressupostos. Isto não é indiferente a este trabalho, na medida em que abordamos polêmicas em relação a significação de homens e mulheres como conceitos em teorias feministas. Esta forma de ato polêmico torna-se correlato da própria transgressão de uma lei da língua na medida em que se supõe¹⁸⁷ que a sociedade confere juridicamente às palavras um sentido literal. A recusa dos pressupostos constitui uma atitude diferente da crítica dos conteúdos postos do enunciado a ponto de Ducrot (1977, p. 102) assinalar neste gesto um caráter agressivo, de afrontamento pessoal, na medida em que se trata de desqualificar não apenas o enunciado, mas a enunciação do qual o pressuposto procede. Veremos, contudo, que as considerações seguintes irão nos encaminhar muito menos para a polêmica no nível de uma eventual agressão intersubjetiva do que uma problemática que diz respeito a posicionamentos ideológicos e teóricos.

Tomemos então as seguintes proposições que constituem o senso-comum sobre identidades trans:

(1) Uma mulher trans é um homem que se identifica como mulher.

(2) Uma pessoa transgênera é aquela que se identifica com o outro gênero.

(2') Uma pessoa transgênera é aquela que se identifica com o gênero oposto.

¹⁸⁶ Tal como a entendemos como um ato de linguagem em que o enunciador se constitui como sujeito apropriado das alterações corporais, a partir das considerações de Hausman na seção 3.2. O Império e suas ruínas.

¹⁸⁷ Henry (1992) imputa à Ducrot a posição de considerar que as significações literais de uma língua podem ser pensadas em termos de determinação jurídica e se coloca crítico a esta perspectiva.

(2'') *Uma pessoa transgênera é aquela que se identifica com o/um gênero diferente.*

Elas são, ao mesmo tempo, perfeitamente enunciáveis como se se tratassem de meras descrições de certos objetos e fatos do mundo sustentados por um sujeito epistêmico¹⁸⁸, mas também são índices, por meio dos implícitos que sustentam na formulação linguística (*mulher trans não é mulher; pessoa transgênera não pertence ao gênero com que se identifica*), de uma série de problemáticas teóricas e políticas que dizem respeito a uma forma de reconhecimento paradoxal destas identidades. Problemáticas estas que serão trabalhadas pela teoria transfeminista de outra forma (por meio de uma ruptura crítica) - capaz precisamente de atingir os pré-construídos em relação à significação da identidade de pessoas transgêneras. As proposições acima se sustentam a partir de um ponto de vista que se passa como se fosse universal, mas que também dissimula uma ideologia que podemos designar como *cisnormativa*. Uma análise do discurso informada pela teoria transfeminista terá o trabalho de re-elaboração conceitual que incide sobre as identidades transgêneras na sua relação com esta presumida verdade dos sexos que havia sido estabilizada previamente por esta ideologia.

Caso quiséssemos, então, expor a proposição (1) à opacidade por meio de uma crítica a esta episteme espontânea, substituindo, para tanto, os elementos nas mesmas posições sintáticas da proposição original, incorreríamos inevitavelmente em uma proposição tautológica, produzindo as seguintes reformulações:

Uma mulher trans é uma mulher que se identifica como mulher.

Ou ainda,

Uma mulher trans é uma mulher trans que se identifica como mulher trans.

Estas reformulações acabam por demonstrar o caráter vazio da proposição original. É preciso, portanto, se perguntar pelas condições em que as proposições (1) e (2) é capaz de dissimular um efeito não-tautológico. Ou seja: estas proposições só são interpretáveis como fruto de uma “comunicação normal” a partir da assunção de um sujeito epistêmico que “conhece” o gênero de pessoas trans enquanto marcado por um paradoxo de reconhecimento e

¹⁸⁸ Pêcheux (2011, p. 144) define o sujeito epistêmico como aquele “capaz de construir o sentido adequado de uma sequência dada, por referência ao universo discursivo logicamente estável de onde se supõe que esta sequência deriva” e de efetuar, portanto, “proposições, inferências, implicações, etc. adequadas ao espaço lógico da inscrição desta sequência”.

sentido. Este paradoxo marca uma defasagem entre uma suposta verdade do sexo inscrita previamente como um dado empírico e uma identidade de gênero que se constrói *a posteriori* e a *despeito* desta verdade. A identidade de gênero é colocada, pela forma de encaixe na formulação linguística, em desacordo com esta verdade; verdade que emana de um presumido referente estável e empírico, colocado em posição de pré-construído por mais que seja apresentada na proposição como asserção (*é homem*). Segundo Lagazzi (1988, p. 23), a asserção (diferentemente das formas de expressão da dúvida, negação e possibilidade) é a forma mais segura da expressão do poder, da expressão da autoridade, porque é onde existe o menor espaço para qualquer mudança.

Nestas proposições é preciso se deter para um funcionamento específico em que os efeitos de pré-construído se manifestam a partir da própria asserção realizada pelo verbo “ser” (*é homem*) em contraposição ao verbo “identificar-se” e seu complemento (*que se identifica como mulher/com o gênero oposto/com o outro gênero*) que aparecem como efeito de construído. O que pelo encaixe da formulação deveria manifestar-se como efeito de construído (*é um homem*), pois asserido, acaba por funcionar como pré-construído (encaixa-se como se fosse dito alhures em uma enunciação apagada), enquanto que o que deveria manifestar-se como efeito de pré-construído, já que introduzido por uma relativa restritiva¹⁸⁹ (*que se identifica como mulher*), acaba por funcionar como se fosse asserido pelo efeito de sentido que adquire como construído. Este funcionamento particular se dá em virtude, nos parece, da construção linguística tentar sustentar uma definição paradoxal, a saber, *mulher* significando pelo seu próprio antônimo (*homem*) por meio de um encaixe de enunciações desniveladas que distingue hierarquicamente “ser” do “se identificar”.

O funcionamento restritivo da relativa, presente nas proposições acima na medida em que lhes fornece o seu sentido “normal”, decorre de uma relação inter-sequências que se apresenta como se fosse intra-sequências, de acordo com Henry (1990, p. 61), pois a relação inter-sequências é apagada pela relação intra-sequências. É possível, desta forma, assinalar um desnível enunciativo que é linearizado sintaticamente pela cadeia significante que relaciona o

¹⁸⁹ O julgamento expresso por uma relativa restritiva é considerado de maneira em geral, de acordo com Henry (1990, p.46), como não afirmado pois a relação de determinação produzida pela relativa restritiva está ligada a uma “forma de identificação prática no mundo das coisas ou do pensamento”: *se identificar como mulher* é determinante de *homem* na relação que especifica *mulher trans* na ordem das coisas ou do pensamento. Neste funcionamento, é como se a ordem das coisas ou do pensamento pudesse explicar a ordem do discurso e o fundamento da relação determinante-determinado. Henry argumenta que o efeito de sentido das relativas não é exclusivamente sintático, sendo também discursivo. Segundo Zoppi-Fontana (2005, p. 46), o interesse das subordinadas relativas adjetivas para a teoria do discurso se encontra justamente no fato desta estrutura dar lugar a pelo menos duas interpretações semânticas (restritiva ou explicativa) cuja pertinência como leitura apropriada da frase não pode ser decidida exclusivamente por critérios gramaticais.

“ser” com o “identificar-se” de forma a pressupor que se possa *se identificar com algo que não se é e se possa ser algo com que não se identifique*. Neste aspecto, *uma mulher trans é um homem que se identifica como se fosse uma mulher; uma mulher trans é um homem que acredita ser uma mulher; uma mulher trans é um homem que diz ser mulher; uma mulher trans é um homem que, no entanto, se identifica como uma mulher e uma mulher trans não é uma mulher, apesar de se identificar como uma mulher* são paráfrases¹⁹⁰ possíveis (mesmo que apresentando alguns deslizamentos sutis de sentidos na medida em que estabelecem uma relação mais explícita com os seus pressupostos) para a proposição (1) acima. Há, portanto, necessariamente enunciações opostas que são encaixadas pela relação intra-sequências: a voz dita alhures e anteriormente que representa o “ponto de vista” da mulher trans sobre si (através do verbo *identificar-se*) e outra, que subordina esta primeira ao afirmar explicitamente o contrário (*é homem*). Com essa análise, assinalamos o que Pêcheux (2009, p. 89) descreve como um efeito de sentido que se assenta na relação dissimétrica de discrepância entre “dois domínios do pensamento”, entre o que está contido na afirmação de uma frase ou enunciado e o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente.

Robin (1977) assinala um aspecto do domínio do pré-construído que diz respeito ao fato de o discurso prévio (os saberes implícitos) que sustenta o pré-construído ter as suas próprias condições de produção elididas e apagadas. Postula-se, desta forma, um esquecimento do lugar do locutor destes discursos anteriormente sedimentados.

No que diz respeito às formas de significar as identidades trans nas proposições (1) e (2), acima poderíamos supor que se trata da enunciação do próprio desígnio do sexo como ato de linguagem que é apagado e que garante a estabilidade referencial da designação *homem* e a naturalização de sentido do verbo *ser*. Verbo *ser* produz sentido de estabilidade referencial para *homem* em (1). Podemos pensar o apagamento deste ato de linguagem a partir do conceito de performatividade formulado por Butler (1993). A performatividade de gênero, não por acaso, foi precisamente pensada pela autora a partir da teoria dos atos de fala de Austin (1990). Austin introduz a categoria de performatividade como forma de se contrapor à categoria clássica da constatação (cuja problemática suscita o valor de verdade de uma proposição). Isto porque a performatividade introduziria uma categoria diferente de elocuições, já que elas não possuiriam valor de verdade na medida em que agem sobre o mundo ao invés de descrevê-lo.

¹⁹⁰ Como nos lembra Henry (1990, p. 61), a relação de paráfrase pode operar sem que ela se realize sob a forma material de sequências efetivas, pois ela pode operar fora da consciência daquele que fala, lê, escuta ou escreve. O processo de paráfrase, tal como se postula nesta perspectiva teórica, faz mobilizar noções de memória e esquecimento discursivos.

Pensar gênero como ato performativo implica considerar que o seu próprio modo de existência se efetiva por meio do seu pronunciamento feliz (LIVIA; HALL, 2010, p. 121). As elocuições de gênero são performativas pois não são nunca meramente descritivas, mas prescritivas (ibid., p. 122). A felicidade (ou sucesso) de um ato performativo depende, por sua vez, da sua capacidade de citar a lei (BUTLER, 1993). Portanto, para que o desempenho desta ação seja compreensível (ou feliz) é necessário que se invoque reiteradamente a lei ou as normas regulatórias. Isto não implica considerar, como advertem Livia e Hall (2010, p. 124), que o ato generificado possa ser simplesmente reduzido a um conjunto dominante de convenções hegemônicas heterossexuais¹⁹¹ - já que é através da reiteração paródica das próprias normas que as suas contradições internas e exclusões constitutivas podem ser desveladas.

Arruzza (2015, p. 36) frisa que o aspecto instável da identidade de gênero, em Butler, é ressaltado a partir do momento em que gênero é pensado a partir da noção de temporalidade. A desessencialização do gênero na teoria de Butler também decorre do aspecto temporal do gênero, ao pensá-lo, desta forma, como um processo ao invés de um dado fixo. Esta teorização se expressa a partir do conceito de performatividade: se o gênero se realiza por meio da repetição de atos e práticas ritualizados, é precisamente no espaço de tempo entre os atos que se localiza as lacunas e fissuras abertas pelo próprio processo de repetição, de forma com que as normas não sejam nunca perfeitamente reiteradas e haja a possibilidade de quebra desta “temporalidade abstrata através dos lapsos, resistências, jogo irônico de performances de gênero, rupturas dos limites binários impostos pela heteronormatividade e a incoerência entre gênero e objeto de escolha de desejo sexual”.

Arruzza (2015, p. 32-43), contudo, coloca o problema de pensar se a reiteração destas normas “segue uma lógica subjacente conduzida por algo que ainda precisamos descobrir” e de como poderíamos distinguir a variação da norma da sua repetição. A autora também entende que a aplicação das noções de citabilidade e iterabilidade a práticas sociais encontra severas limitações, além de serem instrumentos insuficientes para a compreensão das transformações históricas (ibid., p. 46).

É por meio do apagamento performativo (isto é, do apagamento/esquecimento da enunciação entendido como um ato performativo de linguagem) que em (1) *homem* funciona como pré-construído por mais que seja asserido na proposição a partir do verbo ser; e *que se identifica como mulher* aparece como se fosse asserido, ou seja, como uma asserção submetida

¹⁹¹ Acrescentamos também, para a especificidade de nossa análise, a expressão “convenções hegemônicas cisgêneras”.

à discussão no enunciado por mais que se introduza por uma relativa. O desígnio jurídico e médico de sexo ao nascimento funciona enquanto pré-construído e a identidade de gênero aparece como algo a ser construído. O fato de *identidade de gênero* ser textualizada como se fosse asserida na proposição na medida em que *sexo* é tomado como um pré-construído não nos é fortuito, pois nos parece assinalar uma recorrência que diz respeito a processos não apenas de construções linguísticas, mas também discursivas e ideológicas que significam as relações sociais contraditórias de sexo/gênero, isto é, a produção de um sujeito que se identifica (ao mesmo tempo em que é identificado) como homem ou mulher. Esta forma de interpelação produz em seu funcionamento específico uma disjunção subjetiva entre *ser* (de um sexo?) e *identificar-se* (com um gênero?). Zoppi-Fontana (2005, p. 55) afirma que pelo discurso podemos compreender os efeitos contraditórios e paradoxais das evidências produzidas e sustentadas pelos processos de identificação/subjetivação, porque a existência do invisível e da ausência que trabalha internamente as relações de dominação/resistência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas.

É precisamente o esquecimento deste desígnio de sexo como ato performativo de linguagem que determina as coordenadas referenciais para os termos *outro*, na proposição (2); *oposto*, em (2') e *diferente* em (2''); tais termos se configuram como dêiticos¹⁹² de uma enunciação apagada. O referente de um dêitico é um lugar vazio que pode ser ocupado por todos os “particulares” capazes de estabelecer com o ato de fala a relação significada pelo dêitico em questão (LAHUD, 1979, p. 73). O pronome *outro* indica que o gênero que uma pessoa trans se identifica não é o *mesmo* daquele que lhe foi assignado ao nascer. O pronome *outro* é categorizado tradicionalmente pelas gramáticas como um pronome indefinido. No entanto, no enunciado analisado, *outro* funciona como um pronome demonstrativo, pois faz oposição ao pronome *mesmo* em sua função dêítica, ao invés de indefinir o substantivo que o acompanha.

Tendo isto em consideração, *outro gênero* só é capaz de referir e significar a partir da sua capacidade de estabelecer uma relação com um ato de fala. Benveniste (1995, p. 277) fala neste sentido a respeito de pronomes cuja característica é pertencerem às “instâncias do discurso”, isto é, aos “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor”. A identificação de um objeto por um identificador de ostensão é

¹⁹² Segundo Lahud (1979, p. 39) o interesse pelos dêiticos na linguística se tornou particularmente significativo com os estudos da enunciação, pois a concepção de linguagem como um código completamente fechado sobre si mesmo passa a ser questionada por estes estudos. Para o autor, tais estudos se baseiam em uma teoria que se situa na junção do linguístico e do não-linguístico. A dêixis pode ser definida precisamente como o conjunto de signos que representa, aponta ou indica aquele que fala, fazendo, desta forma, referência ao contexto ou situação em que estes signos são empregados.

concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa *eu/tu* (BENVENISTE, 1995, p. 279). Este ato de fala, no entanto, não é explicitado em (2). Cabe ressaltar, como argumenta Lahud (1979, p. 126), que, do ponto de vista do linguista, o caráter propriamente referencial dos “indicadores de ostensão” revela-se secundário, pois o essencial é a relação entre a indicação (de pessoa, de tempo, de objeto mostrado, etc) e a presente instância de discurso. O caráter de funcionamento particular do pronome demonstrativo *outro* em (2) reside, contudo, não em sua relação propriamente com a presente instância de enunciação, mas na remissão a uma enunciação anterior e alhures. Este modo de funcionamento significante determina a transgeneridade enquanto objeto paradoxal.

Consideramos (2') e (2'') paráfrases possíveis de (2) mas com os seguintes aspectos distintivos, respectivamente: enquanto *oposto* pressupõe que os gêneros sejam dois e contrários entre si (o masculino é o gênero contrário ao feminino e vice-versa), de forma com que soaria improvável a ocorrência de (...) *um gênero oposto*; *diferente*, por outro lado, dá margem para uma interpretação não binária de gênero atestada pela ocorrência do artigo indefinido em (...) *um gênero diferente*.

Pêcheux (2011, p. 115) afirma que a singularidade da luta por deslocamentos ideológicos, que ocorrem nos mais diversos movimentos populares, insiste na representação de objetos (constantemente contraditórios e ambíguos) paradoxais, que são, simultaneamente idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos. Acrescenta que tais objetos funcionam “em relação de forças móveis, em mudanças confusas que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis”. O autor adere a proposta de entender a língua como um campo de forças capaz de jogos de linguagem em que é possível assinalar a existência de um “trilhamento metafórico dos sentidos e dos paradoxos da enunciação”, lugar em que as discursividades trabalham. A figura da interpelação ideológica, uma das teses principais da obra de Pêcheux, na sua relação com o funcionamento da produção do sentido e do sujeito no discurso põe em jogo “a identificação pela qual todo sujeito se reconhece” como tal e “como é organizada sua relação com aquilo que o representa” (ibid., p. 117).

Se admitimos, tal como faz Lahud (1979, p. 114), que os dêiticos são signos que não apenas “descrevem” por si próprios uma relação entre o enunciado e a enunciação mas são também “elementos cuja função é permitir ao sujeito que os enuncia, e no momento em que os enuncia, de instaurar essa relação, de vincular seu enunciado ao seu próprio dizer”, os dêiticos *outro-mesmo* instauram um paradoxo na enunciação da subjetividade transgênera, na medida

em que o dizer da subjetividade trans¹⁹³, instância da vinculação entre a enunciação e o enunciado, faz remissão a uma enunciação alhures e apagada (o ato performativo de designação de sexo) que não coincide com a do locutor, exigindo assim uma espécie de apropriação paradoxal da perspectiva *do outro* como se fosse a *de si mesmo* pelo sujeito que enuncia a partir da posição trans.

¹⁹³ A relação entre subjetividade e linguagem é traçada por Benveniste (1995, p.286) quando o autor define a subjetividade como a “capacidade do locutor se propor como sujeito”. Desta forma, o fundamento da subjetividade é uma propriedade da linguagem que se estabelece na relação dialógica de reciprocidade e contraste *eu-tu*. A subjetividade trans, tal como a propomos, envolve uma apropriação da linguagem particular pelo locutor na relação *mesmo-outro*.

5.0 Reconhecimento e liberalismo

O sofrimento individual de gênero é aliviado ao preço da conformidade com o papel [de gênero] e da perpetuação dos estereótipos de papel [de gênero] em um nível social? Ao mudar de sexo, o transexual estimula uma sociedade sexista cuja existência continuada depende da perpetuação desses papéis e estereótipos? (RAYMOND, 1980)

O tratamento transexual e cirurgia são violações ao processo dinâmico do ser e do devir que inclui a integridade do corpo, a pessoa total e a sociedade. (...) Se a resposta transexual reforça a base da opressão de papel sexual ao encorajar o transexual a se conformar a esses estereótipos, então ele também está violando a integridade da sociedade. (RAYMOND, 1979, p. 18-19)

A cirurgia de mudança de sexo privatiza e despolitiza as experiências individuais de sofrimento com os papéis de gênero (...) reflete e amplia as lógicas de reificação e mercantilização do capitalismo tardio. (BILLINGS; URBAN, 1982, p. 266)

A concepção pós-moderna de gênero, como simples conjuntos de roupas e atitudes que podem ser trocadas ou combinadas à vontade, não combina bem com a definição feminista materialista que vê a masculinidade e a feminilidade como comportamentos dos opressores e dos oprimidos.¹⁹⁴ (JEFFREYS, 1997, p. 64)

Uma das questões levantadas, a partir dos diálogos e confrontos entre os campos marxista e dos estudos de gênero, é de que a luta pela diversidade sexual e de gênero seria uma luta “simplesmente identitária e particular de um grupo social”, como assinala Toitio (2017, p. 63). As hipóteses subjacentes a esta explicação é de que tais lutas seriam ou necessariamente liberais, isto é, só poderiam se expressar por meio da adoção de uma perspectiva liberal (neste aspecto, as lutas que envolvem gênero e sexualidade seriam intrinsecamente liberais), ou estariam sob o risco constante de serem apropriadas pelo (neo)liberalismo, individualismo ou idealismo. Tais questionamentos, segundo o autor, “estão ligados a uma pré-noção muito arraigada de que as lutas e bandeiras dos movimentos LGBT e feminista têm dividido os esforços da esquerda no processo de transformação social ao focarem em reivindicações (supostamente) individualistas e específicas” (ibid., p. 63-64).

Solá (2013) cogita a hipótese de que os questionamentos críticos dos binarismos de gênero e a relativização das categorias identitárias poderiam acarretar em um ocultamento da assimetria entre homens e mulheres e das desigualdades de gênero estruturais. Uma problemática presente em polêmicas feministas reside em determinar se o reconhecimento das identidades transgêneras implicaria, de alguma forma, este ocultamento. Stryker e Bettcher (2013, p. 6), neste aspecto, apontam a existência de uma retórica anti-trans presente em algumas

¹⁹⁴ *The postmodern conception of gender, as simply sets of clothing and attitudes which can be swapped or combined at will, does not gel well with the materialist feminist definition which sees masculinity and femininity as the behaviors of the oppressors and the oppressed.*

correntes feministas (mais nitidamente aquelas que se reivindicam enquanto radicais trans-excludentes) que vê

o próprio conceito de gênero (que elas veem como uma substituição despolitizante do conceito de sexismo) como uma cortina de fumaça ideológica que mascara a persistência da supremacia masculina e a opressão das mulheres pelos homens, e que “transgênero” é o resultado absurdo e pernicioso deste conjunto politicamente espúrio de crenças.

Se o esforço de incorporação de certos objetos a princípio “novos” na articulação entre teoria feminista e marxista se deram em nome do aprofundamento de uma perspectiva que se pretendia materialista, tais como o trabalho reprodutivo e sexualidade, o mesmo não parece que pode ser dito (ao menos com a mesma espontaneidade) a respeito das questões que concernem os sujeitos transgêneros.

Bettcher cita Koyama (2003, 245) em relação ao princípio transfeminista da auto-definição identitária que supõe a luta contra as assignações não consensuais de sexo - vistas, portanto, como uma forma de violência de gênero. Contudo, Bettcher (2015, p. 419) afirma existir uma tendência voluntarista neste princípio que pode culminar na incapacidade de fornecer um entendimento adequado sobre a opressão de gênero, pois, segundo ela, “simplesmente dizer que alguém tem o direito de se auto definir como mulher não é capaz de abordar a questão política sobre a força da resistência (ou a falta dela) de sua autodefinição”. Em virtude disto Bettcher entende ser necessário uma abordagem da “opressão trans na qual *mulher* pode emergir como uma categoria de resistência desde o princípio”.

Heyes (2000, p. 172) neste sentido sugere que em formulações frequentemente presentes nos discursos transgêneros há uma espécie de “voluntarismo de gênero”, pois a demanda por reconhecimento identitário frequentemente se expressa pela reivindicação da “livre escolha” ou pela “agência” de uma expressão de gênero. A autora então cogita o seguinte impasse: “todas as tentativas em teorizar a autenticidade transexual necessariamente marcaria uma evasão de questões normativas sobre a expressão de gênero?” (ibid., p. 178). Hausman (2001) alega também que “teóricos transgêneros promovem concepções liberais e humanistas de autodeterminação” e argumenta que o ativismo transgênero seria liberal e reformista em virtude do seu entendimento de que a transexualidade ou transgeneridade dependa da manutenção de gênero como uma categoria de experiência. Em outras palavras, a demanda por reconhecimento identitário transgênero implicaria necessariamente na adoção de uma perspectiva de denegação de um funcionamento das relações de poder que configuram as relações de gênero?

Guimarães (2013b) tece algumas reflexões sobre a questão identitária e transfeminista. Segundo a autora “não faz diferença se alguém se identifica como trans se essa pessoa sofre opressão transfóbica”, tampouco “se alguém se identifica como cis e possui privilégios cis”. Com isto a autora enfatiza a importância de uma análise transfeminista que aborde as características das opressões e as experiências vividas. A autora neste sentido problematiza a ideia segundo a qual as posições transfeministas dependeriam de uma noção de identidade desvinculada das experiências socialmente estruturadas, questionando, desta forma, a tese de voluntarismo identitário. Ainda segundo Guimarães (ibid):

Se focar nas experiências vividas inclui não ignorar as nuances da experiência de alguém que se apresenta como cis mas não se identifica como cis. Não ignorar as diversas formas em que diversas instituições opressoras afetam diversas pessoas diferentes de formas diferentes. Não ignorar o valor que a auto-identificação (ou a falta dela) tem para determinado indivíduo. Mas não é necessário usar política de identidades para fazer tudo isso de forma igualmente boa.

Acreditamos que o encaminhamento desta questão instiga a reformulação dos enunciados analisados na seção 3.4, nos quais há um contraste entre a intencionalidade pressuposta ao ato de transicionar de mulheres trans em comparação com a ausência de intencionalidade nas experiências e situações sociais de mulheres cis. Naqueles enunciados, foi preciso questionar a discrepância da atribuição de intencionalidade entre as identificações de mulheres cis e trans. A série de violências a que pessoas trans estão expostas não surgem ou se originam nas e pelas identificações individuais ou pela externalização desta identificação, elas se estruturam previamente a elas, tal como as análises feministas já concebem em relação às situações de opressão contra as mulheres cisgêneras. Neste aspecto, é preciso estender (ao invés de restringir) as compreensões feministas sobre as situações que concernem os sujeitos trans. A perspectiva ou posição que concebe o reconhecimento identitário como do âmbito individual e intencional é capaz de sustentar lógicas de culpabilização da vítima. As violências, negações de direitos e vulnerabilidades sociais que decorrem da negação do reconhecimento identitário, sob uma perspectiva transfeminista, constituem uma experiência que ultrapassa a experiência individual, pois a demanda por reconhecimento identitário deve alcançar dimensões coletivas.

Os recortes acima de textos de Raymond, Billings e Urban e Jeffreys buscam formular algum tipo de antagonismo essencial entre as demandas de reconhecimento das identidades trans e perspectivas feministas que se propõem críticas ao sistema patriarcal e capitalista. A formulação deste antagonismo busca associar estas demandas de reconhecimento ao individualismo liberal, à conformidade de gênero e à lógica capitalista da reificação e mercantilização.

Esta associação pode ser compreendida na medida em que, como afirma Drucker (2017, p. 199), as vitórias das pessoas LGBTI terem sido conquistadas em um mundo crescentemente desigual, polarizado e violento, de forma com que os frutos conquistados por este movimento fossem subsumidos à lógica de mercado. As vitórias que concernem o reconhecimento dessas identidades a partir dos anos 1970 acompanharam o surgimento do neoliberalismo, que correspondeu a um novo período de recuo social para a esquerda, no qual os ganhos anteriores dos movimentos social e trabalhista foram agressivamente revertidos (FERGUSON, MCNALLY, 2017, p. 30). Além disso, podemos citar as considerações de Floyd (1998, p. 187) sobre a cultura do consumo de massa ter facilitado a formação da comunidade gay e lésbica moderna e até mesmo criado as condições de possibilidade de uma política anti-heterossexista.

No entanto, Drucker (2017, p. 205) afirma que a crescente aceitação de gays e lésbicas (não transgêneros/as) especialmente a partir dos anos 1970 em alguns lugares do mundo¹⁹⁵ não coincidiu em um aumento na aceitação de pessoas transgêneras, a ponto do autor formular que a assimilação de gays e lésbicas a partir de um marco de aceitabilidade social ser correlato da “demarcação e marginalização das pessoas trans” e pela adesão, por parte do movimento lésbico e gay, de atitudes menos contestatórias e mais conformistas em relação à expressão de gênero¹⁹⁶. Isto se explica, como o autor sugere, por uma possível maior dificuldade de pessoas transgêneras de se integrarem à sociedade tanto pelo acesso ao mercado como pela reiteração de padrões de comportamento normalizados.

As comunidades lésbicas/gays definiram-se crescentemente de maneiras que colocavam pessoas trans e outras não conformistas nas margens. Nos anos 1990 as identidades trans distintas das lésbicas/gays tornaram-se generalizadas. (DRUCKER, p. 206).

Para Arruzza (2011, p. 164), as lutas por reconhecimento de identidade que concernem tipicamente o campo cultural e ideológico e aquelas lutas por redistribuição que concernem tipicamente o campo econômico não estão necessariamente em contradição, a menos quando

em um processo concreto de luta, a política de afirmação da identidade (de raça, de gênero, de etnia, de religião) colocar em primeiro plano a expressão cultural enquanto objetivo em si, negligenciando com isso o papel da opressão cultural na reprodução de opressões econômicas estruturais.

¹⁹⁵ Nos países desenvolvidos e em partes da América Latina, da África do Sul e do Leste e Sul da Ásia. Drucker (2017, p. 204)

¹⁹⁶ É flagrante neste aspecto o enquadramento teórico de pessoas transgêneras como “conformistas” de gênero no interior da problemática do subversivismo pelo feminismo radical trans-excludente, tal como o descrevemos anteriormente.

De forma semelhante, Safatle (2015a, p. 87) pontua que as discussões sobre diferenças culturais e identidades sociais não mascaram necessariamente problemas estruturais ligados a lutas de redistribuição de riquezas entre classes. No entanto, estas considerações não parecem serem suficientes para lidarmos com as formulações de Raymond, Jeffreys e Billings e Urban. A associação que estes autores buscam realizar entre as identidades transgêneras e o liberalismo não nos parece contingencial e sim necessária, isto é, as reivindicações de reconhecimento das identidades trans não correriam o risco de serem assimiladas pela lógica capitalista pois seriam expressão direta dela.

Diante destas considerações, haveria algum princípio organizativo que explicaria a conexão necessária entre demanda por reconhecimento das identidades trans e a adesão ao subjetivismo idealista? Nos parece que este princípio reside apenas no interior de uma perspectiva que conceba a subjetividade trans como uma fantasia ou ilusão desarticuladas de experiências e/os situações autênticas de gênero. Em virtude disto, nos parece necessário a abordagem da própria questão do reconhecimento, pois é por meio dela que as experiências dos sujeitos trans podem ser compreendidas como autênticas.

5.1 Reconhecimento e vulnerabilidade dos sujeitos trans

Butler (2017, p. 19) entende a noção de sujeito como um lugar de linguagem a ser ocupado pelos indivíduos a fim de desfrutarem da inteligibilidade. A inteligibilidade, por sua vez, é entendida como “a condição linguística da existência e ação” do sujeito. O indivíduo só pode estar “apto” a ocupar este lugar por meio de um processo de subjetivação e/ou assujeitamento/sujeição. O par subjetivação e assujeitamento/sujeição revela por sua vez o próprio caráter ambivalente do processo de tornar-se sujeito, pois Butler entende que a subordinação é paradoxalmente condição de possibilidade da constituição e devir do sujeito e de sua ação. Esta perspectiva considera que as relações de poder não são meramente autoimpostas pelo sujeito, e sim que se trate da condição prévia da própria formação do sujeito. Butler também relaciona o desejo ou anseio pela existência social do sujeito a uma correlata vulnerabilidade primária ao poder, na medida em que o poder é entendido como capaz de explorar este anseio ou desejo. A problemática que a autora levanta é acerca da condição de possibilidade do poder (exercido de fora sobre o sujeito) “voltar-se contra si mesmo”, fazendo com que haja algum tipo de transformação dessa força de forma a fazer com que ela se torne a ação do próprio sujeito. Nas palavras da autora,

A ação supõe a assunção de um propósito não projetado pelo poder, um propósito que não poderia ser derivado lógica ou historicamente, que opera numa relação de

contingência e inversão com respeito ao poder que o torna possível, e ao qual, não obstante, ele pertence. Essa é, por assim dizer, a cena ambivalente da ação, que não está limitada por nenhuma necessidade teleológica. (BUTLER, 2017, p. 24)

A dificuldade de descrição e compreensão teórica da formação da subjetividade transgênera reside precisamente no fato de que ela aparentemente esteja fora do próprio processo de formação que a produz, isto é, fora do próprio conjunto de normas ou regimes de verdade que se supõe preceder e exceder o sujeito. Esta dificuldade expressa espontaneamente a noção de que uma subjetividade trans só se constituiria enquanto tal por meio de uma liberdade absoluta que se presume, de antemão, impossível. Se se supõe de antemão tratar de uma subjetividade impossível, nem ao menos é possível a condição de possibilidade de reivindicar o seu reconhecimento.

Butler (2015, p. 20) afirma que a problemática da constituição de si para Foucault depende dos regimes de verdade que possibilitam os termos de reconhecimento:

Esses termos estão fora do sujeito até certo ponto, mas também são apresentados como as normas disponíveis, pelas quais o reconhecimento de si acontece, de modo que o que posso “ser”, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis. Embora esse regime decida de antemão qual forma o reconhecimento pode assumir, ele não a restringe. Na verdade, “decidir” talvez seja uma palavra muito forte, pois o regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento. Para Foucault, sempre haverá uma relação com esse regime, um modo de engendramento de si que acontece no contexto das normas em questão e, especificamente, elabora uma resposta para a pergunta sobre quem será o “eu” em relação a essas normas. Nesse cenário, nossas decisões não são determinadas pelas normas, embora as normas apresentem o quadro e o ponto de referência para quaisquer decisões que venhamos a tomar. Isso não significa que dado regime de verdade estabeleça um quadro invariável para o reconhecimento; significa apenas que é em relação a esse quadro que o reconhecimento acontece, ou que as normas que governam o reconhecimento são contestadas e transformadas.

A partir das considerações foucaultianas a respeito do funcionamento da verdade, as identidades trans não podem ser meramente dissolvidas e relegadas ao campo da mentira ou fraude a não ser por um mecanismo de assujeitamento associado a uma estrutura de racionalidade que articula o discurso do verdadeiro. A questão do poder para Foucault está intimamente interligada à injunção de se dizer a verdade sobre si.

Na medida em que dizemos a verdade, obedecemos a um critério de verdade e aceitamos esse critério como obrigatório. Aceitá-lo como obrigatório é assumir que a forma de racionalidade na qual se vive é a primária ou inquestionável; portanto, dizer a verdade sobre si tem um preço, e o preço desse dizer é a suspensão de uma relação crítica com o regime de verdade em que se vive (BUTLER, 2015, p. 96).

Uma reconfiguração da problemática no que concerne especificamente a subjetividade trans seria deixá-la de concebê-la *apesar* dos regimes de verdade. Trata-se, portanto, de uma mudança de perspectiva que leva em consideração a formação desta

subjetividade como necessariamente fruto das normas que regem um regime de verdade - e sobretudo da contestação crítica de certas normas. Isso implica considerar a solidariedade (ao invés de separação absoluta) entre o assujeitamento (a uma norma ou regime de verdade) e a subjetivação (espaço possível para a contestação das normas ou regimes de verdade). Tal reconfiguração mostra-se necessária para uma avaliação crítica a respeito da concepção espontânea de que a identidade trans necessitaria estar, por definição, de alguma forma fora de qualquer regime de verdade possível para “realmente” existir “objetivamente”, ou num regime de verdade que se supõe, então, existente apenas em um outro mundo, hipotético e contrafactual (o que configura, de antemão, um paradoxo ou uma denegação de existência, pois a afirmação da existência estaria relegada *a priori* a um regime de verdade que se supõe não existir; se um regime de verdade não existiria, nem haveria domínio de constituição do sujeito, ou ele estaria denegado).

A perspectiva de Butler acerca destas formas não deterministas de reconhecimento em função das normas nos permite compreender que o fato das identidades trans aparecerem como uma negação (ou contestação radical) de um regime prévio de verdade não implique que tenhamos que considerar que elas só possam se realizar para *além ou fora* de um domínio de verdade. A necessidade de se posicionar criticamente frente às normas disponíveis que não satisfaçam certa demanda por reconhecimento não implica se colocar em uma posição de absoluta exterioridade em relação a todo e qualquer regime de verdade.

Em contrapartida, qualquer tipo de contestação de um regime de verdade, isto é, “perguntar o que eles deixam de fora e o que poderiam ser forçados a abrigar”, questionando o horizonte normativo em nome de uma abertura crítica, dirá Butler, envolverá o risco do sujeito não ser reconhecido, o que implica um risco direto para o próprio sujeito. Habitar o limite da reconhecibilidade é uma questão que coloca a própria viabilidade da vida de alguém, o que, segundo Butler (2016, p. 36), poderíamos denominar como as “condições ontológicas sociais da persistência de alguém”. O próprio relato de si mesmo já implica em um tipo de vulnerabilidade ao sujeito que relata, pois se trata de um tipo de exposição de si cujo propósito é testar se o relato parece correto, compreensível frente ao outro que o recebe por meio de um ou outro conjunto de normas (BUTLER, 2015, p. 102).

Na visão de Foucault, colocar-se em risco é um sinal de virtude. Butler (2013) também afirma que, para Foucault, a virtude também se expressa pela recusa em ser governado de certa maneira em decorrência de um posicionamento crítico frente a um poder que se considera ilegítimo. Uma prática de virtude, afirma Butler (2013, p. 176), consiste em sustentar

um tipo de fala cujo valor postulado não se saiba exatamente como fundamentar ou assegurar, mas que é postulado como uma “inteligibilidade para além da inteligibilidade já estipulada pela dupla poder-conhecimento”. Foucault (1997) também irá falar em “desassujeitamento do sujeito no jogo da política da verdade” para definir o que considera como crítica. Butler (2013, p. 169) afirma que este entendimento de Foucault sobre o que é a crítica, embora possa parecer voluntarista, não se trata de uma mera recusa voluntarista ao poder, pois

a prática da crítica não jorra de uma liberdade inata à alma. Ela, antes, forma-se no embate de um troca específica entre um conjunto de regras ou preceitos (que já estão dados) e uma estilização de atos (que expande e reformula esse conjunto prévio de regras e preceitos). Essa estilização do “eu”, em relação às regras, acaba por constituir uma “prática”.

Na interpretação de Butler (2017, p.66) sobre a crítica da hipótese repressiva em Foucault, o poder repressivo não apenas presume o corpo que pretende governar, mas acaba por proliferar “o campo corporal para além do campo visado pela restrição original”. Se trata precisamente de uma proliferação do corpo como objeto de regulação em âmbitos distintos e potencialmente não previstos. Este espaço de proliferação é tanto uma continuação com o poder da regulação como possibilidade de ruptura, âmbito possível para a resistência, pois ele excede os fins reguladores pelos quais ele é gerado, sendo portanto, em parte, imprevisível. Ressaltar o caráter proliferativo das normas implica em considerar o seu caráter formativo, produtivo, maleável, múltiplo e conflituoso (BUTLER, 2017, p. 106).

a possibilidade de subversão ou resistência, aparece, no pensamento de Foucault, de duas maneiras: (a) durante uma subjetivação que excede os objetivos normalizadores que a impulsionam, por exemplo, no “discurso reverso”, ou (b) pela convergência com outros regimes discursivos, momento em que a complexidade discursiva produzida inadvertidamente solapa os objetivos teleológicos da normalização. (BUTLER, 2017, p. 100)

Butler (2017, p. 105), todavia, ressalta que a resistência para Foucault, especialmente em *História da Sexualidade 1*, não pode estar fora da lei, pois não haveria nenhum tipo de registro autônomo (como o imaginário psicanalítico) que pudesse permitir a resistência que já não fizesse parte da lei e do campo estratégico das relações de poder. Butler identifica o campo da lei e das relações de poder em Foucault ao de registro simbólico ao compará-lo com a interpretação lacaniana: enquanto Foucault veria a resistência tão somente no interior do próprio simbólico, Lacan distinguiria o simbólico como lugar da lei e o imaginário enquanto espaço para a resistência.

De um lado, parece praticamente inegável que as identidades transgêneras sinalizem um fracasso constitutivo da interpelação de gênero. Por outro, há a concomitante noção (contraditória em relação à esta primeira constatação) de que as identidades transgêneras

impliquem a assunção de um sujeito de gênero sem falhas - agora não mais em relação ao gênero contestado e negado, mas sim em relação à identidade de gênero reivindicada e expressada. Isto é: tais identidades seriam transgressoras na medida em que contestam as expectativas do gênero designado, mas seriam cúmplices das mesmas normas de gênero, só que agora no que se refere ao gênero da identidade reivindicada. As identidades trans pressuporiam necessariamente uma identidade que fracassa e outra aparentemente sem falhas que automaticamente emerge, em substituição quase imediata ao fracasso anterior? O estabelecimento da problemática subjetiva nestes termos, a partir desta representação da falha (e/ou não falha) subjetiva em função da temporalidade, se justifica?

Butler (2015, p. 37) defende uma forma de compreender a cena do reconhecimento que não implique a assunção de um sujeito reflexivo absolutamente transparente em relação si mesmo: “é precisamente minha opacidade para comigo mesma que gera a minha capacidade de conferir determinado tipo de reconhecimento aos outros”. Isto porque o reconhecimento não pode ser reduzido à formulação e à emissão de juízos sobre os outros (BUTLER, 2015, p. 39). Ao contrário, a autora entende que a própria condição de possibilidade de reconhecimento se dá a partir da consideração do fracasso em relação a própria identidade, e que, portanto, tenha um limite. Butler (2015, p. 54) entende que o “eu” não pode fazer um relato definitivo de si mesmo porque ele não pode retornar à cena da interpelação que o instaurou como “eu”. Tal limite expressa também o próprio limite do saber sobre si e o outro.

Segundo Safatle (2015b, p. 116), insistir na força de descentramento do conceito de reconhecimento passa por reconhecer, no outro, algo que não pode ser pensado sob a forma de intenções, necessidades ou desejos de uma pessoa jurídica dotada de direitos positivos. Safatle também comenta que esta forma de compreensão do reconhecimento permite que deixemos de considerar que a identidade é uma posse de atributo do sujeito para considerá-la como uma forma de desposseção em que o sujeito se vê irremediavelmente em relação ao outro. Estas considerações permitem concluir que o reconhecimento de determinada identidade não requer que a resposta dada pelo sujeito que reivindica esta identidade seja absolutamente coerente e definitivamente satisfatória, isto é, permite desatrelar a luta pelo reconhecimento da adoção ingênua de uma concepção de sujeito transparente e autofundante.

Exigir, portanto, que o reconhecimento das identidades trans só se realize sob a forma do sujeito transparente em relação a si mesmo (autofundante, individual, liberal...) é manter tais identidades para fora do limite de qualquer forma de reconhecimento possível, mesmo que tal “exigência” se realize inconscientemente ou de forma tácita, como postulado

espontâneo de alguma verdade inclusive em discursos teóricos, tal como o feminismo radical trans-excludente analisado neste trabalho.

Safatle (2015a) ainda sugere que as lutas por reconhecimento pautadas em uma política de afirmação das diferenças identitárias estão propensas a posicionar a tolerância como seu afeto político central. A política baseada na tolerância, segundo o autor, acaba por apresentar o paradoxo de alimentar indefinidamente uma “diferença intolerável”, fazendo das diferenças atributos previamente estabilizados que careceriam de reconhecimento do outro. O autor propõe a reformulação desta questão ao se questionar acerca das *condições em que a diversidade pode aparecer como a modulação de uma mesma universalidade em processo tenso de efetivação* (ibid., p. 99).

A partir destas considerações, podemos nos questionar acerca do que de fato entraria em jogo (ou o que nos permitimos ver neste jogo) quando falamos acerca do reconhecimento das identidades trans. Pautar a luta pelo reconhecimento das identidades trans tão somente pela afirmação das diferenças seria acreditar que bastaria que mulheres trans sejam reconhecidas como mulheres e homens trans como homens. Mas algo parece continuar sobrando ou faltando nesta dinâmica de reconhecimento. Afinal de contas, qual seria “o sentido de estender a representação a sujeitos cuja constituição se dá mediante a exclusão daqueles que não se conformam às exigências normativas não explicitadas do sujeito?” (BUTLER, 2012, p. 25). Seria estritamente esta a diferença que se careceria de reconhecimento, a identidade de gênero reivindicada, mas deslegitimada? Ou não se trataria de questionar a dinâmica tácita pela qual tais diferenças são posicionadas e interpretadas frente a um regime de verdade?

As críticas de Cabral (2010, p. 221) à noção de “identidade de gênero” parecem residir precisamente no questionamento a uma noção predicativa de reconhecimento de gênero assim como às evidências da cisgeneridade como forma padrão de reconhecimento de identidade:

A noção de identidade de gênero não me agrada nada, por várias razões: é uma noção da psiquiatria que adotamos; é uma noção fortemente normativa, universalizadora, que supõe que cada pessoa tem uma identidade de gênero o que implica afirmar que cada pessoa deve ter uma identidade de gênero e só uma [...] Além disso, para mim, um dos problemas principais seria: por que identidade de gênero e não gênero? Por que parece que as mulheres e homens têm gênero e as pessoas transexuais têm identidade de gênero? Identidade de gênero viria a ser o gênero daqueles que, todavia não têm corpo, e quando tem o corpo que quer, poderia dizer ‘eu pertencço ao gênero feminino ou masculino’.

Nesta mesma direção, o questionamento de Bento (2014, p. 56) sobre se pensar gênero por meio de um processo de identificação incidir unilateralmente sobre sujeitos trans,

na medida em que seus corpos não sustentariam um gênero suficientemente inteligível (ou mesmo material):

Quando se fala de pessoas trans, suas demandas são vinculadas à dimensão da “identidade de gênero”. No entanto, quando a referência são as mulheres cromossomalmente XX ou homens XY, não se menciona “identidade”, apenas “gênero”. É como se os corpos inteligíveis das pessoas não trans bastasse para lhes garantir a sua existência generificada, sua pertença a um gênero. Em todos os documentos e textos relacionados à violência contra as mulheres, por exemplo, não há menção às suas identidades de gênero, apenas “gênero”.

A partir das considerações de Safatle, Cabral e Bento podemos compreender que o reconhecimento da identidade trans, antes de se tratar meramente da afirmação da legitimidade ao gênero reivindicado pelo sujeito trans, coloca o problema da própria coerência da posição da cisgeneridade. Isto é, o problema de tornar visível a posição da cisgeneridade como não evidente no que se refere a produção da subjetividade. Também quanto a este aspecto, Bueno (2017, p. 313) menciona, a partir das considerações de Rancière, uma forma negativa de reconhecimento: a reivindicação de não ser designado a uma identidade.

Se a partir desta perspectiva estamos mais próximos da desconstrução e/ou negação das diferenças ao invés da sua mera afirmação, é certo que temos que desconstruir a cisgeneridade como posição evidente quanto às identificações de gênero, o que inclui, neste gesto, a reivindicação de não ter uma identidade de gênero orientada pela posição cisgênera. Isto, contudo, não implica em considerar que a luta pela própria afirmação da diferença deslegitimada possa ser totalmente menosprezada ou dissolvida retoricamente ou discursivamente, pois faz parte da necessidade dos grupos sociais historicamente mais vulneráveis em afirmarem estrategicamente suas diferenças culturais para fortalecer a sensibilidade social em relação às suas vulnerabilidades específicas (SAFATLE, 2015a, p. 104).

Segundo Petherbridge (2017, p. 147) a vulnerabilidade designa frequentemente, no cenário filosófico, “um senso de susceptibilidade corporal à injúria, de ser ameaçado ou ferido – estando, portanto, predominantemente associadas a violência, finitude ou mortalidade”. Se, por um lado, como argumenta a autora, estas imagens acerca da vulnerabilidade suscitam respostas que visam enfrentar o medo ou a ameaça que a vulnerabilidade é capaz de causar, por outro, a vulnerabilidade também pode ser pensada como uma “categoria crítica ou ética baseada em nossa interdependência e intercorporalidade primárias como seres humanos” (ibid., p.147), base para uma teoria do reconhecimento e de uma abordagem da socialidade, da justiça ou da política e uma abertura geral para o outro (ibid., p. 150). A vulnerabilidade pode ser vista como algo a ser suprimido caso implique em formas de relacionalidade sociais nas quais o sujeito não esteja em condições de evitar abusos de vulnerabilidade (PETHERBRIDGE, 2017, p. 166). Tais

abusos de vulnerabilidade podem ser compreendidos como manifestações de precariedade. Segundo Butler (2016, p. 33) a precariedade designa a condição politicamente induzida de vulnerabilidade em que certas populações sofrem por conta de redes insuficientes de apoio social e econômico mais do que outras e se tornam diferentemente expostas à injúria, violência e morte.

Em suma, nesta perspectiva a vulnerabilidade é caracterizada pela ambivalência entre ser uma condição limitante e criadora de possibilidades. Apelar para a experiência da vulnerabilidade como base da ética, assinala Petherbridge (2017, p. 155), pode evocar tanto a empatia em relação ao outro, caso haja o reconhecimento da vulnerabilidade como condição de reciprocidade, como a violência, abuso ou aniquilação, caso este reconhecimento falhe ou esteja ausente. A necessidade do reconhecimento implica a própria vulnerabilidade do sujeito na medida em que pressupõe a imprevisibilidade contida na possibilidade da falta de reconhecimento, mas assinala, ao mesmo tempo, o caráter irremediavelmente relacional do sujeito.

Se levamos em consideração que a ausência de reconhecimento é uma forma de vulnerabilidade primária do sujeito, devemos considerar as vulnerabilidades específicas que decorrem da recusa sistemática do reconhecimento da identidade de gênero para os sujeitos trans. Se, por um lado, a transgeneridade é denegada pela assunção de um sujeito fictício soberano e auto fundante, ela só poderia, por outro lado, ser assumida por meio de um sujeito cujo assujeitamento é tido como sem falhas (também fictício). Nos parece que o apego à ideia que a transgeneridade não existiria em virtude da impossibilidade de um sujeito soberano é solidário à sua contraparte imaginária, isto é, a ideia do assujeitamento sem falhas se o que estamos lidando, agora, é com o fato incontornável (ou melhor: na medida em que certos fatos aparecem como incontornáveis) da existência concreta de indivíduos que expressam inconformidades de gênero. Em ambos os casos o problema concerne ao reconhecimento da identidade de gênero em não conformidade com expectativas que decorrem da cisnormatividade.

A crença no assujeitamento sem falhas parece surgir para responder a uma demanda frente a ausência de sentido ou a incerteza: se não existiria absolutamente nenhuma razão (nenhum sentido) para uma pessoa transgênera se assumir e reivindicar-se enquanto tal, sua condição só poderia ser resultado de uma completa falta de escolha subjetiva, e portanto, ser completamente previamente determinada (seja biologicamente, psicologicamente ou socialmente). Haroche (1992, p. 183-184) aponta que uma das respostas dada pela psicologia

frente a contradição entre liberdade/assujeitamento é precisamente a tentativa de abolir a problemática da subjetividade: seja reduzindo a subjetividade a um núcleo racional submetido às regras da lógica e da matemática; seja esvaziando pura e simplesmente a questão da subjetividade para privilegiar a noção de comportamento. A resposta praticamente automática à hipótese de um assujeitamento sem falhas é então assumir um sujeito auto-fundante: tratam-se, ambos, de lados de uma questão falsa ou mal formulada sob o ponto de vista teórico - a partir do momento em que reivindicamos pensar a questão da subjetividade.

Quando Bento (2011, p. 94) se questiona acerca de qual seria “o arsenal discursivo acionado para quem quer mudar de gênero e precisa de uma autorização” somos levados à problemática do essencialismo estratégico. Tal formulação poderia nos levar a pensar o reconhecimento das vulnerabilidades específicas das pessoas trans atrelado à necessidade de compreensão da reivindicação de uma identidade essencial transgênera (enquanto estratégia em potencial, tanto em âmbito individual como coletivo), envolvendo uma espécie de recuo que poderia recuperar a dimensão essencialista (mesmo que) por outros meios,

A reiterada luta pelo reconhecimento da identidade de gênero não recupera a dimensão essencialista por caminhos outros? É como se as pessoas que vivem o gênero e que não têm um corpo sexuado que o sustente, precisassem antes pedir um gênero, categoria de reconhecimento de humanidade, para depois reivindicar autonomia desse corpo já generificado. (BENTO, 2011, p. 94)

Segundo Bento (2011, p. 99) aquelas/es que deslocam as definições de feminino e masculino estão excluídos da matriz de reconhecimento da categoria de humanidade, pois esta matriz está assentada no pressuposto de uma natureza dimórfica dos corpos, na diferença sexual. A negação da possibilidade de conferir humanidade aos sujeitos que vivem as masculinidades e as feminilidades para além dos marcadores biológicos tem na naturalização das identidades o elemento discursivo fundamental (BENTO, 2014, p. 51).

Bento (ibid., p. 53) afirma que no campo da patologização das experiências trans dois conceitos se articulam para negar às pessoas trans a possibilidade da autodeterminação de suas identidades de gênero: transtorno e estereótipos de gênero. O conceito de “estereótipo de gênero” é particularmente mobilizado pela teoria feminista radical trans-excludente para qualificar as demandas por reconhecimento identitário de sujeitos trans como reformistas, individualistas ou liberais. No entanto, o seu estatuto teórico pode ser questionado, na medida em que estrutura uma falsa problemática pois subentende que apenas pessoas trans reforçariam intencionalmente e/ou inequivocamente tais estereótipos (isentando sujeitos cis de análise crítica). É neste sentido que Bento irá se questionar:

Não seria equivocado exigir que as pessoas trans sejam naturalmente subversivos/as, quando também compartilham os sistemas simbólicos socialmente significativos para

os gêneros? Será que a própria experiência já não contém em si um componente subversivo, à medida que desnaturaliza as expressões de gênero? Deve-se, ao contrário, perguntar o porquê das pessoas trans se identificarem discursivamente com determinadas performances de gênero qualificadas como retrógradas, submissas. Embora correndo o risco de cansar o/a leitor/a, ainda se deve perguntar: o que são estereótipos de gênero? Ideias preconcebidas? Juízos resultantes de determinadas expectativas que, por sua repetição, são rotinizados como verdades? Mas todos os sujeitos sociais não atuam de acordo com determinadas expectativas e suposições que, acredita-se, são as apropriadas para o seu gênero? Qual o sentido ou mesmo a operacionalidade teórica dos "estereótipos de gênero"? (BENTO, *ibid.*, p. 54-55)

As formulações de Bento acerca dos corpos e do reconhecimento da identidade de gênero aliada às considerações à respeito da vulnerabilidade podem nos ser úteis para o desvencilhamento da falsa problemática segundo a qual a afirmação do reconhecimento das identidades trans seria vista como uma forma de reforço intencional de estereótipos de gênero, tal como é adotada por certas interpretações da teoria feminista radical¹⁹⁷. A vantagem desta perspectiva reside no fato de que não precisaríamos adotar o terreno da falsa problemática do feminismo radical trans-excludente que concerne aos “estereótipos de gênero” ao mesmo tempo em que não nos exige a recusa prévia da questão, proporcionando um tratamento (e transformação) teórico da questão. Este gesto de análise passa pelo reconhecimento da vulnerabilidade específica daquelas pessoas que “vivem o gênero e que não têm um corpo sexual que o sustente”, como formula Bento, e precisam, “antes”, pedir um gênero, entendido como uma categoria de reconhecimento de humanidade. A necessidade de pedir um gênero, “antes”, para serem reconhecidos como humanos define a vulnerabilidade específica a que pessoas trans estão expostas.

Bento (2011, p. 93) afirma que “reivindicar uma identidade de gênero implica em construir um corpo e demonstrar que ele será o suporte dessa identidade”. Reivindicar uma identidade de gênero em dissonância com as expectativas sociais de coerência entre sexo atribuído, gênero e sexualidade é se situar, portanto, numa situação de vulnerabilidade em que o corpo do sujeito aparece como não sendo capaz de servir de suporte a sua própria identidade. Compreender, contudo, a reivindicação da construção de um corpo passível de suporte de uma identidade de gênero como uma forma de reiteração inequívoca de normas é ignorar as condições concretas de existência destes sujeitos pois se trata de uma posição que se exime por completo de pensar esta vulnerabilidade em sua especificidade (isto é, a exclui de antemão como uma problemática teórica). Cabe ressaltar que adotamos a perspectiva teórica que compreende esta vulnerabilidade como fundante do próprio sujeito¹⁹⁸, não sendo meramente

¹⁹⁷ Ver análises da seção 3.4 Estereótipos de gênero, socialização e identidade.

¹⁹⁸ Caberia determinar em que medida esta especificidade é estritamente exclusiva aos sujeitos trans - podendo ou não serem estendidas aos sujeitos cis, sob determinadas circunstâncias analíticas (quantitativamente?)

acessória ou contingente. Além disto, partiria-se equivocadamente da ideia de que esta demanda prescreveria automaticamente a existência de um único corpo para um único tipo de identidade. Elliot (2010, p. 52) neste sentido argumenta que as incorporações (*embodiments*) de gênero de pessoas transexuais que se fundamentam pela realização de cirurgias e reposição hormonal só são vistas como “tendenciosas” se esta incorporação for lida como “prescritiva, como a solução de todas as experiências de não-conformidade de gênero”. Mesmo que os sujeitos imaginariamente acreditem que apenas um tipo de corpo possa ser capaz de servir de suporte a suas identidades, isto é certamente diferente de postular, do ponto de vista teórico, algum tipo de lei ou norma aplicável de forma genérica a todo e qualquer sujeito de forma inflexível, tampouco nos permite nos situar numa posição de exterioridade em que pudéssemos criticar o poder que prescreve as condições de coerência pelas quais um corpo pode ser passível de “demonstrar suporte” de uma identidade - seja qual identidade e condição sejam. A afirmação de existência passa, afinal, pelo reconhecimento de uma ligação “lamentável” entre a constituição de si e as normas,

se os termos pelos quais adquirimos reconhecimento social para nós mesmos são aqueles pelos quais somos regulados e ganhamos existência social, então a afirmação da existência implica render-se à subordinação - uma ligação lamentável. (BUTLER, 2017, p. 85)

É precisamente neste aspecto que Bento (ibid., p.93) irá dizer que a “luta pelo reconhecimento da identidade de gênero [...] é uma forma de lutar pela autonomia do corpo” mesmo que “acanhada” ou “nem sempre explícita”. Entendemos, por fim, que pensar conjuntamente as noções de vulnerabilidade, reconhecimento, humanidade, identidades e corpos trans nos coloca numa posição de limite e fragilidade com o próprio sentido.

Se as humanidades têm algum futuro como crítica cultural, e a crítica cultural tem uma tarefa no presente momento, é, sem dúvida, no sentido de nos fazer retornar o humano aonde não esperamos encontrá-lo, em sua fragilidade e nos limites de sua capacidade de fazer sentido. (BUTLER, 2011, p.32)

Qualquer tipo de explicação que vise dar conta do porquê *se é como é* estará exposto à incompletude, incoerência e falha. O relato de si mesmo, como diz Butler, nunca pode ser completo. A história pela qual se explica a sujeição é inevitavelmente circular e pressupõe o mesmo sujeito que ela busca explicar (...) tal formulação sugere que, no ato de se opor à subordinação o sujeito reitera sua sujeição (BUTLER, 2017, p. 20).

qualitativamente?) que precisariam igualmente serem determinadas. Deixamos esta questão potencialmente em aberto, tendo em vista, no entanto, os dois princípio que adotamos: ao mesmo tempo em que consideramos as experiências de descontinuidades de gênero como também estando presentes nos sujeitos cis, reconhecemos a existência de um corte qualitativo entre experiências de sujeitos trans e cis no que dizem respeito a essas experiências de descontinuidades - que envolvem portanto implicações materiais, mas que não podem ser abstratamente e aprioristicamente definidas.

O "eu" não pode contar a história de seu próprio surgimento, nem as condições de sua própria possibilidade, sem dar testemunho de um estado de coisas que ele poderia não ter presenciado, que é anterior ao seu próprio surgimento como sujeito cognoscitivo, e assim construir um conjunto de origens que só pode ser narrado à custa de um conhecimento confiável. (BUTLER, 2015, p. 30)

Logo, qualquer tentativa de explicar como / o que é ser uma pessoa trans será marcada pela incompletude, incoerência e falha. E isso poderia ser demérito de uma ou outra identidade? Entendemos que não. O problema seriam as assimetrias, uma forma como as falhas são assimetricamente interpretadas em decorrência de um funcionamento não explicitado de uma norma - como se a incompletude e a incoerência só pudesse ser um problema visível e passível de crítica para determinadas identidades.

Não se espera que pessoas cis expliquem a origem de suas cisgeneridades, ao contrário das pessoas trans. Pessoas trans são colocadas numa posição duplamente incômoda: temos que explicar a origem de nossas identidades e qualquer tentativa de explicação dessa origem estará fadada, em alguma instância, à incompletude. Como argumenta Bettcher (2013a, p. 235), se colocar na posição em que se é necessário justificar a própria existência é um mau lugar para se situar como ponto de partida para a teorização e política transgênera. A autora defende que “o ponto de partida da minha teorização é que nós deveríamos aceitar a reivindicação da auto-identificação das pessoas trans como presumidamente válida e verdadeira, sem requisitar justificativas como uma condição de aceitação” (BETTCHER, 2013b, p. 52).

O problema não seria assumirmos que de fato a condição do relato de nossas identidades é incompleta. Se nos permitimos então a delimitar uma problemática, ele residiria na seguinte assimetria: nós pessoas trans somos colocadas numa posição que inevitavelmente iremos falhar na explicação das origens de nossas existências ou identidades e o problema está no fato de que essa falha ser articulada como forma de reforço de estigma - porque se espera, mesmo que implicitamente, que este relato deveria ser de alguma forma completo e coerente. Nós iremos falhar se somos instados a explicar porque reivindicamos um corpo passível de suporte de nossa identidade trans. Esperar tacitamente o sucesso de algo que inevitavelmente fracassa (e fracassará), eis a posição impossível e equívoca na qual a cisgeneridade compulsória sistematicamente posiciona a transgeneridade. Então qualquer articulação identitária que uma pessoa trans fizer sobre si mesma será potencialmente interpretada em antagonismo à reivindicação do pertencimento a sua identidade, no intuito de desqualificá-la, assim como eventuais demandas de alteração e autonomia corporais.

Uma forma bastante espontânea pela qual pessoas trans são posicionadas a narrarem a si mesmas se dá por meio de algum tipo de essencialismo, sendo mais ou menos estratégico. Pessoas trans frequentemente dizem que não escolheram serem assim - elas falam isso para usufruírem de algum grau de aceitação em um contexto social de aceitação escassa e violências, para não serem expulsas de casa e da escola por exemplo, não para necessariamente provar uma verdade sobre a essência de nossas identidades. Pessoas trans frequentemente dizem que sempre se “sentiram” homens ou mulheres (para o caso de pessoas trans binárias) - elas fazem isso para serem minimamente aceitas, para terem acesso a saúde (cuidados médicos assistidos de alteração corporal, em especial) e reivindicarem suas existências, e não para provar a tese de que gênero é um sentimento interno e puramente subjetivo.

Gagné e Tewksbury (1998, p. 82) entendem que o sistema de gênero exerce uma pressão sobre aqueles indivíduos que não se conformam às expectativas sociais associadas ao binário masculino e feminino. Esta pressão se expressa tanto no sentido da ocultação dos sinais de transgressão ou dissonância de gênero (quando homens femininos são pressionados a ocultar os sinais de feminilidade e mulheres masculinas de masculinidade) quanto pela conformação direcionada às expectativas do gênero “oposto” ao originalmente designado a partir do nascimento, no interior, portanto, de uma perspectiva transversal, isto é, de “mudança de gênero” (quando pessoas transgêneras são pressionadas a se enquadrarem nas próprias expectativas normativas do gênero com o qual se identificam com a finalidade de adquirirem a passabilidade cisgênera).

O medo de ser rejeitado e/ou estigmatizado (assim como de sofrer violência) pela família, amigos, colegas (especialmente no ambiente de trabalho, o que inclui o medo de desemprego¹⁹⁹ e/ou demissão) funciona como uma destas pressões para estabelecer conformidade de gênero, com o intuito de se evitar a perda das relações sociais e/ou intersubjetivas (GAGNÉ, TEWKSBUY, 1998, p. 87). A não conformidade de gênero ou a visibilidade da identidade trans em ambientes de trabalho podem ser interpretadas como uma ameaça à produtividade de empresas, o que impacta diretamente na capacidade de conseguir um emprego (IRVING, 2012, p. 159). A fim de se atenuar o risco diário em sofrer transfobia,

¹⁹⁹ A marginalização e discriminação social que pessoas transgêneras estão expostas induz um estado sistemático de desemprego, contribuindo para que esta população se constitua como um exército de reserva de mão de obra. A situação de precariedade para o acesso ao trabalho se agrava na medida em que a violência e pauperização que pessoas transgêneras estão expostas é indissociável da criminalização da prostituição, ver Namaste (2009, 2011). Pessoas trans também estão sobrerrepresentadas em setores de baixa remuneração na economia e, como bem pontua Irving (2012, p. 160), sob a ideologia neoliberal, a capacidade de uma pessoa trans passar pela transição de gênero e permanecer e/ou conseguir um emprego constitui um imaginário de “sucesso pessoal” e é vista decorrente do mérito ou caráter individual.

sujeitos trans reinscrevem-se em uma identidade de gênero normativa (JOHNSON, 2005, p. 37). Ser aceito como um membro do gênero com o qual se identifica facilita enormemente o acesso ao emprego e moradia; ser levado a sério nos diversos âmbitos pessoais, sociais e políticos, além de evitar o constrangimento e violência em espaços públicos (SERANO, 2007, p. 60).

Ambas pressões sistêmicas pela conformidade de gênero, argumentam Gagné e Tewksbury, são sinais do funcionamento de um mesmo sistema de gênero binário que oferece pouco recurso cultural capaz de dar suporte aos indivíduos desenvolverem uma identidade de gênero alternativa às expectativas hegemônicas e/ou binárias. Esta dupla regulação da normatividade de gênero significa que tanto as demandas por reconhecimento de identidades de gênero que habitam o entremeio entre os pólos masculino e feminino (designadas com certa frequência como não binárias) como as transgêneras (mesmo aquelas que sejam mais explicitamente binárias) são obstaculizadas. Habitar o entremeio do binário de gênero frequentemente resulta na suposição de uma sexualidade homossexual, enquanto se situar fora ou às margens do binário expressa a própria condição de ser indecifrável (GAGNÉ et al., 1997, p. 479).

Esta perspectiva de uma dupla regulação dá conta dos processos de regulação de gênero que incidem sobre a identidade transgênera sem que tenhamos que adotar uma perspectiva que conceba a possibilidade de ora uma transgressão ora uma conformidade absolutas. Assim, a reiteração (*enactment*) das identidades de gênero por indivíduos transgêneros tanto resistem como se conformam às normatividades (GAGNÉ, TEWKSBURY, 1998, p. 82), no interior de um mesmo processo. Gagné e Tewksbury (1999, p. 63) afirmam que “nossa pesquisa sugere que a maioria dos indivíduos transgêneros masculinos para femininos não busca reforçar os estereótipos de gênero definidos patriarcalmente nem questionar o discurso de gênero hegemônico. Eles estão procurando maneiras de “ser eles mesmos” sem ridicularização, ataque ou vergonha”.

Tendo em vista estas considerações, a crítica à demanda cultural pela passabilidade cisgênera não deve ser vista como antagonica ao reconhecimento das identidades trans, mesmo admitindo que o reconhecimento possa subentender a demanda pela passabilidade e alterações corporais. Ao contrário, esta crítica pode ser compreendida como fazendo parte integral do movimento transgênero, na medida em que compreendemos dialeticamente a conformidade e transgressão das normas de gênero. Seja o que for que cause a variação e a não conformidade de gênero também causa a normatividade e conformidade, de forma com que o comportamento

tido como transgressivo é produzido pelo mesmo processo que constituiu gênero como um binário opositivo (GOLDNER, 2011, p. 163). Existem razões objetivas, que decorrem do fato de vivermos numa sociedade estruturada pela transfobia, que levam pessoas trans a terem que lançar mão do essencialismo ou da conformidade de gênero como uma estratégia de sobrevivência. Não se trata de meros caprichos subjetivos ou de falta de uma perspectiva crítica como costumam interpretar algumas correntes feministas radicais.

5.2 Feminismo, psicanálise e humanismo

Allouch (2010, p. 17) aponta que o questionamento contemporâneo da homossexualidade se configura como um acontecimento recente e notável que assinala a existência de uma linha de fratura na erótica moderna. Tais questionamentos, segundo o autor, se referem tanto à recusa de entender a homossexualidade como uma entidade da clínica psiquiátrica como de pressupor que haveria na homossexualidade a possibilidade da existência de um “traço unário suscetível de reunir um certo número de indivíduos”. Estes questionamentos, argumenta o autor, configuram índices de uma divisão entre sexualidade e reprodução ou entre duas modalidades de erotismo. A posição de Freud frente a oposição entre homo/heterossexual, segundo Allouch, “permanecerá ambígua, equívoca, equilibrada”. A sexualidade, pontua Allouch, foi pensada em Freud através das noções de pulsão e libido como substitutas da noção de instinto na medida em que são entendidas em termos de montagem, isto é, a sexualidade comporta um jogo em que não se trata de “aplicar automaticamente um saber já ali” que articularia objetos, objetivos, fontes e impulsos.

Allouch propõe uma divisão entre a psicanálise e o campo dos estudos gays e lésbicos a partir da existência do sintoma: enquanto o primeiro tomaria o lugar do sintoma como centralidade, pois o sintoma é concebido como ponto de partida para a análise e transformação de uma economia libidinal, o segundo, por sua vez, ignoraria-o. Nas palavras de Leguil, se os estudos de gênero se voltam à relação conflituosa do sujeito frente às normas sociais que constroem sua vida sexual, a psicanálise se dedica ao que faz do sexo e do gênero enigmas para o sujeito - enigma esse que não tem como ser devidamente tratado somente pela vertente política²⁰⁰. Roudinesco²⁰¹ afirma que a “batalha entre a psicanálise e os movimentos gay e das mulheres se tornou legendaria” além de ter servido de “motor da evolução da psicanálise nos Estados Unidos”.

²⁰⁰ Citada por Cossi (2016, p. 93).

²⁰¹ Citada por Cossi (ibid., p. 116).

Cossi (2016) aponta para a existência de divergências irreconciliáveis e contribuições mútuas entre a psicanálise e o feminismo. Contudo, não haveria consenso sobre para qual pólo da divergência/contribuição esta relação entre campos penderia, tampouco exatamente sobre quais pontos e aspectos cada pólo incidiria. Se por um lado algumas interpretações feministas veem a psicanálise como um sistema de pensamento capaz de implodir as identidades fixas e reconhecer a função da linguagem na constituição subjetiva, por outro, também veem a psicanálise como falocêntrica e conivente com o patriarcado. De um modo quase simétrico, algumas interpretações psicanalíticas veriam no feminismo uma importante contribuição à compreensão das identidades como construtos políticos enquanto que outras veriam um desconhecimento (em forma de obstáculo) de questões que são centrais em psicanálise, como o sintoma ou a dita diferença sexual.

A psicanálise, sob os olhares da crítica feminista, estaria edificada sobre premissas do patriarcado ao passo que não forneceria meios de revertê-lo, prescrevendo relações de poder na forma de um binarismo inflexível (COSSI, 2016, p. 20). Em contrapartida, o campo dos estudos de gênero usualmente vê com simpatia os desenvolvimentos teóricos psicanalíticos referentes ao estágio pré-edípico, cujas características (bissexualidade, pulsão parcial) podem reformular as ideias referentes à heterossexualidade e à identidade de gênero (COSSI, *ibid.*, p. 120).

Freud teria falhado por não investigar os fatores históricos que regem os dados com os quais ele estava lidando, tomando-os equivocadamente como se fossem universais²⁰². A psicanálise e a antropologia estrutural de Lévi-Strauss padeceriam da ingenuidade de não calcularem as implicações que seus aportes teóricos poderiam ter para o feminismo e não levarem em conta o sexismo endêmico que descreviam, desconsiderando a história²⁰³. Críticas ainda mais ferrenhas são desferidas por Wittig²⁰⁴, já que para ela todos os conceitos trabalhados pela psicanálise não passariam de categorias fundadas por dogmas políticos e filosóficos que demandam serem urgentemente superados pois alicerçam a heterossexualidade como obrigatória.

O falo, como significante que a princípio não significa nada pois marcado pela falta, ou como um símbolo de algo que compensa alguma falta e que ninguém pode ter (GHEROVICI, 2017, p. 538) é visto como suscetível de encarnar, praticamente a todo instante, um significado a nível corporal, privilegiando o pênis. Neste aspecto Gallop (*apud* COSSI,

²⁰² Irigaray citada por Cossi (*ibid.*, p. 39).

²⁰³ Rubin, citada por Cossi (*ibid.*, p. 118).

²⁰⁴ Citada por Cossi (*ibid.*, p. 87)

2016, p. 19) entende que “a posição ideológica de Lacan - falocrata ou feminista - depende em grande parte do significado que se atribui ao falo”. Lacan, contudo, “teria mantido a mulher presa a uma versão negativa do Édipo e às garras do falo, agora alçado ao status de significante”²⁰⁵.

Em Lacan, a partir de sua premissa de que “não há relação sexual”, adere-se a aposta da formalização de duas formas irreduzíveis de falha no que se designa como sendo homem ou mulher: ambos teriam que lidar com a falha intrínseca à não relação sexual, cada um à sua maneira em termos de funcionamento de lógicas diferentes. Se a relação sexual não se escreve, a não relação sexual, nós deveríamos nos esforçar para logicamente escrevê-las, nas suas duas formas de não se dar (COSSI, *ibid.*, p. 23). Se a psicanálise produz tal objeto, é justamente para melhor mostrar sua impossibilidade teórica, uma definição da diferença dos sexos é uma categoria e conceito vazios (...) precisemos: vazio não significa neutro²⁰⁶. Carlson (2017, p. 629) aponta que “diferença sexual para a psicanálise lacaniana não pode ser reduzida aos campos do sexo biológico, identidade de gênero ou expressão de gênero - não é uma manifestação da natureza nem da cultura, tampouco uma invenção humana ou biológica, mas um modo de ser resultado do estado humano como sujeito à linguagem”. A diferença sexual para a psicanálise lacaniana é entendida como “uma estrutura resultante da maneira como um sujeito se relaciona com o significante da perda” (ELLIOT, 2002, p. 302). Em contraposição a tais formulações, Irigaray é provocativa: “falar que não há relação sexual não equivaleria [a dizer] que não há relação sexual possível, já que não há saída do *logos*, que é totalmente assimilado ao discurso do conhecimento?”²⁰⁷.

A busca pela reconciliação entre a identidade de gênero e o corpo por meio de alterações cirúrgicas e/ou hormonais por pessoas transgêneras pode ser interpretada pela crítica psicanalítica como uma eclipse subjetiva entre representação e realidade, constituindo uma espécie de fantasia de que “a diferença sexual real” possa ser “totalmente alinhada com o sistema representacional de gênero” (WALLERSTEIN, 2017, p. 422). Tais entendimentos frequentemente são mobilizados por perspectivas psicanalíticas que enquadram as identidades transgêneras no campo da psicopatologia. Assim, pessoas trans são vistas, por exemplo, como psicóticas que “denegam a realidade corporal” (HANSBURY, 2017, p. 387) ou “confundem o órgão corporal verdadeiro com um significante” (MILLOT, 1997, p. 337) e por isso “incapazes de usarem metáforas apropriadas para partes do corpo” (GHEROVICI, 2017, p. 540). Gherovici

²⁰⁵ Cossi (*ibid.*, p. 40).

²⁰⁶ Fraisse citada por Cossi (*ibid.*, p. 25).

²⁰⁷ Citada por Cossi (*ibid.*, p. 52).

(2011, p. 3) argumenta que estas tendências na psicanálise decorrem de uma reinterpretação seletiva dos textos freudianos e estão em contradição com diversos aspectos da própria teoria psicanalítica. As demandas por alterações corporais cirúrgicas já foram descritas nos discursos psicanalíticos como uma “fantasia de poder ilimitado” que buscaria abolir “as fronteiras do real” e, portanto, “se esquivar da questão da diferença sexual e da ambiguidade subjetiva²⁰⁸” (SHEPHERDSON, 2006, p. 95).

Wallerstein (2017) entende, contudo, que o conceito de verdade que subjaz este paradigma psicopatológico, ao se relacionar com a vida psíquica, deve ser repensado. Isto porque, argumenta a autora, o ato de transição é capaz de retrabalhar a relação entre representação e realidade e entre sexo e gênero. Para isso, ela concebe a diferença sexual como uma “realidade insabível e inconsciente que inaugura a subjetividade humana” com o intuito de “levar a sério a relação de gênero com o sexo e questões de verdade, sem colapsar em uma concepção positivista de gênero como correspondendo ao sexo de algum modo pré-determinado” (ibid., p. 427). A psicanálise neste aspecto pode ser um campo capaz de pensar o corpo ou a incorporação (*embodiment*) sem reduzi-los ora ao biológico (sexo), ora ao social (gênero).

Cavanagh (2017, p.326-327) cita Jay Prosser (1998) e Gayle Salamon (2004) como uns dos primeiros autores transgêneros que articulam as teorias psicanalíticas com as perspectivas trans. Tais articulações buscam questionar os enquadramentos das experiências e identidades trans como psicopatológicas no interior da teoria psicanalítica. Isto implica, segundo Cavanagh (2017, p. 326-327), o questionamento da representação de transexuais como sujeitos superinvestidos (*overinvested*) nos binários normativos de gênero e incapazes de aceitar as “aporias da diferença sexual”. A “transexualidade”, neste sentido, não é um sintoma mais extremo do que “homem” ou “mulher” (CARLSON, 2013, p.311). Cavanagh defende que, ao invés de ser uma mera tentativa de substituir ou ignorar a diferença sexual, as identidades trans sejam “caminhos viáveis para negociar o impasse da diferença sexual” (ibid., p.329) e as modificações corporais sejam uma maneira de se reivindicar o próprio desejo (GOZLAN, 2011, p.45). A transexualidade interpretada como um sintoma não se restringe a uma ilusão defensiva de unidade que denegaria a falta, a subjetividade e o desejo (GOZLAN, ibid.).

Segundo Cossi (ibid., p. 123), as críticas de Butler à psicanálise foram especialmente produtivas, pois o modo afiado como Butler interpretou conceitos da psicanálise lacaniana suscitou uma quantidade enorme de trabalhos em sua resposta, obrigando os

²⁰⁸ Ver Millot (1990, 1997) e Chiland (2000).

psicanalistas a “tratarem enfim dos fundamentos obtusos da psicanálise que costumam passar incólumes, em boa parte, nas suas instituições de transmissão”. Uma das considerações de Butler a respeito da lei simbólica é pensar acerca dos seus limites em termos de produção de exclusão daquilo que passa a se inscrever na esfera do inumano ou abjeto. Butler também associa a sexualidade com a melancolia²⁰⁹, na medida em que a assunção da feminilidade e da masculinidade acompanham uma renúncia da homossexualidade que nem ao menos pôde ser alvo de luto pelo sujeito, renúncia que é entendida em termos de forclusão (pois excluída antecipadamente de sua própria inscrição no simbólico).

Os problemas de gênero e sexualidade também tocam a questão do humano na medida em que a abjeção parece ser constitutiva da própria noção de humano como não-humano, inumano ou da perda de humanidade (via, por exemplo, a ausência de reconhecimento).

As constrictões sociais sobre conformidade e desvio de gênero são tão grandes que a maioria das pessoas se sente profundamente ferida se lhes dizem que exercem sua masculinidade ou feminilidade inadequadamente. Na medida em que a existência social exige uma insofismável afinidade de gênero, não é possível existir num sentido socialmente significativo fora das normas de gênero estabelecidas. A queda a partir dos limites de gênero estabelecidos causa um sentido de deslocamento radical que pode assumir uma significação metafísica. Se a existência humana é sempre existência dotada de gênero, extraviar-se do gênero estabelecido é em certo sentido questionar a própria existência. Nesses momentos de deslocamento de gênero em que compreendemos que é duramente necessário que sejamos os gêneros em que nos transformamos, defrontamos o fardo da escolha intrínseca a viver como homem ou mulher ou alguma outra identidade de gênero, liberdade que se torna pesada pela constrição social. (BUTLER, 1987, p. 143)

A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. Se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se torna de seu gênero, como se o gênero fosse um pós-escrito ou uma construção social posterior? (BUTLER, 2016, p. 193-194)

Wittig (2006, p. 73) pontua o pertencimento do humano à ordem do que está em potencial, do possível, do ainda não realizado. Apesar de sua pretensão universal, adverte a autora, o que tem sido considerado humano apenas se refere a uma minoria de pessoas: homens brancos, proprietários dos meios de produção e os filósofos, que desde sempre teorizaram seus pontos de vista como se fosse o único possível. Wittig aposta falar a partir de um ponto de vista lésbico capaz de formular sua especificidade como vanguarda do conceito de humano, representando um ponto de vista “mais que humano”. Cabe ressaltar o lugar da lésbica no

²⁰⁹ A partir de leituras que Butler faz da teoria psicanalítica, Hird (2002a) sintetiza que a melancolia, fruto de uma reação frente à perda, é o próprio preço pago para a estabilidade de uma forma de identificação de gênero.

pensamento da autora: como nem homem, nem mulher, a lésbica é uma desertora da heterossexualidade compulsória (mesmo que de forma parcial e precária), capaz de questionar radicalmente a noção de sexo ou diferença sexual.

Dialectizar la dialéctica supone para mí preguntarse qué ocurrirá realmente con la cuestión de lo humano, una vez que todas las categorías del Otro estén transferidas hacia el lado del Uno, del Ser, del Sujeto. ¿No habrá transformación? Por ejemplo, en el plano del lenguaje, ¿seremos capaces de conservar términos como “humanidad”, “humano”, “hombre”, “l’homme”, “homo”, aunque todos estos términos en su sentido abstracto quieren decir el ser humano (sin distinción de sexo)? ¿Vamos a seguir conservando todos estos términos después de que el grupo dominante (los hombres que dominan a las mujeres) se los haya apropiado durante tanto tiempo y los haya utilizado para interpretar de forma abstracta y concreta la humanidad como el varón? Humanidad: Varonidad (Mankind:Malekind). Esto sería un abuso filosófico y político. (WITTIG, 2006, p. 80)

O humanismo pode ser entendido como uma ideologia de natureza compensatória frente a uma percebida incapacidade de ação na história, Althusser (1999, p. 39) o qualifica como um “protesto moral impotente”. Na ausência de uma teoria de determinação estrutural das identidades de gênero desviantes, o que resta é a ausência de sentido e uma aclamação, subsequente e espontânea a esta presumida impotência frente ao sem-sentido²¹⁰, ao Humano. O que restaria aos homens e mulheres “livres” de qualquer identidade de gênero é a suposta qualidade de serem humanos, momento mítico anterior à Queda dos estereótipos de gênero (RAYMOND, 1979, p. 155). A ideia humanista é que indivíduos são libertos da alienação quando são soltos das mesmas relações sociais nas que eles estão, desde o princípio, implicados (lembrando a observação de Althusser acerca da alienação como processo que “desde sempre já começou”). O ser-humano é uma noção incapaz de explicar o que quer que seja no interior de uma teoria determinada, mas, em contrapartida, deve ser explicada (ALTHUSSER, 1999, p. 39). Segundo o que defende o autor, ao desenvolver-se, a teoria materialista deve simplesmente poder prescindir da noção de ser-humano, pois são as relações sociais que se pretende alcançar para a compreensão do “homem”, em termos teóricos.

Segundo Haroche (1992, p. 82-83), o humanismo aparece, ao mesmo tempo, como expressão da dominação progressiva do sistema jurídico sobre a ordem religiosa e como consequência das crises sucessivas que enfraquecem a ordem religiosa. Segundo a autora, o humanismo, que faz apelo ao homem de todos os tempos, aparece como coroamento de uma concepção de sujeito presente em Aristóteles. Esta concepção de sujeito centra-se na problemática da magnanimidade e humildade: a primeira, característica daqueles que detém o

²¹⁰ Propondo a formulação do sem-sentido como vazio do sentido, relacionamos com questão da ideologia na medida em que a “ideologia tem horror do vazio, e como todo atraso é um vazio, ela nele se precipita” (ibid., p. 44).

direito e o poder, é vista como uma prerrogativa de uma elite (os filósofos), enquanto que a segunda é relegada às massas. O magnânimo detém, dessa forma, o privilégio da determinação, enquanto que o humilde, que se submete a uma determinação imposta do exterior, se mantém em uma posição de ambiguidade e imprecisão na medida em que ele não tem capacidade para suprimi-las.

Se algumas diferenças demarcam a particularidade de certas posições como excluídas da condição de universalidade, seria possível extrair a própria universalidade a partir de uma posição particular? O particular pode alçar-se como posição universal como forma de resistência? Isto é, a universalização do particular pode configurar uma prática de resistência de grupos oprimidos em virtude da forma como sua diferença estrutura sistemas de exclusão e injustiça sociais? Seria preciso supor para isso uma ontologia, que garantiria a possibilidade da universalidade, prévia à própria diferença? Esta ontologia prévia às diferenças é precisamente o caráter humano dos sujeitos falantes? Quanto desta universalidade “outra”, obtida a partir de um trabalho de crítica à universalidade excludente, guarda em si restos da diferença da qual se originou e rompeu, sob quais aspectos? Em que medida a universalidade pode dissolver as diferenças de uma forma a representar a própria perspectiva da diferença no seu interior? A universalidade afeta mais a diferença ou é a diferença que afeta mais a universalidade?

Apesar das categorias linguísticas modelarem a realidade de maneira “violenta”, criando ficções sociais em nome do real, uma realidade mais verdadeira parece existir, um campo ontológico de unidade com o qual são contrastadas essas ficções sociais. Wittig recusa a distinção entre conceito “abstrato” e realidade “material”, argumentando que os conceitos se formam e se difundem no âmbito da materialidade da linguagem e que a linguagem funciona de uma maneira material para construir o mundo social. Por outro lado, essas “construções” são compreendidas como distorções e reificações a serem julgadas em contraposição a um campo ontológico anterior, de unidade e plenitude radicais. Os construtos, portanto, são “reais”, na medida em que são fenômenos fictícios que adquirem poder no discurso. Todavia, eles são esvaziados de seu poder por meio de atos de enunciação que buscam recorrer implicitamente à universalidade da linguagem e à unidade do Ser. Wittig argumenta que “a obra literária pode perfeitamente operar como uma máquina de guerra” (...) Para as mulheres, as lésbicas e os gays - que foram todos particularizados por via de uma identificação com o “sexo” -, a principal estratégia dessa guerra é apropriar-se antecipadamente da posição de sujeito falante e de sua invocação do ponto de vista universal. (BUTLER, 2016, p. 206-205)

Butler (2016, p.207) afirma que a proposta de Wittig em “universalizar o ponto de vista das mulheres” representa, simultaneamente, “destruir a categoria das mulheres e estabelecer a possibilidade de um novo humanismo”. Butler (2007) admite que não é fácil saber como ler esta proposição de Wittig. Não fica muito claro, segundo a autora, no que esta perspectiva universal consistiria. Contudo, Butler logo identifica o tipo de mobilização teórica efetuada por Wittig: trata-se de uma universalização do particular em que se procura colocar

uma “série de problemas muito sérios para o universal a partir da forma como essas questões têm sido até então tradicionalmente compreendidas” (ibid., p. 519). Uma forma pouco produtiva de se conceber esta universalização do particular residiria na mera troca autoritária de perspectivas, a perspectiva minoritária se tornando a universal substituindo a perspectiva dominante que a precedia até então, sem alterar substancialmente a estrutura que configura as relações de poder.

Em oposição a esta forma improdutiva, Butler (2007, p. 521) entende que a universalização do ponto de vista minoritário deve “atacar as categorias básicas de sexo, que incluem preceitos facilmente universalizados: a cultura, a sociedade, o corpo, o inconsciente estrutural, o intercâmbio de mulheres e as próprias categorias de homens, mulheres e sexualidade”. A utilização do universal em Wittig pode ser pensada como uma estratégia crítica capaz de suscitar problemas para as questões de gênero - há aqui a revelação de uma mentira:

Me focando primeiro em seus ensaios políticos e depois em seus romances, argumento que Wittig não cria a possibilidade de universalismo para as mulheres se livrando dos homens com um golpe de uma canetada feminista; em vez disso, ela desconstrói os termos do discurso heterossexual, masculino e feminino, homens e mulheres, implantando o universal como forma de revelar a mentira de que gênero pode falar em nome do universal e a mentira de que o universal pode falar em nome do gênero (ZERILLI, 1990 p. 153).

Butler, entretanto, vê com reservas e distanciamento o que ela interpreta em Wittig se tratar de uma busca por unidade do sujeito que serviria de condição de possibilidade do *eu* enunciar universalmente o seu ser sem divisão, classificando o pensamento de Wittig como um discurso tradicional da busca filosófica da presença e do Ser. Desta forma, Butler (2016, p. 204) entende que, em Wittig, o princípio através do qual o *eu* pode assumir a totalidade da linguagem se fundamenta em uma ontologia que pressupõe uma unidade dos seres falantes que é anterior ao ser sexuado. Esta anterioridade ontológica pode levar a problemas de ordem teórica, na medida em que acaba por reinscrever sub-repticiamente a categoria de natureza.

Se Wittig pressupõe a existência de um núcleo pré-social chamado de “pessoa”, que apenas subsequentemente será marcado como “feminina” ou “mulher”, então a sua teoria materialista da linguagem e seu desenvolvimento crítico do universal, que busca revelar a mentira da universalidade como politicamente contingente ao invés de um componente estrutural inerente à linguagem, deve reinscrever a categoria do natural - uma categoria a qual Wittig ela mesma rejeita por admitir ser ilusória e opressiva. (ZERILLI, p. 157)

Em uma problemática teórica semelhante, Scott (1998, p. 312) afirma que, se por um lado, a categoria de “experiência” ajudou historiadoras feministas a tecer uma “crítica das falsas asserções à objetividade de relatos históricos tradicionais” por meio do desmascaramento dos “disfarces ideológicos de preconceitos masculinos ao destacar os defeitos, incompletude e exclusão na história oficial”; por outro, pôde se basear na crença de sua existência prévia ou

fora da linguagem, discurso ou interpretação. Uma noção de experiência prévia à linguagem pode implicar na adoção de uma noção de identidade ou ontologia que se pretendem universais das próprias mulheres. Este universal, por sua vez, é capaz de repetir os mesmos “defeitos, incompletudes e exclusões” que a princípio pretendia-se combater ou criticar.

Afinal de contas, é típico das visões sobre o que constitui a experiência masculina e feminina o apelo a ou a incorporação de definições normativas existentes (SCOTT, 1994, p. 16). Este apelo a uma “experiência de mulheres” como um fundamento irrefutável de reivindicações feministas pode ser problemático pois o pressuposto de que a experiência naturalmente conduziria a resistência pode ser questionado ou complexificado. Scott (1998, p. 324) argumenta que a experiência é uma categoria válida para a teoria, contudo seu uso deve levar em consideração uma crítica ao empirismo, pois ela é tanto “imediatamente já interpretada” como “algo que precisa de interpretação” (SCOTT, 1998, p. 324).

Uma observação importante a respeito das condições de possibilidade da produção de conhecimento feita por Althusser está no reconhecimento de uma ambiguidade ou limite que caracteriza a *transformação* de um objeto ideológico. Dirá o autor que o conhecimento de uma ideologia implica não apenas a tomada de um distanciamento crítico deste objeto como também o reconhecimento das suas próprias condições de *possibilidade*, de *necessidade*, de *sua estrutura*, *lógica específica e de seu papel prático no interior de uma sociedade dada* (2015, p. 191).

Desta forma, se uma ideologia, ao ser conhecida, pode ser transformada (*sob as formas teóricas da recusa, ou crítica, ou emprego, ou apoio, ou desenvolvimento*) ela não pode ser simplesmente dissipada, pois o conhecimento não pode suprimir a existência histórica de uma ideologia²¹¹. Althusser defende, em nome de uma teoria crítica e revolucionária, uma relação epistemológica a se estabelecer com as ideologias que pode ser qualificada enquanto *tática e estratégica*: não é possível nenhuma tática que não se apoie numa estratégia - e nenhuma estratégia que não se apoie na teoria (2015, p. 201).

A questão que a polêmica travada entre transfeministas e feministas radicais nos coloca, neste aspecto, é saber em que medida poderíamos pressupor que ao *conhecer* o gênero poderíamos dele *prescindir*: sob quais condições de possibilidade e necessidade históricas, sob

²¹¹ Nesta perspectiva, não apenas uma determinada ideologia não é passível de ser meramente dissipada por ser transformada enquanto objeto de conhecimento, como a própria ideologia em si mesma, como sistema de representação indispensável para situar os sujeitos frente às exigências de transformação de suas condições de existência, não deixará de existir mesmo com o fim da sociedade de classes (ibid., p. 195). “Numa sociedade sem classes, a ideologia é o intermediário pelo qual, e o elemento no qual, a relação dos homens com suas condições de existência é vivida em benefício de todos os homens” (ibid., p.196).

quais “conteúdos” do gênero (o conjunto das relações sociais, corpos ou identidades?). Em que medida “identidade” é passível de se tornar objeto da estratégia de luta feminista? Em que medida abordar o tema da “identidade de gênero” pode se configurar enquanto uma forma de *essencialismo estratégico* no interior das práticas feministas? Em que medida “identidade de gênero” pode aparecer enquanto ruptura a qualquer perspectiva idealista, sob quais condições do desenvolvimento da teoria feminista? Em que medida toda forma de se problematizar a “identidade de gênero” pode ser referida a (interpretada como) um elemento pertencente necessariamente a um discurso idealista?

Estas questões se expressam na polêmica levantada por feministas radicais na defesa do que, nesta corrente, entende-se como abolicionismo ou abolição de gênero. Feministas radicais buscam argumentar que, em virtude das transfeministas demandarem reconhecimento de suas identidades de gênero, estariam reforçando o gênero ao invés de buscarem a sua completa eliminação, a ponto, portanto, de qualificá-las enquanto reformistas ou simplesmente liberais.

O recurso à ideologia é recorrente frente a uma inadequação entre novos problemas históricos e condições teóricas insuficientes. Althusser chama a atenção para a problemática do humanismo, situando sua própria posição enquanto anti-humanista teórico: não se trataria de negar a existência real dos problemas e temas abordados pelo humanismo, mas sim de sinalizar a ausência da abordagem destes problemas a partir de um referencial teórico que se desenvolva a partir de categorias marxistas. Um destes temas, assinala Althusser (2015, p. 198), diz respeito às “novas formas de desenvolvimento individual, num novo período da história, em que cada um tem doravante objetivamente a escolha, (...) a difícil tarefa de se tornar por si mesmo o que ele é”.

A partir de uma leitura feminista desta problemática nos colocamos na posição de assinalar em que medida esta difícil tarefa de se tornar “o que se é” em referência ao fato dos sujeitos se tornarem homens ou mulheres, em termos de relações de gênero. Isto é, o feminismo não é indiferente ao fato dos sujeitos terem que enfrentar a difícil tarefa de se tornarem mulheres ou homens a partir de novas formas de desenvolvimento individual em que cada um tem objetivamente a condição de possibilidade de escolha.

6.0 Conclusão

Embora aparentemente opostas, tendências paternalistas e conspiratórias se expressam em uníssono no discurso feminista radical trans-excludente. Tendo em vista as análises, podemos depreender que a formação discursiva unifica estas duas tendências contraditórias, delimitando uma especificidade deste discurso feminista em relação a outros discursos que tematizam as identidades e sujeitos transgêneros. Os aspectos paternalistas isolados tenderiam à implosão dos posicionamentos mais nitidamente trans-excludentes pois abrem brechas, mesmo que limitadas, para alianças entre os movimentos trans e feminista. Isto se dá pois a tendência paternalista se baseia em algum tipo de reconhecimento da vulnerabilidade social das experiências trans, mesmo que enviesado pelas perspectivas cisgêneras. Os aspectos conspiratórios isolados por outro lado desfigurariam o caráter tipicamente feminista da formação discursiva, pois o horizonte de libertação da opressão de gênero para os indivíduos trans tenderia a ser ignorado ao custo das manifestações mais enfáticas de hostilidade.

Estes aspectos conspiratórios, portanto, tendem ao discurso de ódio, ao enquadrarem a inclusão transgênera como uma ameaça que deve ser diligentemente combatida. Estas tendências se delimitam reciprocamente: enquanto os aspectos paternalistas informam as tendências conspiratórias a não ignorarem totalmente as situações de vulnerabilidade às que pessoas trans estão expostas em relação às práticas médicas; os aspectos conspiratórios, por outro lado, orientam as tendências paternalistas a adotarem uma maior postura de desconfiança em relação às questões trans, sustentando a posição segundo a qual a demanda por alterações corporais implica uma cumplicidade aos estereótipos de gênero e, portanto, um conluio entre as pessoas trans e os sistemas médico e patriarcal. A tendência paternalista enfoca, assim, a representação dos sujeitos trans como vítimas, enquanto que tendência conspiratória como agressores. A síntese entre estas duas representações aponta para a noção implícita de cumplicidade, produzindo um efeito de responsabilização/culpabilização dos sujeitos trans sobre as suas próprias condições de vulnerabilidade social e um enquadramento teórico no interior da problemática da alienação e subversão do gênero.

A nominalização, entendida como um mecanismo morfossintático capaz de produzir um efeito de sentido de indistinção, foi encontrada com frequência em formulações do discurso feminista radical e produz a síntese entre as figuras de vítima e agressor. A abordagem das alterações corporais caracterizadas como uma forma de mutilação pelo discurso feminista

não pôde, neste aspecto, prescindir deste efeito de indistinção entre o agente (equipes médicas) e o paciente (vítimas transexuais).

As considerações de feministas radicais trans-excludentes a respeito das identidades trans serem fantasias descoladas das situações sociais que constituem a identidade feminina pode ser entendida como um obstáculo epistemológico para o desenvolvimento do feminismo materialista, assim como a textualização da problemática da subversão de gênero pelos efeitos de denegação. Em virtude do reconhecimento das identidades transgêneras ser enquadrado no âmbito individual e intencional e a problemática da subversão de gênero ser textualizada pelo efeito de denegação não houve uma mudança de terreno epistemológico de uma problemática idealista pela formação teórica feminista radical trans-excludente. A atribuição de intencionalidade às identificações trans pode sustentar as lógicas de culpabilização da vítima. Assumimos, a partir de uma posição transfeminista, a necessidade de uma mudança de terreno epistemológico que não desconsidere as situações sociais que decorrem da negação do reconhecimento subjetivo.

7.0. Referências Bibliográficas

- AHMED, Sara. An affinity of hammers. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 22-34, 2016.
- ALLEN, Emma. **Unpacking Transphobia***. 2013. Disponível em: <http://www.radicalwomen.org/transphobia.shtml>
- ALLOUCH, Jean. **O sexo do mestre. O erotismo segundo Lacan**. Rio de Janeiro; Companhia de Freud, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro : Edições Graal. 1978.
- _____. A querela do humanismo. **Revista Crítica Marxista**, v. 1, 1999.
- _____. **Por Marx**. Campinas, SP : Editora da Unicamp. 2015.
- ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir**. Organização de Carlos Piovezani. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2015.
- ARRUZZA, Cinzia. Gender as Social Temporality: Butler (and Marx). **Historical Materialism** n.23.1. p.28–52. 2015.
- _____. Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.159-171. 2011.
- ASHBEE, Olivia. **Tracing erasures and imagining otherwise: theorizing toward an intersectional trans/feminist politics of coalition**. A Thesis Submitted in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of MASTER OF ARTS in the Department of Women’s Studies. B.A., University of Victoria, 2009.
- AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: Palavras e ações**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990
- AWKWARD-RICH, Cameron. Trans, Feminism: Or, Reading like a Depressed Transsexual: Winner of the 2017 Catharine Stimpson Prize for Outstanding Feminist Scholarship. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 42, n. 4, p. 819-841, 2017.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **‘Cisgênero’ nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”**. Monografia (licenciatura em letras). Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2015.
- BARBAI, Marcos. A. O fracasso do intervalo semântico: significante, sentido e corpo. In: Indursky, F; Ferreira, M. C. L.; Mittmann, S. (orgs.), **Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos: 30 anos de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Mercado de Letras, pp 209-222. 2015.
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Florestan**, n. 2, p.46-66. 2014.
- _____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. **Stonewall**, v. 40, p. 79-110, 2011.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes. 1995
- BETTSCHER, Talia Mae. “Trans Identities and First Person Authority.” In: **“You’ve Changed”: Sex Reassignment and Personal Identity**, ed. Shrage Laurie, 98–120. Oxford: Oxford University Press. 2009.

_____. Evil deceivers and make-believers: On transphobic violence and the politics of illusion. **Hypatia**, v. 22, n. 3, p. 43-65, 2007.

_____. **Feminist perspectives on trans issues**. Stanford encyclopedia of philosophy. 2009. Retrieved from <http://plato.stanford.edu/entries/feminism-trans>

_____. Intersexuality, Transgender, and Transsexuality. In: TSOUKAS, Haridimos; KNUDSEN, Christian (Ed.). **The Oxford Handbook of Feminist Theory**. Oxford: University Press, 2015. p. 407.

_____. Trans Feminism: Recent Philosophical Developments. **Philosophy Compass**, v. 12, n. 11, 2017.

_____. Trans Women and Interpretive Intimacy: Some Initial Reflections”. In: D. CASTAÑEDA (Ed.) **The essential handbook of women’s sexuality: Diversity, health, and violence** (Vol. 2, pp. 51–68). Santa Barbara: Praeger, 2013b.

_____. Trans Women and the Meaning of ‘Woman’. In: ALWANI, Raja et al. (Ed.). **The philosophy of sex: Contemporary readings**. Rowman & Littlefield, 2013a.

_____. Trapped in the wrong theory: Rethinking trans oppression and resistance. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 39, n. 2, p. 383-406, 2014.

BILLINGS, Dwight B.; URBAN, Thomas. The socio-medical construction of transsexualism: An interpretation and critique. **Social Problems**, v. 29, n. 3, p. 266-282, 1982.

BINDEL, Julie. The Operation That Can Ruin Your Life. **Standpoint Magazine**. 2009. Disponível em: <http://standpointmag.co.uk/node/2298/full> Acesso em 10/10/2018.

BRESSER, Nina. Book review: Gender Hurts: A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism. **European Journal of Women’s Studies**, 23(2), 220–222. 2016.

BRETAS, Aléxia. O heterossexismo é meramente cultural? Judith Butler e Nancy Fraser em diálogo. **Idéias**, v.8, n.1, p. 227-246. 2017

BUCUR, Maria. Gender Hurts. A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism, by Sheila Jeffreys, **Women's History Review**, 26:4, 655-656, 2017.

BUENO, Arthur. Políticas da identidade e da desidentificação. **Idéias**, v. 8, n. 1, p. 309-320. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

_____. **Bodies that Matter**. New York: Routledge. 1993

_____. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA. 2016.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOPES, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. O QUE É A CRÍTICA? UM ENSAIO SOBRE A VIRTUDE DE FOUCAULT. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, n. 22, p. 159-179, 2013.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Autêntica Editora, 2015.

_____. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

_____. Variações sobre Sexo e Gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla et al. **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

_____. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p.13-33

_____. WITTIG'S MATERIAL PRACTICE Universalizing a Minority Point of View. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 13, n. 4, p. 519-533, 2007.

CABRAL, Mauro. Relatório do Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn. **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

CALIFIA, Patrick. **Sex changes: The politics of transgenderism**. San Francisco: Cleis Press. 1997.

CARLSON, Shanna T. "Taking the Risk of a True Speech" Transgender and the Lacanian Clinic. **Transgender Studies Quarterly**, v. 4, n. 3-4, p. 627-631, 2017.

_____. Transgender Subjectivity and the Logic of Sexual Difference. In: STRYKER, S; AIZURA A. Z. **The Transgender Studies Reader 2**. New York: Routledge, 2013.

CAVANAGH, Sheila L. Transpsychoanalytics. **Transgender Studies Quarterly**, v. 4, n. 3-4, p. 326-357, 2017.

CHILAND, Colette. The psychoanalyst and the transsexual patient. **The International journal of psycho-analysis**, v. 81, n. 1, p. 21-35, 2000.

COACCI, Thiago. **CONHECIMENTO PRECÁRIO E CONHECIMENTO CONTRA-PÚBLICO: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

_____. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. Dossiê (In) visibilidade trans. **História Agora**, São Paulo, edição especial, v. 1, n. 14, pp 134-161. 2013.

COELHO, Caia. **Um paralelo crítico entre a trajetória de gênero e cisgênero**. 2017. Disponível em: <http://brasil.transadvocate.com/sexo/um-paralelo-critico-entre-a-trajetoria-de-genero-e-de-cisgenero/> Acesso em 10/10/2018.

COLLINOT, André; MAZIÈRE, Francine. A língua francesa: pré-construído e acontecimento linguístico. In: ORLANDI, E. (org.), **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas, SP : Editora da Unicamp, pp 185-200. 2010

CONNELL, Raewyn. Transsexual women and feminist thought: Toward new understanding and new politics. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 37, n. 4, p. 857-881, 2012.

COSSI, Rafael Kalaf. **A diferença dos sexos: Lacan e o feminismo**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos : EdUFSCar, 2009.

COVENEY, Lal. Transsexuals in the women's liberation movement. Paper for the Rad/Rev Conference, Leeds, 22–23 September 1979. **Lesbian Archive collection**, Glasgow Women's Library. Box no: LAIC 1/3, 1979.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. **Cadernos Cemarx**, n. 10. p.198-217, 2017.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ELLIOT, Patricia. A psychoanalytic reading of transsexual embodiment. **Studies in Gender and Sexuality**, v. 2, n. 4, p. 295-325, 2001.

_____. **Debates in transgender, queer, and feminist theory: Contested sites**. Farnham: Ashgate Publishing, 2010.

_____. Engaging trans debates on gender variance: A feminist analysis. **Sexualities**, v. 12, n. 1, p. 5-32, 2009.

_____. Lacanian Analysis and Transsexuality: Take 2. **Canadian Network for Psychoanalysis and Culture**, v. 1, p. 104-124, 2015.

_____. Who gets to be a woman?: Feminist politics and the question of trans-inclusion. **Atlantis: Critical Studies in Gender, Culture & Social Justice**, v. 29, n. 1, p. 13, 2004.

_____.; LYONS, Lawrence. Transphobia as Symptom: Fear of the “Unwoman”. **Transgender Studies Quarterly**, v. 4, n. 3-4, p. 358-383, 2017.

_____.; ROEN, Katrina. Transgenderism and the question of embodiment: Promising queer politics?. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 4, n. 2, p. 231-261, 1998.

ENKE, A. Finn. Introduction: Transfeminist Perspectives. In: ENKE, Finn (Ed.). **Transfeminist perspectives in and beyond transgender and gender studies**. Temple University Press, 2012.

ESCALANTE, Alyson. **Gender Nihilism: An Anti-Manifesto**. 2016. Disponível em: <https://libcom.org/library/gender-nihilism-anti-manifesto> Acesso em 10/10/2018.

ESPINEIRA, Karine; BOURCIER, Marie-Hélène/Sam. Transfeminism: Something Else, Somewhere Else. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 84-94, 2016.

FEDATTO, Carolina P. Inconsciente e ideologia nas formulações linguísticas do conflito: a propósito da denegação. In: Indursky, F; Ferreira, M. C. L.; Mittmann, S. (orgs.), **Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos: 30 anos de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Mercado de Letras, pp 81-94. 2015

FERGUSON, Susan. MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29. p.26-59. 2017

FLOYD, Kevin. Making History: Marxism, Queer Theory, and Contradiction in the Future of American Studies. **Cultural Critique**, n. 40, p. 167-201, 1998.

FOUCAULT, Michel. What is Critique? In: LOTRINGER, Sylvère and HOCHROTH, Lisa (eds). **The Politics of Truth**. Nova Iorque: Semiotex(e), 1997. Transcrito por Monique Emery, revisado por Suzanne Delorme, et al., traduzido para o inglês por Lysa Hochroth.

FREUD, Sigmund. A negação. In: Freud, S., **Obras Completas Volume 16. O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, pp 249-255. 2011

_____. A significação antitética das palavras primitivas. In: Freud, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, vol. XI. 1996

GAGNÉ, Patricia; TEWKSBURY, Richard. Conformity pressures and gender resistance among transgendered individuals. **Social problems**, v. 45, n. 1, p. 81-101, 1998.

_____. Knowledge and power, body and self: An analysis of knowledge systems and the transgendered self. **The Sociological Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 59-83, 1999.

_____.; MCGAUGHEY, Deanna. Coming out and crossing over: Identity formation and proclamation in a transgender community. **Gender & Society**, v. 11, n. 4, p. 478-508, 1997.

GOLDBERG, Michelle. What is a woman? The dispute between radical feminism and transgenderism. **New Yorker**, v. 90, Issue 22, p. 1-13, 2014.

GOLDNER, Virginia. Trans: Gender in free fall. **Psychoanalytic Dialogues**, v. 21, n. 2, p. 159-171, 2011.

GOZLAN, Oren. Transsexual surgery: A novel reminder and a navel remainder. **International Forum of Psychoanalysis**. vol. 20., n.1, p. 45-52, 2011.

GREEN, Eli R. Debating trans inclusion in the feminist movement: A trans-positive analysis. **Journal of Lesbian Studies**, v. 10, n. 1-2, p. 231-248, 2006.

GREER, Germaine. **The Whole Woman**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

GROSS, Elizabeth. Gender outlaws before the law: The courts of the borderlands. **Harvard Journal of Law & Gender**, 32, 165–231. 2009.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile Bodies: Toward a Corporeal Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

HEROVICI, Patricia. Psychoanalysis needs a sex change. **Gay and Lesbian Issues and Psychology Review**, v. 7, n. 1, p. 3, 2011.

_____. Depathologizing Trans: From Symptom to Sinthome. **Transgender Studies Quarterly**, v. 4, n. 3-4, p. 534-555, 2017.

GUIMARÃES, Beatriz. **Feminismo radical e Feminismo trans**. 2013a. Disponível em: <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/05/24/feminismo-radical-e-feminismo-trans/> Acesso em 10/10/2018.

_____. **Identidades e Transfeminismo**. 2013b. Disponível em: <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/15/identidades-e-transfeminismo/> Acesso em 10/10/2018.

HALBERSTAM, Jack. **Female masculinity**. Durham, NC: Duke University Press, 1998.

_____. **The queer art of failure**. Duke University Press, 2011.

_____. **Trans: A Quick and Quirky Account of Gender Variability**. Univ of California Press, 2017.

HANSBURY, Griffin. Unthinkable anxieties: Reading transphobic countertransferences in a century of psychoanalytic writing. **Transgender Studies Quarterly**, v. 4, n. 3-4, p. 384-404, 2017.

HANSSMANN, Christoph. Passing Torches? Feminist Inquiries and Trans-Health Politics and Practices. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 120-136, 2016.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo, SP: Hucitec, 1992.

_____.; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. **Linguasagem**, ed.3, 2008.

HAUSMAN, Bernice L. **Changing Sex: Transsexualism, Technology, and the Idea of Gender**. Durham, N.C.: Duke University Press. 1995

_____. Demanding subjectivity: Transsexualism, medicine, and the technologies of gender. **Journal of the History of Sexuality**, v. 3, n. 2, p. 270-302, 1992.

_____. Recent transgender theory. **Feminist Studies**, Vol. 27, No. 2, p. 465-490, 2001.

HEANEY, Emma. Women-Identified Women: Trans Women in 1970s Lesbian Feminist Organizing. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 137-145, 2016.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1992

_____. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, pp 43-64. 1990

HEYES, Cressida J. Feminist solidarity after queer theory: The case of transgender. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 4, p. 1093-1120, 2003.

_____. Reading transgender, rethinking women's studies. **NWSA Journal**, Vol. 12, No. 2. 2000.

HINES, Sally. The feminist frontier: on trans and feminism. **Journal of Gender Studies**, p. 1-13, 2017.

HIRD, Myra J. Feminist matters: New materialist considerations of sexual difference. **Feminist Theory**, v. 5, n. 2, p. 223-232, 2004.

_____. For a sociology of transsexualism. **Sociology**, v. 36, n. 3, p. 577-595, 2002d.

_____. Gender's nature: Intersexuality, transsexualism and the 'sex'/'gender'binary. **Feminist theory**, v. 1, n. 3, p. 347-364, 2000.

_____. Out/Performing our selves: Invitation for dialogue. **Sexualities**, v. 5, n. 3, p. 337-356, 2002b.

_____. Unidentified pleasures: gender identity and its failure. **Body & Society**, v. 8, n. 2, p. 39-54, 2002a.

_____. Welcoming dialogue: A further response to out/performing our selves. **Sexualities**, v. 5, n. 3, p. 362-366, 2002c.

HIXSON-VULPE, Jack. A Spark of Transsexual Embodiment: Responses to Janice G. Raymond's The Transsexual Empire. **Footnotes**, v. 1, 2008.

HUNGERFORD, Elizabeth. **Insurance coverage and the medicalization of gender non-conformity, part1**. 2013. Disponível em: <https://sexnotgender.com/2013/01/18/insurance-coverage-and-the-medicalization-of-gender-non-conformity/> Acesso em 10/10/2018.

HUNNINGS, Kelly J. Gender Hurts: A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism. 2015. **Rocky Mountain Review of Language and Literature**, Volume 69, Number 2, 2015.

INDURSKY, F. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, pp 117-122. 1990

IRVING, Dan D. Elusive subjects: Notes on the relationship between critical political economy and trans studies. In: ENKE, Finn (Ed.). **Transfeminist perspectives in and beyond transgender and gender studies**. Temple University Press, 2012.

JEFFREYS, Sheila. **Beauty and Misogyny: Harmful Cultural Practices in the West**. New York : Routledge, 2005.

_____. **Gender hurts: A feminist analysis of the politics of transgenderism**. New York: Routledge, 2014a.

_____. The politics of the toilet: A feminist response to the campaign to 'degender' a women's space. **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 2014b. p. 42-51.

_____. They know it when they see it: The UK Gender Recognition Act 2004. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 10, n. 2, p. 328-345, 2008.

_____. Transgender activism: A lesbian feminist perspective. **Journal of lesbian studies**, v. 1, n. 3-4, p. 55-74, 1997.

JESUS, Jaqueline G. Género sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística**, (78), pp. 241-257. 2014

_____.; ALVES, Hailey K.. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Cronos**. Natal, v. 11, pp. 8-19. 2010.

JOHNSON, Katherine. From gender to transgender: Thirty years of feminist debates. **Social Alternatives**, v. 24, n. 2, p. 36-39, 2005.

JOHNSTON, Tim R. Review of Gender Hurts: A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism, by Sheila Jeffreys. **Hypatia Reviews Online**, 2014.

JONES, Zinnia. **Transition as Gender Freedom (Gender Analysis 03)**. 2014. Disponível em: <https://genderanalysis.net/2014/12/transition-as-gender-freedom-gender-analysis-03/> Acesso em 10/10/2018.

_____. **Because I choose it: Transition as a positive choice**. 2012. Disponível em: <https://genderanalysis.net/articles/because-i-choose-it-transition-as-a-positive-choice/> Acesso em 10/10/2018.

JULIA KAPUSTA, Stephanie. Misgendering and its moral contestability. **Hypatia**, v. 31, n. 3, p. 502-519, 2016.

KAAS, Hailey. Birth of Transfeminism in Brazil: Between Alliances and Backlashes. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 146-149, 2016.

_____. **O que é cissexismo?** 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/> Acesso em 10/10/2018.

KNAUER, Nancy J. Gender matters: Making the case for trans inclusion. **Pierce Law Review**, v. 6, p. 1, 2007.

KOYAMA, Emi. The transfeminist manifesto. In: **Catching a wave: Reclaiming feminism for the 21st century**, Rory Dicker and Alison Piepmeier (eds.), Boston: Northeastern University Press, pp. 244-259. 2003.

KURZDORFER, Max. Anti-Trans Hatred in the Name of Feminism. **Dissenting Voices**, v. 1, n. 1, p. 15, 2012.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes. 1988

_____. **O juridismo marcando as palavras: uma análise do discurso cotidiano.** Dissertação de mestrado do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1987.

LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis.** São Paulo: Ática, 1979.

LAMARÃO, Fernanda Goulart. Resenha de *Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism*. Sheila Jeffreys. Londres e Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2014, 215p. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 10, p. 729-733, 2015.

LANE, Riki. Reading trans biology as a feminist sociologist. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 185-191, 2016.

LIVIA, Anna. HALL, Kira. "É uma menina!": a volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos.** São Paulo, SP. Parábola Editorial. 2010.

MACDONALD, Eleanor. Critical identities: rethinking feminism through transgender politics. **Atlantis: Critical Studies in Gender, Culture & Social Justice**, v. 23, n. 1, 1998.

MACKAY, Finn. Political not generational: Getting real about contemporary UK radical feminism. **Social Movement Studies**, v. 14, n. 4, p. 427-442, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARANDIN, Jean-Marie. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: ORLANDI, E. (org.), **Gestos de Leitura: da história no discurso.** 3. ed. Campinas, SP : Editora da Unicamp, pp 119-144. 2010

MAYEDA, Graham. Re-imagining feminist theory: transgender identity, feminism, and the law. **Canadian Journal of Women and the Law.**, v. 17, p. 423, 2005.

MCKENNA, Wendy. The Transsexual Empire: The Making of the She-Male. (Books Reviews). **Sex Roles**, Vol. 6, Issue 2, p.319-322, 1980.

MCKINNON, Rachel. Stereotype threat and attributional ambiguity for trans women. **Hypatia**, v. 29, n. 4, p. 857-872, 2014.

MCQUEEN, Paddy. Feminist and trans perspectives on identity and the UK Gender Recognition Act. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 18, n. 3, p. 671-687, 2016.

MEYEROWITZ, Joanne. A "Fierce and Demanding" Drive. In: STRYKER, Susan. (org.) **The Transgender Studies Reader.** New York: Routledge, p.362-386, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Uma crítica lésbico-feminista ao discurso transgênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 373-376, 2016.

MILLOT, Catherine. **Horsexe: Essay on transsexuality.** New York: Autonomedia, 1990.

_____. Reflexiones sobre el transexualismo. **Debate Feminista**, v. 16, p. 329-337, 1997.

MONRO, Surya. Beyond male and female: Poststructuralism and the spectrum of gender. **International journal of transgenderism**, v. 8, n. 1, p. 3-22, 2005.

- _____.; WARREN, Lorna. Transgendering citizenship. **Sexualities**, v. 7, n. 3, p. 345-362, 2004.
- MOORE, Beth. Sheila Jeffreys, Gender Hurts: A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism. **Sexualities**, 18(5-6), 765-768. 2015.
- NAGOSHI, Julie L. et al. **Gender and sexual identity: Transcending feminist and queer theory**. Springer Science & Business Media, 2013.
- _____.; BRZUZY, Stephan/ie. Transgender theory: Embodying research and practice. **Affilia**, v. 25, n. 4, p. 431-443, 2010.
- NAMASTE, Viviane. **Sex Change. Social Change: Reflections on Identity, Institutions, and Imperialism**, Toronto: Canadian Scholars' Press Inc., 2011.
- _____. Undoing theory: The "Transgender Question" and the epistemic violence of anglo-american feminist theory. **Hypatia**, v. 24, n. 3, p. 11-32, 2009.
- NELSON, James L. The silence of the bioethicists: Ethical and political aspects of managing gender dysphoria. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 4, n. 2, p. 213-230, 1998.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000.
- NOGUEIRA, Luciana. A DESIGNAÇÃO DA PALAVRA INTEGRAÇÃO EM DOCUMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA ALCA: o processo de nominalização. Seminário de Estudos em Análise do Discurso (3. : 2007 : Porto Alegre, RS) **Anais do III SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso** [recurso eletrônico] – Porto Alegre : UFRGS , 2007. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead3.html>>
- NORMAND, Claudine. Metáfora e conceito: Saussure/Freud - Sobre alguns problemas do discurso teórico. In: FLORES, V.; BORGES, L. (orgs.). **Convite à linguística**. São Paulo, SP: Contexto, pp 47-81. 2009
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes. 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, F.; Hak, T. (orgs.), **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, pp 59-158. 2014
- _____. Ideologia - Aprisionamento ou Campo Paradoxal? In: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados: Eni Orlandi - 2ª edição - Campinas, SP : Pontes Editores, 2011.
- _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Campinas, SP : Editora da Unicamp. 2009.
- _____.; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso (1975). In : GADET & HAK (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PETHERBRIDGE, Danielle. O QUE HÁ DE CRÍTICO NA VULNERABILIDADE? REPENSANDO INTERDEPENDÊNCIA, RECONHECIMENTO E PODER. **Dissonância: Revista de teoria crítica**. Campinas, vol.1, nº 2, Dezembro/2017
- PROSSER, Jay. **Second Skins: The Body Narratives of Transexuality**. New York: Columbia University Press, 1998.

RAYMOND, Janice G. . The Politics of Transgender. **Feminism & Psychology**, 4(4), 628–633. 1994b.

_____. Social and Ethical Aspects of Transsexual Surgery. **HRST-PHS Assessment Report 1**, no. 4, 1980.

_____. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**. Boston: Beacon, 1979.

_____. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**. New York: Teachers College Press, 1994a.

REED, Natalie. **Bio-Essentialism, Social-Constructivism, And What Hormones Do And Don't Actually Do**. 2012a. Disponível em <https://freethoughtblogs.com/naliereed/2012/02/28/bio-essentialism-social-constructivism-and-what-hormones-do-and-dont-actually-do/#ixzz54TKsXQCs>

_____. **Fourth Wave: Part Three**. 2012b. Disponível em: <https://freethoughtblogs.com/naliereed/2012/06/08/fourth-wave-part-three/#more-1415>

RIDDELL, Carol. Divided sisterhood: A critical review of Janice Raymond's The transsexual empire. In: **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006, p. 160-174.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo, SP: Cultrix. 1977

RODEMEYER, Lanei M. Feminist and Transgender Tensions: An Inquiry into History, Methodological Paradigms, and Embodiment. In: FISCHER C; DOLEZAL L. (eds) **New Feminist Perspectives on Embodiment. Breaking Feminist Waves**. Palgrave Macmillan, Cham. 2018.

ROSSITER, Hannah. She's always a woman: Butch lesbian trans women in the lesbian community. **Journal of lesbian studies**, v. 20, n. 1, p. 87-96, 2016.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998

RUBIN, Henry S. Phenomenology as method in trans studies. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 4, n. 2, p. 263-281, 1998.

RUIN. Discussing Transnormativities through Transfeminism Fifth Note. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 202-211, 2016.

SAFATLE, Vladimir. POR UM CONCEITO “ANTIPREDICATIVO” DE RECONHECIMENTO. **Lua Nova**, n. 94, p. 79-117, 2015a.

_____. Posfácio. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução Rogério Bettoni. Autêntica Editora, 2015b.

SALAMON, Gayle. The bodily ego and the contested domain of the material. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, v. 15, n. 3, p. 95-122, 2004.

SAMY, Eloisa. Feminismo Radical. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão Feminista: arte, cultura e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 16, 1998.

_____. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos pagu**, n. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT-DIXON, Krista. Introduction Trans/forming Feminisms. In: SCOTT-DIXON, Krista (Ed.). **Trans/forming feminisms: Trans/feminist voices speak out**. Canadian Scholars' Press, 2006.

SERANO, Julia. **Excluded: Making Feminist and Queer Movements More Inclusive**. Berkeley: Seal Press. 2013. (Edição e paginação Kindle).

_____. Psychology, sexualization and trans-invalidations. In: **8th Annual Philadelphia Trans-Health Conference**, Philadelphia, PA. Retrieved from <http://www.juliaserano.com/av/Serano-TransInvalidations.pdf>. 2009.

_____. **Putting the "Transgender Activists Versus Feminists" Debate to Rest**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@juliaserano/putting-the-transgender-activists-versus-feminists-debate-to-rest-e18075df03af> acesso em 18/10/2018.

_____. **Whipping girl: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity**. Berkeley: Seal Press. 2007.

SERGEANT-SHADBOLT, Jean. Germaine Greer's dirty feminism: Necessary evils and the advancement of a social epistemology. **New Zealand Sociology**, v. 30, n. 1, p. 140, 2015.

SHEPHERDSON, Charles. Selection from The Role of Gender and the Imperative of Sex. In: STRYKER, Susan. WHITTLE, Stephen. (org.) **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006.

SOLÁ, Miriam. Pre-textos, con-textos y textos. In: SOLÁ, Miriam; URKO, Elena. **Transfeminismos: Epistemes, Fricciones y Flujos**. Barcelona : Txalaparta. 2013.

SPENCER, Evan Isaiah. **Rethinking Responding to Raymond: Re-replying to Reproaches of Transsexualism**. A Thesis Submitted in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master of Arts in Philosophy at The University of Wisconsin-Milwaukee. 2015.

STEINEM, Gloria. **Advocate.com**. "Op-ed: On Working Together Over Time". 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140116081606/http://www.advocate.com/commentary/2013/10/02/op-ed-working-together-over-time>

STONE, Sandy. The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. (ed.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, [1992] 2006, p. 17-34.

STRYKER, Susan. (De) subjugated knowledges: An introduction to transgender studies. In: _____.; WHITTLE, S. (ed.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006,. p. 17-34.

_____. The transgender issue: An introduction. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 4, n. 2, p. 145-158, 1998.

_____. **Transgender history**. Seal Press, 2008.

_____.; BETTCHER, Talia M.; Introduction: Trans/Feminisms. **Transgender Studies Quarterly**. v.3 (1-2): 5–14. 2016.

STUART, Tessa. TERF Battle: A New Book Reignites the War Between Radical Lesbian Feminists and Trans Women. **The Village Voice**, Vol. 59 Issue 26, 2014.

SULLIVAN, Nikki. Transmogrification: (Un)Becoming other(s), in: STRYKER, S.; WHITTLE, S. (ed.) **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

SWEENEY, Belinda. Trans-ending women's rights: The politics of trans-inclusion in the age of gender. **Women's Studies International Forum**. Pergamon, p. 75-88, 2004.

TEWKSBURY, Richard; GAGNÉ, Patricia. Transgenderists: Products of non-normative intersections of sex, gender, and sexuality. **The Journal of Men's Studies**, v. 5, n. 2, p. 105-129, 1996.

TOITIO, Rafael Dias. Um marxismo transviado. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p.62-82. 2017.

TREBISACCE, Catalina. Una historia crítica del concepto de experiencia de la epistemología feminista. **Cinta moebio**, Santiago, n. 57, p. 285-295, 2016.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de Mestrado do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015

WALLERSTEIN, Hannah. Putting the “Trans” Back in “Truth” A Psychoanalytic Take on Gender's Authenticity. **Transgender Studies Quarterly**, v. 4, n. 3-4, p. 421-430, 2017.

WATSON, Lori. The Woman Question. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 246-253, 2016.

WHITTLE, Stephen. Where did we go wrong? Feminism and trans theory—two teams on the same side?. In: STRYKER, Susan. WHITTLE, Stephen. (org.) **The transgender studies reader**. Routledge, 2006.

WILLIAMS, Cristan. Debunking TERF Essentialism: Part III of the ‘Sexing the Body is Gender’ Series. **Sexing the Body is Gender**. 2014a. Disponível em: https://www.transadvocate.com/debunking-terf-essentialism-part-iii-of-the-sexing-the-body-is-gender-series_n_14024.htm

_____. **Gender Critical Feminism, the roots of Radical Feminism and Trans oppression**. 2014b. Disponível em: https://www.transadvocate.com/gender-critical-feminism-the-roots-of-radical-feminism-and-trans-oppression_n_14766.htm

_____. Pt. 5, Radical Epistemology: Applications of Sex Class and Sex Caste Consciousness. **The Conversations Project**. 2016b. Disponível em: http://radfem.transadvocate.com/pt-5-radical-epistemology-applications-of-sex-class-and-sex-caste-consciousness_n_907/

_____. Radical inclusion: Recounting the trans inclusive history of radical feminism. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 254-258, 2016a.

_____. **Sex Essentialists don't understand materialist analysis**. 2017b. Disponível em: <http://www.cristanwilliams.com/b/2017/11/19/sex-essentialists-dont-understand-materialist-analysis/>

_____. **The Conversations Project**. Gender Performance: An interview with Judith Butler. 2015. Disponível em: <http://radfem.transadvocate.com/gender-performance-an-interview-with-judith-butler/>

_____. **The Conversations Project**. Hate as a Cycle: Rhetoric, Morality, & Behavior 2017a. Disponível em: <http://radfem.transadvocate.com/hate-as-a-cycle-rhetoric-morality-behavior/>

WILTON, Tamsin. Out/performing our selves: Sex, gender and Cartesian dualism. **Sexualities**, v. 3, n. 2, p. 237-254, 2000.

WITHERS, Deborah M. Transgender and feminist alliances in contemporary UK feminist politics. **Feminist Studies**, v. 36, n. 3, p. 691-697, 2010.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Traducción de Javier Sáez y Paco Vidarte. Madrid : Egales, 2006.

WODDA, Aimee; PANFIL, Vanessa R. Don't talk to me about deception: The necessary erosion of the trans panic defense. **Albany Law Review**, v. 78, p. 927-972, 2015.

YUDKIN, Marcia. Transsexualism and women: A critical perspective. **Feminist studies**, v. 4, n. 3, p. 97-106, 1978.

ZERILLI, Linda. The trojan horse of universalism: language as a "war machine" in the writings of Monique Wittig. **Social Text**, n. 25/26, p. 146-170, 1990.

ZOPPI FONTANA, Mónica G. Lugares de enunciação e discurso. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2003, Fortaleza. **ABRALIN** (Curitiba), v. 1. p. 199-201. 2001.

_____. Objetos paradoxais e ideologia. **Estudos da Linguagem**, n. 1, p. 41-59, 2005.